



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 167

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 1967

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 46, DE 1967

*Aprova o Acôrdo Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.*

Art. 1.º É aprovado o Acôrdo Cultural celebrado entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, em 12 de outubro de 1966.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

#### ACORDO CULTURAL ENTRE O BRASIL E O REINO DOS PAÍSES BAIXOS

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos,

Desejosos de estreitar os tradicionais laços de amizade e as relações educacionais, científicas e artísticas entre os dois povos,

Reforçam concluir um acôrdo regulando suas relações culturais e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários:

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil,

Sua Excelência o Senhor Jayme Sloan Chermont, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário;

O Governo do Reino dos Países Baixos, Sua Excelência o Senhor J.M. A. H. Luns, Ministro de Negócios Estrangeiros,

Os quais, após haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

#### ARTIGO I

As Partes Contratantes, com a finalidade de tornar melhor conhecidos os patrimônios culturais respectivos, assistir-se-ão reciprocamente, na medida do possível, mediante:

- a) a difusão de livros, periódicos e outras publicações;
- b) a promoção de conferências, concertos e representações teatrais;
- c) a organização de exposições artísticas e de outras manifestações de caráter cultural;
- d) a organização de programas radiofônicos, a difusão de discos e utilização de outros meios de divulgação;
- e) a exibição de filmes científicos, educativos e culturais;
- f) o intercâmbio de cópias de documentos pertencentes ao acervo de

## CONGRESSO NACIONAL

arquivos e bibliotecas oficiais de uma interessar a outra Parte, contanto interessar a outra Parte, contrário que tal intercâmbio não contrarie as disposições legais vigentes em qualquer dos dois Países.

#### ARTIGO II

As Partes Contratantes favorecerão o envio, de um País ao outro, de professores universitários, pesquisadores científicos, estudantes e de outras pessoas que tenham particular interesse em atividades culturais.

#### ARTIGO III

As Partes Contratantes estimularão a instituição e posterior desenvolvimento de cursos, em suas Universidades e demais estabelecimentos educacionais e de pesquisa, sobre aspectos da cultura e da civilização da Parte co-sinatória.

#### ARTIGO IV

Cada Parte Contratante considerará a possibilidade de conceder bolsas de estudo e outros benefícios a nacionais da Parte co-sinatória com o intuito de proporcionar-lhes facilidades para estudar e empreender trabalhos de pesquisa no outro País.

#### ARTIGO V

As Partes Contratantes encontrarão a cooperação entre instituições científicas e culturais nos dois Países.

#### ARTIGO VI

Cada Parte Contratante facilitará o acesso a seus museus, pinacotecas, bibliotecas e demais fontes de divulgação aos nacionais da Parte co-sinatória.

#### ARTIGO VII

Em cada País será constituída uma Comissão à qual caberá submeter ao respectivo Governo propostas referentes à aplicação do presente Acôrdo.

A Comissão a ser constituída no Brasil terá sede em Brasília e receberá o nome de Comissão Brasileira. Seus membros serão indicados pelo Ministro das Relações Exteriores, ouvido o Ministro da Educação e Cultura.

A Comissão a ser constituída nos Países Baixos terá sede em Haia e receberá o nome de "Nederlandse Commissie". Seus membros serão indicados de comum acôrdo pelo Ministro Neerlandês da Educação e Ciências e pelo Ministro Neerlandês de Assuntos Culturais Recreação e Ação Social.

Cada Comissão reunir-se-á uma vez por ano e sempre que as circunstâncias o exigirem. O Representante diplomático da Parte co-sinatória poderá ser convidado a participar das

deliberações da Comissão da outra Parte.

#### ARTIGO VIII

No que concerne ao Reino dos Países Baixos, este Acôrdo aplicar-se-á ao seu território na Europa, Surinam e Antilhas Neerlandesas.

#### ARTIGO IX

O presente Acôrdo será ratificado e suas ratificações trocadas no Rio de Janeiro dentro do mais curto prazo possível.

O presente Acôrdo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação. Permanecerá em vigor por um período de cinco anos. Se a intenção de denuncia-lo não for ratificada por qualquer das Partes contratantes no prazo de seis meses antes da expiração daquele período o Acôrdo continuará em vigor automaticamente. Contudo, qualquer das Partes Contratantes terá a partir de então, o direito de denunciar o presente Acôrdo, notificando a outra Parte com a antecipação de seis meses.

Em fé do que os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Acôrdo e nele apuseram seus selos.

Feito na cidade de Haia, aos doze dias do mês de outubro de 1966 em dois exemplares, nas línguas portuguesa e neerlandesa os dois textos fazendo igualmente fé.

Pelo governo dos Estados Unidos do Brasil: Jayme Sloan Chermont — Pelo governo do Reino dos Países Baixos: J. M. A. H. Luns.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 47, DE 1967

*Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras.*

Art. 1.º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício nº 424, de 1967, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras, tornando-se definitivo o ato praticado em 24 de fevereiro de 1967, de acôrdo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos número 44, de 24 de fevereiro de 1966, do Sr. Ministro do Exército.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 47, DE 1967

*Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.*

Art. 1.º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto pelo Ofício nº 235-66, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Moraes tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acôrdo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 20-DP, de 8 de setembro de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, n.º 1, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 49, DE 1967

*Aprova a Emenda ao artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.*

Art. 1.º É aprovado a Emenda ao artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

*Resolução de Emenda ao artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Atômica adotada pela Conferência Geral a 4 de outubro de 1961, por ocasião de sua quinta sessão regular.*

#### A Conferência Geral

a) Havendo recebido o relatório da Junta de Governadores submetido de acôrdo com a resolução número GC (IV)/RES/83,

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASIL

b) Reconhecendo a conveniência de emendar o Estatuto a fim de proporcionar representação mais equitativa na Junta da região da África e Oriente Médio;

c) Julgando que qualquer emenda ao Estatuto não deve prejudicar a atual forma de representação por região na Junta;

d) Convencido também de que a possibilidade de uma representação mais equitativa para a região da África e Oriente Médio será um importante estímulo aos Estados da região, ainda não Membros da Agência, para que se tornem Membros.

1. Aprova a seguinte emenda à primeira sentença do Artigo VI.A.3 do Estatuto:

"A Conferência Geral elegerá doze membros para a Junta de Governadores, levando devidamente em conta uma representação equitativa na Junta considerada como um todo dos membros das regiões mencionadas no subparágrafo A.1 do presente Artigo de maneira que da Junta conste sempre nessa categoria três representantes da região da América Latina, três da região da África e Oriente Médio e um de cada uma das restantes regiões, exceto a América do Norte";

2. Conclita a todos os membros da Agência a aceitar esta emenda o mais depressa possível de conformidade com os seus respectivos procedimentos constitucionais, nos termos do Artigo XVIII.C (ii) do Estatuto;

3. Solicita ao Diretor-Geral relata à Conferência Geral em sua Sessão Regular, o avanço realizado no processo de entrada em vigor da emenda.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1937

Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares, na América Latina, assinado, na Cidade do México, em 9 de maio de 1937.

Art. 1º É aprovado o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado pelo Brasil, na Cidade do México, em 9 de maio de 1937.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação e todas as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de novembro de 1937. — AULO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal.

### TRATADO PARA A PROSCRIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NA AMÉRICA LATINA

#### PARÁGRAFO

Em nome de seus povos e interpretando fielmente seus desejos e aspirações, os Governos dos Estados signatários do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina:

Desejam de contribuir, na medida de suas possibilidades, para por termo à corrida armamentista, especialmente de armas nucleares, e para consolidação da paz no mundo, baseada na igualdade soberana dos Estados no respeito mútuo e na boa vizinhança;

Recordando que a Assembleia-Geral das Nações Unidas, em sua Resolução 838 (IX), aprovou, por unanimidade, como um dos três pontos de um programa coordenado de desarmamento, "a proibição total do emprego e da fabricação de armas nucleares e de todos os tipos de armas de destruição em massa";

Recordando que a Resolução 1911 (XVIII) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, pela qual se estabeleceu que as medidas que se decida acordar para a desnuclearização da América Latina devem ser tomadas "à luz dos princípios da Carta das Nações Unidas e dos acordos regionais";

Recordando a Resolução 2.028 (XX) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que estabeleceu o princípio de um equilíbrio aceitável de responsabilidades e obrigações mútuas para as potências nucleares e não-nucleares; e

Recordando que a Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece, como propósito essencial da Organização, assegurar a paz e a segurança do hemisfério,

Persuadidos de que:

O incalculável poder destruidor das armas nucleares tornou imperativo seja estritamente observada, na prática, a proscrição jurídica da guerra, a fim de assegurar a sobrevivência da civilização e da própria humanidade;

As armas nucleares, cujos terríveis efeitos atingem, indistinta e inexoravelmente, tanto as forças militares como a população civil constituem, pela persistência da radicalidade que geram, um atentado à integridade da espécie humana, e ainda podem finalmente tornar inabitável toda a terra;

C desarmamento geral e completo, sob controle internacional eficaz, é uma questão vital, reclamada, igualmente, por todos os povos do mundo;

A proliferação de armas nucleares, que parece inevitável, caso os Estados, no gozo de seus direitos soberanos, não se autolimitem para impedir a, dificultaria muito qualquer acordo de desarmamento, aumentando o perigo de que chegue a produzir-se uma conflagração nuclear;

O estabelecimento de zonas militarmente desnuclearizadas está intimamente vinculado à manutenção da paz e da segurança nas respectivas regiões;

A desnuclearização militar de vastas zonas geográficas, adotada por decisão soberana dos Estados nelas compreendidos, exercerá benéfica influência em favor de outras regiões, onde existem condições análogas;

A situação privilegiada dos Estados signatários, cujos territórios se encontram totalmente livres de armas nucleares, lhes impõe o dever ineludível de preservar tal situação, tanto em benefício próprio como no da humanidade;

A existência de armas nucleares, em qualquer país da América Latina, convertê-lo-ia em alvo de eventuais ataques nucleares, e provocaria, fatalmente, em toda a região, uma ruínoza corrida armamentista nuclear, resultando no desvio injustificável, para fins bélicos, dos limitados recursos necessários para o desenvolvimento econômico e social;

As razões expostas e a tradicional vocação pacifista da América Latina tornam imprescindível que a energia nuclear seja usada nesta região exclusivamente para fins pacíficos, e que os países latino-americanos utilizem sem direito ao máximo e mais equitativo acesso possível a esta nova fonte de energia para acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus povos.

Convencidos, finalmente, de que:

A desnuclearização militar da América Latina — entendendo como tal o

compromisso internacionalmente assumido no presente Tratado, de manter seus territórios livres para sempre de armas nucleares — constitui uma medida que evite, para seus povos, a dissipação de seus limitados recursos em armas nucleares e que os proteja contra eventuais ataques nucleares a seus territórios; uma significativa contribuição para impedir a proliferação de armas nucleares, e um valioso elemento a favor do desarmamento geral e completo, e de que a América Latina fiel à sua tradição universalista, não somente deve esforçar-se para proscrever o flagelo de uma guerra nuclear, mas também deve empenhar-se na luta pelo bem estar e progresso de seus povos cooperando, simultaneamente, para a realização dos ideais da humanidade; ou seja, a consolidação de uma paz permanente, baseada na igualdade de direitos na equidade econômica e na justiça social para todos, em conformidade com os princípios e objetivos consagrados na Carta das Nações Unidas, e na Carta da Organização dos Estados Americanos.

A América Latina fiel à sua tradição universalista, não somente deve esforçar-se para proscrever o flagelo de uma guerra nuclear, mas também deve empenhar-se na luta pelo bem estar e progresso de seus povos cooperando, simultaneamente, para a realização dos ideais da humanidade; ou seja, a consolidação de uma paz permanente, baseada na igualdade de direitos na equidade econômica e na justiça social para todos, em conformidade com os princípios e objetivos consagrados na Carta das Nações Unidas, e na Carta da Organização dos Estados Americanos.

Convieram o seguinte.

#### Obrigações

#### Artigo 1

1. As Partes Contratantes comprometem-se a utilizar exclusivamente com fins pacíficos, o material e as instalações nucleares submetidos à sua jurisdição, e a proibir e a impedir, nos respectivos territórios:

a. O ensaio, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio de toda arma nuclear, por si mesmas, direta ou indiretamente, por mandato de terceiros ou em qualquer outra forma, e;

b. A recepção, armazenamento, instalação, colocação ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear, direta ou indiretamente, por si mesmas, por mandato de terceiros, ou de qualquer outro modo.

2. As Partes Contratantes comprometem-se, igualmente, a abster-se de realizar fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, o ensaio, o uso, a fabricação, a produção, a posse ou o domínio de qualquer arma nuclear ou de participar nisso por qualquer maneira.

#### Definição de Partes Contratantes

#### Artigo 2

"Para os fins deste Tratado as Partes Contratantes aquêles para os quais o Tratado esteja em vigor".

#### Definição de Território

#### Artigo 3

"Para os efeitos do presente Tratado, dever-se-á entender que o termo "território" inclui o mar territorial, o espaço aéreo e qualquer outro âmbito sobre o qual o Estado exerça soberania, de acordo com sua própria legislação."

#### Área de Aplicação

#### Artigo 4

1. A área de aplicação do presente Tratado e a soma dos territórios para os quais o presente instrumento esteja em vigor.

2. Ao cumprirem-se as condições previstas no artigo 28 parágrafo 1. a área de aplicação do presente Tratado será aquela situada no Hemisfério Ocidental dentro dos seguintes limites (exceto a parte do território continental e águas territoriais dos Estados Unidos da América): começando em um ponto situado a 35° latitude norte e 75° longitude oeste; daí, diretamente ao sul, até um ponto a 35° latitude norte e 75° longitude oeste; daí, diretamente a leste, até um ponto a 30 latitude norte e 50° longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até um ponto a 5° latitude norte e 20° longitude oeste; daí, diretamente ao sul, até um ponto 60° latitude sul e 20° longitude oeste; daí, diretamente ao sul, até um ponto a 60° latitude sul e 20° longitude oeste; daí, diretamente ao oeste, até um ponto a 60° latitude sul e 115° longitude oeste; daí, diretamente ao norte, até um ponto a 0° latitude a 115° longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até um ponto a 35° latitude norte e 3.150° longitude oeste; daí, diretamente a leste até um ponto a 35° latitude norte e 75° longitude oeste.

#### Definição de armas nucleares

#### Artigo 5

Para os efeitos do presente Tratado, entende-se por "arma nuclear" qualquer artefato que seja suscetível de liberar energia nuclear de forma não controlada e que tenha um conjunto de características próprias para o seu emprego com fins bélicos. O instrumento que se possa utilizar para o transporte ou a propulsão do artefato não fica compreendido nesta definição se é separável do artefato e não parte indivisível do mesmo.

#### Reunião Geral de Signatários

#### Artigo 6

"A pedido de qualquer dos Estados signatários, ou por decisão da Agência que se estabelece no artigo 7º, poderá ser convocada uma reunião de todos os Signatários para considerar em comum questões que possam afetar a essência mesma do Tratado, inclusive eventual modificação. Em ambos os casos, a convocação se fará por intermédio do Secretário-Geral.

#### Organização

#### Artigo 7

1. A fim de assegurar o cumprimento das obrigações deste Tratado, as Partes Contratantes estabelecem um organismo internacional denominado "Agência para Proscrição das Armas Nucleares da América Latina, que, no presente Tratado, será designado como a "Agência". Suas decisões só poderão afetar as Partes Contratantes.

2. A Agência terá a incumbência de celebrar consultas periódicas ou extraordinárias entre os Estados Membros, no que diz respeito aos propósitos, medidas e procedimentos determinados no presente Tratado bem como a supervisão do cumprimento das obrigações dele derivadas.

3. As Partes Contratantes convêm prestar à Agência ampla e pronta colaboração, em conformidade com as disposições do presente Tratado e dos Acordos que concluem com a Agência, bem como dos que esta última conclua com qualquer outra organização ou organismo internacional.

4. A sede da Agência será a Cidade do México.

#### Órgãos

#### Artigo 8

1. Estabelecem-se como órgãos principais da Agência uma Conferência

cia Geral, um Conselho e uma Secretaria.

2. Forde-se-ão estabelecer, de acordo com as disposições do presente Tratado, os órgãos subsidiários que a Conferência Geral considere necessários.

### Conferência Geral

#### Artigo 9

1. A Conferência Geral, órgão supremo da Agência, estará integrada por todas as Partes Contratantes e celebrará cada dois anos reuniões ordinárias, podendo, além disso, realizar reuniões extraordinárias, cada vez que assim esteja previsto no presente Tratado, ou que as circunstâncias o aconselhem, a juízo do Conselho.

#### 2. A Conferência Geral:

a) Poderá considerar e resolver dentro dos limites do presente Tratado quaisquer assuntos ou questões não compreendidos, inclusive os que se referam aos poderes e funções de qualquer órgão previsto no mesmo Tratado.

b) Estabelecerá os procedimentos do sistema de Controle para a observância do presente Tratado, em conformidade com as disposições do mesmo.

c) Elegerá os Membros do Conselho e o Secretário-Geral.

d) Poderá remover o Secretário-Geral, quando assim o exigir o bom funcionamento da Agência.

e) Receberá e apreciará os relatórios bianuais ou especiais que lhe sejam submetidos pelo Conselho e pelo Secretário-Geral.

f) Promoverá e apreciará estudos para a melhor realização dos propósitos do presente Tratado, sem que isso impeça que o Secretário-Geral, separadamente, possa efetuar estudos semelhantes para submetê-los ao exame da Conferência.

g) Será o órgão competente para autorizar a conclusão de Acordos com Governos e outras organizações ou organismos internacionais.

3. A Conferência Geral aprovará o orçamento da Agência e fixará a escala de contribuições financeiras dos Estados Membros, tomando em consideração o sistema e critérios utilizados para o mesmo fim pela Organização das Nações Unidas.

4. A Conferência Geral elegerá as suas autoridades para cada reunião, e poderá criar os órgãos subsidiários que julgue necessários para o desempenho de suas funções.

5. Cada Membro da Agência terá um voto. As decisões da Conferência Geral, em questões relativas ao sistema de controle e às medidas a que se refiram o artigo 20, a admissão do orçamento e das questões relacionadas ao mesmo, serão tomadas pelo voto de uma maioria de dois terços dos Membros presentes e votantes. As decisões sobre outros assuntos, assim como as questões de processo e também a determinação das que devem resolver-se por maioria de dois terços serão resolvidos por maioria simples dos Membros presentes e votantes.

6. A Conferência Geral adotará o seu próprio regulamento.

### O Conselho

#### Artigo 10

1. O Conselho será composto de cinco Membros, eleitos pela Conferência Geral dentre as Partes Contratantes, tendo na devida conta uma representação geográfica equitativa.

2. Os Membros do Conselho serão eleitos por um período de quatro anos. No entanto, na primeira eleição, três

serão eleitos por dois anos. Os Membros que acabaram de cumprir um mandato não serão reeleitos para o período seguinte, a não ser que o número de Estados para os quais o Tratado esteja em vigor não o permitisse.

3. Cada Membro do Conselho terá um representante.

4. O Conselho será organizado de maneira que possa funcionar continuamente.

5. Além das atribuições que lhe outorgue o presente Tratado e das que lhe confira a Conferência Geral, o Conselho, através do Secretário-Geral, velará pelo bom funcionamento do sistema de controle, de acordo com as disposições deste Tratado e com as decisões adotadas pela Conferência Geral.

6. O Conselho submeterá à Conferência Geral um relatório anual das suas atividades, assim como os relatórios especiais que considere convenientes, ou que a Conferência Geral lhe solicite.

7. O Conselho elegerá as suas autoridades para cada reunião.

8. As decisões do Conselho serão tomadas pelo voto de uma maioria simples dos seus Membros presentes e votantes.

9. O Conselho adotará seu próprio regulamento.

### Secretaria

#### Artigo 11

1. A Secretaria será composta de um Secretário-Geral, que será o mais alto funcionário administrativo da Agência, e do pessoal que este necessite. O Secretário-Geral terá um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por um período único adicional. O Secretário-Geral não poderá ser nacional de país-sede da Agência. Em caso de falta absoluta do Secretário-Geral, proceder-se-á a uma nova eleição, para o restante do período.

2. O pessoal da Secretaria será nomeado pelo Secretário-Geral, de acordo com diretrizes da Conferência Geral.

3. Além dos encargos que lhe confere o presente Tratado e dos que lhe atribua a Conferência Geral, o Secretário-Geral velará, em conformidade com o Artigo 10, parágrafo 5, pelo bom funcionamento do sistema de controle estabelecido no presente Tratado, de acordo com as disposições do mesmo e com as decisões adotadas pela Conferência Geral.

4. O Secretário-Geral atuará, nessa qualidade, em todas as sessões da Conferência Geral e do Conselho e lhes apresentará um relatório anual sobre as atividades da Agência, assim como relatórios especiais que a Conferência Geral ou o Conselho lhe solicitem, ou que o próprio Secretário-Geral considere oportunos.

5. O Secretário-Geral estabelecerá os métodos de distribuição, a todas as Partes Contratantes, das informações que a Agência receba de fontes governamentais ou não-governamentais sempre que as mesmas sejam de interesse para a Agência.

6. No desempenho de suas funções, o Secretário-Geral e o pessoal da Secretaria não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo, nem de nenhuma autoridade alheia à Agência, e abster-se-ão de atuar de forma incompatível com sua condição de funcionários internacionais, responsáveis unicamente ante a Agência; no que respeita a suas responsabilidades para com a Agência, não revelarão nenhum segredo de fabricação, caráter exclusivamente internacional, que chegue ao seu conhecimento, em

virtude do desempenho de suas funções oficiais no Organismo.

7. Cada uma das Partes Contratantes se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Secretário-Geral e do pessoal da Secretaria e não procurar influenciá-los no desempenho de suas funções.

### Sistema de Controle

#### Artigo 12

1. Com objetivo de verificar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Partes Contratantes, segundo as disposições do artigo 1, fica estabelecido um Sistema de Controle, que se aplicará de acordo com o estipulado nos artigos 13 e 18 do presente Tratado.

2. O Sistema de Controle terá a finalidade de verificar especialmente;

a) que os artefatos, serviços e instalações destinados ao uso pacífico da energia nuclear não sejam utilizados no ensaio e na fabricação de armas nucleares;

b) que não chegue a realizar-se, no território das Partes Contratantes, nenhuma das atividades proibidas no artigo 1, deste Tratado, com material ou armas introduzidas no exterior;

c) que as explosões com fins pacíficos sejam compatíveis com as disposições do artigo 18 do presente Tratado.

### Salvaguarda da A.I.E.A.

#### Artigo 13

1. Cada Parte Contratante negociará acordos multilaterais ou bilaterais com a Agência Internacional de Energia Atômica para a aplicação das Salvaguardas desta Agência a suas atividades nucleares. Cada Parte Contratante deverá iniciar as negociações dentro do prazo de cento e oitenta dias a contar da data de depósito do seu respectivo instrumento de ratificação do presente Tratado. Estes Acordos deverão entrar em vigor, para cada uma das Partes, em prazo que não exceda dezoito meses, a contar da data de início destas negociações, salvo em caso fortuito ou de força maior.

### Relatório das Partes

#### Artigo 14

1. As Partes Contratantes apresentarão ao Organismo e à Agência Internacional de Energia Atômica, a título informativo, relatórios semestrais nos quais declararão que nenhuma atividade proibida pelas disposições deste Tratado ocorreu nos respectivos territórios.

2. As Partes Contratantes enviarão simultaneamente ao Organismo, cópia de qualquer relatório que enviem a Agência Internacional de Energia Atômica em relação com as matérias objeto do presente Tratado e com a aplicação das Salvaguardas.

3. As Partes Contratantes também transmitirão à Organização dos Estados Americanos, a título informativo, os relatórios que possam interessar a este em cumprimento das obrigações estabelecidas pelo Sistema Interamericano.

### Relatórios Especiais solicitados pelo Secretário-Geral

#### Artigo 15

1. O Secretário-Geral, com autorização do Conselho, poderá solicitar a qualquer das Partes, que proporcione ao Organismo informação complementar ou suplementar sobre qualquer fato ou circunstância relacionada com o cumprimento do Presente

Tratado, explicando as razões que para isso tiver. As Partes Contratantes comprometer-se-ão a colaborar, pronta e, amplamente, com o Secretário-Geral.

2. O Secretário-Geral informará ao Conselho e as Partes sobre tais solicitações e respectivas respostas.

### Inspecções Especiais

#### Artigo 16

1. A Agência Internacional de Energia Atômica, assim como o Conselho criado pelo presente Tratado, têm a faculdade de efetuar as inspecções especiais nos seguintes casos;

a) Agência Internacional de Energia Atômica, em concordância com os acordos a que se refere o artigo 13 deste Tratado.

b) O Conselho:

i — Quando, especificando as razões em que se fundamenta, assim o solicitar qualquer das Partes que suspeite que se realizou ou está em vias de realizar-se alguma atividade proibida pelo presente Tratado, tanto no território de qualquer outra Parte, como em qualquer outro lugar, por mandato desta última; determinar, imediatamente que se efetue a inspeção em conformidade com o artigo 10, parágrafo 5.

ii — Quando o solicitar qualquer das Partes que tenha sido objeto de suspeita ou de acusação de violação do presente Tratado, o Conselho determinará imediatamente que se efetue a inspeção especial solicitada, em conformidade com o disposto no artigo 10, parágrafo 5. As solicitações anteriores serão formuladas ante o Conselho por intermédio do Secretário-Geral.

2. Os custos e gastos de qualquer inspeção especial, efetuada com base no parágrafo 1, alínea b), subdivisões (i) e (ii) deste artigo, correrão por conta da Parte ou das Partes solicitantes, exceto quando o Conselho concluir, com base na informação sobre a inspeção especial, que, em vista das circunstâncias do caso, tais custos e gastos correrão por conta do Organismo.

3. A Conferência Geral determinará os procedimentos a que se sujeitará a Agência, e a execução das inspecções especiais a que se refere o parágrafo 1, alínea b) subdivisões (i) e (ii).

4. As Partes Contratantes concordam em permitir, aos inspetores que levem a cabo tais inspecções especiais, pleno e livre acesso a todos os lugares e a todos os dados necessários para o desempenho de sua comissão e que estejam direta e estreitamente vinculadas à suspeita de violação ao presente Tratado. Os inspetores designados pela Conferência Geral serão acompanhados por representantes das autoridades da Parte Contratante em cujo território se efetue a inspeção se estas assim o solicitarem, ficando entendido que isso não atrasará nem obstruirá, de nenhuma maneira, os trabalhos dos referidos inspetores.

5. O Conselho, por intermédio do Secretário-Geral, enviará imediatamente a todas as Partes uma cópia de qualquer informação que resulte das inspecções especiais.

6. O Conselho, por intermédio do Secretário-Geral, enviará igualmente ao Secretário-Geral das Nações Unidas para transmissão, e para conhecimento do Conselho da O.E.A., cópia de qualquer informação que resulte de inspeção especial efetuada em conformidade com o parágrafo 1, alínea b) subdivisões (i) e (ii) deste artigo.

7. O Conselho poderá acordar ou qualquer das Partes poderá solicitar que seja convocada uma reunião ex-

traordinária da Conferência Geral para apreciar os relatórios que resultem de qualquer inspeção especial. Nestes casos o Secretário-Geral procederá imediatamente à convocação da reunião extraordinária solicitada.

8. A Conferência Geral, convocada a reunião extraordinária com base neste artigo, poderá fazer recomendações às Partes e apresentar também informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para transmissão ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral dessa Organização.

#### Uso da Energia Nuclear para fins pacíficos

##### Artigo 17

1. Nenhuma disposição do presente Tratado restringe os direitos das Partes Contratantes para usar, em conformidade com este instrumento, a energia nuclear para fins pacíficos, particularmente para o seu desenvolvimento econômico e progresso social.

#### Explosões com Fins Pacíficos

##### Artigo 18

1. As Partes Contratantes poderão realizar explosões de dispositivos nucleares com fins pacíficos — inclusive explosões que pressupõem artefatos similares em armamento nuclear — ou prestar sua colaboração a terceiros com o mesmo fim, sempre que não violem as disposições do presente artigo e as demais do presente Tratado, em especial a dos artigos 1 e 5.

2. As Partes Contratantes que tenham a intenção de levar a cabo uma dessas explosões, ou colaborar nelas, deverão notificar a Agência e a Agência Internacional de Energia Atômica, com a antecipação que as circunstâncias o exijam, a data da explosão e apresentar, simultaneamente, as seguintes informações:

a) O caráter do dispositivo nuclear e a origem do mesmo.

b) O lugar e finalidade da explosão em projeto;

c) Os procedimentos que serão seguidos para cumprimento do parágrafo 3 deste artigo;

d) A potência que se espera que tenha o dispositivo, e

e) Os dados mais completos sobre a possível precipitação radioativa, que seja consequência da explosão ou explosões, e das medidas que se tomarão para evitar riscos à população, flora, fauna e territórios de outra ou outras Partes.

3. O Secretário-Geral e o pessoal técnico designado pelo Conselho, assim como o da Agência Internacional de Energia Atômica, poderão observar todos os preparativos, inclusive a expressão do dispositivo, e terão acesso irrestrito a todas as áreas vizinhas ao lugar da explosão para assegurar-se de que o dispositivo, assim como os procedimentos seguidos na explosão, se coadunam com a informação apresentada, de acordo com o parágrafo 2 do presente Tratado.

4. As Partes Contratantes poderão receber a colaboração de terceiros para o fim disposto no parágrafo deste artigo, de acordo com as disposições do parágrafo 2 e 3 do mesmo artigo.

#### Relação com outros Organismos Internacionais

##### Artigo 19

1. A Agência poderá concluir com a Agência Internacional de Energia Atômica os Acordos que autorize a Conferência Geral e que considere apropriadas para facilitar o funcionamento eficaz do Sistema de Controle estabelecido no presente Tratado.

2. A Agência poderá, igualmente, entrar em contato com qualquer Or-

ganização ou organismo internacional, especialmente com os que venham a criar-se no futuro para supervisionar do desarmamento, ou as medidas de controle de armamento em qualquer parte do mundo.

3. As Partes Contratantes, quando julgarem conveniente poderão solicitar o assessoramento da Comissão Internacional de Energia Nuclear, em todas as questões de caráter técnico relacionadas com a aplicação do Tratado, sempre que assim o permitam as faculdades conferidas à dita Comissão pelo seu Estatuto.

#### Medidas em caso de violação do Tratado

##### Artigo 20

1. A Conferência Geral tomará conhecimento de todos aqueles casos que, a seu juízo, qualquer das partes Contratantes não esteja cumprindo as suas obrigações derivadas do presente Tratado e chamará a atenção da mesma, fazendo-lhe as recomendações que julgue adequadas.

2. No caso em que, a seu juízo, o incumprimento em questão constitua uma violação do presente Tratado que possa chegar a pôr em perigo a paz e a segurança, a própria Conferência Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral dessa Organização, bem como ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, a Conferência Geral informará, igualmente, a Agência Internacional de Energia Atômica sobre o que julgar pertinente, de acordo com o Estatuto deste.

#### Organização das Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos

##### Artigo 21

1. Nenhuma estipulação do presente Tratado será interpretada no sentido de restringir os direitos e obrigações das Partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, no caso dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos, de acordo com os Tratados regionais existentes.

##### Artigo 22

1. O Organismo gozará, no território de cada uma das Partes Contratantes, da capacidade jurídica e das prerrogativas e imunidades que sejam necessárias para o exercício de suas funções e a realização de seus propósitos.

2. Os Representantes das Partes Contratantes, acreditados ante o Organismo, e os funcionários deste, gozarão, igualmente, das prerrogativas e imunidades necessárias para o desempenho de suas funções.

3. O Organismo poderá concluir Acordos com as Partes Contratantes, com o objetivo de determinar os pormenores de aplicação dos parágrafos 1 e 2 deste artigo.

#### Notificação de outros Acordos

##### Artigo 23

Uma vez que entre em vigor o presente Tratado, qualquer acordo internacional que conclua qualquer das Partes Contratantes será comunicado imediatamente à Secretaria, para registro e notificação às demais Partes Contratantes.

#### Solução de controvérsias

##### Artigo 24

1. A não ser que as Partes interessadas convenham outro meio de solução pacífica, qualquer questão ou controvérsia sobre a interpretação ou aplicação do presente Tratado, que não tenha sido solucionada, poderá ser submetida à Corte Internacional de Justiça, com o prévio consentimento das Partes em controvérsia.

#### Assinatura

##### Artigo 25

1. O presente Tratado ficará aberto indefinidamente à assinatura de:

a) Todas as Repúblicas Latino-Americanas;

b) Os demais Estados Soberanos do Hemisfério ocidental situados completamente ao sul do paralelo 35º latitude norte e, salvo disposto no parágrafo 2 deste artigo, os que venham a sê-lo, quando sejam admitidos pela Conferência Geral.

2. A Conferência Geral não adotará decisão alguma a respeito da admissão de uma entidade política cujo território esteja sujeito, total ou parcialmente e com anterioridade à data de assinatura do presente Tratado, a litígio ou a reclamação entre um país extracontinental e um ou mais Estados Latino-Americanos, enquanto não se tenha posto fim à controvérsia, mediante procedimentos pacíficos.

#### Ratificação e depósito

##### Artigo 26

1. O presente Tratado está sujeito à ratificação dos Signatários, de acordo com os respectivos procedimentos constitucionais.

2. Tanto o presente Tratado como os instrumentos de ratificação serão entregues para depósito ao Governo dos Estados Unidos do México, que se designa como Governo Depositário.

3. O Governo Depositário enviará cópias certificadas do presente Tratado aos Governos dos Estados Signatários e notificar-lhes-á o depósito de cada instrumento de ratificação.

#### Reservas

##### Artigo 27

O presente Tratado não poderá ser objeto de reservas.

#### Entrada em vigor

##### Artigo 28

1. Salvo o previsto no parágrafo 2 deste Artigo, o presente Tratado entrará em vigor entre os Estados que o tiverem ratificado tão logo tenham sido cumpridos os seguintes requisitos:

a) entrega ao Governo Depositário dos instrumentos de ratificação do presente Tratado por parte dos Governos dos Estados mencionados no artigo 25 que existam na data em que se abra a assinatura do presente Tratado, e que não sejam afetados pelo disposto no parágrafo 2º do próprio artigo 25.

b) assinatura e ratificação do Protocolo Adicional I anexo ao presente Tratado, por parte de todos os Estados extracontinentais ou continentais que tenham, de jure ou de facto, responsabilidade internacional sobre territórios situados na área de aplicação do Tratado.

c) a assinatura e ratificação do Protocolo Adicional II anexo ao presente Tratado por parte de todas as potências que possuem armas nucleares;

d) conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais sobre a aplicação do Sistema de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, em conformidade com o Artigo 13 do presente Tratado.

2. Será faculdade imprescindível de qualquer Estado Signatário a dispensa ou parcial, dos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior, mediante declaração que figurará como anexo ao instrumento por ocasião do depósito deste, ou posteriormente. Para os Estados que façam uso desta faculdade o presente Tratado entrará em vigor com o depósito da declaração, ou tão pronto tenham sido cumpridos os

requisitos cuja dispensa não haja sido expressamente declarada.

3. Tão logo o presente Tratado tenha entrado em vigor, em conformidade com o disposto no parágrafo 2, entre onze Estados, o Governo Depositário convocará uma reunião preliminar dos referidos Extratos para que o Organismo seja constituído e realize suas atividades.

4. Depois da entrada em vigor do Tratado para todos os países da área, o aparecimento de uma nova potência detentora de armas nucleares suspenderá a aplicação do presente Tratado para os países que o ratificaram sem dispensa do parágrafo 1º inciso "c", deste artigo e que assim o solicitem, até que a nova potência, por iniciativa própria ou por solicitação da Conferência Geral, ratifique o Protocolo Adicional II anexo.

#### Reformas

##### Artigo 29

1. Qualquer Parte poderá propor reformas ao presente Tratado, entregando suas propostas ao Conselho, por intermédio do Secretário-Geral, que, as transmitirá a todas as outras Partes Contratantes e aos demais signatários para os efeitos do artigo 6º e 6º O Conselho, por intermédio do Secretário-Geral, convocará imediatamente, depois da reunião de Signatários, uma reunião extraordinária da Conferência Geral para examinar as propostas formuladas, para cuja aprovação se requererá a maioria de dois terços das Partes Contratantes presentes e votantes.

2. As reformas aprovadas entrarão em vigor tão logo sejam cumpridos os requisitos mencionados no artigo 28 do presente Tratado.

#### Vigência e Denúncia

##### Artigo 30

1. O presente Tratado tem caráter permanente e vigorará por tempo indefinido, mas poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação enviada ao Secretário-Geral do Organismo, se a juízo do Estado denunciante ocorrerem ou podem ocorrer circunstâncias relacionadas com o conteúdo do Tratado ou dos Protocolos Adicionais Anexo I e II que afetem a seus interesses supremos, ou a paz ou à segurança de uma ou mais Partes Contratantes.

2. A denúncia terá efeito três meses depois da entrega da notificação, por parte do Governo do Estado signatário interessado, ao Secretário-Geral do Organismo. Este, por sua vez, comunicará imediatamente a dita notificação às outras Partes Contratantes; igualmente, comunicá-la-á ao Secretário-Geral da Organização.

#### Textos autênticos e registros

##### Artigo 31

1. O presente Tratado, cujos textos em língua espanhola, chinesa, francesa, portuguesa e russa, fazem igualmente fé, será registrado pelo Governo depositário, em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas. O Governo Depositário notificará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, as assinaturas, ratificações e reformas de que seja objeto o presente Tratado, e comunicá-las-á, a título informativo, ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

#### Artigo transitório

A denúncia da declaração a que se refere o parágrafo 2 do artigo 28 sujeitar-se-á aos mesmos procedimentos que a denúncia do presente Tratado, com a exceção de que surtirá efeito na data de entrega da respectiva notificação.



## PROTOCOLO ADICIONAL I

Os Plenipotenciários abaixo assinados, providos de plenos poderes dos seus respectivos Governos,

Convencidos de que o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, negociado e assinado em cumprimento das recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas, constante da Resolução 1.911 (XVIII), de 27 de novembro de 1963, representam um importante passo para assegurar a não-proliferação de armas nucleares;

Conscientes de que a não-proliferação de armas nucleares não constitui um fim em si mesma, mas um meio para atingir, em uma etapa posterior, o desarmamento geral e completo, e

Desejosos de contribuir, na medida de suas possibilidades, para pôr termo à corrida armamentista, especialmente no campo das armas nucleares, e a favorecer a consolidação da paz no mundo, baseada no respeito mútuo e na igualdade soberana dos Estados,

Convieram o seguinte:

Art. 1. Comprometer-se a aplicar nos territórios que de *jure* ou de *facto* estejam sob sua responsabilidade internacional, compreendidos dentro dos limites de zona geográfica estabelecida no Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, o estatuto de desnuclearização para fins bélicos que se encontra definido nos artigos 1, 3, 5 e 13 do mencionado Tratado.

Art. 2. O presente Protocolo terá a mesma duração que o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, do qual é Anexo, aplicando-se a ele as cláusulas referentes à ratificação e denúncia que figuram no corpo do Tratado.

Art. 3. O presente Protocolo entrará em vigor, para os Estados que o houverem ratificado, na data em que depositarem seus respectivos instrumentos de ratificação.

Em testemunho de que, os Plenipotenciários abaixo assinados, havendo depositado seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, assinam o presente Protocolo em nome de seus respectivos Governos.

## PROTOCOLO ADICIONAL II

Os Plenipotenciários abaixo assinados, providos de plenos poderes dos seus respectivos Governos,

Convencidos de que o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, negociado e assinado em cumprimento das recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas, constante da Resolução 1.911 (XVIII), de 27 de novembro de 1963, representam um importante passo para assegurar a não-proliferação de armas nucleares,

Conscientes de que a não-proliferação de armas nucleares não constitui um fim em si mesma, mas um meio para atingir, em etapa posterior, o desarmamento geral e completo, e

Desejosos de contribuir, na medida de suas possibilidades, para pôr termo à corrida armamentista, especialmente no campo das armas nucleares, e a favorecer a consolidação da paz no mundo, baseada no respeito mútuo e na igualdade soberana dos Estados,

Convieram o seguinte:

Art. 1. O Estatuto de desnuclearização para fins bélicos da América Latina, tal como está definido, delimitado e enunciado nas disposições do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, do qual este instrumento é Anexo, será plenamente respeitado pelas Partes do

presente Protocolo em todos os seus objetivos e disposições expressas.

Art. 2. Os Governos representados pelos Plenipotenciários abaixo assinados comprometem-se, consequentemente, a não contribuir de qualquer forma para que, nos territórios aos quais se aplica o Tratado em conformidade com o artigo 4, sejam praticados atos que constituam uma violação das obrigações enunciadas no artigo 1, do Tratado.

Art. 3. Os Governos representados pelos Plenipotenciários abaixo assinados se comprometem, igualmente, a não empregar armas nucleares e a não ameaçar com o seu emprego as Partes Contratantes do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina.

Art. 4. O presente Protocolo terá a mesma duração que o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, do qual é Anexo, e a ele se aplicam as definições de território e de armas nucleares constantes dos artigos 3 e 5 do Tratado, bem como as disposições relativas à ratificação, reservas e denúncia, textos autênticos e registro que figuram nos artigos 26, 27, 30 e 31 do próprio Tratado.

Art. 5. O presente Protocolo entrará em vigor, para os Estados que o houverem ratificado, na data em que depositarem seus respectivos instrumentos de ratificação.

Em testemunho de que, os Plenipotenciários abaixo assinados, havendo depositado seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, assinam o presente Protocolo em nome de seus respectivos Governos.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 51 DE 1967

Aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 1.º É aprovado o Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ATÔMICA PARA FINS PACÍFICOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça,

Desejosos de ampliar a colaboração entre os dois países, no campo nuclear, e organizar esse intercâmbio científico e técnico,

Decidiram dar forma contratual precisa a esta cooperação para a utilização da energia atômica para fins pacíficos e, com esse objetivo, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelên-

cia o Senhor Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e

O Conselho Federal Suíço, Sua Excelência o Senhor André Dominicé, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário,

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convêm nas seguintes disposições:

## Artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação entre seus respectivos órgãos oficiais competentes no campo da pesquisa nuclear e de suas aplicações; estimularão a cooperação entre as empresas industriais brasileiras e suíças que trabalham para a utilização da energia atômica, e facilitarão, em particular, a realização de trabalhos em comum, relativos às aplicações pacíficas da energia atômica tanto no campo científico e técnico, como no campo industrial.

## Artigo II

As Partes Contratantes acordam em promover o intercâmbio de informações sobre as pesquisas empreendidas e as experiências realizadas, no campo da energia nuclear.

## Artigo III

As Partes Contratantes desenvolverão o intercâmbio de estudantes, de professores e de peritos. Cada uma delas aceitará, em seus estabelecimentos, estagiários nacionais da outra Parte Contratante, que poderão nelas aperfeiçoar sua formação ou realizar, em colaboração com peritos dessa Parte, programas de pesquisas em comum.

## Artigo IV

As Partes Contratantes facilitarão o fornecimento recíproco e a importação de materiais necessários ao desenvolvimento da energia nuclear, e, bem assim, do equipamento indispensável à realização de seus programas nucleares.

## Artigo V

As condições dos intercâmbios de informações e de pessoal especializado, de fornecimento de matérias primas ou beneficiadas e de combustíveis nucleares serão estabelecidas para cada caso, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada Parte Contratante.

## Artigo VI

O presente Acordo, que será ratificado e entrará em vigor a partir da troca de instrumentos de ratificação, é válido por um período de dez anos. Uma vez decorrido o prazo de cinco anos, a contar de sua entrada em vigor, este Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento mediante notificação por escrito; a denúncia produzirá efeitos seis meses após a apresentação da notificação.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados, devidamente autorizados por seus Governos, firmam o presente Acordo e nele apõem os respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e francesa, ambos igualmente autênticos, aos vinte e seis dias do mês de maio de 1965.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: Vasco T. Leitão da Cunha.  
Pelo Governo da Confederação Suíça: André Dominicé.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 52, DE 1967

Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965.

Art. 1.º É aprovada a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## PRÉAMBULO

1. Reconhecendo plenamente o direito soberano de cada país de regulamentar suas telecomunicações, os Plenipotenciários dos governos contratantes, tendo em vista facilitar as relações e a cooperação entre os povos através do bom funcionamento das telecomunicações celebraram de comum acordo, a presente Convenção.

2. Os países e os grupos de territórios que tomam parte na presente Convenção constituem a União Internacional de Telecomunicações.

## CAPÍTULO I

Composição, Objetivo e Estrutura da União

## ARTIGO 1

## Composição da União

3. 1. A União Internacional de Telecomunicações inclui Membros e Membros Associados.

4. 2. É Membro da União:

a) qualquer país ou grupo de territórios enumerados no Anexo 1, após a assinatura e ratificação da Convenção, ou adesão a este Ato pelo próprio país ou grupo de territórios, ou em seu nome;

5. b) qualquer país não enumerado no Anexo 1, que se torne Membro das Nações Unidas e venha a aderir à presente Convenção, de acordo com as disposições do Artigo 19;

6. c) qualquer país soberano não enumerado no Anexo 1 e que, não sendo Membro das Nações Unidas, venha a aderir à Convenção, de conformidade com as disposições do artigo 15, e cujo pedido de admissão haja sido aprovado por dois terços dos Membros da União;

7. 3. É Membro Associado da União:

a) qualquer país que, não sendo Membro da União, de conformidade com os termos dos números 4 e 6, venha a aderir à Convenção, de acordo com o disposto no artigo 19 e cujo pedido de admissão à União, na qualidade de Membro Associado, haja sido aprovado pela maioria dos Membros da União;

8. b) qualquer território ou grupo de territórios sem completa responsabilidade de suas relações internacionais e em cujo nome um Membro da União assine e ratifique a presente Convenção ou à mesma venha a aderir de acordo com os artigos 19 ou 20, quando seu pedido de admissão, na qualidade de Membro Associado, apresentado pelo Membro da União responsável, haja sido aprovado pela maioria dos Membros da União;

9. c) qualquer território sob tutela, cujo pedido de admissão na qualidade de Membro Associado haja sido apresentado pelas Nações Unidas

e em nome do qual esta última organização tenha aderido à Convenção, de acordo com o disposto no artigo 21.

10. 4. Se um território ou grupo de territórios, pertencentes a um grupo de territórios, que seja Membro da União, vier a tornar-se, ou se tornar tornado, Membro Associado da União, de acordo com o disposto no número 8, seus direitos e obrigações, previstos pela presente Convenção, serão os mesmos previstos para os Membros Associados.

11. 5. Para os efeitos das disposições dos números 6, 7 e 8, se um pedido de admissão na qualidade de Membro ou de Membro Associado for apresentado no intervalo de duas Conferências de Plenipotenciários, por via diplomática, ou por intermédio do país em que esteja fixada a sede da União, o Secretário-Geral consultará os Membros da União. Será considerado em abstenção o Membro que não responder no prazo de quatro meses, a contar do dia em que houver sido consultado.

#### ARTIGO 2

##### *Direitos e obrigações dos Membros e Membros Associados*

12. 1. (1) Todos os Membros têm o direito de participar das conferências da União e são elegíveis para todos seus organismos.

13. (2) Qualquer Membro tem direito a um voto em todas as conferências da União, em todas as reuniões dos Comitês Consultivos Internacionais dos quais participe e, no caso em que faça parte do Conselho de Administração, terá também direito a um voto em todas as sessões do Comitê.

14. (3) Qualquer Membro tem igualmente direito a um voto em toda consulta que se faça por correspondência.

15. 2. Os Membros Associados têm os mesmos direitos e obrigações dos Membros da União. Contudo, não lhes cabe o direito de voto nas conferências ou outros organismos da União, nem o de apresentar candidatos à Junta Internacional de Registro de Frequências. Não são elegíveis ao Conselho de Administração.

#### ARTIGO 3

##### *Sede da União*

16. A sede da União será fixada em Genebra.

#### ARTIGO 4

##### *Objetivo da União*

17. 1. A União tem por objetivo:

a) manter e desenvolver a cooperação internacional pelo aprimoramento e emprego racional das telecomunicações de toda espécie;

b) favorecer o desenvolvimento dos meios técnicos e sua mais eficaz exploração, com o fim de aumentar o rendimento dos serviços de telecomunicações, ampliar seu emprego e generalizar, ao máximo, sua utilização pelo público;

c) harmonizar os esforços das Nações para a consecução desses fins comuns.

20. 2. Com tal finalidade e, especialmente, a União:

a) efetuará a distribuição das frequências do espectro e o registro das respectivas consignações, de maneira a evitar interferências prejudiciais entre as estações de radiocomunicações dos diferentes países;

b) coordenará esforços no sentido de eliminar interferências prejudiciais entre as estações de radiocomunicações dos diferentes países, aprimorando a utilização do espectro de frequência;

c) fomentará a colaboração entre Membros e Membros Associados, objetivando alcançar, no estabelecimento das tarifas, o nível mínimo compatível com um serviço de boa qualidade e com uma gestão financeira de telecomunicações sa e independente;

d) estimulará a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das instalações e das redes de telecomunicações nos países novos ou em fase de desenvolvimento, por todos os meios disponíveis, em particular pela sua participação nos programas especializados das Nações Unidas;

e) promoverá a adoção de medidas tendentes a garantir a segurança da vida humana através da cooperação dos serviços de telecomunicações;

f) procederá a estudos, estabelecerá regulamentações, adotará resoluções, formulará recomendações reunirá e publicará informações sobre as telecomunicações, em benefício de todos os Membros e Membros Associados.

#### ARTIGO 5

##### *Estrutura da União*

26. A organização da União compreende:

1. A Conferência de Plenipotenciários, órgão supremo da União;

27. 2. As Conferências Administrativas;

28. 3. O Conselho de Administração;

29. 4. Os seguintes organismos permanentes:

a) Secretaria Geral;

30. b) a Junta Internacional de Registro de Frequências (I.F.R.B.);

31. c) o Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações ... (C.C.I.R.);

32. d) o Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico ... (C.C.I.T.T.);

#### ARTIGO 6

##### *Conferência de Plenipotenciários*

33. A Conferência de Plenipotenciários, órgão supremo da União, é composta de delegações que representam os Membros e os Membros Associados.

34. 1. A Conferência de Plenipotenciários:

a) determinará os princípios gerais que a União deverá seguir, a fim de atingir os objetivos enunciados no artigo 4 da presente Convenção;

b) examinará o relatório do Conselho de Administração relativo às suas atividades e às da Junta após a última Conferência de Plenipotenciários;

c) estabelecerá as bases do orçamento da União, bem como o limite máximo de suas despesas para o período compreendido até a próxima Conferência de Plenipotenciários;

d) fixará os salários básicos as escalas de salários e o regime das indenizações e pensões de todo o pessoal da União;

e) aprovará definitivamente as contas da União;

f) elegerá os Membros da União que deverão constituir o Conselho de Administração;

40. g) elegerá o Secretário Geral e o Vice-Secretário Geral e fixará a data em que deverão assumir suas funções;

41. h) revisará a Convenção, se assim julgar necessário;

42. i) concluirá ou revisará, se for o caso, os acordos entre a União e as outras organizações internacionais, examinará os acordos provisórios concluídos pelo Conselho de Administração, em nome da União, com estas mesmas organizações tomando as medidas que julgar conveniente;

43. j) examinará todas as questões de telecomunicações que forem julgadas necessárias.

44. 2. A Conferência de Plenipotenciários reunir-se-á normalmente no lugar e na data fixados pela Conferência de Plenipotenciários precedente.

45. 3. (1) A data e o lugar da próxima Conferência de Plenipotenciários, ou um dos dois apenas, poderão ser alterados:

49. a) a pedido de um quarto dos Membros e Membros Associados, no mínimo, apresentado individualmente, ao Secretário Geral;

47. b) por proposta do Conselho de Administração.

43. (2) Em ambos os casos, nova data e novo lugar, ou um dos dois, apenas, serão fixados em concordância com a maioria dos Membros da União.

#### ARTIGO 7

##### *Conferências Administrativas*

49. 1. As Conferências Administrativas da União compreendem:

a) as Conferências Administrativas Mundiais;

50. 2. As Conferências Administrativas são geralmente convocadas para o estudo de questões atinentes às telecomunicações e limitam-se estritamente a tratar dos assuntos que figuram na ordem do dia. As decisões por ela adotadas terão de ajustar-se em todos os casos, às disposições da Convenção.

51. b) as Conferências Administrativas Regionais.

52. 3. (1) Na ordem do dia de uma Conferência Administrativa Mundial poderão incluir-se:

a) a revisão parcial dos Regulamentos Administrativos enumerados no número 203;

53. b) excepcionalmente, a revisão completa de um ou vários desses Regulamentos;

54. c) qualquer outra questão de caráter mundial que seja da competência da Conferência.

55. (2) A ordem do dia de uma Conferência Administrativa Regional só poderá abranger pontos relativos a questões específicas de telecomunicações de caráter regional, incluindo instruções à Junta Internacional de Registro de Frequências, relacionadas com suas atividades em relação à região interessada, sempre que tais instruções não sejam contrárias aos interesses de outras regiões. Ademais, as decisões dessas conferências deverão ajustar-se em todos os casos às disposições dos regulamentos administrativos.

56. 4. (1) O Conselho de Administração, de acordo com a maioria dos Membros da União, fixará a ordem do dia de uma conferência administrativa, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Mundial, ou da maioria dos Membros da região interessada, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Regional, observando-se, porém, o estabelecido no número 76.

57. (2) Se for o caso essa ordem do dia abrangerá qualquer questão cujo inclusão tenha sido decidida por uma Conferência, de Plenipotenciários.

58. (3) Na ordem do dia de uma Conferência Administrativa Mundial, que trate de radiocomunicações também poderão ser incluídos os seguintes pontos:

a) eleição dos membros da Junta Internacional de Registros de Frequências, de conformidade com os números 172 a 174;

59. b) as instruções que serão dadas à mesma Junta, concernentes às suas atividades, e o exame destas últimas.

60. 5. (1) Uma Conferência Administrativa Mundial será convocada:

a) por decisão de uma Conferência de Plenipotenciários que poderá fixar a data e o lugar da sua reunião.

61. b) pela recomendação de uma Conferência Administrativa Mundial precedente;

62. c) quando uma quarta parte dos membros Associados da União propuserem individualmente ao Secretário Geral;

63. d) quando o Conselho de Administração o propuser.

64. (2) Nos casos enumerados no número 61, 62, 63 e eventualmente

60, a data e o lugar da conferência serão fixados pelo Conselho de Administração, de acordo com a maioria dos Membros da União, com as ressalvas estabelecidas no número 76.

65. 6. (1) Uma Conferência Administrativa Regional será convocada:

a) por decisão de uma Conferência de Plenipotenciários;

68. b) pela recomendação de uma Conferência Administrativa Mundial Regional, anteriores;

67. c) a pedido, no mínimo, de um quarto dos Membros e Membros Associados da União, pertencentes à região interessada, endereçado individualmente ao Secretário-Geral;

63. d) quando o Conselho de Administração o propuser.

69. (2) Nos casos enumerados nos números 65, 67, 68 e eventualmente 63, a data e o lugar da conferência serão fixados pelo Conselho de Administração, de acordo com a maioria dos Membros da União pertencentes à região interessada, respeitada as disposições do número 76.

70. 7. (1) A ordem do dia, a data e o lugar de uma Conferência Administrativa poderão ser alterados:

a) a pedido de, no mínimo, um quarto dos Membros e Membros Associados da União, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Mundial, de um quarto dos Membros e Membros Associados da União na região interessada, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Regional, ressalvadas as disposições do número 76;

71. b) por proposta do Conselho de Administração.

72. (2) Nos casos especificados nos números 70 e 71, as modificações propostas só serão definitivamente aceitas com a aprovação da maioria dos Membros da União, em se tratando de uma Conferência Administrativa Mundial, ou da maioria dos Membros na região interessada, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Regional, ressalvada as disposições do número 76.

73. 8. (1) O Conselho de Administração decidirá sobre a conveniência de ser a reunião principal de uma conferência administrativa precedida por uma reunião preparatória destinada a apresentar propostas relativas às bases técnicas dos trabalhos da conferência.

74. (2) A convocação da reunião preparatória e sua ordem do dia deverão ser aprovadas pela maioria dos Membros da União, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Mundial, ou pela maioria dos Membros na região interessada, quando se tratar de uma Conferência Administrativa Regional, ressalvando-se as disposições do número 76.

75. (3) Salvo decisão em contrário da reunião preparatória de uma Conferência Administrativa, os textos finalmente aprovados serão reunidos sob a forma de relatório também aprovado pela mesma reunião e assinado pelo seu presidente.

76. Nas consultas previstas nos números 55, 64, 69, 72 e 74, os Membros da União que não houverem respondido no prazo fixado pelo Conselho de Administração serão considerados como não participantes dessas consultas e em consequência não serão computados no cálculo da maioria. Se o número das respostas recebidas não ultrapassar a metade do número dos Membros da União consultados, nova consulta será procedida.

#### ARTIGO 8

##### *Regimento Interno das Conferências e Assembleias*

77. Na organização de seus trabalhos e na condução dos debates as conferências e assembleias aplicarão o regimento interno contido no Re-

gulamento-Geral anexo à Convenção. Todavia, qualquer conferência ou assembleia poderá adotar as disposições complementares que julgue indispensáveis, sob as condições de que sejam compatíveis com a Convenção e o Regulamento-Geral.

## ARTIGO 9

## Conselho de Administração

## A. Organização e funcionamento

73 1. (1) O Conselho de Administração compõe-se de vinte e nove Membros da União eleitos pela Conferência de Plenipotenciários, tendo em consideração a necessidade de uma representação equitativa de todas as partes do mundo. Os Membros da União eleitos para o Conselho desempenharão seu mandato até a data em que a Conferência de Plenipotenciários proceda à eleição de novo Conselho e poderão ser reeleitos.

74 (2) Se, entre duas Conferências de Plenipotenciários, verificar-se uma vaga no Conselho de Administração, caberá o lugar, de direito, ao Membro da União que na última eleição haja obtido maior número de sufrágios entre os Membros pertencentes à mesma região, sem, contudo, ter sido eleito.

75 (3) Considerar-se-á aberta uma vaga no Conselho:

a) quando um Membro do Conselho não se fizer representar em duas reuniões anuais consecutivas;

b) quando um país Membro da União se demitir de suas funções de Membro do Conselho.

82 2. Cada Membro do Conselho de Administração designará para atuar no Conselho, preferencialmente, uma pessoa que preste serviços na administração das telecomunicações ou seja diretamente responsável perante essa administração, ou em seu nome, e que, na medida do possível, seja qualificada em razão da sua experiência em serviços de telecomunicações.

83 3. Cada Membro do Conselho terá direito a um voto.

84 4. O Conselho de Administração estabelecerá o seu próprio Regulamento Interno.

85 5. O Conselho de Administração elegerá seus próprios Presidente e Vice-Presidente, no início de cada sessão anual, os quais permanecerão em exercício até a abertura da sessão seguinte e serão reelegíveis. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas ausências deste.

86 6. (1) O Conselho de Administração reunirá-se em sessão anual na sede da União.

87 (2) No decorrer desta sessão poderá ser decidido que seja excepcionalmente realizada uma sessão suplementar.

88 (3) No intervalo das sessões ordinárias o Conselho de Administração, a pedido da maioria de seus Membros, poderão ser convocados para reunir-se na sede da União.

89 7. O Secretário-Geral, o Vice-Secretário-Geral, o Presidente e o Vice-Presidente da Junta Internacional de Registro de Frequências e os diretores dos Comitês Consultivos Internacionais poderão, de pleno direito, participar das deliberações do Conselho de Administração, mas sem direito a voto. Contudo, o Conselho poderá convidar outros membros de seus Membros.

90 8. O Secretário-Geral atuará a convite do Secretário do Conselho de Administração.

91 9. (1) No intervalo das conferências de plenipotenciários o Conselho de Administração atuará como mandatário da conferência de plenipotenciários nos limites dos poderes delegados pela mesma.

92 (2) O Conselho só atuará quando estiver reunido em sessão oficial.

93 10. O representante de qualquer dos membros do Conselho de Administração tem direito a assistir, na qualidade de observador, a todas as reuniões dos organismos permanentes da União designados nos números 30, 31 e 32.

94 11. Apenas as despesas de transporte e de estada efetuadas pelos representantes dos Membros do Conselho de Administração, no desempenho de suas funções, durante as reuniões do Conselho, correrão por conta da União.

## B. Atribuições

95 12. (1) Caberá ao Conselho de Administração a adoção das medidas tendentes a facilitar a execução, por parte dos Membros e Membros Associados, das disposições da Convenção, dos regulamentos, das decisões de outras conferências e reuniões da União.

96 (2) Caberá ao Conselho de Administração assegurar a coordenação eficaz das atividades da União.

97 13. Em particular, o Conselho de Administração:

a) executará todos os encargos que lhe hajam sido atribuídos pela Conferência de Plenipotenciários;

b) assegurará, nos intervalos entre as Conferências de Plenipotenciários, a coordenação com todas as organizações internacionais, a que se referem os artigos 29 e 30 e, para esse efeito, concluirá, em nome da União, acordos provisórios com as organizações internacionais mencionadas no artigo 30 e com as Nações Unidas para a aplicação do Acordo entre a Organização das Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações; esses acordos provisórios deverão ser apresentados à seguinte Conferência de Plenipotenciários, de conformidade com as disposições do número 42 desta Convenção;

c) determinará a lotação e a hierarquia da Secretaria Geral e das Secretarias Especializadas dos organismos permanentes da União, tendo em consideração as normas gerais adotadas pela Conferência de Plenipotenciários;

d) estabelecerá os regulamentos que julgue necessários às atividades administrativas e financeiras da União, bem como os regulamentos administrativos, tendo em conta a prática corrente da Organização das Nações Unidas e das instituições especializadas, que aplicam o regime comum de salários, indenizações e pensões;

e) controlará o funcionamento administrativo da União;

f) examinará e estabelecerá o orçamento anual da União, realizando todas as economias possíveis;

g) adotará todas as disposições necessárias para o exame anual das contas da União preparadas pelo Secretário-Geral e aprovará estas contas para apresentá-las à próxima Conferência de Plenipotenciários;

h) ajustará, se for necessário:

1. as escalas de base de salários do pessoal da categoria profissional e superior, com exclusão dos salários relativos aos cargos providos por meio de eleição, a fim de adaptá-los às escalas de base dos salários fixados pelas Nações Unidas para as categorias correspondentes do regime comum;

2. as escalas de base dos salários do pessoal da categoria de serviços gerais, a fim de adaptá-las aos salários fixados pela Organização das Nações Unidas e pelas instituições especializadas na sede da União;

3. as indenizações dos cargos da categoria profissional e das categorias superiores, incluídas as dos cargos providos por meio de eleição, de conformidade com as decisões das Nações Unidas, aplicáveis na sede da União;

4. as indenizações para o pessoal da União, na sua totalidade, de acordo com as modificações adotadas pelo regime comum das Nações Unidas;

5. as contribuições da União e do pessoal à Caixa comum de pensões do pessoal das Nações Unidas, de conformidade com as decisões da Junta Mista da mesma Caixa;

6. as indenizações de custo de vida concedidas a beneficiários da Caixa de Seguros do Pessoal da União, de conformidade com a prática seguida pelas Nações Unidas.

7. Adotará as medidas necessárias à convocação das Conferências de Plenipotenciários e das Conferências Administrativas da União, de conformidade com os artigos 6 e 7;

8. submeterá à Conferências de Plenipotenciários da União as sugestões que julgar úteis;

9. coordenará as atividades dos organismos permanentes da União, tomará as providências oportunas para dar andamento às solicitações que lhe forem apresentadas por esses organismos e examinará seus relatórios anuais;

10. procederá, se assim julgar necessário, à designação de interino para a vaga, eventualmente aberta, de Vice-Secretário-Geral;

11. procederá à designação de interinos para os cargos vagos de diretores dos Comitês Consultivos Internacionais;

12. desempenhará as outras funções previstas na presente Convenção e, nos limites do estabelecido por esta e pelos regulamentos, todas as funções consideradas necessárias à boa administração da União;

13. tomará as providências necessárias, de acordo com a maioria dos Membros da União, a fim de resolver, em caráter provisório, os casos não previstos pela Convenção e seus anexos, e para a solução dos quais não seja possível esperar até a primeira Conferência competente;

14. submeterá ao exame da Conferência de Plenipotenciários um relatório sobre suas atividades e as da União;

15. enviará aos Membros e Membros associados da União, com a brevidade possível, depois de cada uma de suas sessões, informações resumidas de seus trabalhos, assim como todos os documentos que julgue necessários;

16. estimulará a cooperação internacional, tendo em vista assegurar, por todos os meios disponíveis e particularmente pela participação da União nos programas especializados das Nações Unidas a assistência técnica aos países novos ou em fase de desenvolvimento em conformidade com o objetivo da União, que é favorecer, por todos os meios possíveis, o desenvolvimento das telecomunicações.

## ARTIGO 10

## Secretaria Geral

120 1. (1) A Secretaria Geral será dirigida por um Secretário-Geral, assistido por um Vice-Secretário-Geral.

(2) O Secretário-Geral e o Vice-Secretário-Geral assumirão suas funções na data fixada por ocasião da eleição de ambos e permanecerão normalmente em exercício até a data fixada pela subsequente Conferência de Plenipotenciários e serão reelegíveis.

(3) O Secretário-Geral será responsável perante o Conselho de Administração pelo conjunto dos aspectos administrativos e financeiros das atividades da União. O Vice-Secretário-Geral será responsável perante o Secretário-Geral.

(4) O Vice-Secretário Assumirá interinamente o cargo de Secretário-Geral.

rio-Geral, caso este venha a vagar.

## 124. 2. O Secretário-Geral:

a) coordenará as atividades dos organismos permanentes da União, assistido pela Junta de Coordenação a que se refere o artigo 11;

b) organizará o trabalho da Secretaria-Geral e nomeará o pessoal da mesma, de acordo com as diretrizes dadas pela Conferência de Plenipotenciários e com os regulamentos estabelecidos pelo Conselho de Administração;

c) adotará as medidas administrativas concernentes à constituição das secretarias especializadas dos organismos permanentes e nomeará o pessoal das mesmas, de acordo com o chefe de cada organismo permanente, baseando-se na escolha deste último; contudo, a decisão definitiva sobre a nomeação e dispensa do pessoal constituirá atribuição do Secretário-Geral;

d) levará ao conhecimento do Conselho de Administração toda a qualquer decisão tomada pelas Nações Unidas e pelas instituições especializadas, que afetem as condições de trabalho, indenizações e pensões do regime comum;

e) fiscalizará a aplicação dos regulamentos administrativos e financeiros aprovados pelo Conselho de Administração;

f) exercerá a supervisão exclusivamente administrativa do pessoal das secretarias especializadas, que trabalhe diretamente sob as ordens dos chefes dos organismos permanentes da União;

g) assegurará o trabalho da Secretaria, prévio e subsequente às conferências da União;

h) assegurará em cooperação com o Governo que houver confiado, se for o caso, o secretariado de todas as conferências da União e, em colaboração com o chefe do organismo permanente interessado, facilitará os serviços necessários à realização das reuniões de cada organismo permanente da União. O Secretário-Geral poderá também, a pedido e mediante contrato, assegurar a secretaria de qualquer outra reunião relativa a telecomunicações;

i) manterá atualizadas as nomenclaturas oficiais, exceto os registros básicos, e qualquer outra documentação essencial que possa relacionar-se com as funções da Junta Internacional de Registro de Frequências, utilizando para esse fim os dados fornecidos pelos organismos permanentes da União ou pelas administrações;

j) publicará as recomendações e os principais relatórios dos organismos permanentes da União;

k) publicará os acordos internacionais e regionais concernentes às telecomunicações, que lhe sejam transmitidos pelas partes interessadas e manterá em dia os documentos com eles relacionados;

l) publicará as normas técnicas da Junta Internacional de Registro de Frequências, assim como qualquer outra documentação relativa à constituição e utilização das frequências, que haja sido preparada pela referida Junta na execução de suas funções;

m) preparará, publicará e atualizará, recorrendo, se for preciso aos demais organismos permanentes da União;

2. As estatísticas gerais e os documentos oficiais de serviços previstos nos regulamentos anexas à Convenção;

3. Qualquer outro documento cuja elaboração seja prescrita pelas Conferências e pelos Conselhos de Administração;

n) Distribuirá os documentos publicados;

o) Compilará e publicará, sob forma apropriada, os informes na-



cionais e internacionais referentes às telecomunicações do mundo inteiro;

142. p) Reunirá e publicará, em colaboração com os outros organismos permanentes da União, as informações de caráter técnico ou administrativo, que possam ser particularmente úteis para os países novos ou em fase de desenvolvimento, a fim de auxiliá-los a aperfeiçoar suas redes de telecomunicações. Também chamará a atenção desses países sobre as possibilidades oferecidas pelos programas internacionais colocados sob a égide das Nações Unidas;

143. q) Reunirá e publicará todas as informações referentes ao emprego de meios técnicos, que possam ser úteis aos Membros e Membros Associados no sentido de obter o máximo rendimento dos serviços de telecomunicações e, em especial, ao melhor emprego possível das frequências radio-elétricas visando evitar interferências;

144. r) Publicará periodicamente um boletim de informação e de documentação geral sobre telecomunicações, baseado nas informações que consiga reunir, ou que sejam postas à sua disposição por outras organizações internacionais;

145. s) Preparará e apresentará ao Conselho de Administração um projeto de orçamento anual que, depois de aprovado pelo Conselho, será enviado a título de informação, a todos os Membros e Membros Associados;

146. t) Preparará anualmente um relatório de gestão financeira que apresentará ao Conselho de Administração e, nas proximidades da realização de cada Conferência de Plenipotenciários, um balanço recapitulativo; tais relatórios, depois de conferidos e aprovados pelo Conselho de Administração, serão comunicados aos Membros e Membros Associados e submetidos à Conferência de Plenipotenciários para exame e aprovação definitiva;

147. u) Preparará, sobre a atividade da União, um relatório anual comunicado, depois de aprovado pelo Conselho de Administração, a todos os Membros e Membros Associados;

148. v) Garantirá todas as outras funções da Secretaria da União;

149. w) Atuará na qualidade de representante legal da União;

150. 3. O Vice-Secretário Geral auxiliará o Secretário Geral no desempenho de suas funções e exercerá aquelas que lhe foram especificadamente confiadas pelo Secretário Geral; na ausência do Secretário Geral exercerá as funções do mesmo.

151. 4. O Secretário Geral ou o Vice-Secretário Geral poderão assistir, em caráter consultivo, às assembleias plenárias dos Comitês Consultivos Internacionais e a todas as conferências da União; o Secretário Geral, ou seu representante, poderão participar, em caráter consultivo, a todas as outras reuniões da União. A participação dos mesmos às reuniões do Conselho de Administração serão reguladas pelo disposto no número 89.

## ARTIGO 11

## Comitê de Coordenação

152. 1. (1) O Secretário Geral será assistido por um Comitê de Coordenação que opinará sobre questões administrativas, financeiras e de cooperação técnica, que interessem vários organismos permanentes e também sobre relações exteriores e informação pública.

153. (2) O Comitê examinará igualmente todas as questões importantes, que lhe sejam apresentadas pelo Conselho de Administração e, depois de estudá-las entregará ao Conselho por intermédio do Secretário Geral, um relatório sobre as mesmas.

154. (3) O Comitê assistirá particularmente o Secretário Geral em todas as funções que lhe foram consignadas nos números 143, 144, 145 e 146 da Convenção.

155. (4) O Comitê examinará os resultados das atividades da União no domínio da cooperação técnica e formulará recomendações ao Conselho de Administração por intermédio do Secretário Geral.

156. (5) Caberá ao Comitê assegurar a coordenação com todas as organizações internacionais mencionadas nos artigos 29 e 30, em tudo quanto se referir à representação dos organismos permanentes da União nas conferências dessas organizações.

157. 2. O Comitê deverá empenhar-se para que suas conclusões sejam adotadas por unanimidade. Não obstante, o Secretário Geral poderá tomar decisões, mesmo quando não obtiver o apoio de dois ou mais membros do Comitê, se considerar que os problemas discutidos apresentam caráter de urgência. Nesse caso, e a pedido do Comitê, informará o Conselho de Administração em termos aprovados por todos os Membros do Comitê. Se, em circunstâncias análogas, os problemas não forem urgentes, porém importantes, serão enviados para exame à próxima reunião do Conselho de Administração.

158. 3. O Comitê será presidido pelo Secretário Geral e composto do Vice-Secretário Geral, dos diretores dos Comitês Consultivos Internacionais e do Presidente do Comitê Internacional de Registro de Frequências.

159. 4. O Comitê será convocado pelo seu Presidente um vez por mês, no mínimo.

## ARTIGO 12

## Funcionários eleitos e pessoal da União

160. 1. O Secretário Geral, o Vice-Secretário Geral e os diretores dos Comitês Consultivos Internacionais serão todos nacionais de países diferentes, Membros da União. Ao ser procedida a eleição dos mesmos, será conveniente considerar os princípios enunciados no número 164 e uma representação geográfica proporcionada das diversas regiões do mundo.

161. 2. (1) No desempenho de suas funções, tanto os funcionários eleitos como o pessoal da União, não deverão solicitar ou aceitar instruções de qualquer governo ou autoridade estranha à União. Assim sendo deverão abster-se da prática de ato incompatível com sua condição de funcionários internacionais.

162. (2) Todos os Membros Associados deverão respeitar o caráter estritamente internacional das funções dos funcionários e do pessoal da União, não procurar influenciá-los no exercício das mesmas.

163. (3) Fora de suas funções os funcionários eleitos, assim como o pessoal da União não deverão participar de interesses financeiros de espécie alguma, em qualquer empresa de telecomunicações. Contudo a expressão "interesses financeiros" não deve ser interpretada como oposta ao pagamento da aposentadoria decorrente de emprego ou serviços anteriores.

164. 3. A preocupação predominante no recrutamento do pessoal e na fixação das condições de trabalho deve ser a necessidade de assegurar à União os serviços de pessoas dotadas das mais altas qualidades de eficiência e integridade. A importância de um recrutamento efetivo sobre base geográfica tão ampla quanto possível deve ser devidamente levada em consideração.

## ARTIGO 13

## Junta Internacional de Registro de Frequências

165. 1. As funções essenciais da Junta Internacional de Registro de Frequências são as seguintes:

a) efetuar a inscrição metódica das consignações de frequências feitas pelos diversos países, de maneira a fixar, de conformidade com o procedimento estabelecido no Regulamento de Radiocomunicações, e, se for o caso, com as decisões das conferências competentes da União, a data e a finalidade e as características de cada uma dessas consignações, de modo a assegurar oficialmente o respectivo reconhecimento internacional;

b) orientar os Membros e Membros associados, visando a exploração do maior número possível de vias radioelétricas nas regiões do espectro de frequências em que possam produzir-se interferências prejudiciais;

c) executar todas as funções adicionais relacionadas com a distribuição e utilização das frequências prescritas por uma conferência competente da União, ou pelo Conselho de Administração, com o assentimento da maioria dos Membros da União, objetivando a preparação de uma determinada conferência ou no cumprimento de suas decisões.

166. d) manter em dia os registros indispensáveis ao exercício de suas funções.

169. 2. (1) A Junta Internacional de Registro de Frequências é um organismo composto de cinco membros independentes, designados de conformidade com o disposto nos números 172 a 180.

170. (2) Os Membros do Comitê deverão ser altamente qualificados pela sua competência técnica no domínio das radiocomunicações e possuir experiência prática em matéria de distribuição e utilização de frequências.

171. (3) Além disso, a fim de facilitar melhor compreensão dos problemas que venham a ser submetidos ao Comitê, em decorrência do número 166, cada um dos membros deverá estar ao corrente das condições geográficas, econômicas e demográficas de uma determinada região do globo.

172. 3. (1) Os cinco membros da Junta serão eleitos num intervalo de cinco anos, no mínimo, por uma Conferência Administrativa Mundial incumbida de resolver questões gerais de radiocomunicações. Tais membros serão escolhidos entre os candidatos propostos pelos países Membros da União. Cada Membro da União só poderá propor um candidato nacional que possua as qualificações requeridas nos números 170 e 171.

173. (2) O procedimento para essa eleição será estabelecido pela própria conferência, de maneira a assegurar uma representação equitativa para as diversas regiões do mundo.

174. (3) Em cada eleição, qualquer Membro do Comitê em exercício poderá ser novamente proposto como candidato pelo país por ele representado.

175. (4) Os Membros do Comitê darão início ao desempenho de suas funções na data fixada pela conferência Administrativa Mundial que os eleger. Permanecerão normalmente no exercício de suas funções até a data fixada pela Conferência que elegerá seus sucessores.

176. (5) Se no período compreendido entre duas conferências administrativas mundiais incumbidas de eleger os Membros do Comitê, um Membro eleito desta última demitir-se ou abandonar suas funções sem motivo justificado, durante mais de trinta dias consecutivos, ou se ele alicer o Presidente do Comitê convidará o país Membro da União de que proceda o membro eleito, a designar quanto an-

tes um sucessor nacional do mesmo país.

177. (6) Se o país membro em questão não designar um sucessor no espaço de três meses após essa solicitação, perderá o direito de indicar um representante para participar da Junta durante o resto da vigência do mandato da mesma.

178. (7) Se, no intervalo compreendido entre duas conferências administrativas mundiais, incumbidas de eleger os membros da Junta, um substituto demitir-se, por sua vez, ou abandonar o exercício de suas funções sem motivo justificado, durante um período superior a trinta dias, ou se falecer, o país Membro da União por ele representado não terá o direito de designar um segundo sucessor.

179. (8) Nos casos previstos nos números 177 e 178, o Presidente da Junta pedirá ao Secretário-Geral para convidar os países Membros da União, que façam parte da região interessada, a designarem candidatos para a eleição de um sucessor pelo Conselho de Administração na sua próxima reunião anual.

180. (9) Para garantir o funcionamento eficaz da Junta, os países que hajam designado um membro para a sua composição, deverão, na medida do possível, abster-se de retirá-lo no período compreendido entre duas conferências administrativas mundiais, incumbidas de eleger os Membros da Junta.

181. 4. (1) Os métodos de trabalho da Junta serão definidos no Regulamento de Radiocomunicações.

182. (2) Os membros da Junta elegerão entre eles um Presidente e um Vice-Presidente, os quais desempenharão suas funções durante um ano. Transcorrido este, o Vice-Presidente sucederá ao Presidente, e um novo Vice-Presidente será eleito.

183. (3) A Junta disporá de uma secretaria especializada.

184. 5. (1) Os membros da Junta exercerão seus encargos, não como representantes de seus respectivos países, ou de uma região, mas como agentes imparciais investidos de mandato internacional.

185. (2) Nenhum membro da Junta deverá, relativamente ao exercício de suas funções, solicitar ou receber instruções de qualquer governo, membro de um governo, organização ou pessoa pública ou privada. Ademais, cumprirá a cada Membro ou Membro Associado respeitar o caráter internacional da Junta e das funções de seus membros, não lhes sendo permitido, em caso algum, tentar influenciar os mesmos no desempenho de suas funções.

## ARTIGO 14

## Comitês Consultivos Internacionais

186. 1. (1) O Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações (C.C.I.R.) terá o encargo de estudar e emitir pareceres sobre questões técnicas e de exploração, especificamente relacionadas às radiocomunicações.

187. (2) O Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico (C.C.I.T.T.) terá a seu cargo realizar estudos e emitir pareceres sobre questões técnicas de exploração e de tarifas relativas à telegrafia e à telefonia.

188. (3) No desempenho de suas funções cada Comitê Consultivo deverá prestar especial atenção ao estudo dos problemas e à elaboração das recomendações diretamente relacionadas com a criação, a ampliação e o aprimoramento das telecomunicações nos países novos ou em fase de desenvolvimento, dentro do quadro regional e no domínio internacional.



189 (4) A pedido dos países interessados, cada Comitê Consultivo poderá igualmente proceder a estudos e emitir pareceres sobre questões relativas às telecomunicações nacionais dos mesmos países. O estudo dessas questões será feito de conformidade com o número 190.

190 2. (1) As questões estudadas por um Comitê Consultivo Internacional e sobre as quais terá que emitir pareceres, lhe serão propostas pela Conferência de Plenipotenciários, por uma Conferência Administrativa, pelo Conselho de Administração, por outro Comitê Consultivo, ou pela Junta Internacional de Registro de Frequências. A essas questões juntar-se-ão aquelas cujo estudo tenha sido decidido pela Assembleia Plenária do Comitê Consultivo, ou, no intervalo das assembleias plenárias, aquelas cuja inscrição tenha sido solicitada e aprovada por correspondência por vinte Membros e Membros Associados, no mínimo.

191 2) As Assembleias Plenárias dos Comitês Consultivos Internacionais estão autorizadas a apresentar às Conferências Administrativas as proposições que decorram diretamente de suas recomendações ou das conclusões relativas aos estudos em curso.

192 3. São membros dos Comitês Consultivos Internacionais:

a) de direito, as administrações de todos os Membros e Membros Associados da União;

193 b) qualquer empresa de exploração privada reconhecida que, com a aprovação do Membro ou Membro Associado, que lhe haja dado reconhecimento, manifeste o desejo de participar dos trabalhos desses Comitês.

194 4. O funcionamento de cada Comitê Consultivo Internacional será assegurado:

a) pela assembleia plenária, que se reunirá normalmente de três em três anos. Quando uma Conferência Administrativa Mundial correspondente houver sido convocada, a reunião da assembleia plenária se realizará, se possível, oito meses antes dessa conferência, no mínimo;

195 b) pelas comissões de estudo, constituídas pela assembleia plenária para tratar das questões a serem examinadas.

196 c) por um diretor eleito pela assembleia plenária, inicialmente por um período igual a duas vezes o intervalo compreendido entre duas assembleias consecutivas, normalmente por seis anos. Será reelegível nas assembleias plenárias sucessivas e, se for reeleito, permanecerá em exercício até a seguinte assembleia plenária, ou seja, normalmente durante três anos. Se o cargo vagar por causas imprevisíveis, a primeira assembleia plenária que se reunir elegerá um novo diretor.

197 d) por uma secretaria especializada, que auxiliará o Diretor;

198 e) pelos laboratórios ou instalações técnicas criados pela União.

199 5. Será instituída uma Comissão Mundial do Plano, assim como Comissões Regionais do Plano, de acordo com as decisões conjuntas das assembleias plenárias dos Comitês Consultivos Internacionais. Essas comissões elaborarão um Plano Geral para a rede internacional de telecomunicações a fim de facilitar o planejamento dos serviços internacionais de telecomunicações e submeterão aos Comitês Consultivos Internacionais as questões cujo estudo apresentar um especial interesse para os países novos ou em fase de desenvolvimento, incluídos na esfera da competência das citadas comissões.

200 6. As assembleias plenárias e as comissões de estudo dos Comitês Consultivos Internacionais também

observarão, no decurso de suas reuniões, o Regulamento Interno, incluído no Regulamento Geral, anexo à Convenção. Poderão também adotar um regulamento interno suplementar, de conformidade com o número 77. Esse regulamento suplementar será publicado sob forma de resolução nos documentos das assembleias plenárias.

201 7. Os métodos de trabalho dos Comitês Consultivos Internacionais serão definidos na segunda parte do Regulamento Geral, anexo à Convenção.

#### ARTIGO 15

##### Regulamentos

202 1. Ressalvadas as disposições do artigo 8, o Regulamento Geral contido no Anexo 4, à presente Convenção terá o mesmo alcance e idêntica duração a esta atribuídos.

203 2. As disposições da Convenção serão completadas pelo seguintes Regulamentos Administrativos:

Regulamento Telegráfico,  
Regulamento Telefônico,  
Regulamento de Radiocomunicações,  
Regulamento Adicional de Radiocomunicações.

204 (2) A ratificação da presente Convenção, de acordo com o Artigo 18, ou a adesão à presente Convenção, de acordo com o artigo 19, implicam a aceitação do Regulamento Geral e dos Regulamentos Administrativos em vigor por ocasião da mesma ratificação ou adesão.

205 3) Os Membros e Membros Associados deverão dar ciência ao Secretário Geral da sua aprovação de qualquer revisão destes regulamentos, por intermédio das Conferências Administrativas competentes. O Secretário Geral notificará essas aprovações, à medida que as receber, aos Membros e Membros Associados.

206 3. No caso de divergência entre uma disposição da Convenção e uma disposição do Regulamento, a Convenção prevalecerá.

#### ARTIGO 16

##### Finanças da União

207 1. As despesas da União compreendem os gastos relativos:

a) ao Conselho de Administração, à Secretaria Geral, à Junta Internacional de Registro de Frequências, às Secretarias dos Comitês Consultivos Internacionais, aos laboratórios e instalações técnicas criados pela União.

208 b) às Conferências de Plenipotenciários e às Conferências Administrativas Mundiais.

209 c) às reuniões dos Comitês Consultivos Internacionais.

210 2. As despesas com as Conferências Administrativas Regionais, a que se refere o número 50, serão custeadas pelos Membros e Membros Associados da região interessada, de acordo com a classe de contribuição dos mesmos e, em igual base, pelos Membros e Membros Associados de outras regiões que eventualmente participem de tais conferências.

211 3. O Conselho Administrativo examinará e aprovará o orçamento anual, dentro dos limites fixados para as despesas pela Conferência de Plenipotenciários.

212 4. As despesas da União serão custeadas pelas contribuições de seus Membros e Membros Associados, determinadas pelo número de unidades correspondentes a classe de contribuição escolhida por cada Membro ou Membro Associado, de acordo com a tabela seguinte:

classe de 30 unidades  
classe de 25 unidades  
classe de 20 unidades  
classe de 18 unidades  
classe de 15 unidades  
classe de 13 unidades

classe de 10 unidades  
classe de 8 unidades  
classe de 5 unidades  
classe de 4 unidades  
classe de 3 unidades  
classe de 2 unidades  
classe de 1 unidade  
classe de 1/2 unidade

213 5. Os Membros e Membros Associados escolherão livremente a classe em que desejarem contribuir para o pagamento das despesas da União.

214 6. (1) Cada um dos Membros ou Membros Associados dará a conhecer ao Secretário Geral, seis meses, no mínimo, antes de entrar em vigor a Convenção, a classe de contribuição que houver escolhido.

215 (2) Essa decisão será comunicada aos Membros e Membros Associados pelo Secretário Geral.

216 (3) Os Membros e Membros Associados, que não tenham dado a conhecer a sua decisão antes da data fixada no número 214, conservarão a sua classe de contribuição anteriormente comunicada ao Secretário Geral.

217 (4) Os Membros e Membros Associados poderão escolher em qualquer ocasião uma classe de contribuição superior à que tenham adotado anteriormente.

218 (5) Nenhuma redução no número de unidades de contribuição, estabelecida de acordo com os números 214 a 216, poderá ser efetuada enquanto perdurar a validade da Convenção.

219 7. Os Membros e Membros Associados deverão pagar adiantadamente suas contribuições anuais, calculadas na base do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

220 (8. 1) Qualquer novo Membro ou Membro Associado pagará pelo ano da sua adesão uma contribuição calculada a partir do primeiro dia do mês da sua adesão.

221 (2) No caso de denúncia da Convenção por um Membro ou Membro Associado, a contribuição deverá ser paga até o último dia do mês em que foi efetuada a denúncia.

222 9. As quantias em débito renderão juros a partir do início de cada ano financeiro da União. A taxa de juros será fixada em 3% (três por cento) durante os seis primeiros meses e 6% a partir do sétimo mês.

223 10. As disposições referem-se às contribuições das empresas privadas de exploração reconhecidas, dos organismos científicos ou industriais e das organizações internacionais.

224 a) As empresas privadas de exploração reconhecidas e os organismos científicos ou industriais contribuirão para as despesas dos Comitês Consultivos Internacionais, de cujos trabalhos aceitaram participar. Também as empresas de exploração privadas reconhecidas contribuirão para as despesas das Conferências Administrativas de que tenham aceitado participar ou das quais tenham participado, de acordo com o disposto no número 621 do Regulamento Geral.

225 b) As organizações internacionais igualmente contribuirão para as despesas das conferências ou reuniões de que hajam sido admitidas a participar, salvo quando o Conselho de Administração as dispensar desse pagamento, como medida de reciprocidade.

226 c) As empresas privadas de exploração reconhecidas, os organismos científicos ou industriais e as organizações internacionais que contribuíam para as despesas das conferências ou reuniões, de acordo com os números 224 e 225, poderão escolher livremente na escala que figura no número 212, a classe de contribuição com que desejam participar das despesas e disso darão ciência ao Secretário Geral.

227 d) As empresas privadas de exploração reconhecidas, os organismos

científicos ou industriais e as organizações industriais que contribuíam para o pagamento das despesas das conferências ou reuniões poderão escolher, a qualquer momento, uma classe de contribuição superior àquela anteriormente adotada.

228 e) Enquanto a Convenção estiver em vigor, não será concedida nenhuma redução da classe de contribuição.

229 f) No caso de denúncia da participação nos trabalhos de um Comitê Consultivo Internacional, a contribuição deverá ser paga até o último dia do mês em que a denúncia se efetuar.

230 g) O Conselho de Administração fixará anualmente a importância da unidade de contribuição das empresas privadas de exploração reconhecidas, dos organismos científicos ou industriais e das organizações industriais em relação às despesas das reuniões dos Comitês Consultivos Internacionais, de cujos trabalhos tenham consentido em participar. Tais contribuições serão consideradas como receita da União e também ficarão sujeitas a juros, de acordo com as taxas fixadas no número 222.

231 h) A importância da unidade de contribuição das empresas privadas de exploração reconhecidas para o pagamento das despesas de uma Conferência Administrativa de que participem, de conformidade com as disposições do número 621 do Regulamento Geral, e das organizações internacionais que também dela participem, será calculado dividindo-se a soma total do orçamento da conferência em questão pelo número de unidades pagas pelos Membros e Membros Associados como contribuição para as despesas da União. As contribuições serão consideradas como receita da União. Estarão sujeitas a juros a partir do sexagésimo dia após a remessa das faturas correspondentes, às mesmas taxas fixadas no número 222.

232 11. As despesas decorrentes de medições, ensaios e pesquisas e outras feitas pelos laboratórios e instalações técnicas por solicitação de determinados Membros ou Membros Associados, grupos de Membros ou de Membros Associados, organizações regionais ou outras, pesarão sobre esses Membros ou Membros Associados, grupos ou organizações.

233 12. O preço das vendas de documentos às administrações, às empresas privadas de exploração reconhecidas, ou a particulares, será fixado pela Secretaria Geral, em colaboração com o Conselho de Administração, tendo em vista, principalmente, fazer face ao custo das despesas de impressão e distribuição.

#### ARTIGO 17

##### Idiomas

234 1. (1) Os idiomas oficiais na União são: o francês, o inglês, o espanhol, o chinês e o russo.

235 (2) A União tem como idiomas de trabalho: o inglês, o espanhol e o francês.

236 (3) Em caso de discordância, o texto francês fará fé.

237 2. (1) Os documentos definitivos das Conferências de Plenipotenciários e das conferências administrativas, Atas finais, protocolos, resoluções, recomendações e votos serão redigidos nas línguas oficiais da União, em redações equivalentes quanto a forma e ao fundo.

238 (2) Todos os demais documentos das referidas conferências serão redigidos nas línguas de trabalho da União.

239 3. (1) Os documentos oficiais do serviço da União previstos nos regulamentos administrativos, serão publicados nos cinco idiomas oficiais.

240 (2) Todos os outros documentos, cuja distribuição geral deverá ser

assegurada pelo Secretário Geral, de acordo com suas atribuições, serão redigidos nos três idiomas de trabalho.

241 4. Os documentos mencionados nos números 237 e 240 poderão ser publicados em outro idioma, além dos previstos, desde que os Membros ou Membros Associados, que o solicitarem, se comprometam a custear a totalidade das despesas de tradução e publicação.

242 1. (1) Nos debates das conferências da União, e sempre que seja necessário, nas reuniões do Conselho de Administração e dos organismos permanentes, utilizar-se-á um sistema de interpretação recíproca nos três idiomas de trabalho e no idioma russo.

243 (2) Quando todos os participantes de uma reunião se declararem de acordo com esse procedimento, os debates poderão ter lugar com um número de idiomas inferior aos quatro acima referidos.

244 6. (1) Nas conferências da União e nas reuniões do Conselho de Administração e de seus organismos permanentes, poderão ser empregados outros idiomas além dos mencionados nos números 235 e 241.

245 a) quando for solicitado ao Secretário Geral, ou ao chefe do organismo permanente interessado em assegurar o emprego de um ou mais idiomas suplementares, orais ou escritos, e sob a condição de que as despesas decorrentes sejam custeadas pelos Membros ou Membros Associados que hajam formulado o pedido ou que o tenham apoiado.

246 b) quando uma delegação, espontaneamente se propuser a custear a tradução oral de sua própria língua para uma das línguas mencionadas no número 242.

247 (2) No caso previsto no número 245, o Secretário Geral ou o Chefe do organismo permanente interessado a tenderá o pedido, na medida do possível, sob a condição de que os Membros ou Membros Associados interessados se comprometam previamente a reembolsar a União das consequentes despesas.

248 (3) No caso previsto no número 246, a delegação interessada poderá, se assim o desejar, custear a tradução oral no seu próprio idioma ou num dos idiomas referidos no número 242.

#### CAPÍTULO II

##### Aplicação da Convenção e dos Regulamentos

#### ARTIGO 18

##### Ratificação da Convenção

249 1. A presente Convenção será ratificada por cada um dos Governos signatários, de acordo com as regras constitucionais em vigor nos respectivos países. Os instrumentos de ratificação serão enviados, no mais curto prazo possível, por via diplomática e por intermédio do Governo do país onde se situa a sede da União, ao Secretário Geral que fará a notificação pertinente aos Membros e Membros Associados.

250 2. (1) Durante um período de dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Governo signatário gozará dos direitos conferidos aos Membros da União, de conformidade com o disposto nos números 12 e 14, mesmo que não tenha depositado o instrumento de ratificação nas condições previstas no número 249.

251 (2) Findo o período de dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Convenção, um governo signatário que não houver depositado o instrumento de ratificação nos termos do número 249, não estará qualificado, em virtude das disposições da presente Convenção, a votar em nenhuma das sessões do Conselho de Administração, ou nas

reuniões dos organismos permanentes da União, ou mesmo em qualquer consulta efetuada por correspondência até que haja depositado o referido instrumento. Excetuando-se o direito de voto, os demais direitos desse Governo permanecerão inalterados.

252 3. Logo após ter esta Convenção entrada em vigor, de acordo com o artigo 53, todo e qualquer instrumento de ratificação produzirá efeito a partir da data em que houver sido entregue ao Secretário Geral.

253 4. A falta de ratificação a presente Convenção por um ou vários governos signatários em nada obstará a sua validade perante os governos que a tenham ratificado.

#### ARTIGO 19

##### Adesão à Convenção

254 1. O Governo de um país que não haja assinado esta Convenção poderá aderir à mesma em qualquer tempo, submetendo-se às imposições do artigo 1.

255 2. O instrumento de adesão será enviado ao Secretário Geral por via diplomática e por intermédio do governo do país em que a União tem sede. A adesão produzirá efeito a partir da data do seu respectivo depósito, salvo se de outro modo for estipulado. O Secretário Geral notificará a adesão aos Membros e Membros Associados e enviará a cada um deles uma cópia autêntica do Ato.

#### ARTIGO 20

Aplicação da Convenção nos países ou territórios cujas relações internacionais são mantidas por Membros da União

256 1. Os Membros da União poderão, em qualquer tempo, declarar que esta Convenção é aplicável ao conjunto, a um grupo, ou apenas, a um dos países ou territórios, cujas relações internacionais sejam por eles asseguradas.

257 2. Qualquer declaração feita em conformidade com o disposto no número 256 será dirigida ao Secretário Geral, que dela dará ciência aos Membros e Membros Associados.

258 3. As disposições constantes dos números 256 e 257 não são compulsórias em relação aos países, territórios ou grupos de territórios enumerados no Anexo I da presente Convenção.

#### ARTIGO 21

Aplicação da Convenção aos territórios sob tutela das Nações Unidas

259 As Nações Unidas poderão aderir a esta Convenção em nome de um território ou grupo de territórios confiados à sua administração, em virtude de um acordo de tutela, em conformidade com o artigo 75 da Carta das Nações Unidas.

#### ARTIGO 22

##### Eexecução da Convenção e dos Regulamentos

260 1. Os Membros e Membros Associados ficam obrigados a impor a observância de todas as disposições desta Convenção e dos regulamentos anexos aos escritórios e às estações de telecomunicações por eles instalados ou explorados e que prestam serviços internacionais suscetíveis de provocar interferências prejudiciais nos serviços de radiocomunicações de outros países, salvo no que se relacione com os serviços isentos dessas obrigações em virtude do disposto no artigo 51 da presente Convenção.

261 2. Deverão, além disso, adotar as medidas necessárias para impedir a observância da presente Convenção e dos regulamentos anexos às empresas privadas de exploração por eles autorizadas a estabelecer e explorar telecomunicações, e que assegurem serviços internacionais, ou operem estações suscetíveis de enu-

sar interferências prejudiciais aos serviços de radiocomunicações de outros países.

#### ARTIGO 23

##### Denúncia da Convenção

262 1. Qualquer Membro ou Membro Associado que haja ratificado a Convenção ou a ela aderido terá direito a denunciá-la mediante notificação dirigida ao Secretário Geral por via diplomática, e por intermédio do Governo do país em que tem sede a União. O Secretário Geral comunicará o fato aos outros Membros e Membros Associados.

263 2. Esta denúncia produzirá efeito após o prazo de um ano, a contar da data em que a notificação houver recebido pelo Secretário Geral.

#### ARTIGO 24

Denúncia da Convenção por países ou territórios cujas relações internacionais são mantidas por Membros da União

264 1. A vigência desta Convenção num país, território, ou grupo de territórios poderá, de conformidade com o artigo 20 cessar a qualquer momento. Se esse país, território ou grupo de territórios for Membro Associado, perderá, ao mesmo tempo, tal qualificação.

265 2. As denúncias previstas no parágrafo precedente serão notificadas nas condições fixadas no número 262 e produzirão efeito nas condições previstas no número 263.

#### ARTIGO 25

##### Ab-rogação da Convenção anterior

266 A presente Convenção ab-roga e substitui a Convenção Internacional de Telecomunicações de Genebra (1959 nas relações entre os Governos contratantes.

#### ARTIGO 26

##### Validade dos regulamentos administrativos vigentes

267 Os regulamentos administrativos referidos no número 203 entrarão em vigor no momento em que for assinada esta Convenção. Serão considerados anexos à presente Convenção e permanecerão válidos com a ressalva de revisões parciais, que poderão ser aprovadas nos termos do número 52, até a data de entrada em vigor de novos regulamentos elaborados pelas conferências administrativas mundiais competentes, e destinados a substituí-los sob a forma de anexos à presente Convenção.

#### ARTIGO 27

##### Relações com os Estados contratantes

268 1. Todos os Membros e Membros Associados reservam para si e para as empresas de exploração privada reconhecida a faculdade de fixarem condições através das quais é admitida a permuta de telecomunicações com um Estado que não seja parte da presente Convenção.

269 2. Se uma telecomunicação originária de Estado não contratante for aceita por Membro ou Membro Associado, deverá ser transmitida e, sempre que a mesma utilize os canais de um Membro ou Membro Associado, ser-lhe-ão aplicadas as disposições compulsórias da Convenção, os regulamentos, assim como as taxas normais.

#### ARTIGO 28

##### Solução das divergências

270 1. Os Membros e Membros Associados poderão regular suas divergências sobre questões relativas à aplicação da presente Convenção, ou dos regulamentos referidos no artigo 15, por via diplomática, ou mediante procedimento estabelecido através de tratados bilaterais ou multila-

terais concluídos entre os mesmos, para a solução de divergências internacionais, ou por qualquer outro método que possam empregar de comum acordo.

271 2. Quando não for empregado um desses meios de solução, qualquer Membro ou Membro Associado, parte na divergência, poderá recorrer ao arbitramento, definido no Anexo 3 ou no Protocolo Adicional, facultativa, segundo o caso.

#### CAPÍTULO III

##### Relações com as Nações Unidas e Com os Organismos Internacionais

#### ARTIGO 29

##### Relações com as Nações Unidas

272 1. As relações entre as Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações foram definidas no Acordo concluído entre ambas as organizações.

273 2. Em conformidade com as disposições do artigo XVI do Acordo acima mencionado os serviços de exploração das telecomunicações das Nações Unidas gozarão de direitos e terão sujeitos às obrigações previstas nesta Convenção e nos regulamentos administrativos à mesma anexos. Terão, em consequência, o direito de assistir, em caráter consultivo, a todas as conferências da União, assim como às reuniões dos Comitês Consultivos Internacionais.

#### ARTIGO 30

##### Relações com os Organismos Internacionais

274 A fim de contribuir para a efetivação da completa coordenação internacional no domínio das telecomunicações, a União colaborará com os organismos internacionais que tenham interesse e atividades conexas.

#### CAPÍTULO IV

##### Disposições gerais relativas às telecomunicações

#### ARTIGO 31

Direito de utilização pelo público do serviço internacional de telecomunicações

275... Os Membros e Membros Associados concedem ao público o direito de manter correspondência por intermédio do serviço internacional de correspondência pública. Os serviços, as taxas e garantias serão os mesmos para todos os usuários, em cada categoria de correspondência, sem qualquer prioridade ou preferência.

#### ARTIGO 32

##### Retenção de telecomunicações

276 1. Os Membros Associados reservam-se o direito de reter a transmissão de qualquer telegrama particular que pareça perigoso à segurança do Estado, ou contrário às suas leis, à ordem pública ou aos bons costumes, sob condição de notificarem imediatamente a estação de origem sobre a retenção, total ou parcial, do telegrama, salvo quando essa notificação possa parecer perigosa à segurança do Estado.

277 2. Os Membros e Membros Associados também se reservam o direito de interromper qualquer outra telecomunicação particular que possa parecer perigosa à segurança do Estado ou contrária às suas leis, à ordem pública ou aos bons costumes.

#### ARTIGO 33

##### Suspensão de Serviço

278 Todo Membro ou Membro Associado reserva-se o direito de suspender, por tempo indeterminado, o serviço de telecomunicações internacionais, seja em sua totalidade, seja somente para certas relações, ou para determinada espécie de correspondência saínte, entrante ou em trânsito.

assumindo, porém, a obrigação de comunicar o fato a todos os outros Membros e Membros Associados por intermédio do Secretário Geral.

## ARTIGO 34

*Responsabilidade*

279. Os Membros e Membros Associados não aceitarão nenhuma responsabilidade perante os usuários dos serviços internacionais de telecomunicações, especialmente no que se refere às reclamações por danos e prejuízos.

## ARTIGO 35

*Sigilo das telecomunicações*

280. 1. Os Membros e Membros Associados comprometem-se a tomar todas as providências necessárias compatíveis com o sistema de telecomunicações empregado, no sentido de assegurar o sigilo da correspondência internacional.

281. 2. Contudo, reservam-se o direito de submeter essa correspondência às autoridades competentes, a fim de assegurar a aplicação de sua legislação interna ou a execução das convenções internacionais de que sejam parte.

## ARTIGO 36

*Estabelecimento, exploração e proteção das instalações e das vias de telecomunicações*

282. 1. Os Membros e Membros Associados adotarão as medidas convenientes no sentido de estabelecer, nas melhores condições técnicas, as vias e as instalações necessárias para assegurar o intercâmbio rápido e ininterrupto das telecomunicações internacionais.

283. 2. Essas vias e instalações deverão ser, na medida do possível, exploradas de acordo com os melhores métodos adotados em consequência adquirida através da prática e mantidas em bom estado de utilização e ao nível dos progressos científicos e técnicos.

284. 3. Os Membros e Membros Associados garantirão a proteção dessas vias e instalações dentro dos limites da jurisdição de cada um.

285. 4. Salvo quando acordos particulares estabeleçam outras condições, os Membros e Membros Associados deverão adotar medidas adequadas para assegurar a manutenção das seções dos circuitos internacionais de telecomunicações compreendidos nos limites da jurisdição de cada um.

## ARTIGO 37

*Notificação das contravenções*

286. A fim de facilitar a aplicação do artigo 22 desta Convenção, os Membros e Membros Associados se comprometem a prestar recíprocos esclarecimentos acerca das contravenções às disposições da presente Convenção e dos regulamentos anexos à mesma.

## ARTIGO 38

*Taxas e franquias*

287. As disposições relativas às taxas sobre telecomunicações e aos diversos casos de isenção de pagamento das mesmas serão estabelecidas nos regulamentos anexos à presente Convenção.

## ARTIGO 39

*Prioridade das telecomunicações relativas à segurança da vida humana*

288. Os serviços internacionais de telecomunicações devem dar prioridade absoluta às telecomunicações relativas à segurança da vida humana no mar, na terra, nos ares e no espaço extra-atmosférico, assim como às telecomunicações epidemiológicas de urgência excepcional da Organização Mundial da Saúde.

## ARTIGO 40

*Prioridade dos telegramas, das chamadas e das comunicações telefônicas do Estado*

289. Ressalvadas as disposições dos artigos 39 e 49 da presente Convenção, os telegramas de Estado gozam do direito de prioridade sobre outros telegramas, sempre que o expedidor o solicitar. As chamadas e as conversações telefônicas do Estado poderão, igualmente, a pedido expresso e na medida do possível, gozar de direito de prioridade sobre as demais chamadas e comunicações telefônicas.

## ARTIGO 41

*Linguagem Secreta*

290. 1. Os telegramas do Estado, bem como os telegramas de serviço, poderão, em todas as relações, ser redigidos em linguagem secreta.

291. 2. Os telegramas particulares em linguagem secreta poderão ser admitidos entre todos os países, com exceção daqueles que hajam previamente notificado, por intermédio da Secretaria Geral, não admitir tal linguagem nessa espécie de correspondência.

292. 3. Os Membros e Membros Associados que não admitirem telegramas particulares e linguagem secreta, originários de seus próprios territórios, ou a eles endereçados, deverão permitir que os mesmos circulem em trânsito, salvo no caso de suspensão de serviço, prevista no artigo 33 da presente Convenção.

## ARTIGO 42

*Organização e liquidação de contas*

293. 1. As administrações dos Membros Associados e as empresas de exploração privada reconhecidas, que explorem serviços internacionais de telecomunicações, deverão entrar em acordo sobre o montante de seus créditos referidos no número 293 serão organizadas de conformidade com as disposições dos regulamentos anexos à presente Convenção, salvo se houver entendimentos particulares entre as partes interessadas.

295. 3. As liquidações de contas internacionais serão consideradas como transações correntes, e efetuadas em concordância com as obrigações internacionais correntes dos países interessados quando os Governos houverem concluído acordos nesse sentido. Na ausência de entendimentos de tal espécie, ou de acordos particulares, concluídos nas condições previstas no artigo 44 da presente Convenção, as liquidações das contas serão efetuadas de conformidade com as disposições dos regulamentos.

## ARTIGO 43

*Unidade Monetária*

296. A unidade monetária a ser empregada na composição das tarifas de telecomunicações internacionais e nas organizações das contas internacionais será o franco-ouro de 100 centimos, com um peso de 10/31 de grama e do título de 0,900.

## ARTIGO 44

*Acórdos particulares*

297. Os Membros e Membros Associados reservarão para si próprios, para as empresas de exploração privada por eles reconhecidas e para outras empresas de exploração devidamente autorizadas para esse fim, a faculdade de concluir acordos particulares sobre questões de telecomunicações que não interessem à totalidade dos Membros e Membros Associados. Contudo, esses acordos não deverão contrariar as disposições da presente Convenção ou os regulamentos a ela anexos, em tudo quanto se relacionar com as interferências prejudiciais, que a sua execução possa causar aos serviços de rádio-comunicações de outros países.

## ARTIGO 45

*Conferências, acordos e organizações regionais*

298. Os Membros e Membros Associados reservarão para si próprios o direito de realizar conferências regionais, de concluir acordos regionais e de criar organizações regionais com o objetivo de solucionar questões de telecomunicações suscetíveis de serem tratadas num plano regional. Os acordos regionais não deverão opor-se à presente Convenção.

## CAPÍTULO V

*Disposições especiais relativas às radiocomunicações*

## ARTIGO 46

*Utilização racional do espectro das frequências radioelétricas*

299. Os Membros e Membros Associados reconhecem a conveniência de que o número das frequências e o espaço do espectro utilizado sejam limitados ao mínimo indispensável para garantir de maneira satisfatória o funcionamento dos serviços necessários. Para essa finalidade serão convenientes a escrupulosa aplicação dos mais recentes aperfeiçoamentos da técnica.

## ARTIGO 47

*Intercomunicações*

300. 1. As estações que asseguram as radiocomunicações no serviço móvel serão obrigadas, dentro dos limites de suas atribuições normais, a permuta recíproca de radiocomunicações, sem distinção do sistema radioelétrico por elas adotado.

301. 2. Entretanto, a fim de não disposições do número 300 não impedirão o emprego de um sistema radioelétrico incapaz de comunicação com outros sistemas, desde que essa incapacidade seja devida à natureza específica do mencionado sistema e não o resultado de dispositivos adotados unicamente com o objetivo de impedir intercomunicações.

302. 3. Não obstante as disposições do número 300, uma estação poderá ser destinada a um serviço internacional restrito de telecomunicações, determinado pela finalidade desse serviço ou por outras circunstâncias independentes do sistema empregado.

## ARTIGO 48

*Interferências prejudiciais*

303. 1. Todas as estações, seja qual for a sua finalidade, deverão ser estabelecidas e exploradas de maneira a não causarem interferências prejudiciais às comunicações ou aos serviços radioelétricos de outros Membros ou Membros Associados, às empresas privadas de exploração reconhecidas, ou a outras empresas de exploração devidamente autorizadas a manter serviços de radiocomunicações e que funcionem de acordo com as disposições do Regulamento de Radiocomunicações.

304. 2. Todo Membro ou Membro Associado obriga-se a exigir das empresas de exploração privadas por ele reconhecidas e de outras empresas de exploração devidamente autorizadas para esse efeito a observância das prescrições referidas no número 303.

305. 3. Além disso, os Membros e Membros Associados reconhecem a conveniência da adoção de medidas praticamente exequíveis visando impedir que o funcionamento de aparelhos e instalações elétricas de qualquer espécie causem interferências prejudiciais às comunicações ou aos serviços elétricos mencionados no número 303.

## ARTIGO 49

*Chamadas e mensagens de perigo*

306. As estações de radiocomunicações serão obrigadas a receber, com absoluta prioridade, as chamadas e

mensagens de perigo, seja qual for a procedência, a respondê-las do mesmo modo e a dar-lhes imediatamente o curso devido.

## ARTIGO 50

*Sinais de perigo, de urgência, de segurança ou de identificação, falsos ou enganosos*

307. Os Membros e Membros Associados obrigam-se a tomar as medidas necessárias para reprimir a transmissão e a circulação de sinais de perigo, de urgência, de segurança ou de identificação, falsos ou enganosos, e a colaborar no sentido de localizar e identificar as estações de seus países que emitam esses sinais.

## ARTIGO 51

*Instalação de serviços de defesa nacional*

308. 1. Os Membros e Membros Associados gozarão de plena liberdade relativamente às instalações radioelétricas militares de suas forças terrestres, navais e aéreas.

309. 2. Contudo, essas instalações deverão, tanto quanto possível, observar as disposições regulamentares referentes aos socorros a serem prestados em caso de perigo, às providências que visem a impedir interferências prejudiciais, assim como as prescrições dos regulamentos concernentes aos tipos de emissão e às frequências a serem utilizadas, de acordo com a natureza dos serviços que assegurarem.

310. 3. Além disso, quando essas instalações forem utilizadas no serviço de correspondência pública, ou nos demais serviços regidos pelos regulamentos anexos à presente Convenção, deverão, em geral, ajustar-se às prescrições regulamentares aplicáveis aos mesmos serviços.

## CAPÍTULO VI

*Definições*

## ARTIGO 52

*Definições*

311. Na presente Convenção, salvo quando resultem contradições no contexto:

a) os termos definidos no Anexo 1 terão o sentido que lhes é atribuído; 312 b) os demais termos definidos nos Regulamentos citados no artigo 13 terão o sentido que lhes é atribuído nestes Regulamentos.

## CAPÍTULO VII

*Disposição Final*

## ARTIGO 53

*Data da entrada em vigência da Convenção*

313. A presente Convenção entrará em vigor a primeiro de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete nos países, territórios ou grupo de territórios, cujos instrumentos de ratificação ou adesão hajam sido depositados antes da mesma data.

Em garantia do que, os plenipotenciários respectivos assinam a Convenção em exemplar de cada um dos idiomas inglês, chinês, espanhol, francês e russo, o texto francês fazendo fé em caso de divergência. Este exemplar ficará depositado nos arquivos da União Internacional de Telecomunicações, que fornecerá uma cópia a cada um dos países signatários.

Montreux, 12 de novembro de 1965.

Pelo Afeganistão:

M. A. Gran  
S. N. Alawi

Pela Argélia: (República Argélia Democrática e Popular)

A. Amrani  
S. Douzida  
M. Harbi

## Pelo Reino da Arábia Saudita:

A. Zaidan  
M. Mirdad  
A. K. Bashaw.

## Pela República Argentina:

A. Lozano Conejero  
M. Bucich  
O. Garcia Pifero  
R. A. Salvador  
F. Diaco

## Pela Confederação da Austrália:

(Commonwealth)

G. J. Griffiths  
R. E. Butler

## Pela Áustria:

B. Schaginger  
K. Vavra  
A. Sapi

## Pela Bélgica:

M. C. E. D. Lambotte  
E. Rothschild

## Pela República Socialista Soviética de Bielorrússia:

P. Afanassiev

## Pela União da Birmânia:

Min Lwin

Pe Than

## Pela Bolívia:

Gra. M. C. Sejas Sierra

## Pelo Brasil:

E. Machado de Assis  
E. Martins da Silva  
D. S. Ferreira  
C. Gomes de Barros  
J. A. Marques  
II. Dourado

## Pela República Popular da Bulgária:

V. Makarski

## Pela República Federal do Camerun:

Tchouta Moussy  
H. Eifoudou

## Pelo Canadá:

F. G. Nixon

## Pela República Centro Africana:

E. N'Zengou  
L. A. Moziallo

## Pelo Ceilão:

G. E. de S. Ellawel

## Pelo Chile:

H. Calcagni R.  
E. Claude F.  
R. Huidobro

## Pela China:

Y. Shen  
T. C. Yu  
T. C. Liu  
T. V. Miao

## Pela República de Chipre:

B. Michaelides  
A. E. Emeedoklis

## Pelo Estado da Cidade do Vaticano:

A. Stefanizzi  
P. V. Giudice

## Pela República da Colômbia:

E. Arango  
S. Quijano-Caballero  
O. Rowira Arango

## Pela República Democrática do Congo:

J. Muzumba  
B. Kalonji  
F. Tumba  
A. Masamba  
M. G. M'Bela

## Pela República do Congo (Brazzaville):

M. N'Tsiba  
J. Balima  
R. Rizet

## Pela República da Coreia:

I. Y. Chung  
O. W. Pak

## Por Costa Rica:

C. Di Mottola Balestra  
M. Bagli

## Pela República da Costa de Marfim:

S. Cissoko  
T. Konde

B. Sakanoko

## Por Cuba:

P. W. Luis Torres  
L. Coia Vila  
J. A. Valladares Timoneda

## Pela República do Daomé:

T. Boura Ilma

## Pela Dinamarca:

G. Pedersen  
P. F. Ericksen

## Pelo Conjunto dos Territórios Representados pelo Departamento Francês de Correios e Telecomunicações de Além-Mar:

E. Skinazi  
M. Chapron  
J. L. A. Constantin  
G. Auneveux

## Pelo Equador:

E. Ponce Y Carbo

## Pela Espanha:

J. P. de Lojendio e Irure  
J. A. Gimenez-Arnau  
J. Garrido

## Pelos Estados Unidos da América:

J. C. Holmes

## Pela Etiópia:

D. Negash  
D. Beyene

## Pela Finlândia:

O. J. Salolla  
T. A. Puolanne

## Pela França:

I. Cabanne  
G. Terras  
R. Vargues

## Pela República Gabonesa:

E. Mefane  
J. A. Auguiley

## Por Gana:

J. A. Brobbey

## Pela Grécia:

A. Marangoudakis  
D. Bacalexis

## Pela Guatemala:

F. Villela Jiménez

## Pela República da Guiné:

S. Diarra  
A. I. Diallo  
M. B. Camara  
M. Saadi

## Pela República de Haíti:

J. D. Baguidy

## Pela República do Alto Volta:

A. M. Kambiré

## Pela República Popular Húngara:

D. Horn

## Pela República da Índia:

Chaman Lal  
C. P. Vasudevan  
G. D. Gokarn  
A. Asrant

## Pela República da Indonésia:

A. Tahir  
Pratomo  
T. Awuy  
A. Boer

## Pelo Irã:

W. Karagoli

## Pela Irlanda:

L. O'Brien  
P. L. O'Colmain  
M. O'Malley

## Pela Islândia:

B. Kristjasson

## Pelo Estado de Israel:

E. Ron  
M. Shakked  
B. Bavly

## Pela Itália:

F. Babuscio-Rizzo  
A. Bigli

## Pela Jamaica:

H. H. Haughton  
G. A. Gauntlett

## Pelo Japão:

I. Hatakeyama  
M. Takashima  
M. Itano

## Pelo Reino Hachamita da Jordânia:

Z. Goussous  
K. Samawi

## Pela Kenia:

F. M. Hinawy

## Pelo Estado de Mowelt:

F. Hamzeh  
A. M. Al-Sabej  
F. Kodsli

## Pelo Reino do Laos:

I. Cabanne

## Pelo Líbano:

N. Kayata  
M. Ghazal

## Pela República da Libéria:

J. L. Cooper, Jr.

## Pelo Principado de Liechtenstein:

A. Hilbe

## Pelo Luxemburgo:

E. Raus  
J. B. Wolff

## Pela Malásia:

V. T. Sambanthan

K. P. Chen

Mah Seck Wah

B. A. K. Shamsuddin

## Pelo Malawi:

A. W. Le Fevre

## Pela República Malgache:

C. Ramanitra  
R. Ravelomanantsoa-Ratsimihan  
J. Canaviecourt

## Pela República do Mali:

M. Sidibe

## Por Malta:

I. Xuereb  
A. Barbara  
J. V. Galea

## Pelo Reino de Marrocos:

A. Laraqui  
A. Berrada  
M. Benabdella

## Pela República Islâmica da Mauritânia:

M. N'Diaye

## Pelo México:

C. Nuñez, A.  
L. Marajas G.

## Por Monaco:

C. C. Solamito  
A. Y. Passeron

## Pela República Popular da Mongólia:

D. Gotov  
S. Gandorje  
L. Natsagdorje

## Pelo Nepal:

H. P. Upadhyay

## Pela Nicarágua:

A. A. Mullhaupt

## Pela República do Níger:

B. Bolho  
B. Batouré  
R. Mas

## Pela República Federal da Nigéria:

G. C. Okoli  
E. A. Onuoha

## Pela Noruega:

L. Larsen  
P. Ovtgard  
N. J. S'oberg  
T. L. Nebell

## Pela Nova Zelândia:

E. S. Doak  
A. W. Brockway

## Pela Uganda:

J. W. L. Akol  
G. W. Adams

## Pelo Paquistão:

M. S. Kari  
R. Ahmad  
M. Aslam

## Pelo Panamá:

J. A. Tack

## Pelo Paraguai:

S. Guanes  
M. Ferreira Falcon

## Pelo Reino dos Países-Baixos:

G. H. Bast

## Pelo Peru:

E. Gomez Cornejo  
J. Barreda  
P. Solari Swayre  
A. A. Giesecke Matto

## Pela República das Filipinas:

V. A. Pacis  
A. G. Gamboa, Jr.  
P. F. Martinez  
R. D. Tangifigan

## Pela República Popular da Polónia:

H. Baczko

## Por Portugal:

J. T. C. Calvet de Magalhães  
M. A. Vieira  
J. da Cruz Filipe  
R. Rezende Rodrigues  
M. F. da Costa Jardim

## Pelos Provincias Espanholas da Africa:

J. Sabau Bergamm

## Pelos Provincias Portuguesas de Além-Mar:

J. T. C. Calvet de Magalhães  
M. A. Vieira  
J. da Cruz Filipe  
R. Rezende Rodrigues  
M. F. da Costa Jardim

## Pela República Árabe Síria:

A. S. Atassi  
A. M. Naftakh

## Pela República Árabe Unida:

I. Fouad  
A. Osman  
F. I. Ali



Pela República Federal da Alemanha:

H. Bornemann

Pela República Socialista Soviética da Ucrânia:

G. Sintchenko

Pela República Somália:

S. I. Abdi

Pela República Socialista da România:

M. Grigore

G. Airinei

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

W. A. Wolverson

H. G. Lillicrap

C. E. Loveu

P. W. F. Fryer

H. C. Greenwood

Pela República Ruandesa:

Z. Habyambere

L. Sibomana

Pela República do Senegal:

I. N'Diaye

M. Roulet

L. Dia

Por Serra Leoa:

C. S. Davies

Por Singapura:

Chong Fong Chan

Pela República do Sudão:

G. A. Wettstein

A. Langehoerge

F. Locher

R. Rüttsch

G. Buttex

Pela República Unida da Tanzânia:

C. G. Kahama

Pela República do Tchad:

M. Nagarnim

G. Goy

Pela República Socialista Tchecoslováquia:

M. Laipert

Pelos Territórios dos Estados Unidos da América:

F. Corneiro

Pelos Territórios de Além-Mar, cujas relações internacionais estão garantidas pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

A. H. Sheffield

D. Simper

Pela Tailândia:

S. Punyaratbandhu

S. Sukhaneth

C. Vajrabhaya

D. Charoenphol

Pela República Togolesa:

A. Aithnard

Por Trinidad e Tobago:

W. A. Rose

T. A. Wilson

Pela Tunísia:

Z. Chelli

M. Mili

A. Ladjimi

Pela Turquia:

N. Taway

A. P. Arpac

M. D. Karacglan

Sra. S. Cubukcu

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

A. Poukhalski

Pela República da Venezuela:

E. Tovar Cova

Pela República Socialista Federativa de Iugoslávia:

P. Vasiljevic

Pela República de Zâmbia:

L. Changufu

#### ANEXO 1

Afganistão  
Albânia (República Popular da)  
Algeria (República Algeriana Democrática e Popular)  
Arábia Saudita (Reino da)  
Argentina (República)  
Austália (Commonwealth da)  
Austria  
Bélgica  
Bielorússia (República Socialista Soviética de)  
Birmânia (União da)  
Bolívia  
Brasil  
Bulgária (República Popular da)  
Burundi (Reino de)  
Camboja (Reino de)  
Cameroon (República Federal do)  
Canadá  
Centro Africano (República)  
Ceilão  
Chile  
China  
Chipre (República de)  
Cidade do Vaticano (Estado da)  
Colômbia (República da)  
Congo (República Democrática do)  
Congo (República do) (Brazzaville)  
Coreia (República da)  
Costa Rica  
Costa do Marfim (República da)  
Cuba  
Dômité (República do)  
Dinamarca  
Dominicana (República)  
El Salvador (República de)  
Conjunto de Territórios representados pelo Dep. francês de Correios e Telégrafos de Além-Mar.  
Equador  
Espanha  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Finlândia  
França  
Gabão (República do)  
Gâmbia  
Grécia  
Guatemala  
Guiné (República de)  
Haiti (República de)  
Alto Volta (República do)  
Honduras (República de)  
Hungria (República Popular da)  
Índia (República da)  
Indonésia (República da)  
Íraque (República do)  
Irlanda  
Islândia  
Israel (Estado do)  
Itália  
Jamaica  
Japão  
Jordânia (Reino Hachemita da)  
Kenia  
Kuwait (Estado do)  
Laos (Reino do)  
Libano  
Liberia (República da)  
Líbia (Reino da)  
Liechtenstein (Principado de)  
Luxemburgo  
Malásia  
Malaui  
Malgache (República)  
Mali (República do)  
Malta  
Marrocos (Reino de)  
Mauritânia (República Islâmica da)  
México  
Mônaco  
Mongólia (República Popular da)  
Nepal  
Nicarágua  
Níger (República do)  
Nigéria (República Federal da)  
Noruega  
Nova-Zelândia  
Uganda  
Paquistão  
Panamá  
Paraguai

Países Baixos (Reino dos)

Pe. t

Filipinas (República das)

Polónia (República Popular da)

Portugal

Províncias Espanholas da África

Províncias Portuguesas de Além-Mar

República Árabe-Síria

República Árabe-Unida

República Federal da Alemanha

República Socialista Federativa da

Ucrânia

República Somália

Rumânia (República Socialista da)

Reino Unido da Grã-Bretanha e da

Irlanda do Norte

Ruanda (República da)

Senegal (República do)

Serra Leoa

Singapura

Sudão (República do)

Sul-Africana (República e Território da África do Sudoeste)

Suécia

Suíça (Confederação)

Tanzânia (República Unida da)

Tchad (República do)

Tchecoslováquia (República Socialista)

Territórios dos Estados Unidos da América

Territórios do Além-Mar, cujas

relações internacionais estão asse-

guradas pelo Governo do Reino

Unido da Grã-Bretanha e da Ir-

landa do Norte

Tailândia

Togolesa (República)

Trinidad e Tobago

Tunísia

Turquia

União das Repúblicas Socialistas So-

viéticas

Urugai (República Oriental do)

Venezuela (República da)

Vietnã (República do)

Iemen

Iugoslávia (República Socialista Fe-

derativa da)

Zâmbia (República da)

#### ANEXO 2

(ver artigo 52)

**Definição de alguns termos empregados na Convenção Internacional de Telecomunicações e seus anexos**

401 — **Administração:** Departamento ou serviço governamental responsável pelas medidas a serem adotadas para o cumprimento das obrigações da Convenção Internacional de Telecomunicações e dos Regulamentos Anexos.

402 **Exploração Privada:** Particular ou sociedade que não sendo instituição ou agência governamental explore qualquer instalação de telecomunicações destinada a assegurar serviço de telecomunicações internacional ou que seja suscetível de causar interferências prejudiciais a tal serviço.

403 **Exploração Privada Reconhecida:** Empresa de exploração privada, correspondente à definição anterior, que explore serviços de correspondência pública ou de radiodifusão e a qual as obrigações especificadas no artigo 22 sejam impostas pelo Membro ou Membro Associado, em cujo território esteja situada a sede social dessa empresa, ou pelo Membro ou Membro Associado que a haja autorizado a estabelecer e a explorar um serviço de telecomunicações no seu território.

404 **Delegado:** Pessoa enviada pelo Governo de um Membro ou Membro Associado da União a uma Conferência de Plenipotenciários, ou pessoa que represente o Governo ou a administração de um Membro ou Membro Associado da União numa Conferência Administrativa ou em reunião de um Comité Consultivo Internacional.

405 — **Representante:** Pessoa enviada por uma empresa de exploração privada reconhecida a uma Conferência Administrativa ou a uma reunião de Comité Consultivo Internacional.

406 **Perito:** Pessoa enviada por uma organização nacional científica ou in-

dustrial, autorizada pelo Governo ou pela administração de seu país a assistir às reuniões das comissões de estudo de um Comité Consultivo Internacional.

407 **Observador:** Pessoa enviada: — pelas Nações Unidas, de acordo com o artigo 29 da Convenção;

— por uma das organizações internacionais convidadas ou admitidas, de conformidade com as disposições do Regulamento Geral, a participar dos trabalhos de uma Conferência;

— pelo Governo de um Membro ou Membro Associado da União que participe, sem direito a voto, de uma Conferência Administrativa Regional realizada de acordo com o disposto no artigo 7 da Convenção.

408 **Delegação:** Conjunto de delegados e, eventualmente, de representantes, conselheiros, assessores ou intérpretes enviados por um mesmo país.

Qualquer Membro ou Membro Associado goza de liberdade para organizar sua delegação como melhor lhe aprouver. Em particular, poderá nela incluir, na qualidade de delegados ou assessores, pessoas que pertençam a empresa de exploração privada por eles reconhecidas ou pessoas que pertençam a outras empresas privadas, interessadas no ramo de telecomunicações.

409 **Telecomunicação:** transmissão, emissão ou recepção de símbolos, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou outros processos eletromagnéticos.

410 **Telegrafia:** sistema de telecomunicações que permite obter a transmissão e reprodução, a distância, do conteúdo de documentos, tais como escritos, impressos ou imagens fixas, ou a reprodução, a distância, de qualquer espécie de informação nessa forma. Para os efeitos do Regulamento de Radiocomunicações, o termo "telegrafia" significa, salvo interpretação em contrário, "sistema de telecomunicações que assegure a transmissão de escritos mediante a utilização de um código de sinais".

411 **Telefonia:** Sistema de telecomunicações estabelecido para a transmissão da palavra, ou em alguns casos, de outros sons.

412 **Radiocomunicação:** telecomunicação transmitida por intermédio de ondas radioelétricas.

413 **Rádio:** termo genérico que se aplica ao emprego de ondas radioelétricas.

414 **Interferência prejudicial:** qualquer emissão radiação ou indução que comprometa o funcionamento de serviço de radionavegação, de serviço de segurança (1) ou que prejudique gravemente a qualidade de um serviço de radiocomunicações funcionando de acordo com o regulamento de Radiocomunicações, ou perturbe e interrompa repetidamente.

415 **Serviços Internacionais:** serviço de telecomunicações entre repartições ou estações de telecomunicações de qualquer natureza, situadas em países diferentes ou que a estes pertençam.

416 **Serviço móvel:** serviço de radiocomunicações, entre estações móveis e estações terrestres, ou entre estações móveis.

417 **Serviço de radiodifusão:** serviço de radiocomunicações, cujas emissões se destinam a ser recebidas diretamente pelo público em geral. Esse serviço poderá compreender emissões sonoras, emissões de televisão ou emissões de outro gênero.

418 **Correspondência pública:** qualquer telecomunicações que os escritórios e repartições devem aceitar para transmissão por estarem à disposição do público.

419 **Telegrama:** escrito destinado a ser transmitido pelo telégrafo, para efeito de sua entrega ao destinatário. Este termo também compreende o radiotelegrama, salvo especificação em contrário.

420 **Telegramas, chamadas e comunicações telefônicas de Estado:** telegramas, chamadas e comunicações te-

telefônicas que provenham de qualquer das autoridades seguintes:

- Chefe de Estado;
- Chefe e Membros de um Governo;
- Chefe de um território, ou chefe de um território compreendido num grupo de territórios, Membros ou Membros Associados;

(1) Considera-se serviço de segurança qualquer serviço radioelétrico explorado de maneira permanente ou temporária com o objetivo de garantir a segurança da vida humana e a salvaguarda dos bens.

— Chefe de um território sob tutela ou mandato, seja das Nações Unidas, seja de um Membro ou Membro Associado;

— Comandante em chefe das forças militares, terrestres, navais ou aéreas;

— Agentes diplomáticos ou consulares;

— Secretário Geral das Nações Unidas; chefe dos órgãos principais das Nações Unidas;

— Corte Internacional de Justiça de Haia.

421 As respostas aos telegramas de Estado são igualmente consideradas como telegramas de Estado acima mencionados.

422 Telegramas de serviço: telegramas trocados entre:

- a) as administrações;
- b) as empresas privadas de exploração reconhecidas;
- c) as administrações e as empresas privadas de exploração reconhecidas;
- d) as administrações e as empresas privadas de exploração reconhecidas, de um lado, e o Secretário Geral da União, do outro e relativos às telecomunicações públicas internacionais.

423 Telegramas particulares: telegramas que não sejam do Estado ou do estrito.

#### ANEXO 3

(ver o artigo 28)

#### Arbitramento

501 1. A parte que desejar recorrer ao arbitramento tomará a iniciativa do processo enviando a outra parte uma notificação de pedido de arbitramento.

502 2. As partes decidirão, de comum acordo, se o arbitramento deverá ser confiado a pessoas, administrações ou governos. No caso em que, dentro do prazo de um mês, a contar do dia da notificação do pedido de arbitramento, as partes não houverem entrado em acordo sobre o ponto em questão, o arbitramento será confiado a governos.

503 3. Se o arbitramento for confiado a pessoas, os árbitros não deverão ser nacionais de qualquer dos países em litígio, nem ter domicílio nos mesmos, nem estar a seu serviço.

504 4. Se o arbitramento for confiado a governos ou administrações desses governos, os árbitros deverão ser escolhidos entre os Membros ou Membros Associados que não sejam parte no litígio, mas que o tenham sido no acordo, cuja aplicação haja originado a divergência.

505 5. No prazo de três meses a contar da data do recebimento na notificação do pedido de arbitramento, cada uma das partes na causa designará um árbitro.

506 6. Se mais de duas partes estiverem envolvidas na divergência, cada um dos dois grupos de partes, que tenham interesses comuns no litígio, designará um árbitro, de conformidade com o que foi estabelecido nos números 504 e 505.

507 7. Os dois árbitros assim designados nomearão de comum acordo, um terceiro árbitro, o qual, se os dois primeiros forem pessoas e não governos ou administrações, deverá satisfazer as condições fixadas no número 503 deste anexo e, além disso, ser de nacionalidade diferente da dos dois outros. Se os árbitros não chegarem a um acordo para a escolha de terceiro, cada um deles proporá

um terceiro que não tenha qualquer interesse na controvérsia. O Secretário Geral realizará então um sorteio para designar o terceiro árbitro.

508 8. As partes litigantes poderão entender-se a fim de que a divergência seja resolvida por um único árbitro, designado de comum acordo; cada uma das partes também poderá designar um árbitro e solicitar ao Secretário Geral que proceda a um sorteio para designar o árbitro único.

509 9. O árbitro ou os árbitros decidirão livremente a forma de procedimento que deverá ser observada.

510 10. A decisão do árbitro único é definitiva e obrigará as partes em litígio. Se a arbitragem for confiada a vários árbitros, a decisão adotada pela maioria dos votos dos árbitros será definitiva e obrigará as partes.

511 11. Cada uma das partes será responsável pelas despesas decorrentes da instrução e apresentação da arbitragem. Os gastos da arbitragem que não tenham sido efetuados pelas partes serão igualmente repartidos entre os litigantes.

512 12. A União fornecerá todas as informações relacionadas, com a divergência de que os árbitros possam necessitar.

#### ANEXO 4

Regulamento Geral Anexo à Convenção Internacional de Telecomunicações

#### 1ª PARTE

Disposições Gerais relativas às Conferências

#### CAPÍTULO I

Convite e admissão às Conferências de Plenipotenciários no caso de haver um governo convidante

601 1. O Governo convidante, de acordo com o Conselho de Administração, fixará a data definitiva e o lugar exato da Conferência.

602 2. (1) Um ano antes desta data, o Governo convidante enviará um convite ao governo de cada país Membro da União e a cada Membro Associado da União.

603 (2) Tais convites poderão ser enviados diretamente, por intermédio do Secretário Geral ou de outro governo.

604 3. O Secretário Geral enviará um convite às Nações Unidas, de conformidade com o disposto no artigo 29 da Convenção.

605 4. O governo convidante, de acordo com o Conselho de Administração, ou por proposta deste, poderá convidar as instituições especializadas das Nações Unidas, assim como a Agência Internacional de Energia Atômica, a enviarem observadores para participar da Conferência, em caráter consultivo, sob base de reciprocidade.

606 5. As respostas dos Membros e Membros Associados deverão chegar ao governo convidante um mês, no mínimo, antes da abertura da Conferência, e deverão incluir, na medida do possível, todas as indicações sobre a composição da delegação.

607 6. Todos os organismos permanentes da União têm o direito de fazer-se representar na conferência, em caráter consultivo, quando se ocupar com assuntos da competência dos referidos organismos.

Em caso de necessidade, a Conferência poderá convidar um organismo que não haja julgado necessário fazer-se representar na mesma.

608 7. Serão admitidos às Conferências de Plenipotenciários:

a) as delegações, tal como estão definidas no número 408 do Anexo 2 à Convenção;

609 b) os observadores das Nações Unidas;

610 c) os observadores das instituições especializadas e da Agência Internacional de Energia Atômica, de conformidade com o número 605.

#### CAPÍTULO 2

Convite e admissão às conferências administrativas caso haja um governo convidante

611 1. (1) As disposições dos números 631 a 636 são aplicáveis às conferências administrativas.

612 (2) Contudo, o prazo para a expedição dos convites pode ser reduzido a seis meses, se necessário for.

613 (3) Os Membros e Membros Associados da União poderão estender o convite que hajam recebido às empresas de exploração privada, por eles reconhecidas.

614 2. (1) O Governo convidante, de acordo com o Conselho de Administração ou por proposta deste, poderá dirigir uma notificação às organizações internacionais que tiverem interesse em enviar observadores para participar da Conferência, em caráter consultivo.

615 (2) As organizações internacionais interessadas enviarão ao governo convidante um pedido de admissão, no prazo de dois meses, a contar da data da notificação.

616 (3) O Governo convidante reunirá os pedidos e a decisão sobre as admissões será tomada pela própria Conferência.

617 3. Serão admitidos às conferências administrativas:

a) as delegações, tal como estão definidas no número 408 do Anexo 2 à Convenção;

618 b) os observadores das Nações Unidas;

619 c) os observadores das organizações especializadas e da Agência Internacional de Energia Atômica, de conformidade com o número 605;

620 d) os observadores das organizações internacionais que hajam sido admitidos, de acordo com as disposições dos números 614 a 616;

621 e) os representantes das empresas de exploração privada reconhecidas, devidamente autorizadas pelo país Membro de que dependam;

622 f) os organismos permanentes da União, nas condições previstas no número 607.

#### CAPÍTULO 3

Disposições especiais para as conferências que se reúnem sem a participação do governo convidante

623 Quando uma conferência tiver que se realizar sem a participação de um governo convidante, serão aplicadas as disposições dos capítulos 1 e 2. O Secretário-Geral adotará as medidas necessárias para convocar e organizar a conferência na sede da União de acordo com o Governo da Confederação Suíça.

#### CAPÍTULO 4

Prazos e modalidades para a apresentação de propostas nas conferências

624 1. Logo após a remessa dos convites, o Secretário-Geral solicitará aos Membros e Membros Associados que lhe enviem, dentro do prazo de quatro meses, as propostas relativas aos trabalhos da conferência.

625 2. Qualquer proposta, cuja adoção acarretar a revisão do texto da Convenção ou dos Regulamentos, deverá conter referências aos números das partes do texto, que constituam o objeto dessa revisão. Os motivos que justifiquem a proposta deverão estar indicados em cada caso o mais concisamente possível.

626 3. O Secretário-Geral comunicará as propostas, à medida que as receber, aos Membros e Membros Associados.

627 4. O Secretário-Geral reunirá e coordenará as propostas recebidas das administrações e das assembleias plenárias dos Comitês Consultivos Internacionais e as enviará aos Membros e Membros Associados três meses antes da data da abertura da conferência. O Secretário-Geral e os secretários especializados não terão direito a apresentar propostas.

#### CAPÍTULO 5

Credenciais das Delegações para as Conferências

628 1. A delegação enviada a uma Conferência por um Membro ou Membro Associado da União deverá estar devidamente credenciada, de acordo com o disposto nos números 629 a 636.

629 2. (1) As delegações enviadas às Conferências de Plenipotenciários deverão estar credenciadas por atos assinados pelo chefe do Estado, pelo Ministro das Relações Exteriores.

630 (2) As delegações enviadas às conferências administrativas deverão ser credenciadas por atos assinados pelo chefe do Estado, pelo chefe do Governo, pelo Ministro das Relações Exteriores, ou pelo Ministro competente na matéria de que se ocupa a Conferência.

631 (3) Sob reserva de confirmação, emanada de uma das autoridades citadas nos números 629 ou 630, e recebida antes da assinatura das Atas finais, uma delegação poderá ser provisoriamente credenciada pelo chefe da missão diplomática de seu país junto ao Governo do país onde se realiza a conferência, ou, no caso em que a conferência se realize no país da sede da União, pelo chefe da delegação permanente de seu país junto ao Escritório Europeu das Nações Unidas.

632 (4) Qualquer delegação que represente um território sob tutela, em cujo nome as Nações Unidas hajam aderido a Convenção, de acordo com o artigo 21, deverá ser credenciada por um instrumento assinado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

633 3. As credenciais serão aceitas e forem assinadas pelas autoridades mencionadas nos números 629 a 632, e se corresponderem a um dos critérios seguintes:

634 — se conferirem plenos poderes à delegação;

635 — se autorizarem a delegação a representar seu governo sem nenhuma restrição;

636 — se outorgarem à delegação, ou a alguns de seus membros, os poderes necessários para a assinatura das Atas Finais.

637 4. (1) Uma delegação, cujos poderes forem considerados em regra pela sessão plenária ficar habilitada a exercer o direito de voto em relação ao país Membro interessado e a assinar as atas finais.

638 (2) Uma delegação, cujas credenciais não forem declaradas em ordem pela sessão plenária, não estará habilitada a exercer o direito de voto, nem a assinar as Atas Finais, até que a situação seja corrigida.

639 5. As credenciais deverão ser depositadas quanto antes na Secretaria da Conferência. Uma comissão especial será incumbida de examiná-las; apresentará um relatório com suas conclusões na sessão plenária, dentro do prazo fixado por esta última. A delegação de um Membro da União terá direito a participar dos trabalhos e a exercer o direito de voto em relação ao país Membro enquanto a sessão plenária da Conferência não se pronunciar sobre a validade de suas credenciais.

640 6. Como norma geral, os Membros da União deverão empenhar-se para enviar às conferências da União as suas respectivas delegações. Contudo, se, por razões excepcionais, um Membro não puder enviar sua delegação, poderá outorgar à delegação de outro Membro da União poderes para votar e assinar em seu nome. Essa transferência de poderes poderá ser efetuada através de um ato assinado por uma das autoridades mencionadas nos números 629 e 630, de conformidade com o caso.

641 7. Uma delegação com direito a voto poderá outorgar a outra delegação, com direito a voto, poderes para votar em seu nome em uma ou várias sessões a que não lhe seja possível assistir. Nesse caso, deverá notificar oportunamente, e por escrito, o Presidente da Conferência.

642 8. Uma delegação não poderá votar mais de uma vez por procuração, nos casos previstos nos números 640 e 641.

643 9. Não serão aceitas credenciais ou procurações enviadas por telegrama. Entretanto, serão aceitas respostas telegráficas a pedidos de informações formulados pelo Presidente ou pelo secretário da Conferência, referentes à questão das credenciais.

#### CAPÍTULO 6

*Procedimento para a convocação das conferências administrativas mundiais a pedido de Membros ou Membros Associados da União, ou por proposta do Conselho de Administração*

644 1. Os Membros e Membros Associados da União que desejarem a convocação de uma conferência administrativa mundial disso darão ciência ao Secretário-Geral, indicando a ordem do dia, o lugar e a data propostos para a convocação.

645 2. Se o Secretário-Geral recebe petições concordantes de uma quarta parte, no mínimo, dos Membros e Membros Associados da União, transmitirá a comunicação por telegrama a todos os Membros e Membros Associados e solicitará aos mesmos que lhe informem, no prazo de seis semanas, se aceitam ou não a proposta formulada.

646 3. Se a maioria dos Membros se pronunciar a favor do conjunto da proposta, isto é, se aceitar, ao mesmo tempo, a ordem do dia, a data e o lugar da reunião propostos, o Secretário-Geral comunicará o fato a todos os Membros e Membros Associados da União através de telegrama-circular.

647 4. (1) Se a proposta aceita se referir à reunião da Conferência em lugar que não seja a sede da União, o Secretário-Geral indagará do governo do país interessado se consente em ser o governo convidante.

648 (2) No caso afirmativo, o Secretário-Geral, de acordo com o referido governo, tomará as providências necessárias para a realização da Conferência.

649 (3) No caso negativo, o Secretário-Geral convidará os Membros e Membros Associados que hajam solicitado a convocação da Conferência a formularem novas propostas relativamente ao lugar da reunião.

650 5. Quando a proposta aceita determinar que a reunião da Conferência seja realizada na sede da União, aplicar-se-ão as disposições do capítulo 3.

651 6. (1) Se o conjunto da proposta (ordem do dia, lugar e data) não for aceito pela maioria dos Membros, conforme determina o número 76, o Secretário-Geral transmitirá as respostas recebidas aos Membros e Membros Associados da União e convidará os Membros a se pronunciarem de modo definitivo, no prazo de seis semanas, sobre o ponto ou pontos controvertidos.

652 (2) Tais pontos serão considerados aceitos desde que hajam merecido a aprovação da maioria dos Membros, de acordo com as determinações do número 76.

653 7. O procedimento acima indicado também será aplicável quando a proposta de convocação de uma Conferência Administrativa Mundial for apresentada pelo Conselho de Administração.

#### CAPÍTULO 7

*Procedimento para a convocação de conferências administrativas regionais a pedido de Membros ou Membros Associados da União ou por proposta do Conselho de Administração*

654 Nos casos de conferências administrativas regionais, o procedimento prescrito no capítulo 6 será aplicável apenas aos Membros e Membros Associados da região interessada. Se a convocação tiver que ser feita pela iniciativa dos Membros e Membros Associados da região, bastará que o

Secretário-Geral receba adesões de uma quarta parte do número de Membros da mesma região.

#### CAPÍTULO 8

*Disposições comuns a todas as conferências. Mudança de data e de local de uma conferência.*

655 1. As disposições dos capítulos 6 e 7 são aplicáveis por analogia aos casos em que, a pedido de Membros e Membros Associados da União ou por proposta do Conselho de Administração, houver necessidade de serem alterados a data e o local de uma Conferência, ou apenas um deles. Contudo, essas alterações não poderão ser realizadas sem que a maioria dos Membros interessados, determinada de acordo com o disposto no número 76 se pronuncie a favor.

656 2. Qualquer Membro ou Membros Associados que propuser alteração do local ou da data de uma Conferência deverá contar com o apoio dos outros Membros Associados, em número legal.

657 3. Em sendo o caso, o Secretário-Geral fará constar da comunicação referida no número 645 as prováveis consequências financeiras decorrentes da mudança do local ou da data de uma Conferência se, por exemplo, houverem sido feitas despesas com os preparativos no local inicialmente determinado.

#### CAPÍTULO 9

*Regimento Interno das Conferências*

##### ARTIGO 1

#### Ordem de colocação

658 Nas sessões das conferências, as delegações serão colocadas por ordem alfabética de nomes, em francês, dos países representados.

##### ARTIGO 2

#### Inauguração da Conferência

659 1. (1) A sessão inaugural da Conferência será precedida por uma reunião dos chefes de delegação, no decorrer da qual será preparada a ordem do dia da primeira sessão plenária.

660 (2) O Presidente da reunião dos chefes de delegação será designado de conformidade com o disposto nos números 661 e 662.

661 2. (1) A Conferência será inaugurada pelo mais idoso dos chefes de delegação.

663 3. (1) Na primeira sessão plenária proceder-se-á à eleição do Presidente que, em geral, recairá sobre uma pessoa indicada pelo Governo convidante.

664 (2) Se não houver governo convidante, o Presidente será escolhido, tendo-se em consideração a proposta apresentada pelos chefes de delegação no curso da reunião de que trata o número 659.

665 4. A primeira sessão plenária também procederá:

a) à eleição dos vice-presidentes da Conferência.

b) à constituição das comissões da Conferência e à eleição dos Presidentes respectivos;

c) à constituição da secretaria da Conferência, que será composta do pessoal da Secretaria-Geral da União e, se for o caso, do pessoal da administração do governo convidante.

##### ARTIGO 3

*Prerrogativas do Presidente da Conferência*

668 1. Além de outras prerrogativas conferidas por este Regulamento, o Presidente abrirá e encerrará as sessões da assembleia plenária, dirigirá os debates, fiscalizará a aplicação do regimento interno, concederá a palavra, submeterá a voto as questões e fará a proclamação das decisões adotadas.

669 2. Assumirá a direção geral dos trabalhos da Conferência e velará pela manutenção da ordem no decorrer das sessões plenárias. Estabelecerá as moções e questões de ordem e, em particular, caber-lhe-á propor o adiamento ou o encerramento dos debates e o levantamento de uma questão de ordem ou a suspensão de uma sessão. Por uma sessão plenária, se assim considerar necessário.

670 3. Protegerá o direito conferido às delegações de expressão livre e plenamente suas opiniões sobre o assunto em discussão.

671 4. Cuidará para que os debates se restrinjam ao assunto em discussão e poderá interromper todo e qualquer orador que se afaste da questão em pauta, lembrando-lhe a necessidade de ater-se ao tema em debate.

##### ARTIGO 4

#### Instituição das comissões

672 1. A sessão plenária poderá constituir comissões incumbidas de examinar as questões submetidas à deliberação da Conferência. Essas comissões poderão constituir sub-comissões. As comissões e as sub-comissões poderão constituir grupos de trabalho.

673 2. As comissões, sub-comissões e grupos de trabalho só serão constituídos em caso de absoluta necessidade.

##### ARTIGO 5

#### Comissão de controle financeiro

674 1. Na ocasião da abertura de cada uma das conferências ou reuniões, a sessão plenária nomeará uma comissão de controle financeiro, incumbida de apreciar a organização e os meios postos a disposição dos delegados, de examinar e aprovar as contas relativas aos gastos realizados durante a referida conferência ou reunião. Tomarão parte nessa Comissão, além dos membros das delegações que dela desejem participar, um representante do Secretário-Geral e, quando houver governo convidante, um representante do seu país.

675 2. Antes que se esgotem os créditos previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, relativo à Conferência ou reunião, a Comissão de controle orçamentário, em colaboração com o Secretário da Conferência ou reunião, apresentará à sessão plenária uma demonstração provisória das despesas já efetuadas. A sessão plenária dela se inteirará, a fim de decidir se os progressos realizados justificam um prolongamento além da data prevista no orçamento.

676 3. No final de cada conferência ou reunião, a comissão de controle financeiro submeterá à sessão plenária um relatório no qual será indicado, tão exato quanto possível, o montante calculado dos gastos da conferência ou reunião.

677 4. Depois de examinado e aprovado, o relatório será encaminhado ao Secretário-Geral, acrescido, pelas observações da sessão plenária, a fim de ser apresentado ao Conselho de Administração por ocasião da próxima sessão anual.

##### ARTIGO 6

#### Composição das comissões

678 1. Conferências de Plenipotenciários:

As comissões serão constituídas por delegados dos países Membros e Membros Associados e pelos observadores referidos nos números 609 e 610 que o tenham solicitado ou que hajam sido designados em sessão plenária.

679 2. Conferências Administrativas:

As comissões serão constituídas pelos delegados dos países Membros e

Membros Associados, pelos observadores e representantes referidos nos números 618 a 621, que o tenham solicitado ou que hajam sido designados em sessão plenária.

##### ARTIGO 7

*Presidentes e Vice-Presidentes das sub-comissões*

680 O Presidente de cada uma das comissões proporá à sua comissão a nomeação dos presidentes e vice-presidentes das sub-comissões que forem por ela organizadas.

##### ARTIGO 8

#### Convocação para as sessões

681 As sessões plenárias e as das comissões, sub-comissões e grupos de trabalho serão anunciadas com antecedência suficiente na sede da conferência.

##### ARTIGO 9

*Propostas apresentadas antes da abertura da Conferência*

682 As propostas apresentadas antes da abertura da Conferência serão distribuídas pela sessão plenária pelas comissões competentes instituídas de conformidade com o disposto no artigo 1 do presente capítulo. Contudo, a sessão plenária poderá ocupar-se diretamente com qualquer proposta.

##### ARTIGO 10

*Proposições e emendas apresentadas durante a Conferência*

683 1. As propostas ou emendas apresentadas após a abertura da Conferência serão remetidas, segundo o caso, ao Presidente da Conferência ou ao Presidente da comissão competente ou ainda a Secretária da Conferência, a fim de serem publicadas e distribuídas como documentos da Conferência.

684 2. Nenhuma proposta ou emenda poderá ser apresentada se não for assinada pelo chefe da delegação interessada ou pelo suplente do mesmo.

685 3. O Presidente de uma Conferência ou de uma comissão poderá apresentar, a qualquer momento, propostas tendentes a apressar o curso dos debates.

686 4. Qualquer proposta ou emenda deverá conter em termos concretos e precisos o texto a ser estudado.

687 5. (1) O Presidente da Conferência ou o Presidente da comissão competente decidirá em cada caso se uma proposta ou emenda apresentada no curso da sessão poderá constituir objeto de comunicação verbal ou se deverá ser redigida para publicação e distribuição nas condições previstas no número 683.

688 (2) O texto de qualquer proposta importante a ser submetida à votação na sessão plenária deverá em geral, ser redigido, para distribuição, nos idiomas de trabalho da Conferência, com antecedência que permita o estudo antes da discussão.

689 (3) Além disso, o Presidente da Conferência, ao receber as propostas ou emendas referidas no número 683 deverá encaminhá-las, segundo o caso, às comissões competentes ou à sessão plenária.

690 6. Qualquer pessoa autorizada poderá ler ou solicitar que sejam lidas em sessão plenária as propostas ou emendas por ela apresentadas durante a Conferência e justificá-las.

##### ARTIGO 11

*Requisitos para exame e votação de uma proposta ou emenda*

691 1. Qualquer proposta ou emenda apresentada antes da abertura da Conferência, ou por uma delegação durante a Conferência, só poderá ser posta em discussão se, no momento de seu exame, for apoiada pelo menos por outra delegação.

692 2. Qualquer proposta ou emenda devidamente apolada será submetida à votação, depois de discutida.

## ARTIGO 12

*Propostas ou emendas omitidas ou adiadas*

693 Quando uma proposta ou emenda tiver sido omitida, ou adiado o seu exame, a delegação, sob cujos auspícios haja sido apresentada, deverá velar para que essa proposta ou emenda seja oportunamente estudada.

## ARTIGO 13

*Condução dos debates na sessão plenária*694 1. *Quorum*

As votações na sessão plenária somente serão válidas quando se achar presente ou representada na sessão mais da metade das delegações credenciadas; junto à Conferência com direito a voto.

695 2. *Ordem de discussão*

(1) As pessoas que desejem usar da palavra só poderão fazê-lo após prévio assentimento do Presidente. Regra geral, começarão por esclarecer a que título falam.

696 (2) Ao usar da palavra, o orador deverá expressar-se lenta e claramente separando bem as palavras e fazendo as pausas necessárias para permitir que todos compreendam bem seu pensamento.

697 3. *Moções e questões de ordem*

(1) Durante os debates, uma delegação poderá apresentar qualquer moção de ordem ou suscitar qualquer questão de ordem no momento que julgar oportuno, o que exigirá imediatamente a decisão do Presidente de conformidade com o presente Regulamento. Qualquer delegação poderá apelar da decisão do Presidente, porém esta manter-se-á válida em sua integridade se não for anulada pela maioria das delegações presentes e votantes.

698 (2) A delegação que apresentar uma moção de ordem, abster-se-á, na sua intervenção, de tratar do fundo do assunto em debate.

699 4. *Ordem de prioridade das moções e das questões de ordem.*

A ordem de prioridade atribuída às moções e às questões de ordem de que tratam os números 697 e 698 é a seguinte:

a) qualquer questão de ordem relativa à aplicação do presente regulamento;

700 b) suspensão da sessão;

701 c) levantamento da sessão;

702 d) adiamento dos debates sobre o assunto em discussão;

703 e) encerramento dos debates sobre o assunto em discussão;

704 f) quaisquer moções ou questões de ordem que possam ser apresentadas e cuja prioridade relativa será fixada pelo Presidente.

705 5. *Moção de suspensão ou de levantamento da sessão.*

Durante a discussão de qualquer questão, uma delegação poderá propor a suspensão ou o levantamento da sessão expondo os motivos em que se baseia a sua petição. Se esta for apoiada, será concedida a palavra a dois oradores contrários à moção, que falarão exclusivamente com essa finalidade, sendo, depois disto, a mesma submetida à votação.

706 6. *Moção para o adiamento dos debates.*

Durante a discussão de qualquer questão, uma delegação poderá propor o adiamento dos debates por período determinado. No caso em que determinada moção for objeto de discussão, apenas três oradores, além do orador da moção, dela poderão participar, um a favor e dois contra.

707 7. *Moção de encerramento, ao debate.*

Uma delegação poderá propor, a qualquer momento, que sejam encerrados os debates sobre o assunto em discussão. Neste caso, será con-

a palavra apenas a dois oradores contrários ao encerramento, sendo, depois disto, a moção submetida à votação.

708 8. *Limitação das intervenções*

(1) A sessão plenária poderá eventualmente limitar a duração e o número de intervenções de uma mesma delegação sobre determinado assunto.

709 (2) Contudo, quando se tratar de questões de procedimento, o Presidente limitará a duração de cada intervenção a cinco minutos, no máximo.

710 (3) Quando um orador ultrapassar o tempo que lhe haja sido concedido para usar da palavra, o Presidente, depois de consultar a assembleia, pedirá ao orador que conclua sua exposição com brevidade.

711 9. *Encerramento da lista de oradores*

(1) No decurso dos debates, o Presidente poderá ler a lista dos oradores inscritos, nela incluindo o nome das delegações que manifestarem o desejo de fazer uso da palavra e com o assentimento da assembleia poderá declarar encerrada a lista. Entretanto, caso considere oportuno, poderá conceder, em caráter excepcional e, mesmo após o encerramento da lista o direito de contestação a toda e qualquer intervenção anteriormente pronunciada.

712 (2) Esgotada a lista dos oradores, o Presidente declarará encerrados os debates.

713 10. *Questões de competência.*

As questões de competência que possam ser suscitadas deverão ser resolvidas antes da votação sobre o fundo do assunto em debate.

714 11. *Retirada e nova apresentação de uma moção.*

O autor de uma moção poderá retirá-la antes que a mesma seja submetida à votação. A moção, emendada ou não, assim retirada, poderá ser novamente apresentada e discutida, seja pela delegação autora da emenda, seja por qualquer outra delegação.

## ARTIGO 14

*Direito de voto*

715 1. Em todas as sessões da Conferência, a delegação de um Membro da União, devidamente autorizada por este a participar da Conferência, tem direito a um voto, de conformidade com o artigo 2 da Convenção.

716 2. A delegação de um Membro da União exercerá seu direito de voto nas condições prescritas no capítulo 5 do Regulamento-Geral.

## ARTIGO 15

*Voto*717 1. *Definição da maioria.*

(1) Entende-se por maioria mais da metade das delegações presentes e votantes.

718 (2) As abstenções não serão tomadas em consideração na contagem dos votos necessários para constituir a maioria.

719 (3) Em caso de empate, qualquer proposição ou emenda será considerada rejeitada.

720 (4) Para os efeitos deste Regulamento, qualquer delegação, que se pronunciar a favor ou contra uma proposição, será considerada "delegação presente e votante".

721 2. *Não participação de uma votação.*

As delegações presentes, que não participarem de uma determinada votação ou que dela expressamente não desejarem participar, não serão consideradas ausentes relativamente

à determinação do quorum no sentido expresso no número 694, nem em abstenção para a aplicação do número 723.

722 3. *Majoria especial.*

Relativamente à admissão dos Membros da União, a maioria necessária, foi fixada no artigo 1 da Convenção.

723 4. *Mais de cinquenta por cento de abstenções.*

Quando o número de abstenções ultrapassar a metade do número de sufrágios registrados a favor, contra, abstenções) o exame da questão em discussão será adiado para sessão ulterior, na qual as abstenções não serão computadas.

724 5. *Procedimento para votação.*

(1) Salvo no caso previsto no número 725, os procedimentos para a votação serão os seguintes:

(a) por mão levantada, regra geral;

725 (b) por chamada nominal, caso a maioria não se manifeste claramente, de acordo com o procedimento anterior, ou quando duas delegações, no mínimo, o solicitarem.

726 (2) As votações nominais processar-se-ão pela ordem alfabética, em francês, dos nomes dos Membros representados.

727 6. *Votação secreta.*

Proceder-se-á a votação secreta quando for solicitado, no mínimo, por cinco delegações presentes, devidamente qualificadas. Nesse caso, a secretaria tomará imediatamente as medidas necessárias para garantir o sigilo do escrutínio.

728 7. *Proibição de interromper a votação.*

Iniciada a votação, nenhuma delegação poderá interrompê-la, salvo quando se tratar de uma questão de ordem relativa à forma por que se efetua o escrutínio.

729 8. *Justificação de voto.*

Terminada a votação, o Presidente concederá a palavra às delegações que desejem justificar seus votos.

730 9. *Votação de uma proposição por partes.*

(1) A pedido do autor de uma proposição, ou quando a assembleia o julgar oportuno, ou quando o Presidente com a aprovação do autor o propuser a mesma proposição será subdividida e suas diferentes partes submetidas à votação em separado. As partes da proposição, que forem aprovadas, serão, em seguida, submetidas à votação em conjunto.

731 (2) Se todas as partes de uma proposição forem rejeitadas, a proposição, em sua totalidade, será considerada rejeitada.

732 10. *Ordem de votação de proposições relativas a mesma questão.*

(1) Caso a mesma questão for objeto de várias proposições, estas serão submetidas à votação na ordem da respectiva apresentação, salvo se a assembleia decidir de outro modo.

733 (2) Depois de cada votação, a assembleia decidirá se deverá ou não ser votada a proposição seguinte.

734 11. *Emendas.*

(1) Será considerada emenda toda e qualquer proposta de modificação que vise unicamente uma supressão, um acréscimo a uma parte da proposição original, ou a revisão de uma parte da mesma.

735 (2) Qualquer emenda a uma proposição aceita pela delegação autora da mesma, será imediatamente incorporada ao texto primitivo da proposição.

736 (3) Nenhuma proposta de alteração que a assembleia plenária julgar incompatível com a proposição original será considerada emenda.

737 12. *Votação das emendas.*

(1) Quando uma proposição for objeto de emenda, deverá ser submetida à votação em primeiro lugar.

738 (2) Quando uma proposição for objeto de duas ou mais emendas, será votada, em primeiro lugar, a emenda que mais se afastar do texto original; em seguida, será votada a emenda, entre as restantes, que mais se afastar do texto original e assim sucessivamente até que todas as emendas sejam examinadas.

739 (3) Caso uma ou várias emendas forem aprovadas, a proposição assim modificada será em seguida submetida à votação.

740 (4) Caso nenhuma emenda seja aprovada, a proposição inicial será submetida à votação.

## ARTIGO 16

*Comissão e subcomissões. Condução dos debates e procedimento da votação*

741 1. Os presidentes das comissões e subcomissões terão atribuições análogas às conferidas pelo artigo 3 ao presidente da Conferência.

742 2. As disposições previstas no artigo 13 em relação à condução dos debates na sessão plenária são aplicáveis aos debates das comissões ou subcomissões, salvo em matéria de quorum.

743 3. As disposições previstas no artigo 15 são aplicáveis aos votos nas comissões ou subcomissões, salvo no caso referido no número 722.

## ARTIGO 17

*Ressalvas*

744 1. Regra geral, as delegações que não consigam obter o apoio de outras aos seus pontos de vista deverão empenhar-se, na medida do possível, para se conformarem com a opinião da maioria.

745 2. Contudo, se parecer a uma delegação que determinada decisão seja de natureza a impedir seu governo de ratificar a Convenção, ou de aprovar a revisão de um Regulamento, essa delegação poderá formular ressalvas, em caráter provisório ou definitivo, sobre a deliberação em apreço.

## ARTIGO 18

*Atas das sessões plenárias*

746 1. As atas das sessões plenárias serão elaboradas pelo secretário da Conferência, que procurará assegurar a respectiva distribuição às delegações o mais cedo possível, e antes da data em que essas devam ser examinadas.

747 2. Após a distribuição das atas, as delegações interessadas, poderão apresentar por escrito ao secretário da Conferência, no mais curto prazo possível, as correções que considerem necessárias, o que não as impedirá de apresentar oralmente quaisquer modificações na sessão, em cujo transcurso as referidas atas serão aprovadas.

748 3. (1) Em regra geral, as atas apenas conterão as proposições e as conclusões, acompanhadas pelos argumentos em que se fundamentam, e serão redigidas na forma mais concisa possível.

749 (2) Entretanto, qualquer delegação terá o direito de pedir a inserção, em forma sumária ou integral, de qualquer declaração por ela formulada durante os debates. Nesse caso, deverá, em regra geral, manifestar seu propósito no início da intervenção, a fim de facilitar a tarefa dos relatores. Deverá, também fornecer o texto da sua declaração à secretaria



da Conferência, dentro das duas horas seguintes ao término da sessão.

750 4. Contudo, a faculdade concedida no número 749, relativamente à inserção de declaração, deverá ser usada com discrição.

## ARTIGO 19

*Sumula dos debates e relatórios das comissões e subcomissões*

751 1. (1) Os debates das comissões e subcomissões serão resumidas, sessão por sessão, em sumula elaboradas pela secretaria da Conferência, nas quais serão ressaltados os pontos essenciais das discussões e as diferentes opiniões que seja oportuno anotar, assim como as proposições e conclusões que se destaquem no conjunto.

752 (2) Contudo, qualquer delegação terá igualmente o direito de usar a faculdade referida no número 749.

753 (3) A faculdade mencionada na alínea acima deverá ser usada com discrição.

754 2. As comissões e subcomissões poderão redigir os relatórios parciais que julgarem necessários e, eventualmente, ao término de seus trabalhos, poderão apresentar um relatório final no qual recapitem, em forma concisa, as proposições e as conclusões decorrentes dos estudos que lhes hajam sido confiados.

## ARTIGO 20

*Aprovação das atas, sumulas e relatórios*

755 1. (1) Em regra geral, no início de cada sessão plenária, ou de cada sessão de comissão ou de subcomissão, o Presidente indagará se as delegações desejam formular perguntas relativas às atas ou às sumulas da sessão precedente, que serão consideradas aprovadas se nenhuma correção houver sido comunicada à secretaria, ou nenhuma oposição houver sido manifestada verbalmente. Caso contrário, as correções necessárias serão feitas na ata ou nas sumulas.

756 (2) Qualquer relatório parcial ou final deverá ser aprovado pela comissão ou subcomissão interessada.

757 (2. (1) A ata da última sessão plenária será examinada e aprovada pelo Presidente desta.

758 (2) A sumula da última sessão das comissões ou subcomissões será examinada e aprovada pelo respectivo Presidente.

## ARTIGO 21

*Comissão de redação*

759 1. Os textos da Convenção, dos Regulamentos e dos outros Atos Finais da Conferência, redigidos tanto quanto possível em forma definitiva pelas diversas comissões, respeitadas as opiniões expressas, serão submetidos à comissão de redação, incumbida de aperfeiçoar-lhes a forma, sem lhes alterar o sentido, e de articulá-los com os textos antigos não modificados.

760 2. Esses textos serão apresentados pela comissão de redação à sessão plenária que os aprovará ou os devolverá, para novo exame, à comissão competente.

## ARTIGO 22

*Numeração*

761 1. Os números dos capítulos, artigos e parágrafos dos textos submetidos à revisão serão conservados até a primeira leitura em sessão plenária. O texto acrescentado tomará, provisoriamente, o número do último parágrafo precedente do texto primitivo, seguido de "A", "B" etc.

762 2. A numeração definitiva dos capítulos, artigos e parágrafos será confiada à comissão de redação, após aprovação em primeira leitura.

## ARTIGO 23

*Aprovação definitiva*

763 Os textos da Convenção, dos Regulamentos e dos outros Atos Finais serão considerados definitivos desde que aprovados em segunda leitura pela sessão plenária.

## ARTIGO 24

*Assinatura*

764 Os textos definitivamente aprovados pela Conferência serão submetidos à assinatura dos delegados providos dos poderes estipulados no capítulo 5 do Regulamento Geral, observada a ordem alfabética dos nomes em francês dos países representados.

## ARTIGO 25

*Comunicações à imprensa*

765. Qualquer comunicação oficial sobre os trabalhos da Conferência só poderá ser transmitida à imprensa com autorização do Presidente ou de um dos Vice-Presidentes.

## ARTIGO 26

*Franquias*

766. Durante a realização da Conferência, os membros das delegações, os membros do Conselho de Administração, os altos funcionários dos organismos permanentes da União, presentes à Conferência, e o pessoal da assistência, gozarão do direito a franquias postal, telegráfica e telefônica dentro dos limites em que o Governo do país onde se realiza a Conferência a conceder, de acordo com os demais governos e com as empresas de exploração privada reconhecidas, interessadas.

## PARTE II

*Comitês consultivos internacionais*

## CAPÍTULO 10

*Disposições gerais*

767. As disposições da segunda parte do Regulamento Geral completam o artigo 14 da Convenção, no qual estão definidas as atribuições e a estrutura dos Comitês Consultivos Internacionais.

## CAPÍTULO 11

*Condições de participação*

768. 1. (1) São membros de cada um dos Comitês Consultivos Internacionais:

a) de direito, as administrações de todos os Membros e Membros Associados da União;

769 b) qualquer empresa de exploração privada reconhecida que, com aprovação do Membro ou Membro Associado, que a tenha reconhecido e, ressalvada a aplicação do procedimento abaixo relatado, manifeste o desejo de participar dos trabalhos da mesma Comissão. Contudo, não poderá participar em nome do Membro ou Membro Associado, que a tenha reconhecido, a menos que este último, em cada caso particular, comunique ao Comitê Consultivo interessado que a referida empresa foi por ele autorizada.

770. (2) A primeira petição para participar dos trabalhos de um Comitê Consultivo, emanado de empresa de exploração privada reconhecida, deverá ser dirigido ao Secretário Geral, que o levará ao conhecimento de todos os Membros e Membros Associados e do diretor do Comitê Consultivo interessado. Essa petição deverá ser aprovada pelo Membro ou Membro Associado que haja reconhecido a mencionada empresa.

771. 2. (1) As organizações internacionais que exerçam atividades conexas e ordenem seus trabalhos com os da União Internacional de Teleco-

municações poderão, a título consultivo, ser admitidas a tomar parte nos trabalhos dos Comitês Consultivos.

772. (2) O primeiro pedido de participação nos trabalhos de um Comitê Consultivo, emanado de uma organização internacional, será dirigido ao Secretário Geral, que o levará, por via telegráfica, ao conhecimento de todos os Membros e Membros Associados e convidará os Membros a se pronunciarem sobre a sua aceitação. O pedido será aceito se a maioria das respostas dos Membros recebidas no prazo de um mês forem favoráveis. O Secretário Geral comunicará o resultado da consulta a todos os Membros e Membros Associados e ao diretor do Comitê Consultivo interessado.

773. 3. (1) Os organismos científicos ou industriais que se dediquem, quer ao estudo de problema de telecomunicações, quer ao estudo ou à fabricação de materiais destinados a serviços de telecomunicações, poderão ser admitidos a participar, em caráter consultivo, das reuniões das comissões de estudo dos Comitês Consultivos, sempre que essa participação tenha sido aprovada pela administração dos países interessados.

774. (2) O primeiro pedido de admissão às reuniões das comissões de estudo de um Comitê Consultivo, da parte de um organismo científico ou industrial deverá ser dirigido ao diretor do referido comitê. Essa solicitação deverá ser aprovada pela administração do país interessado.

775. 4. Qualquer empresa privada de exploração reconhecida, qualquer organização internacional ou organismo científico ou industrial admitido a participar dos trabalhos de um Comitê Consultivo Internacional terá direito a denunciar sua participação mediante notificação dirigida ao Secretário Geral. Essa denúncia surtirá efeito ao expirar o período de um ano contado a partir do dia de recepção da notificação pelo Secretário Geral.

## CAPÍTULO 12

*Atribuições da Assembleia Plenária*

776. A Assembleia Plenária:

a) examinará os relatórios das comissões de estudo e aprovará, modificará ou rejeitará os projetos de pareceres emitidos nos mesmos;

777. b) organizará a lista das questões novas a serem estudadas, de conformidade com o disposto no número 190 e, em sendo necessário, estabelecerá um programa de estudos;

778. c) de acordo com as necessidades, manterá as comissões de estudo existentes e criará novas;

779. d) distribuirá as comissões de estudos as questões a serem apreciadas;

780. e) examinará e aprovará o relatório do diretor sobre os trabalhos do Comitê, subsequentes à última reunião da Assembleia Plenária;

781. f) aprovará uma estimativa das necessidades financeiras da Comissão até a próxima assembleia plenária, estimativa esta que será submetida ao Conselho de Administração;

782. g) examinará quaisquer outras questões consideradas oportunas no quadro das disposições do artigo 14 da Convenção e na segunda parte do Regulamento Geral.

## CAPÍTULO 13

*Reuniões da Assembleia Plenária*

783 1. A Assembleia Plenária reunir-se-á normalmente cada três anos, na data e local fixados pela assembleia plenária precedente.

784 2. A data e o local da reunião de uma assembleia plenária, ou somente um dos dois, poderão ser modificados com a aprovação da maioria dos Membros da União que hajam dado resposta à consulta do Secretário Geral sobre o assunto em questão.

785 3. A Assembleia Plenária de um Comitê Consultivo será presidida, em cada reunião, pelo chefe da delegação do país em que se realize, ou, quando se realizar na sede da União, por uma pessoa escolhida pela própria assembleia plenária. O Presidente será assistido pelos Vice-Presidentes eleitos pela assembleia plenária.

786 4. A secretaria da assembleia plenária de um Comitê Consultivo será assegurada pela secretaria especializada do Comitê, com o concurso, caso seja necessário, da administração do governo convidante e do pessoal da Secretaria Geral.

## CAPÍTULO 14

*Idiomas e direito de voto nas assembleias plenárias*

787 1. (1) Os idiomas utilizados durante as assembleias plenárias serão os mencionados no artigo 17 da Convenção.

788 (2) Os documentos preparatórios das comissões de estudo, assim como os documentos e Atas das assembleias plenárias e os documentos posteriormente publicados pelos Comitês Consultivos Internacionais deverão ser redigidos nos três idiomas de trabalho da União.

789 2. Os Membros habilitados para votar nas sessões das assembleias plenárias dos Comitês Consultivos serão aqueles a que se referem os números 13 e 250. Contudo, quando um país Membro da União não estiver representado por uma administração, os representantes das empresas de exploração privada reconhecidas desse país terão direito a um único voto, ressalvadas as disposições do número 769.

## CAPÍTULO 15

*Comissões de estudo*

790. 1. A assembleia plenária constituirá as comissões de estudo necessárias para a apreciação das questões cujo exame haja decidido. As administrações, as empresas de exploração privadas reconhecidas e as organizações internacionais admitidas de conformidade com o disposto nos números 771 e 772, que desejem tomar parte nos trabalhos das comissões de estudo, darão seus nomes, seja durante a reunião da assembleia plenária, seja, posteriormente, ao diretor do Comitê Consultivo interessado.

791 2. Além disso, e ressalvadas as disposições dos números 773 e 774, os peritos dos organismos científicos ou industriais poderão ser convidados a participar, em caráter consultivo, das reuniões de qualquer das comissões de estudo.

792 3. A assembleia plenária nomeará os relatores principais, que presidirão as comissões de estudo, assim como os relatores principais adjuntos. Se no intervalo de duas reuniões da assembleia plenária, um relator principal ficar impossibilitado de exercer suas funções, o relator principal adjunto o substituirá no cargo e a comissão de estudos, no transcurso da próxima reunião, elegerá entre seus membros um novo relator adjunto principal, eleição que se repetirá no caso em que, no mesmo período, o novo relator principal adjunto anteriormente eleito não se encontrar em condições de exercer suas funções.

## CAPÍTULO 16

*Tramitação de assuntos nas comissões de estudo*

793 1. As questões confiadas às comissões de estudo serão, na medida do possível, tratadas por correspondência.

794 2. (1) Contudo, a assembleia plenária poderá dar instruções relativas às reuniões de comissões de estudo, que sejam julgadas necessárias para o exame de grupos importantes de questões.

795 (2) Ademais, caso o relator principal, após a assembleia plenária, julgar necessárias uma ou várias reuniões de sua comissão de estudo, não previstas por aquela assembleia, para a discussão verbal das questões que não hajam sido tratadas por correspondência, poderá, com a autorização de sua administração e após consulta ao diretor interessado e aos membros da respectiva comissão de estudos, propor uma reunião em lugar adequado, tendo em consideração a necessidade de reduzir ao mínimo as despesas.

796 3. Contudo, para evitar viagens inúteis e ausências prolongadas, o diretor de um Comitê Consultivo, de acordo com os relatores principais das diversas comissões de estudo interessadas, estabelecerá o plano geral das reuniões do grupo de comissões de estudo, que deverão permanecer num mesmo lugar, durante o mesmo período.

797 4. O diretor enviará os relatórios finais das comissões de estudo às administrações participantes, às empresas de exploração privada reconhecidas pelo Comitê Consultivo e, eventualmente, às organizações internacionais que da mesma hajam participado. Tais relatórios serão remetidos no mais breve espaço de tempo possível ou, pelo menos, com antecedência suficiente para que cheguem ao seu destino, no mínimo, um mês antes da data marcada para a próxima assembleia plenária. Este prazo poderá deixar de ser respeitado quando houverem sido realizadas reuniões de comissões de estudo pouco antes da reunião da assembleia plenária. Não poderão ser incluídas na ordem do dia da assembleia plenária questões que não hajam sido apresentadas em relatório enviado nas condições acima discriminadas.

#### CAPÍTULO 17

##### Funções do Diretor, Secretariado Especializado

801 1. (1) O Diretor de cada uma das Comissões Consultivas coordenará os trabalhos da assembleia plenária e das comissões de estudo e será responsável pela organização dos trabalhos do COMITE.

802 (2) Para o seu cargo a responsabilidade dos documentos do Comitê.

803 (3) O Diretor será assistido por um Secretário formado pelo pessoal especializado, que trabalhará sob suas ordens diretas na organização dos trabalhos do Comitê.

804 (4) O pessoal das secretarias especializadas, dos laboratórios e instalações técnicas de um Comitê Consultivo, ficará sujeito, no setor administrativo, à autoridade do Secretário Geral.

805 2. O Diretor nomeará o pessoal técnico e administrativo de sua secretaria, nos limites do orçamento aprovado pela Conferência de Plenipotenciários ou pelo Conselho de Administração. A nomeação do pessoal técnico e administrativo será feita pelo Secretário Geral, de acordo com o Diretor. As decisões definitivas em relação às nomeações ou destituições serão da competência do Secretário Geral.

806 3. O Diretor participará de pleno direito e em caráter consultivo, das deliberações da assembleia plenária e das comissões de estudo. Adotará as providências necessárias à organização das reuniões da assembleia plenária e das comissões de estudo.

807 4. O Diretor prestará contas, em relatório apresentado à assembleia plenária. Esse relatório, depois de aprovado, será remetido ao Secretário Geral que o encaminhará ao Conselho de Administração.

808 5. O Diretor apresentará ao Conselho de Administração, durante a sessão anual, um relatório das atividades do Comitê no ano anterior,

para que dele tome conhecimento, assim como os Membros e Membros Associados da União.

809 6. O Diretor submeterá à aprovação da assembleia plenária uma estimativa sobre as despesas e receitas da Comissão Consultiva até a próxima assembleia plenária. Tal estimativa, depois de aprovada, será enviada ao Secretário Geral para ser apresentada ao Conselho de Administração.

810 7. O Diretor elaborará a fim de que o Secretário-Geral as incorpore às previsões orçamentárias anuais da União, as previsões das despesas do Comitê para o ano seguinte, para isso se baseando na estimativa das necessidades financeiras do Comitê, aprovada pela assembleia plenária.

811 8. O Diretor participará, na medida precisa das atividades de assistência técnica da União dentro das normas das disposições da Convenção.

#### CAPÍTULO 18

##### Proposições para as Conferências Administrativas

812 1. As assembleias plenárias dos Comitês Consultivos poderão, de conformidade com o número 191, formular proposições tendentes a modificar os regulamentos a que se refere o artigo 203.

813 2. Essas proposições serão enviadas, em tempo útil, ao Secretário-Geral, a fim de que sejam reunidas, coordenadas e comunicadas nas condições previstas no número 627.

#### CAPÍTULO 19

##### Relações recíprocas entre as Comissões Consultivas e destes com as organizações internacionais

814 1. (1) As assembleias plenárias dos Comitês Consultivos poderão constituir comissões mistas incumbidas de realizar estudos e emitir pareceres sobre questões de interesse comum.

815 (2) Os Diretores dos Comitês Consultivos poderão, em colaboração com os relatores principais, organizar reuniões mistas de comissões de estudo dos dois Comitês Consultivos, ao sentido da unidade e preparar projetos de recomendações sobre questões de interesse comum. Esses projetos serão apresentados à próxima reunião da assembleia plenária de cada Comitê Consultivo interessado.

816 3. Quando um Comitê Consultivo for convidado a intervir e representar numa reunião de outro Comitê Consultivo, ou de uma organização internacional, sua assembleia plenária, ou seu Diretor ficará autorizado a tomar as providências adequadas, tendo em conta o n.º 153, a assegurar essa representação, em caráter consultivo.

817 4. Poderão assistir, em caráter consultivo, as reuniões de um Comitê Consultivo o Secretário Geral, o Vice-Secretário-Geral ou Presidente da Junta Internacional de Registro de Frequências e o Diretor de outro Comitê Consultivo, ou seus representantes. Havendo necessidade um Comitê poderá convidar, para as suas reuniões, em caráter consultivo, os representantes de outros organismos permanentes da União, que não hajam considerado necessário fazer-se representar.

#### PROTOCOLO FINAL À CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (MONTREUX, 1965)

No momento de assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), os plenipotenciários abaixo assinados consignam as seguintes declarações que fazem parte das Atas Finais da Conferência de Plenipotenciários (Montreux, 1965):

##### Pelo Afeganistão:

A delegação do Real Governo do Afeganistão na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

potenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) reserva ao seu Governo o direito de não aceitar qualquer medida financeira de que possa advir um aumento de sua contribuição para a União e de tomar todas as providências que considerar necessárias para proteger os serviços de telecomunicações no caso em que outros países Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

##### Pela Argélia (República Algeriana Democrática e Popular):

A delegação da República Algeriana Democrática e Popular declara que seu Governo se reserva o direito de adotar quantas medidas considerar oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que outros Membros ou Membros Associados deixarem de observar, seja no for, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou de que as ressalvas formuladas pelos Membros ou Membros Associados possam prejudicar os serviços de telecomunicações de seu país ou originar um acréscimo de sua contribuição para as despesas da União.

#### III

Pela Argélia (República Algeriana Democrática e Popular), pelo Reino da Arábia Saudita, pela República do Iraque, pelo Reino Hachemita da Jordânia, pelo Estado do Kuwait, pelo Líbano, pelo Reino de Marrocos, pela República Árabe-Síria, pela República Unida, pela República do Sudão e pela Tunísia.

As delegações dos países mencionados declaram que a assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), assim como qualquer ulterior ratificação deste Ato por seus governos respectivos não serão válidos em relação ao membro inscrito no Anexo I da citada Convenção sob o nome de Israel e não implicam, de maneira alguma, no seu reconhecimento.

#### IV

Pela Argélia (República Algeriana Democrática e Popular), pela República Federal do Camerão, pela República Centro-Africana, pela República Democrática do Congo, pela República do Congo (Brazzaville), pela República da Costa do Marfim, pela República do Djibuti, pela República Gabonesa, pela República de Gâmbia, pela República da Guiné, pela República do Alto Volta, por Kênia, pela República da Libéria, pelo Malawi, pela República Malgache, pela República Mali, pelo Reino de Marrocos, pela República Islâmica de Mauritânia, pela República do Níger, pela República Federal da Nígeria, pela Uganda, pela República Árabe Unida, pela República da Somália, pela República Ruandesa, pela República do Senegal, pela Serra Leoa, pela República do Sudão, pela República Unida da Tanzânia, pela República do Tchad, pela República Togolense, pela Tunísia e pela República de Zâmbia.

As delegações dos países mencionados declaram que a adesão dos mesmos ao Convênio Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), assim como a posterior ratificação do mesmo por seus respectivos governos, não implica, em caso algum, no reconhecimento do atual governo da República da África do Sul pelos referidos Estados e não acarreta qualquer obrigação relativamente a esse Governo.

#### V

##### Pela República Argentina

A delegação argentina declara:

A Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), dispõe, no número 4, que é conside-

rado Membro da União qualquer país ou grupo de territórios enumerados no Anexo 1. O citado Anexo 1 menciona, para esse efeito, os Territórios do Alentejo, cujas relações internacionais estão asseguradas pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

O citado Governo habitualmente inclui nesse conjunto os territórios que denomina das "Ilhas Falkland e suas Dependências" e os "Territórios Antárticos Britânicos".

A delegação argentina declara, formalmente, que esse fato em nada afeta a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, as Ilhas Sandwich do Sul e as Ilhas Georgias do Sul. O Reino Unido ocupa essas ilhas em virtude de um ato de força jamais aceite pelo Governo Argentino, que reafirma os imprescritíveis direitos da República Argentina, e declara que estes territórios e as terras incluídas no setor antártico argentino não constituem colônia ou possessão de nação alguma, mas fazem parte integrante do território argentino.

No que se refere à nomenclatura utilizada no aludido documento, para designar as Ilhas Malvinas, a delegação argentina julga oportuno recordar a decisão da Comissão Especial das Nações Unidas, incumbida de estudar a aplicação da declaração sobre a concessão da independência dos povos e países coloniais e que, ao aprovar, com assentimento geral, o relatório da subcomissão III sobre as Ilhas Malvinas, na data de 13 de novembro de 1964, decidiu pela maioria de votos que a palavra "Malvinas" figuraria, junto ao nome de Falkland, em todos os documentos da Comissão Especial, havendo sido proposto que essa solução conciliatória fosse observada em todos os documentos das Nações Unidas.

A precedente declaração deve ser considerada válida em relação a qualquer outra citação da mesma espécie feita na Convenção e seus anexos.

#### VI

Pela República Argentina, pela Bolívia, pelo Brasil, pelo Chile, pela República da Colômbia, pela Costa Rica, pelo Equador, pela Guatemala, pelo El Salvador, pela Nicarágua, pelo Panamá, pelo Paraguai, pelo Peru e pela República da Venezuela.

As delegações dos países mencionados declaram não aceitar o princípio de participação nas conferências e reuniões regionais, com direito a voto, de Membros da União que não pertençam à região interessada.

#### VII

Pela Federação da Austrália, por Itália, por Malawi, pela Nova Zelândia, pelo Reino dos Países Baixos, pela República das Filipinas, pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, por Trinidad e Tobago.

As delegações dos países mencionados reservam aos seus respectivos governos o direito de adotar todas as providências que considerem necessárias para proteger seus interesses no caso em que outros Membros ou Membros Associados da União deixem de contribuir para o pagamento das despesas da União, ou não cumpram as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux 1965), de seus anexos ou dos protocolos adjuntos, ou quando as ressalvas formuladas por outros países comprometam o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### VIII

Pela Austrália, pela Bélgica, pela Dinamarca, pela Finlândia, pela Islândia, pelo Principado de Liechtenstein, pelo Luxemburgo, pela Noruega, pelo Reino dos Países Baixos, pela Repu-

*blica Federal da Alemanha, pela Suíça e pela Confederação Suíça.*

No que diz respeito ao artigo 15, da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), as delegações dos países mencionados declaram formalmente que continuam as ressalvas formuladas em nome de suas administrações por ocasião da assinatura dos Regulamentos enumerados no artigo 15.

## IX

*Pela Bélgica.*

Ao assinar esta Convenção, a delegação do reino da Bélgica declara, em nome do seu governo, que não aceita as consequências das ressalvas que importem num acréscimo da contribuição da Bélgica para as despesas da União.

## X

*Pela República Socialista Soviética de Bielorrússia, pela República Socialista Soviética da Ucrânia e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.*

As delegações dos países mencionados declaram, em nome de seus respectivos governos:

1. Que a decisão adotada pela Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), de reconhecer as credenciais dos representantes de Chan-Kai-Chek para participarem da Conferência e assinarem as Atas Finais em nome da China é ilegal, pois os legítimos representantes da China na União Internacional de Telecomunicações, assim como em outras organizações internacionais, são unicamente aqueles nomeados pelo Governo da República Popular da China.

2. Que as autoridades de Saigon não representam de fato o Vietnã do Sul e, nessas condições, não podem expressar-se em seu nome na União Internacional de Telecomunicações. Em consequência, a assinatura das Atas Finais da Conferência de Plenipotenciários pelos representantes das referidas autoridades, ou a adesão às mesmas Atas, em nome do Vietnã do Sul é inteiramente ilegal;

3. Que, ao assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), a República Socialista Soviética de Bielorrússia, a República Socialista Soviética da Ucrânia e a União das Repúblicas Soviéticas declaram que deixam em aberto a questão da aceitação do Regulamento de Radiocomunicações (Genebra, 1959).

## XI

*Pela República Socialista Soviética de Bielorrússia, pela República Popular da Bulgária, por Cuba, pela República Popular Húngara, pela República Popular da Mongólia, pela República Popular da Polónia, pela República Socialista da România, pela República Socialista Soviética da Ucrânia, pela República Socialista da Tchecoslováquia, e pela União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.*

As delegações dos países mencionados declaram, em nome de seus respectivos governos, que consideram absolutamente injustificada e desprovida de valor jurídico a pretensão dos representantes da Coreia do Sul de expressar-se no seio da União Internacional de Telecomunicações em nome da Coreia inteira, já que o regime fantoche da Coreia do Sul não representa, nem pode representar, o povo coreano.

## XII

*Pela União da Birmânia:*

A delegação da União da Birmânia, ao assinar a presente Convenção, declara que reserva ao seu Governo o direito de adotar quantas medidas

de salvação oportunas à salvaguarda de seus interesses no caso em que as ressalvas formuladas por outros países importem num acréscimo de sua contribuição às despesas da União.

## XIII

*Pela República Popular da Bulgária, por Cuba, pela República Popular Húngara, pela República Popular da Mongólia, pela República Popular da Polónia, pela República Socialista da România e pela República Socialista da Tchecoslováquia:*

As delegações dos países mencionados declaram que seus governos se reservam o direito de aceitar ou não o Regulamento de Radiocomunicações, seja em seu conjunto, ou em parte.

## XIV

*Pela República Popular da Bulgária por Cuba, pela República Popular Húngara, pela República Popular da Mongólia, pela República Popular da Polónia, pela República Socialista da România e pela República Socialista da Tchecoslováquia:*

As delegações dos países mencionados consideram ilegal e nula a assinatura em nome da China, pelos representantes de Chan-Kai-Chek, da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), pois os únicos representantes legais da China, com o direito de assinar acordos internacionais em nome da mesma, são os representantes designados pelo Governo Central da República Popular da China.

Ao mesmo tempo, as delegações dos referidos países declaram que, diante da atual situação no território do Vietnã do Sul e dos "Acórdos de Genebra", seus governos não podem admitir que o Governo de Saigon represente os interesses do povo do Vietnã do Sul.

## XV

*Pela República Federal do Camerum:*

A delegação da República Federal do Camerum na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), declara, em nome de seu Governo que este se reserva o direito de adotar todas as providências oportunas para a proteção de seus interesses, no caso em que as ressalvas formuladas por outras delegações em nome de seus respectivos governos ou a inobservância da Convenção, possam comprometer o bom funcionamento de seu serviço de telecomunicações.

O Governo da República Federal do Camerum também não aceita nenhuma consequência das ressalvas formuladas por outros Governos à presente Conferência, que possam acarretar um acréscimo de sua quota-parte contributiva às despesas da União.

## XVI

*Pelo Canadá:*

A assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) pelo Canadá implica a ressalva de que este país não se considera sujeito ao Regulamento Telefónico, porém aceita as obrigações decorrentes dos demais regulamentos administrativos, exceto no caso em que essas ressalvas hajam sido formuladas nos mesmos.

## XVII

*Pelo Chile:*

A delegação do Chile faz questão de assinalar que, sempre que apareçam na Convenção Internacional de Telecomunicações, nos seus anexos, nos regulamentos ou em documentos de qualquer natureza menções ou referências a "territórios antárticos" como dependentes de um Estado qualquer, tais menções ou referências não se

aplicam, nem poderão aplicar-se, ao setor antártico chileno, que faz parte integrante do território nacional da República do Chile e sobre o qual essa República possui direitos imprescritíveis.

## XVIII

*Pela China:*

A delegação da República da China na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), tal como em Atlantic City, em Buenos Aires e em Genebra, e a única representação legítima da China à esta Conferência e, como tal, reconhecida pela mesma Conferência. Todas as declarações ou ressalvas apresentadas pelos Membros da União, por ocasião da presente Convenção, ou a ela juntadas, e que sejam incompatíveis com a posição da República da China, como foi acima definida, são ilegais, e, consequentemente, nulas e sem efeito. Ao assinar a presente Convenção, a República da China não aceita, em relação a esses Membros da União, nenhuma obrigação decorrente da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) ou dos Protocolos com ela relacionadas.

## XIX

*Pela República de Chipre:*

A delegação de Chipre declara que o Governo da República de Chipre não pode aceitar nenhuma consequência financeira que possa eventualmente advir das ressalvas feitas por outros governos participantes da Conferência de Plenipotenciários (Montreux, 1965).

## XX

*Pelas Repúblicas da Colômbia e da Espanha:*

As delegações das Repúblicas da Colômbia e da Espanha declaram, em nome de seus respectivos governos, que não aceitam qualquer consequência das ressalvas que possam originar um acréscimo nas quotas-partes de suas contribuições às despesas da União.

## XXI

*Pela República da Coreia:*

A delegação da República da Coreia declara que, tal como nas Conferências realizadas depois de ter a Coreia aderido à União, é a única representante legítima de toda a Coreia, e, como tal, foi reconhecida pela presente Conferência. Todas as declarações ou ressalvas formuladas, por qualquer Membro da União, relativamente a esta Convenção, que sejam incompatíveis com a posição da República da Coreia, são ilegais e, em consequência, nulas e ineficazes.

## XXII

*Pela República da Costa Rica:*

A delegação da República de Costa Rica declara que reserva ao seu Governo o direito de aceitar ou recusar as consequências das ressalvas formuladas por outros governos, que importem num aumento de sua contribuição às despesas da União, ou possam prejudicar seus serviços de telecomunicações.

## XXIII

*Pela República da Costa do Marfim:*

A delegação da República da Costa do Marfim declara que reserva ao seu Governo o direito de aceitar ou recusar as consequências decorrentes das ressalvas formuladas por outros governos e que importem num aumento de sua contribuição às despesas da União.

## XXIV

*Por Cuba:*

Ao assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux,

1965), em nome do Governo da República de Cuba, a delegação de Cuba faz ressalva formal em relação à aceitação do Regulamento Telefónico, do Regulamento Telefónico e do Regulamento Adicional de Radiocomunicações referidos nos números 203 e seguintes (artigo 15) da presente Convenção.

## XXV

*Por Cuba, pela República Popular Húngara, pela República Popular da Mongólia e pela República Popular da Polónia:*

As delegações dos países mencionados reservam aos seus respectivos governos o direito de adotar quantas providências considerarem oportunas para a salvaguarda de seus interesses, caso as ressalvas formuladas por outros países importem num aumento de suas partes de contribuição às despesas da União, ou se alguns Membros da União deixarem de concorrer para as despesas da União.

## XXVI

*Pela República do Daomé:*

A delegação da República do Daomé reserva ao seu Governo o direito:

1. de não aceitar nenhuma medida financeira que possa acarretar um acréscimo de sua contribuição para a União;

2. de tomar todas as providências que julgar necessárias para proteger seus serviços de telecomunicações no caso em que Países Membros ou Membros Associados deixem de observar as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

## XXVII

*Pela Dinamarca, pela Finlândia, pela Islândia, pela Noruega e pela Suécia:*

As delegações dos países mencionados declaram, em nome de seus respectivos governos, que não aceitam qualquer consequência das ressalvas que importem em aumento de suas quotas-partes de contribuição às despesas da União.

## XXVIII

*Pelos Estados Unidos da América:*

Os Estados Unidos da América declaram oficialmente que seu país não aceita, com a assinatura da presente Convenção, qualquer compromisso em relação ao Regulamento Telefónico ou ao Regulamento Adicional de Radiocomunicações a que se refere o artigo 15 da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

## XXIX

*Pela Etiópia:*

A delegação da Etiópia reserva ao seu Governo o direito de adotar as medidas que julgar oportunas para proteger seus interesses no caso em que alguns Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou em que as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar seus serviços de telecomunicações.

## XXX

*Pela Grécia:*

A delegação helênica declara, em nome de seu Governo, que não aceita nenhuma consequência decorrente das ressalvas formuladas por outros governos que importem num aumento de sua quota-parte contributiva às despesas da União.

Reserva também ao seu Governo o direito de adotar quantas medidas julgar oportunas para proteger seus interesses, no caso em que outros Membros e Membros Associados da



União deixarem de responder por sua parte nas despesas da União ou, de alguma forma, se absterem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), os anexos ou protocolos a ela incorporados, ou se as ressalvas formuladas por outros países prejudicarem o bom funcionamento de seus próprios serviços de telecomunicações.

## XXXI

*Pela República da Guiné e pela República do Mali:*

A delegação dos mencionados países reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de garantir a proteção de seus interesses, caso alguns Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por esses países vierem a prejudicar seus serviços de telecomunicações.

## XXXII

*Pela República da Índia:*

1. Ao assinar as Atas Finais da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), a República da Índia recusa-se a aceitar qualquer consequência, financeira decorrente das ressalvas que possam ser feitas em relação às finanças da União pelas delegações que participam da presente Conferência.

2. A delegação da República da Índia declara que a assinatura da Convenção pelo seu país implica também a ressalva de aceitar ou não determinadas disposições dos Regulamentos Telegráfico e Telefônico de Genebra (1938), mencionados no artigo 15 da Convenção.

3. A delegação da República da Índia reserva ao seu Governo o direito de adotar, em sendo necessário, medidas adequadas a assegurar o bom funcionamento da União e de seus organismos permanentes, assim como a aplicação dos regulamentos enumerados no artigo 15 da Convenção, caso algum país fizer ressalvas ou negar-se a aceitar as disposições da Convenção e os regulamentos mencionados.

## XXXIII

*Pela República da Indonésia:*

1. A delegação da República da Indonésia declara que a assinatura, pela citada delegação, da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) e a eventual ratificação posterior da mesma Convenção não devem ser interpretadas como o reconhecimento pelo governo da "Federação Maláia", da "China" e de outros países não reconhecidos pela República da Indonésia.

2. A delegação da República da Indonésia reserva ao seu Governo o direito de adotar todas as medidas que julgar oportunas para proteger seus interesses, no caso de alguns Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por outros países, vierem a comprometer o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

## XXXIV

*Pelo Irã*

A delegação do Irã reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses no caso em que Membros ou Membros Associados deixem de cumprir, de

algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar seus serviços de telecomunicações.

## XXXV

*Pelo Estado de Israel*

Estando as ressalvas feitas pelos governos da Argélia (República Algeriana Democrática e Popular) e do Reino Unido

Reino da Arábia Saudita, da República do Iraque, do Reino Hachemita da Jordânia, do Estado de Kuwait, do Líbano, do Reino de Marrocos, da República Árabe-Síria, da República Árabe Unida, da República do Sudão e da Tunísia em flagrante contradição com os princípios e os objetivos da União Internacional de Telecomunicações e, por conseguinte, carentes de qualquer validade jurídica, o Governo de Israel declara que rejeita essas ressalvas pura e simplesmente e que as considera sem a menor validade em relação aos direitos e obrigações dos Estados Membros da União Internacional de Telecomunicações.

Assim sendo, o Governo de Israel fará valer seus direitos no sentido de salvaguardar seus interesses no caso em que os governos da Argélia (República Algeriana Democrática e Popular), do Reino da Arábia Saudita, da República do Iraque, do Reino Hachemita da Jordânia, do Estado de Kuwait, do Líbano, do Reino de Marrocos, da República Árabe-Síria, da República Árabe Unida, da República do Sudão e da Tunísia deixarem de cumprir qualquer dos artigos da Convenção Internacional de Telecomunicações.

## XXXVI

*Pela Itália*

A delegação da Itália reserva ao seu governo o direito de tomar as providências que julgar necessárias à proteção de seus interesses, no caso em que Membros ou Membros Associados da União deixem de participar das despesas da União ou, de alguma forma, não se submetam às disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) dos Anexos ou dos Protocolos a ela incorporados ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a comprometer o bom funcionamento de seus próprios serviços de telecomunicações.

## XXXVII

*Pela Jamaica*

A delegação da Jamaica reserva ao seu governo o direito de adotar todas as providências que julgar oportunas para proteger seus interesses no caso em que alguns Membros ou Membros Associados não participarem das despesas da União ou, de qualquer modo, deixarem de cumprir as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), dos anexos e protocolos a ela incorporados, ou ainda se as ressalvas formuladas por outros países prejudicarem o bom funcionamento dos serviços de telecomunicações da Jamaica.

## XXXVIII

*Pelo Kênia*

A delegação do Kênia reserva ao seu governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas para proteger seus interesses no caso em que Membros ou Membros Associados deixem de observar, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux 1965), ou dos Anexos e Regulamentos a ela incorporados ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar o bom

funcionamento dos serviços de telecomunicações.

## XXXIX

*Pela República da Libéria*

A delegação da República da Libéria reserva ao seu Governo o direito de adotar todas as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses se Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por outros países prejudicarem os serviços de telecomunicações.

## XL

*Pela Malásia*

A delegação ao Governo da Malásia reserva ao seu governo o direito de adotar todas as medidas que julgar necessárias no sentido de proteger seus interesses no caso em que Membros ou Membros Associados deixarem de observar, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux 1965).

## XLI

*Pela República Islâmica da Mauritânia*

A delegação da República Islâmica da Mauritânia, ao assinar a presente Convenção reserva ao seu Governo o direito de adotar as medidas que julgar oportunas no sentido de proteger os interesses de suas telecomunicações, no caso em que Membros ou Membros Associados deixem de cumprir as disposições da presente Convenção e se recusarem a aceitar qualquer ressalva formulada por outros países, que importe num aumento de sua quota-parte contributiva às despesas da União.

## XLII

*Pelo Nepal*

A delegação do Reino do Nepal reserva ao seu governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, caso as ressalvas formuladas por outros países venham a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

## XLIII

*Pela República Federal da Nigéria*

Ao assinar a presente Convenção, a delegação da República Federal da Nigéria declara que seu Governo se reserva o direito de adotar as providências necessárias no sentido de proteger seus interesses, caso Membro ou Membros Associados da União se recusem a partilhar as despesas da União ou deixem de observar, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), dos Anexos ou Protocolos a ela incorporados, ou, ainda, se as ressalvas formuladas por outros países comprometerem o bom funcionamento dos serviços de telecomunicações da República Federal da Nigéria.

## XLIV

*Pela Uganda*

A delegação da Uganda reserva ao seu governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses no caso em que Membros ou Membros Associados deixarem de observar, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou dos Anexos e Regulamentos a ela incorporados, ou se as ressalvas formuladas por outros países, vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

## XLV

*Pelo Paquistão*

O Governo do Paquistão declara que, ao assinar a presente Convenção, se

reserva o direito de aderir, na totalidade ou em parte, as disposições dos Regulamentos Telefônico e de Radiocomunicações.

O Governo do Paquistão declara, também, que se reserva o direito de aceitar ou não as consequências que possam vir da adoção de qualquer outro país Membro da União as disposições da presente Convenção ou dos Regulamentos a ela anexos.

## XLVI

*Pelo Panamá*

A delegação da República do Panamá a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), declara que o Governo da República do Panamá não aceita qualquer consequência financeira que eventualmente decorra das ressalvas formuladas por outros governos participantes da presente Conferência sobre questões relacionadas com as finanças da União.

## XLVII

*Pelo Peru*

1. A delegação do Peru reserva ao seu Governo o direito:

1. de tomar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses no caso em que Membros ou Membros Associados não se sujeitarem, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), dos seus Anexos e Protocolos, ou ainda, se as ressalvas formuladas pelos Membros ou Membros Associados importarem num aumento da quota-parte de sua contribuição às despesas da União, ou prejudicarem o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações;

2. de aceitar ou não, na totalidade ou em parte, as disposições dos Regulamentos Administrativos enumerados no artigo 15 da Convenção.

## XLVIII

*Pela República das Filipinas*

Dado que as ressalvas feitas por alguns países são passíveis de prejudicar o bom funcionamento dos serviços de telecomunicações a República das Filipinas, a delegação da República das Filipinas reserva-se formalmente o direito, ao assinar a presente Convenção em nome de seu Governo, de aceitar ou recusar, em parte ou na totalidade, as disposições do Regulamento Telegráfico e Telefônico e o Regulamento Adicional de Telecomunicações, referidos na Convenção Internacional das Telecomunicações (Montreux, 1965), e que a completam.

## XLIX

*Por Portugal*

A delegação portuguesa da Conferência de Plenipotenciários da U.I.T. (Montreux, 1965),

considerando

a) que a Resolução nº 46, aprovada pela Conferência, se refere a assuntos de caráter exclusivamente político e inteiramente alheios aos objetivos da União;

b) que essa Resolução foi aprovada sem a Conferência se tenha pronunciado, de conformidade com o número 611 do Regulamento Geral anexo à Convenção de Genebra (1959) sobre a questão de competência levantada por escrito pela delegação portuguesa (ata da sétima sessão plenária, de 21 de setembro de 1965, documento nº 158), declara em nome de seu Governo que, ao assinar a Convenção, ela considera a Resolução nº 46 ilegal e, por conseguinte, inexistente.

## L

*Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:*

A delegação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte



declara que não aceita a declaração feita pela delegação argentina em virtude de a referida declaração constatar a soberania do Governo da Sua Majestade sobre as ilhas Falkland e suas dependências, assim como sobre o território Antártico Britânico, e que deseja assinalar oficialmente os direitos do Governo de Sua Majestade sobre esse ponto. As ilhas Falkland e suas dependências, assim como o Território Antártico Britânico, fazem e continuam a fazer parte integrante dos territórios cujo conjunto constitui o Membro da União conhecido sob o nome de "Territórios do Além Mar, cujas relações internacionais são garantidas pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte", em nome do qual o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte aderiu à Convenção Internacional de Telecomunicações de Genebra (1959), a 9 de dezembro de 1961, e que é designado da mesma maneira no Anexo I da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

A delegação do Reino Unido também não pode aceitar o parecer formulado pela delegação argentina, de acordo com o qual o termo "Malvinas" será associado à designação das Ilhas Falkland e suas dependências. A decisão de agregar "Malvinas" a essa designação apenas se relaciona com os documentos da Comissão Especial das Nações Unidas incumbida de estudar a aplicação da declaração relativa a concessão de independência aos países coloniais e aos seus povos, e não foi adotada pelas Nações Unidas em todos seus documentos. Tal decisão não se refere absolutamente à Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) nem aos seus Anexos ou quaisquer outros documentos publicados pela União Internacional de Telecomunicações.

Com referência à declaração da delegação argentina sobre a soberania do Território Antártico Britânico, a delegação do Reino Unido deseja chamar a atenção do Governo argentino sobre o artigo IV do Tratado da Antártica, no qual são partes o Governo argentino e o Governo do Reino Unido.

#### LII

##### *Pela República Ruandesa:*

A delegação da República Ruandesa reserva ao seu Governo o direito de adotar todas as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que Membros ou Membros Associados deixem de cumprir, seja como for, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) ou dos Anexos e Regulamentos a ela incorporados, ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### LIII

##### *Pela República do Senegal:*

A delegação da República do Senegal declara em nome de seu Governo que não aceita qualquer consequência das ressalvas formuladas por outros Governos à presente Conferência, das quais possa decorrer um acréscimo de sua quota-parte de contribuição às despesas da União.

Além disso, a República do Senegal reserva-se o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, caso as ressalvas formuladas por outros países ou a inobservância da Convenção venham a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### LIII

##### *Por Serra Leoa:*

A delegação de Serra Leoa declara que reserva ao seu Governo o direito

de adotar as providências que julgar oportunas para salvaguardar seus interesses, no caso em que Membros ou Membros Associados da União deixarem de observar, de algum modo, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### LIV

##### *Por Singapura:*

Ao assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), a delegação do Governo de Singapura reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que considere oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que outros países deixem de observar, seja como for, as disposições da mesma Convenção, ou se as ressalvas dos citados países vierem a prejudicar seus serviços de telecomunicações ou originar um acréscimo de sua parte contributiva para as despesas da União.

#### LV

##### *Pela República da Somália:*

A delegação da República da Somália reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, caso alguns Membros ou Membros Associados deixem de observar as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) dos Anexos e Regulamentos a ela incorporados, ou ainda se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### LVI

##### *Pela República do Sudão:*

A delegação da República do Sudão reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que outro País deixar de observar, seja como for, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por qualquer país vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações ou importem num aumento de sua quota de contribuição às despesas da União.

#### LVII

##### *Pela Confederação Suíça:*

Sendo o respeito pelo direito um princípio constante da política seguida pela Confederação Suíça, a delegação desta última declara não aceitar as resoluções ns. 44, 45 e 46, que lhe parecem contrárias aos artigos 2 e 4 da Convenção.

Com esta tomada de posição, a delegação suíça não se pronuncia sobre o fundo da resolução em questão, mas considera que as divergências de ordem política deveriam, em princípio, permanecer rigorosamente apartadas das instituições técnicas.

#### LVIII

##### *Pela República Unida da Tanzânia:*

A delegação da República Unida da Tanzânia reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que considere oportunas no sentido de proteger seus interesses no caso em que outros Membros ou Membros Associados deixem de cumprir, seja como for, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou dos Anexos e Regulamentos a ela incorporados, ou se as ressalvas formuladas por outros países vierem a prejudicar o bom funcionamento de seus serviços de telecomunicações.

#### LIX

##### *Pelos Territórios dos Estados Unidos da América:*

Os Territórios dos Estados Unidos da América declaram formalmente que, ao assinarem a presente Convenção, os Territórios dos Estados Unidos da América não aceitam nenhum compromisso relativamente ao Regulamento Telefônico ou ao Regulamento Adicional de Radiocomunicações, de que trata o artigo 15 da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

#### LX

##### *Pela Tailândia:*

A Tailândia reserva-se o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses no caso em que as ressalvas formuladas por outros países importem num aumento de sua parte de contribuição às despesas da União.

#### LXI

##### *Pela República Togolesa:*

A delegação da República Togolesa reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no caso em que algum país se abster de observar as disposições da presente Convenção ou se as ressalvas formuladas durante a Conferência, ou no momento da assinatura de outros Membros ou Membros Associados importem em situações contrárias aos serviços de telecomunicações, ou num acréscimo considerado excessivo da sua parte de contribuição às despesas da União.

#### LXII

##### *Pela Turquia:*

A Turquia reserva-se o direito de adotar as providências que considerar oportunas no sentido de proteger seus interesses, caso as ressalvas formuladas por outros países acarretem um aumento de sua parte de contribuição às despesas da União.

#### LXIII

##### *Pela República da Venezuela:*

1. A delegação da República da Venezuela reserva ao seu Governo o direito de aceitar ou não as disposições do número 204 da presente Convenção, no que se refere aos Regulamentos Administrativos.  
2. A delegação da República da Venezuela reserva ao seu Governo o direito de adotar as providências que julgar oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que outro país deixar de observar as disposições da presente Convenção.  
3. A República da Venezuela não aceita qualquer consequência das ressalvas formuladas em relação à presente Convenção ou aos seus Anexos, que possam importar num acréscimo direto ou indireto de sua quota-parte contributiva às despesas da União Internacional de Telecomunicações.

#### LXIV

##### *Pela República Socialista Federativa da Iugoslávia:*

A delegação da República Socialista Federativa da Iugoslávia declara, em nome de seu Governo, que considera:

a) que os representantes de Taiwan não têm o direito de assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), em nome da China;  
b) que os representantes do Vietnã do Sul não têm o direito de assinar a citada Convenção em nome de todo o Vietnã;  
c) que os representantes da Coreia do Sul não têm o direito de assinar a citada Convenção em nome de toda a Coreia.

#### LXV

##### *Pela República de Zâmbia:*

A delegação da República de Zâmbia declara que reserva ao seu Govern-

no o direito de adotar as providências que considerar oportunas no sentido de proteger seus interesses, no caso em que Membros ou Membros Associados deixarem de cumprir, seja como for, as disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965), ou se as ressalvas formuladas por esses países vierem a prejudicar seus serviços de Telecomunicações.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários respectivos assinam o presente Protocolo num exemplar e em cada um dos idiomas: inglês, chinês, espanhol, francês e russo. Este Protocolo será depositado nos arquivos da União Internacional de Telecomunicações, que remeterá uma cópia a cada um dos países signatários.

Montreux, 12 de novembro de 1965.

Seguem-se as mesmas assinaturas da Convenção.

#### PROTOCOLOS ADICIONAIS À CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES MONTREUX, 1965)

Os plenipotenciários abaixo assinados subscreveram os Protocolos Adicionais seguintes que fazem parte das Atas Finais da Conferência de Plenipotenciários (Montreux, 1965):

#### PROTOCOLO ADICIONAL I

*Despesas da União para o período de 1965 a 1971*

1. O Conselho de Administração fica autorizado a estabelecer o orçamento anual da União, de modo que as despesas anuais

- do Conselho de Administração,
- da Secretaria Geral,
- da Junta Internacional de Registro de Frequências,
- das Secretarias dos Comitês Consultivos Internacionais,

- dos Laboratórios e instalações técnicas da União, não excedam, nos anos de 1966 e seguintes, até a próxima Conferência de Plenipotenciários, as importâncias seguintes:

- 17.900.000 francos suíços para o ano de 1966;
- 18.125.000 francos suíços para o ano de 1967;
- 18.610.000 francos suíços para o ano de 1968;
- 19.185.000 francos suíços para o ano de 1969;
- 19.955.000 francos suíços para o ano de 1970;
- 20.400.000 francos suíços para o ano de 1971.

Nos anos posteriores a 1971, os orçamentos anuais não deverão exceder de 3% por ano a importância fixada para o ano precedente.

2. Os limites fixados para os anos de 1966 e 1967 incluem, cada um deles, uma importância de 500.000 francos suíços destinados aos pagamentos que possam tornar-se necessários em virtude da Resolução nº 3 da presente Conferência. Qualquer economia realizada nesses pagamentos não poderá ser utilizada para outros fins.

3. O Conselho de Administração fica autorizado a ultrapassar os limites fixados no parágrafo 1 a fim de cobrir as despesas relativas ao estabelecimento de um projeto de Carta (Constitucional) da União (ver a Resolução nº 35, da presente Conferência).

4. O Conselho de Administração poderá autorizar as despesas relativas às conferências e reuniões referidas nos números 208 e 209 da Convenção.

4.1 Durante os anos de 1966 a 1971, o Conselho de Administração, tendo eventualmente em consideração as disposições da alínea 4.3 acima, manterá os gastos no limite das importâncias seguintes:

- 4.185.000 francos suíços para o ano de 1966;
- 4.815.000 francos suíços para o ano de 1967;
- 4.985.000 francos suíços para o ano de 1968;
- 5.035.000 francos suíços para o ano de 1969;

1.355.000 francos suíços para o ano de 1970;

5.310.000 francos suíços para o ano de 1971.

4.2 Se a Conferência de Plenipotenciários, uma Conferência Administrativa Mundial, que se ocupe com questões de telegrafia ou telefonia, ou uma Conferência Administrativa Mundial, que trate de questões de radiocomunicações, não se realizarem nos anos de 1968 a 1971, o total das importâncias autorizadas para esses anos sofrerá uma redução de 2.500.000 francos suíços em se tratando de uma Conferência de Plenipotenciários; de 1.500.00 francos suíços em se tratando de uma Conferência Administrativa Mundial, relativa a questões de telegrafia e telefonia; e de 2.000.000 de francos suíços em se tratando de uma Conferência Administrativa Mundial, que se ocupe com questões de radiocomunicações.

Se a Conferência de Plenipotenciários não se reunir em 1971, o Conselho de Administração autorizará, ano a ano, nos anos posteriores a 1971, os créditos que julgar adequados às despesas relativas às conferências e reuniões a que se referem os números 208 e 209 da Convenção.

4.3 O Conselho de Administração poderá autorizar um excesso dos limites atuais fixados na alínea 4.1 acima, se esse excesso puder ser compensado pelos créditos:

- que tenham ficado disponíveis no ano precedente;
- que possam ser descontados em ano futuro.

5. O Conselho de Administração fica autorizado a ultrapassar os limites fixados nos parágrafos 1 e 4 acima para custear:

5.1 aumentos das escalas de vencimentos, contribuições para pensões ou indenizações, incluídas ajudas de custo para locomoções, admitidas pelas Nações Unidas para serem aplicadas em favor de seu pessoal empregado em Genebra;

5.2 flutuações de câmbio entre o franco suíço e o dólar U.S., que possam acarretar para a União despesas suplementares.

6. O Conselho de Administração tem o encargo de realizar todas as economias possíveis. Para esse fim, deverá fixar, todos os anos, as despesas autorizadas no mais baixo nível possível compatível com as necessidades da União, dentro dos limites fixados nos parágrafos 1 e 4 acima, observando, se preciso for, as disposições do parágrafo 5.

7. Se os créditos, que o Conselho de Administração haja autorizado para a aplicação dos parágrafos 1 a 5 acima, se tornarem insuficientes para assegurar o bom funcionamento da União, o Conselho só poderá ultrapassar esses créditos com a autorização da maioria dos Membros da União, devidamente consultados. Qualquer consulta aos Membros da União deverá conter uma exposição completa dos fatos que justificam tal pedido.

8. Antes de examinar as proposições suscetíveis de afetar o orçamento, as conferências administrativas mundiais e as assembleias plenárias dos Comitês Consultivos Internacionais deverão fazer uma estimativa das despesas suplementares delas decorrentes.

9. Não será levada em consideração qualquer decisão de uma Conferência Administrativa ou de uma assembleia plenária de Comitê Consultivo Internacional que importe em acréscimo direto ou indireto de despesas acima dos créditos que o Conselho de Administração possa dispor, nos termos dos parágrafos 1 a 5, ou nas condições previstas no parágrafo 7.

#### PROTOCOLO ADICIONAL II

Procedimento a ser observado pelos Membros e Membros-Associados na escolha de seu representante

1. Os Membros e Membros-Associados deverão notificar o Secretário-

Geral até 1º de julho de 1966 sobre a classe de contribuição que tiverem escolhido na tabela das classes de contribuição incluída no número 212 da Convenção Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1935).

2. Os Membros e Membros-Associados que não haja comunicado, até 1º de julho de 1966 a sua decisão relativa à aplicação das esculpações do parágrafo precedente, terão que contribuir com o número de unidades que subscreveram no regime da Convenção de Genebra.

#### PROTOCOLO ADICIONAL III

Data em que o Secretário-Geral e o Vice-Secretário-Geral tomarão posse de seus cargos

O Secretário-Geral e o Vice-Secretário-Geral, eleitos pela Conferência de Plenipotenciários (Montreux, 1965), nas condições prescritas pela mesma Conferência, tomarão posse de seus cargos no dia 1º de janeiro de 1966.

Em testemunho do que, os plenipotenciários assinam os presentes Protocolos Adicionais num exemplar e em cada um dos idiomas inglês, chinês, espanhol, francês e russo. Estes Protocolos serão depositados nos arquivos da União Internacional de Telecomunicações, que remeterá uma cópia a cada um dos países signatários.

Montreux, 12 de novembro de 1965.

As assinaturas que acompanham os Protocolos Adicionais I a III são as mesmas que acompanham a Convenção.

#### PROTOCOLO ADICIONAL IV

##### Disposições transitórias

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965) decidiu que as disposições seguintes serão aplicadas em caráter provisório até que entre em vigor a Conferência Internacional de Telecomunicações (Montreux, 1965).

1. (1) O Conselho de Administração será composto de vinte e nove membros que serão eleitos pela Conferência, de acordo com o procedimento estipulado pela mesma Convenção. O Conselho poderá reunir-se imediatamente após ter sido eleito e executar as tarefas que lhe forem confiadas pela Convenção.

(2) O Presidente e o Vice-Presidente eleitos pelo Conselho de Administração em sua primeira sessão permanecerão em seus cargos até serem eleitos seus sucessores, o que se dará na abertura da sessão anual do Conselho, em 1967.

2. A Junta Internacional de Registro de Frequências será composta de cinco membros, eleitos pela presente Conferência, de acordo com as modalidades por ela fixadas. Os membros da Junta tomarão posse de seus cargos no dia 1º de janeiro de 1967.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários respectivos assinam o presente Protocolo Adicional num exemplar, em cada um dos idiomas inglês, chinês, espanhol, francês e russo. Este Protocolo ficará depositado nos arquivos da União Internacional de Telecomunicações, que enviará uma cópia a cada um dos países signatários.

Montreux, 21 de outubro de 1965.

Pelo Afeganistão:

M. A. Gran  
J. N. Alawi

Pela Argélia (República Algeriana Democrática e Popular):

A. Amrani

Pelo Reino da Arábia Saudita:

A. Zaidan

Pela República Argentina:

A. Lozano Conejero  
M. Bucich  
O. García Pinedro  
R. A. Salvador  
F. Diaco

Pela Comunidade da Austrália (Commonwealth):

C. J. Griffiths  
R. E. Butler

Pela Austrália:

K. Vavra  
A. Sapik

Pela Bélgica:

M. C. E. D. Lambiotte

Pela República Socialista Soviética de Bielorrússia:

L. Podoncki

Pela União de Birmânia:

Min Lwin  
Pe Than

Pela Bolívia:

Sra. M. C. Sejas Sierra  
Pelo Brasil:

E. Machado de Assis  
E. Martins da Silva  
D. S. Ferreira  
J. A. Marques  
H. Dourado  
C. Gomes de Barros

Pela República Popular da Bulgária:

P. Jetchev  
M. Velkov

Pela República Federal do Camerun:

Tchouta Moussa

Pelo Canadá:

F. G. Nixon

Pela República Centro Africana:

E. N'Zengou

Pelo Cailão:

G. E. de S. Ellawela

Pelo Chile:

H. Calcagni P.  
E. Flaude F.

Pela China:

Y. Shen

T. C. Yü

Pela República do Chipre:

R. Michachides  
A. E. Embelokis

Pelo Estado da Cidade do Vaticano:

P. V. Giudici

Pela República da Colômbia:

E. Arango  
J. Quijano-Caballero  
O. Rovira Arango  
M. Vasquez

Pela República Democrática do Congo:

B. Kalonji  
F. Tumba  
M. G. M'Bela

Pela República do Congo (Brazzaville):

M. N'Tsiba

Pela República da Coreia:

G. W. Pak

Por Costa Rica:

G. Di Mottola Balestr  
M. Eagli

Pela República da Costa de Marfim:

T. Konde

Por Cuba:

P. W. Luis Torres  
L. Solá Vila  
J. A. Valladares Timcheda

Pela República do Camô:

T. Bouraima

Pela Dinamarca: G. Pedersen

P. F. Ericksen

Pelo Conjunto dos Territórios Representados pelo Departamento Francês de Correios e Telégrafos de Alcm-Mer:

J. L. A. Constantin

Pelo Equador:

E. Ponce Y Carbo

Pela Espanha:

J. Garrido

Pelos Estados Unidos da América:

J. C. Holmes

Pela Etiópia:

D. Negash  
D. Beyene

Pela Finlândia:

A. Sinkonen

Pela França:

R. Croze

Pela República Babonesa:

E. Méfane  
J. A. Gnguley

Por Gana:

J. A. Brobbey

Pela Grécia:

A. Marangoudakis  
D. Bacalexis

Pela Guatemala:

F. Villela Jimenez

Pela República da Guiné:

S. Diarra  
A. I. Diallo  
M. Saadi  
M. B. Cmara

Pela República do Alto-Volta:

A. M. Kambiré

Pela República Popular Húngara:

J. Benko

Pela República da Índia:

Chaman Lal

Pela República da Indonésia:

A. Tahir  
Pratomo  
A. Boer

Pelo Irã:

G. Shakhonia

Pela República do Iraque:

W. Karagoli

Pela Irlanda:

L. O'Brien

Pela Islândia:

B. Kristjánsson

Pelo Estado de Israel:

E. Ron  
M. Shakkéd  
M. Baviy

Pela Itália:

F. Babuscio-Rizzo

Pela Jamaica:

H. H. Haughton  
G. A. Gauntlett

Pelo Japão:

I. Hatakeyama  
M. Takashima  
M. Itano

Pelo Reino Hachamita da Jordânia:

Z. Goussous  
K. Samaw

Pelo Estado do Kuwait:

A. M. Al-Sabej

Pelo Reino do Laos,

R. Groze

Pelo Líbano:  
N. Kayata  
M. Ghazal

Pela República da Libéria:  
J. L. Cooper, Jr.

Pelo Principado de Liechtenstein:  
W. Kranz

Pelo Luxemburgo:  
L. Bodé

Pela Malásia:  
V. T. Sambanthan  
Mah Seck Wah

B. A. K. Shamsuddin

Pelo Malawi:  
A. W. Fevre

Pela República Malgache:  
C. Ramanitra

Pela República do Mali:  
M. Sidibe

Por Malta:  
A. Barbara

Pelo Reino de Marrocos:  
A. Laraqui

Pela República Islâmica da Mauritânia:  
M. N'Diaye

Pelo México:  
C. Núñez A.

L. Barajas G.

Por Mônaco:  
C. C. Solamito  
A. Y. Passeron

Pela República Popular da Mongólia:  
S. Gandorje  
L. Natsagorje

Pelo Nepal:  
H. P. Upadhyay

Pela Nicarágua:  
A. A. Mulhaupt

Pela República do Níger:  
B. Bolho

Pela República Federal da Nigéria:  
G. C. Ikoli

Pela Noruega:  
P. Øvregard  
N. J. Söberg

Pela Nova Zelândia:  
E. S. Doak

Pela Uganda:  
J. W. Akol

Pelo Paquistão:  
M. S. Kari

Pelo Panamá:  
J. A. Tack

Pelo Paraguai:  
S. Guanes  
M. Ferreira Falcon

Pelo Reino dos Países Baixos:  
R. Diks

Pelo Perú:  
F. Solari Swayne  
A. A. Giesecke Matto

Pela República das Filipinas:  
V. A. Pacis  
A. G. Gamboa, Jr.  
P. F. Martinez  
R. D. Tandigan

Pela República Popular da Polónia:  
H. Backo

Por Portugal:

M. A. Vieira  
J. da Cruz Filipe  
R. Rezende Rodrigues  
R. Ferreira do Amaral  
M. F. da Costa Jardim

Pelas Províncias Espanholas da África:  
J. Garrido

Pelas Províncias Portuguesas de Além-Mar:  
M. A. Vieira  
J. da Cruz Filipe  
R. Rezende Rodrigues  
R. Ferreira do Amaral  
M. F. da Costa Jardim

Pela República Árabe-Síria:  
A. S. Atassi

Pela República Árabe Unida:  
I. Fouad

Pela República Federal da Alemanha:  
H. Bornemann

Pela República Socialista Soviética da Ucrânia:  
J. Omelianenko

Pela República da Somália:  
S. I. Abdi

Pela República Socialista da Rumania:  
M. Grigore

Pelo Reino Unido, da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:  
W. A. Woiverson

H. G. Lilliecap  
G. E. Lovell  
M. C. Greenwood  
P. W. F. Fryer

Pela República Ruandesa:  
Z. Habyambere

Pela República do Senegal:  
L. Dia

Por Serra Leoa:  
C. S. Davies

Pela República do Sudão:  
M. S. Suleiman  
F. M. F. Barbary

Pela Suécia:  
H. Sterky  
H. Westberg  
S. Hultare

Pela Confederação Suíça:  
A. Langenberger

Pela República do Tchad:  
G. Goy

Pela República Socialista da Tchecoslováquia:  
G. Vodnansky

Pelos Territórios dos Estados Unidos da América:  
F. Corneiro

Pelos Territórios de Além-Mar, cujas relações internacionais são asseguradas pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:  
A. H. Sheffield  
D. Simper

Pela Tailândia:  
S. Punyaratabandhu  
S. Sukhanetr  
C. Vajrabhaya  
D. Charoenphol

Pela República Togolesa:  
A. Aithnard

Por Trinidad e Tobago:  
W. A. Rose

Pela Tunísia:  
M. Mili

Pela Turquia:

N. Tanay

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

A. Poukhalski

Pela República da Venezuela:

E. Tovar Cova

Pela República Socialista Federativa da Iugoslávia:

P. Vasiljevic

Pela República da Zâmbia:

L. Changufu

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1967

Aprova o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964, adotada, pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão realizada em Genebra, a 17 de junho de 1964.

Art. 1º É aprovado o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964, adotado pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima-oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964, sobre a aplicação universal das Convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si própria.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

#### CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

##### CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Instrumento de Emenda (nº 1), 1964. Adotado pela Conferência em sua quadragésima-oitava sessão.

Instrumento para Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho

A Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e tendo-se ali reunido em 17 de junho de 1964, em sua quadragésima-oitava sessão.

Havendo decidido a substituição do art. 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho pelas suas propositões enviadas à Conferência pelo Conselho de Administração em sua centésima-quadragesima sétima sessão, questão essa que constitui o item 9º da agenda da sessão.

Adota neste dia 6 de julho de mil novecentos e sessenta e quatro, o instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, instrumento que receberá a denominação de Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 1), 1964:

##### ARTIGO I

A partir da data da entrada em vigor do presente instrumento de emenda, o art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho será emendado pelo acréscimo do parágrafo seguinte:

“9. Em vista de promover a aplicação universal das convenções a todas as populações, inclusive aquelas que não sejam completamente admi-

nistradas por si próprias, e sem prejuízo dos poderes próprios de que disponha qualquer território, os membros que ratificarem convenções alterarão as suas disposições na medida do possível, no tocante a todos os territórios de cujas relações internacionais são responsáveis.

a) Sempre que as questões tratadas pela Convenção entrem na competência própria de um território, a obrigação do Membro responsável pelas relações internacionais deste território, será de comunicar o mais breve possível, a convenção ao governo deste território, a fim de que este governo possa promulgar uma legislação ou tomar outras medidas; se o governo do território der sua anuência, o Membro comunicará ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, uma declaração de aceitação das obrigações da convenção em nome desse território.

b) Uma declaração de aceitação das obrigações de uma convenção poderá ser comunicada ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho;

1) por dois ou mais Membros da Organização em nome de um território sob sua autoridade conjunta.

2) por qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território, em virtude das disposições da Carta das Nações Unidas, ou qualquer outra disposição em vigor concernente a esse território.

c) A aceitação das obrigações de uma convenção em virtude das alíneas “a” e “b” precedentes importará na aceitação, em nome do território interessado, das obrigações decorrentes dos termos da convenção, assim como as obrigações que, nos termos da Constituição da Organização se apliquem às convenções ratificadas.

d) Cada membro ou autoridade internacional tendo comunicado uma declaração em virtude do presente parágrafo, poderá comunicar, conforme as disposições da convenção relativas a sua denúncia, uma nova declaração denunciando a aceitação das obrigações da convenção em nome de todo o território que seria designado em uma nova declaração.

e) Com a finalidade de promover a universalidade da aplicação prevista acima, o Membro, os Membros ou autoridade internacional interessados, informarão ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, segundo o que decida o Conselho de Administração, sobre a legislação e a prática nos territórios para os quais a convenção não esteja em vigor, no que concerne à questão tratada na convenção e na medida em que se deu prosseguimento à toda disposição da convenção por via legislativa administrativa, de contratos coletivos ou por qualquer via, expondo quais as dificuldades que impedem ou retardam a aceitação da convenção.

f) O presente parágrafo de caráter transitório deixará de ser aplicado na proporção em que as populações dos territórios interessados alcançarem a independência.

##### ARTIGO II

A contar da entrada em vigor da emenda do artigo 19 previsto no artigo precedente o artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho deixará de produzir seus efeitos.

##### ARTIGO III

A contar da data em vigor do presente instrumento de emenda, o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho providenciará um texto oficial da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, conforme foi modificada pelos dispositivos deste instrumento de emenda, e, dois exemplares originais devidos

mente assinados, um dos quais será depositado nos arquivos da Repartição Internacional do Trabalho e outro em mãos do Secretário-Geral das Nações Unidas para fim de registro em conformidade com os termos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas. O Diretor-Geral remeterá uma cópia autenticada do texto a cada um dos Membros da Organização Internacional do Trabalho.

## ARTIGO IV

Dois exemplares autenticados do presente instrumento de emenda serão assinados pelo Presidente da Conferência e pelo Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e outro em mãos do Secretário-Geral das Nações Unidas para fins de registro em conformidade com o disposto no artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

O Diretor-Geral remeterá uma cópia autenticada do documento a cada um dos Membros da Organização Internacional do Trabalho.

## ARTIGO V

1. As ratificações e as aceitações formais do presente instrumento de emenda serão transmitidos ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho que deles dará conhecimento aos Membros da Organização.

2. O presente documento de emenda entrará em vigor de acordo com o disposto no artigo 36 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

3. A contar da entrada em vigor do presente instrumento de emenda, o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho dará conhecimento disso a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho e ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

O texto precedente é o texto autêntico do instrumento de emenda da Organização Internacional do Trabalho (nº 1), 1964, devidamente adotado pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima-oitava sessão celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.

As versões francesa e inglesa do texto do presente instrumento de emenda fazem igualmente fé.

Em fé do que assinam, neste dia treze de julho de 1964:

O Presidente da Conferência

Andrés Aguillar Mawdsley.

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho

David A. Morse

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 54 — DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 133, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade — Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 55 — DE 1967

Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Art. 1º É aprovado o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade — Presidente do Senado Federal.

CONVENIO INTERAMERICANO  
DE SANIDADE VEGETAL

Os Estados partes deste Convênio, Considerando que na 39ª reunião anual realizada pelo Comitê Interamericano Permanente Antiacridiano (C.I.P.A.) no ano de 1962, na cidade de Buenos Aires, aprovou-se por unanimidade a iniciativa de ampliar as atividades do organismo, incorporando à sua esfera de trabalho todas as pragas da agricultura de interesse comum países membros e a todos aqueles que desejem aderir, além dos que eventualmente adquiram o caráter citado e que requeiram urgente intervenção;

Considerando que as recomendações das VII e VIII Conferências da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); da Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária, de 1951; as opiniões de diversos países sul-americanos consultados a respeito, também aconselham a necessidade de reunir os mesmos em um Organismo Regional encarregado de coordenar as atividades fitossanitárias;

Considerando que o desequilíbrio da produção de alimentos frente ao crescimento das populações determina a necessidade de estender as áreas cultivadas, incrementar os rendimentos agrícolas e intensificar a luta racional contra os inimigos da agricultura, reunindo os esforços que nesse sentido, realizam os distintos Governos;

Considerando que a organização e a ação desenvolvida pelo Comitê Interamericano Permanente Antiacridiano, desde sua constituição, no ano de 1948, tem dado eficazes resultados e que, em consequência, esse Comitê oferece uma excelente base para a promoção das aspirações expressas, pois liga já aos Estados da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, aos quais poderão incorporar-se todos aqueles países que assim o desejem;

Tendo em conta a necessidade urgente de contribuir para aumentar a qualidade e quantidade de alimentos mediante a redução das graves perdas que causam as pragas da agricultura, convém pelo presente, em ampliar as atividades do Comitê Interamericano Permanente Antiacridiano e convém no seguinte:

## ARTIGO I

Fica criado o Comitê Interamericano de Proteção Agrícola (C.I.P.A.) que se regerá e funcionará de conformidade com os artigos abaixo.

## ARTIGO II

## Objetivos

a) por em vigor um plano de cooperação entre os distintos Governos, para diminuir os graves prejuízos econômicos ocasionados pelas pragas, reunindo os esforços dos países membros para resolver os problemas de maior importância que incidem negativamente em sua produção agrícola;

b) analisar a situação das principais pragas dos países membros e examinar os problemas que exijam uma cooperação de caráter regional e as medidas de assistência mútua;

c) recompilar e distribuir informações sobre defensivos (legislação, normas legais, uso, fiscalização, tolerâncias, etc.), visando uniformizar, na medida do possível, tudo que for concernente aos mesmos;

d) analisar e assessorar sobre as medidas de quarentena vegetal internacionais e nacionais; normalizar e revisar métodos e técnicos e aconselhar o reforço ou organização adequada, onde não existam, de serviços especializados;

e) coordenar as medidas tendentes a prevenir a introdução e difusão de pragas exóticas nos países membros;

f) sugerir ou realizar ações conjuntas de reconhecimento e-ou de luta contra as pragas de tipo internacional ou nacional, quando suas características assim o aconselham e possam resultar num perigo imediato ou imediato para os países membros;

g) manter um serviço técnico internacional permanente, especializado em luta contra as pragas;

h) realizar planos de estudos conjuntos e coordenados;

i) realizar intercâmbio de pessoal técnico especializado, quando as circunstâncias assim o requeiram, para o atendimento de problemas das especialidades dos mesmos;

j) intercambiar e-ou editar informações e publicações da especialidade;

k) instituir bolsas de formação e de aperfeiçoamento e-ou prêmios a trabalhos de investigação aplicada sobre temas fitossanitários;

l) promover cursos e estágios de especialização;

m) assistir aos governos contratantes que o solicitarem;

n) manter estreita vinculação com organismos internacionais afins.

## ARTIGO III

## Estados Membros

Serão considerados Estados Membros do C.I.P.A. todos aqueles que aceitem e referendem o estatuto na presente Convenção;

## ARTIGO IV

## Obrigações dos Estados Membros

1) Os Estados membros, por intermédio de seus representantes ante o C.I.P.A., se comprometem a manter um intercâmbio trimestral regular de informação sobre a situação das principais pragas e as campanhas de luta que realizem dentro de seus respectivos países, assim como a remeter, em igual intervalo, ditas informações à presidência do Comitê.

2) Os Estados Membros se comprometem a pôr em prática todas as medidas possíveis para combater as pragas, dentro de seus países e para reduzir os danos nos cultivos, adotando, pelo menos, os seguintes requisitos essenciais:

a) manter um serviço permanente de luta contra as pragas, que deverá colaborar com o C.I.P.A. com os elementos próprios da repartição nas campanhas fitossanitárias que organize o Comitê;

b) fomentar e apoiar a preparação de pessoal especializado, o reconheci-

mento, a investigação e a divulgação dos métodos e meios de luta contra as pragas;

c) participar da aplicação de toda política fitossanitária comum, que aprove o Comitê, para prevenção ou luta contra as pragas;

d) facilitar o armazenamento de todo o equipamento pertencente as equipes de luta que tenha o Comitê e permitir a entrada e saída do país, livre de direitos, e sem impedimentos, de distintos equipamentos, materiais e pessoal;

e) proporcionar ao Comitê qualquer informação que solicite para a eficaz desempenho de suas funções.

## ARTIGO V

## Organização do Comitê

O Comitê será constituído por:

- um Conselho-Diretor;
- uma Secretaria Técnica Coordenadora;
- uma Direção Técnica Executiva.

## ARTIGO VI

## Conselho Diretor

O Conselho Diretor será formado por um Delegado Titular e um Delegado Alternativo de cada Estado Membro, que serão seus representantes legais. Os mesmos serão designados pelos governos, que credenciarão sua designação mediante documento oficial sendo seu mandato por tempo indeterminado salvo resolução em contrário do Estado que representem.

Será condição indispensável que os ditos representantes sejam especialistas com funções diretoras em serviços relacionados com a sanidade vegetal de seus países. O Conselho Diretor elegerá, dentre seus Delegados Titulares, a um Presidente e um Vice-Presidente. O Presidente será eleito por dois terços de votos do Conselho e seu mandato será por tempo indeterminado, salvo solicitação e votação em contrário, efetuada por igual proporção (dois terços dos votos) dos demais Delegados Titulares.

O Vice-Presidente será eleito de igual forma que o Presidente e com iguais condições de mandato.

Os demais Delegados Titulares atuarão como vogais.

Todos os Delegados Titulares terão igual voz e voto, exceto a Presidência, que só atuará como definitiva em casos de empate nas votações.

Os Delegados Alternos só terão voz exceto quando atuem em substituição dos Titulares, em cujo caso também terão direito a voto.

Os cargos do Conselho Diretor não serão remunerados pelo C.I.P.A.

Serão funções do Conselho Diretor:

a) delinear e ordenar os planos de trabalho que deverá desenvolver a Direção Técnica Executiva;

b) examinar e aprovar o relatório da Direção Técnica Executiva sobre as atividades, o programa e o orçamento para o exercício econômico seguinte, assim como as contas anuais;

c) determinar, em consulta com os membros interessados, o caráter e amplitude da assistência de que necessitem para a execução dos seus programas nacionais e desenvolvimento dos regionais;

d) determinar a ajuda, a pedido de qualquer membro, quando a difusão e intensidade dos ataques de determinada praga superem a capacidade dos serviços nacionais de luta e reconhecimento, em todas as medidas que for necessário tomar, uma vez combinadas de mútuo acordo;

e) determinar as publicações de relatórios, trabalhos etc., sobre as experiências colhidas, estudos realizados, campanhas efetuadas programas nacionais e regionais de luta



etc., e assegurar que todos os Estados Membros tenham informações atualizadas dos mesmos:

f) convir medidas, ou acordos com outros países, que não sejam membros, para empreender uma ação comum de estudo ou de luta;

g) patrocinar acordos com outros organismos internacionais ou nacionais, tendentes à ação comum em matéria de estudos e luta, ou intercâmbio mútuo de informação;

h) estudar e aprovar a prestação de contas anual do Exercício anterior, Determinar e aprovar a distribuição de fundos para o Exercício seguinte;

i) aprovar a realização de reuniões extraordinárias e-ou parciais que lhe sejam solicitadas pela Direção Técnica Executiva;

j) administrar e gerir os fundos, assinar conjuntamente com o Presidente e o Secretário Técnico Coordenador e o Secretário Administrativo, podendo o Presidente requerer os serviços de uma auditoria;

## ARTIGO VII

## Secretaria Técnica Coordenadora

A Secretaria Técnica Coordenadora, que será responsável perante a Presidência do Conselho Diretor será constituída por um Secretário Técnico Coordenador, um Secretário Administrativo e o pessoal que for necessário.

O Secretário Técnico Coordenador deverá possuir o título de Engenheiro Agrônomo, ou equivalente, e será designado por concurso de títulos ante um júri composto pelo Presidente, Vice-Presidente e um Vogal do Conselho Diretor, devendo ter especialização em sanidade vegetal e atuação em organismo desse caráter, além das condições que estabeleça o júri.

O Secretário Administrativo e demais funcionários serão designados pelo Presidente do Conselho Diretor, por proposta do Secretário Técnico Coordenador.

Os cargos da Secretaria Técnica Coordenadora serão remunerados pelo Comitê, na forma que estabelecer o Conselho Diretor.

Serão funções da Secretaria Técnica Coordenadora:

a) dar assistência e cumprir as disposições do Conselho Diretor, servindo de elo entre este e a Direção Técnica Executiva;

b) manter informado o Conselho Diretor sobre as atividades da organização, assim como ordenar as contas, o programa e o orçamento da Direção Técnica Executiva, para serem submetidas ao Conselho Diretor antecipadamente à sua aplicação;

c) estudar e remeter à Presidência, com resumo e consideração prévia, os informes, recomendações, trabalhos apresentados pela Direção Técnica Executiva ou outros, para que o Conselho Diretor adote, a respeito, as medidas que julgar pertinentes;

d) cuidar das contas, livros contábeis, manejo e distribuição de fundos que ordene o Conselho Diretor;

e) redigir e dar cumprimento, uma vez aprovado pelo Conselho Diretor, ao programa de bolsas e prêmios a que alude o inciso k do artigo II;

f) realizar o que determina o inciso e do art. IV;

g) participar de todas as reuniões que realize o Organismo e ou que determine a Presidência, atuando em caráter de Secretário das mesmas o Secretário Técnico Coordenador e, em caráter de Secretário das Atas, o Secretário Administrativo;

h) preparar a prestação de contas Anual do Organismo, levando-a à aprovação do Conselho Diretor;

i) informar mensalmente aos Estados Membros do estado das contas e inversões efetuadas pelo Organismo;

j) desempenhar qualquer função técnica que lhe delegue o Conselho

Diretor e atender a todos os assuntos administrativos;

k) organizar e zelar pelo arquivo e biblioteca do Comitê;

m) o Secretário Técnico Coordenador e o Secretário Administrativo, para fins de movimentação dos fundos bancários, assinará juntamente com o Presidente.

## ARTIGO VIII

## Direção Técnica Executiva

A Direção Técnica Executiva, que será responsável perante a Presidência do Conselho Diretor, dependerá de um Diretor Técnico Executivo e será constituída, também, por dois técnicos assistentes.

O Diretor Técnico Executivo deverá possuir título de Engenheiro Agrônomo, ou equivalente, e será designado por concurso de títulos ante um júri composto pelo Presidente, Vice-Presidente e um Vogal do Conselho Diretor devendo ter especialização em sanidade vegetal, atuação na direção e orientação de campanhas contra pragas, além das condições que estabeleça o júri.

Os técnicos assistentes deverão possuir o título de Engenheiro Agrônomo ou equivalente, e serão designados pelo Presidente do Conselho Diretor, por proposta do Diretor Técnico Executivo devendo ter especialização em sanidade vegetal e atuação em luta contra as pragas.

Os cargos da Direção Técnica Executiva serão remunerados pelo Comitê, na forma que estabelecer o Conselho Diretor no edital para o concurso.

Serão funções da Direção Técnica Executiva:

a) elaborar planos de reconhecimento de avaliação e de luta para serem levados à Presidência do Conselho Diretor e pô-los em prática, realizando as campanhas a que correspondam, uma vez aprovadas pela mesma.

b) pôr em prática todas as medidas possíveis para combater as pragas, mantendo reservas dos elementos necessários;

c) percorrer periodicamente a região assistindo, promovendo a coordenação com os Estados Membros, os serviços especializados que atuem na luta contra as pragas, por sua solicitação;

d) realizar e fomentar o adiestramento do pessoal na especialidade de luta contra as pragas;

e) reunir, preparar e levar, à consideração do Conselho Diretor, relatórios sobre as experiências adquiridas estudos realizados, programas de reconhecimento e lutas nacionais e regionais campanhas efetuadas e avaliação de seus resultados, etc.;

f) manter constantemente informado o Conselho Diretor, por intermédio da Secretaria Técnica Coordenadora, sobre as atividades que desenvolva e remeter-lhes as contas, o programa e o orçamento, para sua aprovação;

g) remeter ao Conselho Diretor por intermédio da Secretaria Técnica Coordenadora os relatórios, recomendações e propostas sobre as questões de política fitossanitária que considere necessárias, para que aqueles adote, a respeito, as medidas que considerar pertinentes;

h) executar e obter que sejam apuradas as medidas de política fitossanitária e os programas aprovados pelo Conselho Diretor;

i) levar à Presidência do Conselho Diretor, por intermédio da Secretaria Técnica Coordenadora, um relatório mensal das atividades e a prestação de contas anual correspondente;

j) organizar e promover, em colaboração com a Secretaria Técnica Coordenadora, cursos e estágios de especialização;

k) executar e-ou desempenhar qualquer outra função que lhe indique o Conselho Diretor.

## ARTIGO IX

## Sede do Comitê

1) A sede do Comitê será permanente no país que se eleja por maioria de dois terços dos votos dos Estados Membros.

2) O local de funções da Presidência do Conselho Diretor, Secretaria Técnica Coordenadora e Direção Técnica Executiva, será o mesmo que constitua a sede do Comitê.

## ARTIGO X

## Regulamento Interno e Normas Financeiras

O Conselho Diretor pode, por maioria de dois terços de seus membros, adotar e emendar seus próprios regulamentos, o interno e o financeiro, os quais devem ser compatíveis com estes estatutos.

Os regulamentos do Comitê e qualquer emenda que se faça aos mesmos entrarão em vigor a partir do momento de sua aprovação pelo Conselho Diretor.

## ARTIGO XI

## Órgãos auxiliares

1) O Conselho Diretor poderá, quando for o caso, estabelecer comissões, subcomissões, grupos de trabalho, etc., sempre que disponham de elementos necessários nas rubricas respectivas do orçamento anual.

2) O Conselho Diretor regulamentará a integração e funções dessas comissões, subcomissões, etc., as quais poderão ser compostas de todos os membros do Comitê, ou pessoal nomeado ou contratado para tal, segundo decida o Conselho Diretor.

## ARTIGO XII

## Reuniões

1) O Conselho Diretor se reunirá em sessão ordinária anualmente no segundo trimestre, podendo a Presidência ou uma terça parte de seus membros, convocar sessões extraordinárias, quando assim julgarem necessário.

2) As reuniões anuais ordinárias se realizarão em forma rotativa, em cada um dos Estados Membros, e as extraordinárias no lugar que for determinado.

3) Cada um dos Estados Membros será representado, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, pelo Delegado Titular as quais poderão assistir o Alterno, especialista e assessores. O Alterno especialista e assessores poderão participar nos debates, com um sem direito a voto.

4) A metade mais um dos Membros do Conselho Diretor constituirá o "quorum". Cada Estado Membro terá direito a um voto e as decisões do Conselho Diretor serão tomadas por simples maioria dos votos dados, exceto nos casos previstos por este acordo e suas regulamentações.

5) Todo Estado Membro que fique devendo mais de duas quotas anuais de manutenção do Organismo, perderá direito ao voto, até que regularize sua situação.

6) O Diretor Técnico Executivo e o Secretário Técnico Coordenador deverão assistir às reuniões quando o Conselho Diretor, ou seu Presidente, o considerarem necessário, em caráter de membros informantes, com voz e sem voto. O Secretário Técnico Coordenador como Secretário das sessões e o Secretário Administrativo o fará como Secretário de Atas.

7) Realizar-se-ão reuniões técnicas parciais, quando e onde as circunstâncias o requeirarem, por delegação do Diretor Técnico Executivo e com a aprovação da Presidência, as quais poderão assistir especialistas direta-

mente dedicados a um ou mais problemas em questão, de cada País Membro interessado nos mesmos. Na ausência de membros do Conselho Diretor essas reuniões serão presididas pelo Diretor Técnico Executivo que referenda "Ad-referendum" na Presidência as decisões que sejam tomadas. Quando a Presidência o considerar necessário deverão concorrer a essas reuniões o Secretário Técnico Coordenador e os Técnicos Assistentes.

8) O Conselho Diretor, ou seu Presidente, em consulta prévia com outros Membros do Conselho, poderá convidar assessores, consultores ou peritos para que assista às sessões.

9) Poderão assistir a qualquer tipo de reunião, e caráter de observadores, delegados de outras organizações internacionais, e instituições nacionais estatais ou privadas, a pedido das mesmas e com a anuência do Presidente do C.I.P.A.

10) Os delegados dos Países Membros que não puderem participar das reuniões, poderão aderir às comissões a que se haja chegado e as resoluções adotadas, mediante simples comunicações escrita à Presidência,

## ARTIGO XIII

## Finanças

1) Cada Estado Membro se compromete a pagar anualmente, em dinheiro, a soma de quinze mil dólares americanos (US\$ 15.000), como quota de manutenção do C.I.P.A.

2) As quotas deverão ser remetidas aos ordens do Comitê, por cheque bancário contra o Banco Oficial do país sede da Presidência, dentro do segundo trimestre de cada ano, e serão pagas nas divisas que determine a Presidência de acordo com o contribuinte.

3) O Conselho Diretor poderá também aceitar contribuições e donativos de outras fontes.

4) Cada Estado Membro contribuirá com a parte proporcional que lhe corresponde, do orçamento da despesa quando seu território seja parte ou beneficiado com a execução de campanhas de reconhecimento, luta ou desenvolvimento de planos de investigação, que excedam os fundos disponíveis do Comitê, ou impliquem em inversões não previstas neste Convênio e suas regulamentações. O Conselho Diretor determinará por maioria:

a) o orçamento da despesa;

b) o montante das partes proporcionais a debitar aos Estados Membros beneficiados; e

c) o tipo de divisas em que deverão ter efetuados os pagamentos, os quais em todos os casos serão prévios à execução dos trabalhos.

5) Todos os fundos recebidos serão depositados no Banco Oficial do país sede da Presidência, à ordem conjunta do Presidente e do Secretário Técnico Coordenador e-ou do Secretário Administrativo. Os fundos serão administrados pela Presidência do Comitê, de acordo com o regulamento financeiro que se estabeleça.

6) Das contribuições feitas pelos governos dos Países Membros do C.I.P.A. se destinará um mínimo de dez por cento da receita anual, para constituir um fundo de reserva, a fim de atender aos gastos que possam se originar em casos de emergência fitossanitária.

## ARTIGO XIV

## Despesas

1) As despesas do Comitê serão pagas com recursos do seu orçamento anual, exceto as relativas ao pessoal e aos meios que possam proporcionar os governos contratantes. Essas despesas serão fixadas e pagas dentro dos limites de um orçamento anual apresentado pelo Presi-

dente e aprovado por unanimidade pelo Conselho Diretor, de conformidade com esses estatutos e o regulamento financeiro.

2) As despesas realizadas com os Delegados Titulares dos Estados-Membros, o Diretor Técnico Executivo, Técnicos, Assistentes, Secretário Técnico Coordenador e Secretário Administrativo, por sua participação nas reuniões ordinárias, extraordinárias, ou técnicas parciais, serão pagas pelo Comitê. As despesas em que incorram os Alternos, técnicos atuais, peritos, assessores e observadores, serão pagas pelos Governos ou Organismos respectivos.

3) As despesas realizadas com convidados, a título pessoal, para assistir às reuniões, serão da responsabilidade do interessado, exceto quando for convidado para desempenhar um trabalho determinado por conta do Comitê, segundo o estipulado no Artigo XII, inciso 8.

4) As despesas da Direção Técnica Executiva e da Secretaria Técnica Coordenadora serão pagas pelo Comitê, de acordo com o orçamento anual.

## ARTIGO XV

## Solução de controvérsias

No caso de que supra qualquer controvérsia especialmente sobre a proibição ou restrição, da importação de plantas, ou produtos vegetais procedentes de seus territórios, o Estado ou Estados-Membros interessados, poderão solicitar a intervenção do C.I.P.A. na forma seguinte:

a) nomear-se a um grupo de trabalho integrado por um representante de cada um dos governos interessados, um representante do Conselho Diretor e um Assessor Técnico indicado por uma organização internacional;

b) esse grupo de trabalho considerará a questão objeto da controvérsia tendo em conta todas as provas documentais e de qualquer outra espécie que apresentem os governos interessados, e apresentará em seguida um relatório, com suas recomendações, ao Presidente do Conselho Diretor;

c) as recomendações desse grupo de trabalho constituirão a base de um novo estudo, pelos governos in-

teressados, da questão que motivou o desacórdio.

## ARTIGO XVI

1) O presente Convênio fica aberto à assinatura ou aceite de todos os Estados mencionados no artigo III.

2) Estes Estados podem aderir ao presente Convênio mediante:

a) assinatura com reserva de aceite ulterior;

b) assinatura com reserva de aceite, seguida deste;

c) aceite simples.

3) O aceite terá efeito depois do depósito de um instrumento de aceite no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

4) O presente Convênio entrará em vigor a partir do aceite de conformidade com o parágrafo 2) deste artigo, de pelo menos a metade mais um dos Estados-Membros do Comitê Interamericano Permanente Antiacridiano (C.I.P.A.).

5) O presente Convênio terá vigência indefinida, mas poderá ser denunciado por qualquer Estado contraente dois anos depois de haver entrado em vigor, mediante notificação ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o qual o comunicará imediatamente ao Conselho Diretor do C.I.P.A. A denúncia surtirá efeito um ano depois da data de recebimento da notificação.

Em fé do que, os abaixo assinados plenipotenciários depois de haverem depositado os seus plenos poderes, que foram encontrados em boa e devida forma, firmam o presente Convênio.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, em um só exemplar, nos idiomas português e espanhol que ficara depositado no arquivo do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, o qual expedirá cópias autênticas aos países signatários.

Pela Argentina: Walter Kugler  
Pela Bolívia: Coronel Rogelio Miranda Baldívia  
Pelo Brasil: Hugo de Almeida Leite  
Pelo Chile: R. Isla Marçó  
Pelo Uruguai: Dr. Felipe Amorim Sánchez.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 97, DE 1967

*Concede aposentadoria a José Euráido Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal*

Artigo único. É aposentado, de acordo com o § 1º do art. 177 da Constituição Federal, combinado com os arts. 345 e 346, item II da Resolução nº 6, de 1960, e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal José Euráido Peixoto.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 43, nº IV da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 99, DE 1967

*Suspende a execução da lei do Estado de Pernambuco de nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.*

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei 4.950, de 20 de dezembro de 1963, do Estado de Pernambuco, que criou o Município de Pontas de Pedras desmembrado de Goiânia, com fundamento no art. 45, inciso III da Constituição Federal, tudo nos termos do acórdão, em sessão plenária de 6 de abril de 1967, do Supremo Tribunal Federal, que julgou procedente a representação incidente oferecida pela Procuradoria-Geral da República, nos autos do Recurso Extraordinário nº 59.979.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 99, DE 1967

*Aposenta, por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal*

Artigo único. É aposentado, de acordo com os arts. 100, item I e 101, item I inciso "b", da Constituição Federal, combinados com os de nº 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus o Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, André Avelino Filho.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 43, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 100, DE 1962

*Autoriza o Governo do Paraná a ser fadador no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná, junto a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos.*

Art. 1º É o Governo do Estado do Paraná autorizado a funcionar como fadador no contrato de financiamento firmado entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná e a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos, no valor de US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) para fins de implantação do Sistema Estadual de Telecomunicações no Estado.

Art. 2º A dívida será amortizada no prazo de 8 (seis) anos, sendo 2 (dois) de carência, aos juros de 6% (seis) por cento ao ano.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 43, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 101, DE 1967

*Autoriza o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S. A., de Turim, Itália, trinta tratores.*

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), autorizado a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S.p.A., de Turim, Itália, 30 (trinta) tratores de esteiras, marca FIAT, modelo AD 7, equipados com Angledozer hidráulico, no valor certo e total de 198.414.000 (cento e noventa e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil) liras italianas, correspondentes, aproximadamente, a NCrs 861.116,76 (oitocentos e sessenta e um mil, cento e dezesseis cruzeiros novos e setenta e seis centavos), nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as referidas partes a 29 (vinte e nove) do mês de setembro de 1967, na cidade de Goiânia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 95, DE 1967

*Torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4*

Artigo único. Fica sem efeito a nomeação feita de acordo com o artigo 85, alínea "c", item 2, da Resolução nº 2 de 1959, de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº 96, DE 1967

*Exonera, a pedido, João Conrado Lafetá de Oliveira, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado*

Artigo único. É exonorado, a pedido, de acordo com o art. 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, João Conrado Lafetá de Oliveira.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## ATA DA 225ª SESSÃO, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE, EDMUNDO LEVI E GUIDO MONDIN.

As 11 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Flávio Brito  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Cattete Pinheiro  
Petrônio Portela  
Sigeirêdo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Duarque Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Júlio Leite  
José Leite  
Eurico Rezende  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Aurélio Viana  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Mello Brage  
Atílio Ponana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger

## O SR. PRESIDENTE.

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

## EXPEDIENTE

## MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 561-67 (nº de origem 787-67) — Projeto de Lei da Câmara número 584-B-67 e nº 120-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Cruz Vermelha Internacional, até 1.000 (mil) sacas de café (Projeto que se transformou na Lei nº 5.361, de 29 de novembro de 1967).

Nº 562-67 (nº de origem 736-67) — Projeto de Lei da Câmara número 36-C-67 (Complementar) e nº 128-67, no Senado, que dispõe sobre a execução do disposto no art. 16, § 2º da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos vereadores (Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 2, de 29 de novembro de 1967).

Nº 563-67 (nº de origem 797-67) — Projeto de Lei da Câmara número 587-B-67 e nº 121-67, no Senado, que regula, nos termos do art. 183 da Constituição, a complementação da mudança de órgãos da Administração Federal para a Capital da União, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.363, de 30 de novembro de 1967).

Nº 564-67 (nº de origem 793-67) — Projeto de Lei da Câmara número 705-B-67 e nº 131-67, no Senado, que modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias,

cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.362, de 30 de novembro de 1967).

## PARECERES

Parecer nº 945, de 1957

Da Comissão de Economia, sobre o Requerimento nº 928, de 1957, de autoria do Senador Josaphat Marinho, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações a respeito de decisões tomadas sobre a política do cacau, em recente reunião dos países produtores e consumidores, da qual participou o Brasil.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O presente Requerimento, de autoria do Senador Josaphat Marinho, objetiva trazer ao Congresso Nacional informações a respeito de decisões recentemente tomadas pelos países produtores e consumidores de cacau, em reunião da qual participou o Brasil.

2. Entre os pontos sobre que versa o Requerimento encontram-se os relativos ao preço mínimo do produto e à quota atribuída ao Brasil, para colocação de suas sãfras. São detalhes importantes, que interessam diretamente à economia brasileira, ainda mais quando notícias divulgadas pela imprensa despertam inquietações e dúvidas entre os produtores nacionais.

3. Nada pode ser argüido contra o Requerimento, que atende às normas regimentais e é do maior interesse para a economia do País. Sou favorável, portanto, ao encaminhamento da matéria à autoridade competente.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1967. — *Carvalho Pinto*, Presidente. — *Carlos Lindenberg*, Relator. — *Paulo Torres*. — *Júlio Leite*. — *Leandro Maciel*

Parecer nº 946, de 1967

Da Comissão de Economia, sobre o Requerimento nº 997, de 1957, do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — Banco Central — informações sobre o montante da receita do Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural — FUNFERTIL, e outra informação a respeito.

Relator: Senador Leandro Maciel.

O Sr. Senador Adolpho Franco, em requerimento de 7 de novembro corrente, solicita informações ao Poder Executivo por intermédio do Ministério da Fazenda, relativamente:

a) ao montante da receita do Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural — FUNFERTIL, inclusive com a demonstração da receita fornecida pelos acordos firmados pelo Governo Brasileiro com a AID, das dotações do Orçamento da União e, principalmente, as que foram atribuídas pelo Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura — GERCA;

b) à razão que impede a concessão de financiamento às lavouras de cana de açúcar e café, quando é certo que grande parte dos recursos do Fundo são fornecidos pela cafeicultura nacional.

O Requerimento em exame, formulado em conformidade com as normas regimentais, deve merecer encaminhamento.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1967. — *Carvalho Pinto*, Presidente. — *Leandro Maciel*, Relator. — *Júlio Leite*. — *Paulo Torres*. — *Carlos Lindenberg*.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência deferiu hoje os seguintes requerimentos de informações:

## REQUERIMENTO Nº 1.143, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Rêde Ferroviária Federal — o seguinte:

1 — Quilometragem total das linhas férreas em tráfego, atualmente, no país;

1 — bitolas existentes e quilometragem total das linhas construídas em cada uma dessas bitolas.

2 — Quilometragem dos chamados ramais antieconômicos onde o tráfego já foi extinto — e quilometragem de linhas incluídas na mesma categoria onde os trens deixaram de circular até a execução completa da política de extinção dos serviços deficitários.

3 — Destino que tem sido dado ao acervo dos ramais ferroviários que deixaram de funcionar (imóveis diversos, áreas de terra, postes, trilhos, material rodante).

4 — Sobre pessoal:

I — número de empregados da Rêde, em exercício:

- a) funcionários públicos;
- b) CLT;
- c) temporários;

II — número de aposentados:

a) se são pagos pelos cofres da RFF ou, diretamente, pelo Tesouro Nacional.

III — Montante das despesas em NCr\$ com pessoal da RFF, em 1964, 1965 e 1966.

5 — "Deficit" financeiro da RFF cobertos através de recursos do Tesouro Nacional, em 1964, 1965 e 1966.

6 — Relação de organismos da administração pública direta e autárquica (federais, estaduais e municipais) que têm dívidas a saldar com a RFF, de exercícios anteriores ao corrente;

1 — razão pela qual não é tomada a decisão do pronto pagamento desses débitos.

## Justificação

Ninguém desconhece, em linhas gerais, os imensos problemas que entram nesses transportes ferroviários. Mas, a acreditar nas notícias que de quando em vez transpiram nos jornais, essas dificuldades estão em constante mutação, em decréscimo algumas, em agravamento, outras.

A verdade é que os "deficits" da RFF são sempre, silenciosamente, cobertos pelo Tesouro Nacional e, por isso mesmo, o contribuinte — que alimenta esse Tesouro — deve ser, com frequência, informado do que estão fazendo com o seu dinheiro.

Fala-se agora na criação de quatro Superintendências Regionais para a Rêde. O projeto apresenta-se justificado em termos pomposos de um necessário condicionamento empresarial para aquela organização mas, não está excluído — acho eu — o risco de um povo surto impreguiista justificado pela necessidade de montar aquelas estruturas.

O presente requerimento visa, pois, oferecer à opinião pública, através da resposta que obtiver, um retrato exato de que ocorre com a Rêde e do que pretende o Governo fazer com ela.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

As Comissões de Transportes e de Finanças.

## REQUERIMENTO

Nº 1.146, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foi feito convênio ou se tem recursos próprios para o asfaltamento da estrada de acesso que liga a Iva Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro à estrada Rio-São Paulo, no trecho entre Cabuçu e Marapicás, no mesmo município?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

## REQUERIMENTO

Nº 1.147, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S.A. — quais as providências tomadas para efetuar o pagamento da diferença salarial devida aos ex-ferroviários transferidos para o DCT e lotados em Uberlândia, Estado de Minas Gerais?

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

## REQUERIMENTO

Nº 1.148, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a construção de pontes sobre os rios Bananeira e Mata Maria, no município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

## REQUERIMENTO

Nº 1.149, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Banco do Brasil, se será feito financiamento aos agricultores do Estado do Rio de Janeiro, para melhor expansão de suas lavouras e incremento da produção, e em caso positivo, quais as exigências e qual a taxa de juros?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

A Comissão de Finanças.

## REQUERIMENTO

Nº 1.150, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o seguinte:

1) Número de estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil, até 1965, e áreas que ocupam nas diferentes regiões;

2) Especificar os Estados com maior número de estabelecimentos agrícolas;

3) O valor da terra nua e índices de benfeitorias existentes;

4) Quais as modalidades de posse das propriedades rurais?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Tôrres*.

## REQUERIMENTO

Nº 1.151, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil —

**DAPC** — quais os estudos realizados visando o aumento dos níveis das telefonistas do Instituto Nacional de Previdência Social que até hoje, permanecem nos níveis 6 e 7, bastante injustos para a responsabilidade do cargo?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.152, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Conselho Nacional do Petróleo, órgão do Ministério das Minas e Energia, as seguintes informações:

1º) Na concordância criada pela Resolução nº 2-66, de 13 de janeiro de 1966, do GEQUIM uma das principais exigências era a maioria de capital brasileiro nas empresas concorrentes. Daí perguntamos: Quais as empresas estrangeiras que possuem ações da Ultrafertil e qual a percentagem no total do capital da empresa?

2º) Foram concedidos favores à Ultrafertil para importação de fertilizantes? Quais?

3º) Quais as vantagens que a Ultrafertil tem ou vai ter com relação aos outros importadores de fertilizantes no País?

4º) Foi realizado algum contrato com a Ultrafertil para o aproveitamento de qualquer produto das refinarias de petróleo pertencentes a PETROBRAS? Quais os preços e condições desses contratos?

#### Justificação

Como especifica a primeira pergunta havia a exigência de maioria de capital brasileiro na concorrência criada pela Resolução nº 2-66 do GEQUIM — Grupo Executivo da Indústria Química. No entanto, a firma vencedora, a Ultrafertil, tem o seu capital composto por firmas estrangeiras, como a Phillips Petroleum e International Finance Corporation, além da Ultragas. Segundo se informa, esta última haveria vendido suas ações, num montante de 45 por cento à própria Phillips Petroleum ou outra. Desta forma nada menos de 70 por cento ou 80 por cento do capital da Ultrafertil ficaria em mãos de firmas alienígenas, o que desrespeita a exigência do GEQUIM. Ademais, objetivamos prioritariamente, saber se contratos já foram feitos ou estão sendo feitos com a Ultrafertil para aproveitamento de produtos das refinarias da Petrobrás, pois se tal estiver sucedendo é evidente o golpe contra as firmas genuinamente nacionais.

É preciso que o Senado da República tome conhecimento oficial do fato para melhor aferir o que ocorre na conjuntura nacional com relação à intromissão nos negócios brasileiros por parte de firmas estrangeiras que, naturalmente, não deixam saldo positivo ao Brasil e sim carregam nossas divisas para os seus países.

Dai, o presente requerimento.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *José Ermírio de Moraes*.

### REQUERIMENTO Nº 1.153, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Banco do Brasil — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — quando será feita a concessão de empréstimos aos produtores de sal, para recuperação das salinas parcialmente destruídas pelas últimas enchentes, no Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes como foram concedidos às regiões do Nordeste?

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.154, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1º) Qual o saldo brasileiro de reservas-ouro no Exterior?

2º) Quanto em ouro foi utilizado para compra de títulos de outros países, quais os títulos e quais esses países?

3º) Quanto rende de juros anualmente esses títulos?

4º) Esses títulos têm garantia do padrão ouro ou são eles sujeitos a flutuações na bolsa e, ainda, quais as garantias de juros dos mesmos?

#### Justificação

Não é admissível que um país, necessitado de tudo, se dê ao luxo de adquirir títulos no Exterior que rendem juros baixíssimos, enquanto o próprio Governo paga juros elevados dentro do País. Também a indústria, a lavoura, a pecuária e o comércio e outros ramos da vida nacional vem arcando até hoje com a grande sobrecarga dos juros que, onerando o custo, vai redundar nas costas do consumidor.

Por outro lado, sabemos que todo país necessita possuir uma reserva em moeda forte que garanta as suas importações e seus pagamentos no Exterior. Assim é que deve escolher a que seja mais garantida. O dólar cujo estoque em ouro nos Estados Unidos era de mais de 28 bilhões já está na casa dos 13 bilhões e certamente com a desvalorização da libra e com a onda da compra de ouro que vai pelo mundo cairá mais ainda. O ouro a cerca de 30 anos não foi valorizado, permanecendo em US\$39.19.75 a onça, cuja situação, todavia, não poderá continuar já que nenhuma mercadoria no mundo deixa de sofrer elevação.

Nestas condições, mesmo sem receber juros, é mais conveniente do que receber apenas 4,5% por quaisquer títulos do Exterior, como acontece.

Dai o presente requerimento.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *José Ermírio de Moraes*.

#### A Comissão de Finanças.

### REQUERIMENTO Nº 1.155, de 1967

Sr. Presidente:

Em consonância com o dispositivo regimental, requeiro a Vossa Excelência se digne determinar o encaminhamento de Ofícios aos Senhores Ministros da Agricultura e ao Diretor de Centro de Pesquisa do Cacau, solicitando a seguinte informação:

Quais os meios que estão sendo aplicados no combate à "Podridão Parda" que está aparecendo na zona cacaujeira espiritosantense.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Raul Giuberti*.

### REQUERIMENTO Nº 1.156, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais as providências tomadas visando a construção de um dique de proteção à cidade de Itacara, Estado do Rio de Janeiro, junto ao rio Paraíba, naquele município?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.157, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo através do Ministério do Interior — DNOS — quais as providências tomadas visando a dragagem do rio São João, nos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro, a fim de evitar os constantes e graves prejuízos que advêm por ocasião das chuvas?

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1967. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.158, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — por que motivo foi fechado o posto do ex-IAPFESP na localidade de Visconde de Itaboraí, no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, que atendia cerca de 403 ferroviários e que agora são obrigados a se locomoverem para outro município muito distante do local de trabalho?

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1967. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.159, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — quais as providências tomadas visando o pagamento do salário-família aos aposentados do extinto SAMDU, que não percebem aquela ajuda que é paga aos demais servidores aposentados da União?

Sala das Sessões, 27.11.67. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.160, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia — Departamento Nacional da Produção Mineral — as seguintes informações:

1) Mencionar, em toneladas, as quantidades anuais de cobre — sob todas as modalidades de consumo — utilizados pela indústria brasileira do período 1960-1966.

2) Nos quantitativos de consumo anual fornecidos em resposta ao item anterior, indicar os percentuais do produto de origem nacional e de procedência estrangeira ali presentes.

3) Indicar a estimativa do consumo anual de cobre no Brasil para o período 1967-1970.

4) Planos ou trabalhos ora em andamento, na esfera governamental, para a obtenção, sem demora, do equilíbrio, no país, entre a produção de cobre e o consumo dessa matéria-prima.

5) Procedência e valor das importações anuais brasileiras de cobre, no período de 1960-1966.

#### Justificação

É árdua e cheia de imprevistos a trajetória que um país percorre, no tempo, rumo à plena mobilização de seu potencial de produção.

A proporção que as fases se sucedem, em função mesmo da maior intensidade do consumo relacionada

com o progresso global das indústrias, surgem deficiências novas. E essas deficiências configuram, por sua vez, problemas novos, que precisam ser resolvidos depressa, antes que se transformem em indesejáveis pontos de estrangulamento.

Sou agora sabedor, por fontes não-oficiais, que nos é bastante desfavorável que chamarei de quadro conjuntural da economia do cobre no Brasil — não obstante serem vultosas as reservas nacionais do referido metal, já localizadas e ainda não exploradas na linha do rendimento máximo.

Formulando os presentes questionamentos, procuro apenas obter os dados que me irão configurar o problema na sua exata dimensão. Não estou insinuando omissões ou irregularidades de qualquer espécie. O legislador precisa, em todos os assuntos, conhecer a verdade relativa a seu país, pois, só com os pés firmes no chão, dessa verdade garantirá segurança e objetividade às posições que assumir no traço da problemática nacional.

Sala das Sessões, em 28.11.67. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.161, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais os planos de financiamento existentes, dentro do programa prioritário, para o setor agropecuario do País, de fertilizantes para o maior rendimento da produção da cana de açúcar no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 28-11-67. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.162, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas no sentido de autorizar a concessão de 1.200 horas-trator em vez de 800 horas-trator para desobstruir a estrada em Barra de Sana, 8º distrito de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, onde se escoa, diariamente, 32 toneladas de bananas?

Sala das Sessões, em 27-11-67. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.163, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foi feito convênio ou se tem recursos próprios para o asfaltamento da estrada que liga o município de Vasouras ao município de Mendes, no Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 27-11-67. — *Senador Vasconcelos Torres*.

### REQUERIMENTO Nº 1.164, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, as seguintes informações:

1) Por que razões não foi ainda efetuado, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o cálculo para indenização



aos Estados de Sergipe e Alagoas, pela extração de óleo e gás;

2) Tendo em vista que, desde 1964, pelo menos, vem sendo efetuada a extração de óleo em Sergipe, que razões justificam o fato de não terem sido adotadas as providências cabíveis pelo CNP, para o pagamento dessa indenização, trimestralmente;

3) Se os cálculos do Conselho são efetuados por solicitação da Petrobrás ou se, ao contrário, cabe ao órgão fiscalizador que é o Conselho a fixação dos índices e valores, independentemente de qualquer pedido.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1967. — Senador *Julio Leite*, ARENA — SE.

#### Justificação

A Lei nº 2.004-53, com as modificações que lhe foram introduzidas, determina o pagamento das indenizações aos Estados e Municípios produtores de óleo e gás, será feito *trimestralmente*. Desde 1964, vem a Petrobrás extraindo óleo de Sergipe, sem que, no entanto, tenha sido paga a indenização prevista em lei, limitando-se a fazer adiantamentos ao Estado e aos municípios produtores, que não devem corresponder ao valor da indenização.

A empresa estatal alega, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.606-67, da Câmara, que "no caso de indenização aos Estados de Sergipe e Alagoas ainda não foi fixado, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o critério para o cálculo do valor dos petróleos respectivos.

O presente requerimento tem por objetivo, portanto, esclarecer as razões por que não foram ainda fixados os valores do óleo e do gás extraídos em Sergipe e Alagoas, e quais as providências já adotadas pelo Conselho para fazê-lo, tendo em vista os benefícios que advirão da medida, para a economia dos dois Estados.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.165, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, o seguinte pedido de informações:

1º E' do conhecimento das autoridades do Plano Rodoviário Nacional a incidência, quase diária, de desastres automobilísticos no trecho da Rodovia Goiânia-Barretos, no trecho Itumbiara-Cristalina, motivados pela existência de elevado número de animais soltos pela estrada?

2) Dispõe a polícia federal de carros, bem como dependências apropriadas para o apresamento de animais naquele trecho?

3) No caso positivo, a que autoridade mais próxima deve se dirigir o automobilista que identifique animais soltos na pista, a fim de formalizar a denúncia?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador *Lino de Mattos*.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.166, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, o seguinte pedido de informações:

1) Quais as providências que pretende tomar a Direção Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos para a regularização do serviço postal no município de Viradouro no Estado de São Paulo, onde a lotação de um só funcionário se revela insuficiente para o funcionamento da agência local?

2) Haveria a possibilidade de designar mais servidores para a referida agência, que no corrente mês de novembro permaneceu fechada por dez dias, por encontrar-se doente o único servidor ali lotado, com grandes prejuízos para as atividades do comércio e da indústria e o funcionamento das repartições locais?

3) A existência de número mais elevado de servidores em determinadas agências dentro da mesma região de Ribeirão Preto, não recomendaria as transferências de pessoal como solução para o funcionamento das agências desfalçadas por aposentadorias e outras causas?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador *Lino de Mattos*.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.167, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Exército, por que motivo mandou-se suspender, dos militares inativos, a gratificação prevista no art. 7º da Lei nº 2.283-54, que era incorporável aos proventos, de acordo com o referido artigo, e contrariando o previsto no § 3º do art. 150 da Nova Constituição do Brasil e que ratificou o existente na Constituição anterior?

Sala das Sessões, em 29-11-67. — Senador *Vasconcelos Torres*.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.168, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — as seguintes informações:

1) Se, dentro do plano de reaparelhamento dos portos do País, ora em execução, estão incluídos recursos e previstos programas, para melhoria das condições de acesso e instalação de infra-estrutura portuária em São João da Barra e em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

2) Se o estudo das condições de navegabilidade e de descarga do rio Paraíba do Sul já foi feito, e sendo afirmativa a resposta, de que está dependendo o início de obras com vistas à retificação e dragagem daquele rio.

#### Justificação

Acabo de ler nos jornais que o Ministro Mário Andreazza está em boa hora levando a termo, no Sul do País, vasto plano de recuperação de portos — portos que hoje estão total ou parcialmente paralisados, em prejuízo da produção, que não se escoou, bem como da exportação e do abastecimento de outras praças do País — não processados nas condições desejáveis.

Estou igualmente informado de que o Ministério dos Transportes contratou os serviços técnicos da Sociedade General de Transporte e Exploração para fazer pesquisas em torno de várias bacias hidrográficas do País, com vistas a possíveis medidas que venham a permitir o que chamarei: a definição e a integração de uma rede hidroviária nacional.

Esse esforço do Ministério dos Transportes só, merece aplausos, pois, é irracional e anti-econômico o desuso em que temos deixado as vias fluviais navegáveis existentes no País — preferindo utilizar com gastos, maiores e rendimento, menor, o transporte rodoviário.

Quero saber, por isso mesmo, se dois velhos portos fluminenses, hoje praticamente sem movimento, estão na alça de mira do Ministério dos

Transportes. Refiro-me a São João da Barra e a Macaé, no litoral do meu Estado.

Existem condições favoráveis dessas cidades em pontos de confluência da produção de toda uma vasta e rica zona de produção, abrangendo áreas de três Estados, para escoá-la, por via marítima, rumo às diferentes praças do País. Esse aproveitamento traria imediatos benefícios econômicos e sociais a todo o Norte do Estado do Rio, e estaria na exata linha de coerência da atual política de transportes do Governo.

A recuperação do rio Paraíba para a navegação, no trecho São Fidélis — Campos — São João da Barra, seria medida complementar à primeira e ainda traria vantagens de outra espécie à região e suas populações, com a regularização da descarga do rio, eliminando as cheias desastrosas que hoje inquietam e prejudicam as ditas populações.

Sala das Sessões, em 29-11-67. — Senador *Vasconcelos Torres*.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.169, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a urgente restauração e pavimentação da estrada que liga a rodovia Niterói-Campos à Praia de Jacaré, no município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 29-11-67. — Senador *Vasconcelos Torres*.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.170, de 1967

Requeiro, com fundamento no artigo ... letra ... do Regimento Interno da Casa, sejam solicitadas ao Ministério da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1) Qual o número de estabelecimentos de ensino de nível médio mantidos pela União, em 1967; qual a localização desses estabelecimentos pelas regiões geográficas do país; quais os estabelecimentos de ensino de nível médio mantidos pelo Governo Federal no Estado da Guanabara; qual o número de alunos matriculados nesses estabelecimentos, em 1967;

2) Qual o tipo de ensino ministrado por esses estabelecimentos mantidos pelo Governo Federal no Estado da Guanabara; quais são esses educandários;

3) Nos ciclos ginasial e colegial (secundários e técnicos), qual foi a porcentagem de alunos aprovados em cada um dos educandários referidos no item 2; qual o número de concluintes, em 1967, do ciclo colegial, que deverão candidatar-se aos cursos de institutos de ensino superior;

4) Qual a porcentagem de concluintes, de 1966, do ciclo colegial, na Guanabara, que ingressaram em curso superior; qual a preferência desses concluintes pelas escolas de graduação em que se matricularam;

5) Há gratuidade absoluta na matrícula e no ensino ministrado nos estabelecimentos referidos no item 2; quais os educandários que não forneceram aos alunos papel para a realização de provas mensais e finais, em 1967;

6) Quais as providências adotadas em 1967, para comprovação de falta ou insuficiência de recursos por parte dos alunos matriculados nos estabelecimentos mencionados no item 2; que providências foram tomadas em 1967, e quais as que serão adotadas em 1968, para o cumprimento na

determinação contida no art. 168, § 3º, III, da Constituição Federal;

7) Qual o custo do aluno em cada um dos educandários mantidos pela União no Estado da Guanabara: a) no ciclo ginasial; b) no ciclo colegial, particularmente no ensino secundário; qual a fonte de recursos da União para atender a despesa com a manutenção desse custo de ensino; tratando-se de uma prestação de serviços de caráter regional, qual a contribuição do Estado da Guanabara para a manutenção de atividade educacional a cargo da União, destinada a habitantes desse Estado;

8) Quais os educandários, referidos no item 2, em que: I) não se tenha observado, em 1967, a duração mínima do período escolar prevista em lei; II) Na forma da lei federal tem sido promovida a formação moral e cívica do educando, através de processos educativos que a desenvolva; III) Tem sido realizadas atividades complementares de iniciação artística.

Sala das Sessões do Senado Federal — Brasília, 28 de novembro de 1967. — Senador *Rui Palmeira*.

#### Justificação

O objetivo do presente Requerimento de Informações é conhecer a realidade do ensino de nível médio mantido pela União no Estado da Guanabara. Em que pesem as disposições da Constituição Federal (Artigo 169) e os princípios preconizados na Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200-67), a União continua executando serviços de caráter local naquela unidade federativa.

Por outro lado, não parecem satisfatórias as condições em que tais serviços vêm sendo executados.

Preliminarmente, na realização de tais encargos, de natureza equacional, não se estaria cumprindo o preceito constitucional (Art. 168, § 3º, III) referente à gratuidade, nem a disposição contida no Art. 94 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a concessão de bolsas ou parcial de estudos a educandos que "demonstrem necessidade e aptidão para estudos".

Além de não ser conhecido o planejamento da ação educacional da União, quanto ao ensino secundário que mantém na Guanabara, ignora-se qualquer providência adotada em favor da coordenação da aplicação de recursos destinados ao custeio do ensino a cargo do Governo Federal na Guanabara.

Ademais, tem sido divulgadas estatísticas atualizadas sobre o aproveitamento dos que estudam em estabelecimentos mantidos pelo Governo Federal na Guanabara. Não se tem notícia de pesquisa efetuada ali com o propósito de verificar a adequação do ensino à realidade brasileira.

Também não se divulgam os resultados do aproveitamento dos estudantes, a serem verificados através do movimento de aprovações e reprovações ocorridas durante o ingresso dos discentes em cursos superiores.

Nem se conhecem as providências adotadas ante a comprovação de falta ou insuficiência de recursos por parte de estudantes matriculados naqueles educandários que se omitem quanto ao cumprimento do preceito constitucional que dispõe sobre o assunto.

E' indispensável saber o custo do aluno em cada ciclo do ensino secundário, nas escolas secundárias da União, a fim de que se possa ficar o critério da participação da despesa com o ensino, dos Poderes Públicos, dos particulares e da Unidade Federativa em que se exerce, localizada a atividade educacional da União.

Finalmente, torna-se necessário verificar se os educandários mantidos pela União observaram os preceitos

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 38) sobre a duração mínima do período escolar a ser cumprido, quanto ao processo empregados na formação moral e cívica dos educandos e de referência à realização, obrigatória de atividades complementares de iniciação artística.

### REQUERIMENTO Nº 1.171, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitada ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, as informações abaixo:

- 1) Qual o salário-mínimo regional no Território do Amapá e qual o salário pago pelas Prefeituras Municipais daquele Território aos seus servidores?
- 2) A que Instituto contribuem os servidores lotados nas Prefeituras Municipais?

#### Justificação

Informações fidedignas dão conta de que funcionários das Prefeituras do Território do Amapá, especialmente dos municípios do interior, percebem valores inferiores ao salário-mínimo regional, chegando algumas Prefeituras a pagar a irrisória quantia de 50 cruzeiros novos.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1967. — Senador Marcelo de Alencar.

### REQUERIMENTO Nº 1.172, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência se digne determinar o envio, ao Senhor Ministro da Agricultura, do seguinte pedido de informações:

Que providências estão sendo tomadas no sentido de ser garantido o preço mínimo à produção cacaueteira.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

### REQUERIMENTO Nº 1.173, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitada ao Ministério da Fazenda o seguinte:

- 1) Por que até agora não foi isento do ICM o primeiro produtor?
- 2) Existe algum estudo no sentido de isentá-lo?
- 3) Se existe, para quando será a medida?

#### Justificação

Sendo o imposto ICM altamente prejudicial ao produtor de riquezas — 1º produtor, é de se esperar que o Governo isente-o como medida justa e humana, pois a isenção do produtor primário é, praticamente, adotada em todo País do mundo ocidental.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador Domicio Gondim.

### REQUERIMENTO Nº 1.174, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitado ao Ministério da Fazenda o seguinte:

Tendo em vista as reiteradas afirmações do Governo para conter as taxas de juros a níveis compatíveis com as necessidades do desenvolvimento econômico e o bem-estar social no Brasil;

Confiando nas medidas já tomadas e nas que pretendem tomar, com re-

lação à redução imediata das taxas de juros e, principalmente, tendo em vista a diminuição do ritmo inflacionário dos salários e preços industriais, solicito, nos termos do Regimento Interno as seguintes informações ao Ministério da Fazenda:

- 1) Contenção: de quanto já foi diminuída as taxas de juros até o presente momento e quais são as perspectivas para o futuro?
- 2) A que níveis serão baixadas as operações das Finanças?
- 3) Quais são e quais serão as providências referentes à limitação das Finanças?
- 4) Poderão os juros serem reduzidos a 12% a.a., incluindo emolumentos e outras taxas?
- 5) Por que o Brasil, no momento tendo inflação em torno de 20%, não reduziu as taxas de juros em nível compatível com a redução da taxa de inflação?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador Domicio Gondim.

### REQUERIMENTO Nº 1.175, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitado ao Ministério da Fazenda o seguinte:

- 1) Por que até hoje não foi regulamentada a Lei nº 5.325, de 2 de outubro de 1967, Duplicata Fiscal?
- 2) Para quando está prevista essa regulamentação?

#### Justificação

Não existe definição alguma do assunto apesar de aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Senhor Presidente da República em tempo hábil, deixando os que dela (Lei nº 5.325, de 2 de outubro de 1967), se devem orientar nas suas transações em completo desconhecimento de como agir, eis porque, faço o presente requerimento.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador Domicio Gondim.

### REQUERIMENTO Nº 1.176, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma da propositura regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, quando serão restituídas as quantias relativas ao empréstimo compulsório de que trata a Lei número 1.242-63, e descontadas de todos os militares e funcionários civis?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 1.177, de 1967

Nos termos do art. 323, nº 10, do Regimento Interno, requeremos a retirada do Requerimento nº 1.143, de 1967, em que solicitamos urgência para a Emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 30-65, que autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA.)

Senado Federal, 30 de novembro de 1967. — Gilberto Marinho. — Eurico Rezende, Liderança.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, é retirado o Requerimento

nº 1.143, de 1967, da Ordem-do-Dia. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 1.178, de 1967

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5-6, do Regimento Interno, para o Ofício S-15-67, do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado para ser fidejutor no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná, junto à Manufatura Hanover Trust Company, dos Estados Unidos.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — Nello Braga. — Eurico Rezende.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento que acaba de ser lido será votado ao fim da Ordem-do-Dia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de dispensa de publicação.

E lido e aprovado o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 1.179, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requeiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 98, de 1967, que torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — Guido Mondin.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução nº 98, que torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a Redação Final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

### Parecer nº 947, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1967, que torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Fica sem efeito a nomeação — feita de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2, da Resolução nº 2, de 1959, de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em con-

curso público, para o cargo inicial da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, 29 de novembro de 1967. — Auro de Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Edmundo Levi. — Caltete Pinheiro. — Sebastião Archer. — Afílio Fontana.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de outro requerimento de dispensa da publicação.

E lido e aprovado o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 1.180, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requeiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1967, que exonera, a pedido, João Conrado Lafetá.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — Guido Mondin.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se, em consequência, à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução número 99-67, que exonera, a pedido, João Conrado Lafetá de Oliveira. Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada! (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada

### Parecer nº 948, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1967, que exonera, a pedido, João Conrado Lafetá de Oliveira. Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonera, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, João Conrado Lafetá de Oliveira.

Sala da Comissão Diretora, 29 de novembro de 1967. — Auro de Moura Andrade. — Nogueira da Gama. — Edmundo Levi. — Caltete Pinheiro. — Sebastião Archer. — Afílio Fontana.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Outro requerimento, de mesma natureza, será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 1.181, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requeiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1967, que aposenta José Euvaldo Peixoto.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Aprovado o requerimento, passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução nº 103, de 1967, que aposenta José Euvaldo Peixoto, Taquigrafo de Debates PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Nenhuma dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para a discussão, dou-a como encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

**Parecer nº 949, de 1967**

Redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1967, que concede aposentadoria a José Euvaldo Peixoto, Taquigrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1967, nos seguintes termos:

**RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967**

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal, combinado com os arts. 245 e 346, item II, da Resolução nº 16, de 1960, e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Taquigrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Euvaldo Peixoto.

Sala da Comissão Diretora, 29 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade. — Nogueira da Gama. — Edmar Levi. — Cattete Pinheiro. — Bastião Aicher. — Atílio Fontana.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Comunicação do Senador Wilson Gonçalves.

É lida a seguinte

Senhor Presidente do Senado Federal:

Comunico a V. Exª, para os devidos fins, que, por motivo superior, não me é possível aceitar, nesta oportunidade, a designação para comparecer a reunião da Comissão de Integração Econômica e Social, do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se, no próximo mês de dezembro, na Cidade de Quito.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — Senador Wilson Gonçalves.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O expediente lido será publicado e produzirá os necessários efeitos.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Acha-se em regime de urgência especial o Projeto de Resolução nº 103, de 1967.

Já foi votado. A sua redação final está sobre a mesa, e deve o Plenário sobre ela deliberar, neste instante.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura da redação final.

É lida a seguinte redação final

**Parecer nº 950, de 1967**

Redação final do Projeto de Resolução nº 103, de 1967.

Relator: Senador João Abrahão.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 103, de 1967, que autoriza o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S.p.A., de Turim, Itália trinta tratores.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — José Feliciano — Presidente. — João Abrahão — Relator. — José Leite.

**ANEXO AO PARECER Nº 950, DE 1967**

Redação final do Projeto de Resolução nº 103, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade Presidente, promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO Nº ... DE 1967**

Autoriza o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO) a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S.p.A., de Turim, Itália, trinta tratores

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO) autorizado a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S.p.A., de Turim, Itália, 30 (trinta) tratores de esteiras, marca FIAT, modelo AD 7 equipados com Angledozer hidráulico, no valor certo e total de 193.414,00 (cento e noventa e 0/10 milhões, quatrocentos e quatorze mil) liras italianas, correspondentes, aproximadamente, a NR\$ 851.118,78 (oitocentos e sessenta e um mil, cento e dezasseis cruzeiros novos e setenta e seis centavos), nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as referidas partes a 29 (vinte e nove) do mês de setembro de 1967, na cidade de Goiânia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerraré a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

Sobre a mesa telegrama procedente de Tóquio, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal:

Tenho alta honra e grata satisfação comunicar Vossência recebi hoje das mãos do Presidente Câmara da alta Dieta japonesa documento doação de 100 mudas de três variedades de cerejeiras vg doação feita ao Presidente do Senado Federal Brasileiro vg como testemunho das estreitas relações entre Brasil e Japão e reconhecimento da excelente acolhida que tem sido dada aos membros da Câmara Alta da dieta japonesa que tem visitado o

Brasil. Reitero Vossência protestos minha alta estima mais distinta consideração. Alvaro Teixeira Soares, Embaixador do Brasil em Tóquio.

Pelo telegrama que acaba de ser lido tomam conhecimento os Srs. Senadores de que o Presidente da Câmara Alta da Dieta japonesa entregou ao embaixador brasileiro documento de doação de cem mudas de três variedades de cerejeiras, doação feita ao Presidente do Senado Federal Brasileiro, como testemunho das estreitas relações entre o Brasil e o Japão e em reconhecimento da excelente acolhida que tem sido dada aos membros da Dieta japonesa, que tem visitado o Brasil.

Esta Presidência irá tomar as necessárias providências para que o plantio dessas cerejeiras seja realizado nos parques fronteiriços a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE:**

Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não estava anteontem presente, quando devia ter usado da palavra para fazer considerações sobre a situação nacional. Pareceu-me também, Sr. Presidente, que nesta última sessão do ano deveria tecer alguns comentários sobre alguns acontecimentos, principalmente sobre o 27 de novembro. Esta data, para mim não traz nenhuma alegria. Ela representa, no meu espírito, a lembrança de uma época em que corri os maiores riscos, em que tive que enfrentar, na humildade da minha educação cristã, os impulsos de consciência para cumprir meu dever para com o País e perante minha consciência cívica.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Os livros da história republicana desse período registram e realçam a bravura cívica de V. Exa., saindo do seu Município em demanda da Capital do seu Estado onde lançou a semente da resistência cristã ao Movimento comunista.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado ao aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, é sempre constrangedor que me reporte a aqueles acontecimentos. Porque, homem pacato, de educação humilde, nunca estaria nas minhas cogitações comandar outros cidadãos, outros conterrâneos, outros patriotas, arriscando a vida e, muito pior admitir, obrigado, o sacrifício de vidas que estavam do outro lado.

Mas, Sr. Presidente, li, pela Imprensa sobre a cerimônia com que o Governo achou por bem — e já é uma constante na nossa vida democrática — homenagear naquela data aos que foram sacrificados na Intentona Comunista de 1935.

Sei quanto o povo brasileiro é anti-comunista, e sei porque, talvez mais do que muitos brasileiros. Na hora em que meu Estado era ocupado pelas forças comunistas, o Governo do Estado era deposto e se instalava o Governo comunista na Capital do Estado, palmilhei acompanhado de cerca de duzentos sertanejos, as estradas empoeiradas do Seridó, para chegar às portas da Capital e ali combater a onda vermelha que acabava de cair sobre a Capital de meu Estado. E eu o fiz, Sr. Presidente, com o maior constrangimento, como já disse, vencendo a humildade da educação que recebi no meu lar, de gente pacata, ordeira, e, sobretudo, cristã. Mas estava no meu dever. Encontrei da parte dos sertanejos a solidariedade que tanto me comoveu e que será, em toda

a minha vida, o maior galardão que posso contar nos momentos de exaltação cívica. Relembro aqueles homens que me acompanhavam, quase desarmados, para enfrentar as forças regulares que já tinham ocupado a capital e caminhavam rumo ao sertão riograndense do norte.

Mas as considerações que desejava fazer era sobre o momento político atual. Quantas distorções, Sr. Presidente, tem havido nos comentários da imprensa, sobre a situação política e sobre a orientação do Governo. Sabemos que o Governo atual é positivamente anti-comunista; sabemos que o Governo atual é um Governo democrático; sabemos que a palavra do Chefe da Nação é uma palavra de ordem e de apelo à pacificação dos espíritos para realizar a grande obra que o país está a exigir em benefício do povo brasileiro.

A palavra do Chefe do Governo, dos militares e dos políticos patriotas tem sido, em toda essa travessia da vida republicana, o grande entrave ao avanço das idéias exóticas que só têm trazido ameaça à família brasileira, e a fala do General Orlando Geisel, advertindo o País, mostrando o quanto precisamos alertar-nos para que outras datas como aquela não se repitam e outras vidas não se sacrificuem em vão, valeu como uma defesa das instituições republicanas e democráticas.

O discurso do General Geisel como uma advertência deve calar em todos os espíritos democráticos, que desejam a nossa pátria engrandecida no âmbito do sistema republicano em que temos vivido.

Sr. Presidente, nesta hora o País está saindo de uma revolução — digo saindo porque não estamos ainda fora dela — que, na minha opinião, continuará. Os frutos, já disse certa vez, e agora repito, não serão para nossa geração, a nossa geração não verá a colheita da colheita será a geração da sementeira.

Os esforços, os trabalhos, as conquistas, os sacrifícios de hoje trarão, finalmente, benefícios às gerações mais moças, às quais teremos de entregar o Brasil, para que possam levar este País aos seus grandes destinos.

Sr. Presidente, não acredito haja, dentro das Forças Armadas, alguém que não deseje a immanização do poder civil com o militar. Tenho contato com muitas figuras das três armas e sei o quanto estão desajustadas, dentro de um espírito de harmonia, de colaborar na manutenção da ordem, para o engrandecimento do País. Sei, Sr. Presidente, que muitas intrigas circulam por este país. Ainda ontem os jornais noticiavam que o Gal. Geisel representava uma ala dentro do Exército, ligada à orientação do saudoso Presidente Castello Branco. Ora, Sr. Presidente, sabemos que o Gal. Geisel é o Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, sabemos que da República, na presença do Presidente da República, na presença do Ministro da Guerra e, hoje, o Ministro da Guerra já anuncia pela imprensa que ele falou em nome das três Armas.

Portanto, Sr. Presidente as minhas palavras, neste fim de ano, são no sentido de concitar os brasileiros a que se unam na defesa das instituições, para que a praga totalitária não seja, mais uma vez, uma ameaça à tranquilidade da família brasileira.

Com estas palavras, congratulo-me com o Governo pela orientação segura, firme e decidida que imprimiu à sua conduta na defesa dos ideais democráticos a fim de impedir que idéias malsãs atrevessem as nossas fronteiras e intranquilizem o povo brasileiro.

Eras estas as palavras, que eu queria pronunciar, na exaltação ao que se está fazendo no sentido de não se permitir a ameaça vermelha em solo brasileiro.



Sr. Presidente, tive oportunidade de observar o que os países socialistas têm conseguido com o esforço e, sobretudo, trabalho, no sentido de solucionar os problemas de suas populações. Visitei a Suécia, a Noruega e todos os países socialistas daquela área. Pude verificar na Suécia, em mais de quatrocentos congressistas, apenas quatro comunistas faziam parte daquele Congresso. Portanto, não é o comunismo, que apregoa e aponta soluções para este ou aquele país. A solução, continuo a dizer, encontramos no trabalho e no bom encaminhamento dos problemas sociais que devem ser cuidados com maior espírito cristão a fim de que possam trazer ao povo tranquilidade e bem estar.

O nosso ideal, nesta jornada não é outro senão procurar a solução para os problemas do povo. Sabemos do sacrifício em que vive o nosso povo, mas pergunto: Quem o arrastou ao sacrifício atual, a esta pobreza, marginalizado sem trabalho e analfabeto? Foi para dar um fim a este estado de coisas que se fez a Revolução para que cessasse a demagogia e representasse alguma coisa de positivo, baseada no trabalho e no sacrifício daqueles que possam realmente deter a ambição, para que os pobres recebam os benefícios dos trabalhos realizados no presente.

Sr. Presidente, quero terminar congratulando-me com esta Casa, por este ano de trabalho. Congratulo-me com a Casa porque eu sei, como todos que participaram da luta também, dos dias inquietos que vivemos, sobretudo no cumprimento do dever do Senado da República para com o próprio Brasil. Lutamos sempre, com a preocupação permanente sem distinção de Partidos de servir ao Brasil, servindo ao regime e às instituições, com a preocupação de dar o exemplo, para que o povo brasileiro possa confiar nas instituições democráticas cuja cúpula — ou sempre disse — deve ser o Senado da República. Aqui estão os representantes de todos os Estados, aqui está a Federação, aqui está o espírito brasileiro. Portanto, precisamos dar o exemplo. E tenho a impressão de que este ano foi de grande trabalho e de grande proveito para as instituições do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram essas as palavras que desejava pronunciar. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi por cessão do Sr. Senador Wilson Goulaves.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegamos ao termo de mais um período na cronologia do labor parlamentar. Mais um ano se finda na labuta do Congresso, com alguns motivos de satisfação e esperança, com outras tantas razões de insatisfação e desenganos. Mas, de qualquer maneira, com a consciência do dever cumprido tanto quanto o permitiram as limitações circunstanciais.

Esta Casa, em decorrência da própria dinâmica democrática e em conformação do próprio evoluir da vida, recebeu elementos do mais alto valor intelectual, personalidades da maior projeção na vida pública, caracteres dos mais respeitáveis, que vieram enriquecê-la no seu conteúdo humano, político e institucional.

Outros valores — na confirmação de que a vida é uma eterna mutação, uma eterna sucessão de idéias, de homens e de fatos — vieram substituir aquelas altas expressões, vieram render aqueles outros varões ilustres que tanto enobreceram esta Instituição, com o seu prestígio, com o seu saber com o seu acendrado patriotismo, com o seu dignificante exemplo de amor ao trabalho.

Paralelamente, enquanto se operava essa transformação interna corporis, com projeções externas, um fato de mais alta significação irradiou-se por todo o panorama da vida nacional, impondo à Nação uma nova conquista e, ao Estado que a dirige uma nova formulação. Desde 15 de março deste ano, rege os destinos da Nação brasileira uma nova Carta política, fruto de idéias, de concepções e de imposições que vieram no bojo de um movimento revolucionário vitorioso.

Poderíamos, talvez doutrinariamente, dizer que, em lugar de uma nova Constituição, estaríamos sob o domínio de ampla emenda constitucional à Carta destruída em consequência da Revolução de 1964.

De qualquer maneira, porém, o instrumento dado à Nação serve de roteiro à conduta das instituições nacionais e, ao mesmo tempo, de limitação ao Poder e de segurança à vida à convivência dos cidadãos.

Sentimos a ascendência, o predomínio da Liderança do ramo do Poder Executivo. Entretanto, porque é de meu feitio sempre pautar meus pronunciamentos dentro de uma orientação que julgo verdadeira, entendo que a Carta vigente inspirou-se em outros instrumentos que, também em vários países asseguraram a liderança do Executivo na condução dos negócios públicos.

Ao Congresso, entretanto, compete pela sua ação pela sua vigilância, pela conduta dos seus integrantes, estabelecer limitação aquilo que possa, dentro de uma democracia, parecer excesso ou discricionarismo do Executivo.

Aponto como exemplo, Srs. Senadores, de uma concessão ao Executivo que exige do Congresso Nacional o mais severo combate, a mais ardorosa vigilância, aquele dispositivo constitucional que concede ao Presidente da República competência permanente para legislar sobre matéria financeira e sobre matéria de segurança nacional, em concorrência paralela com o Poder Legislativo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Note V. Exa. que a Constituição confere essa prerrogativa, sem que em seu texto haja qualquer outra regra, delimitando, pelo menos em termos gerais, o que seja matéria financeira ou segurança nacional, o que tem permitido ao Governo legislar sobre o que entende em caráter excepcional.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exato. Agradeço o aparte de V. Exa. Isto me faz lembrar que o dispositivo, como foi formulado na proposta do Governo, quando submetido ao Congresso a nova Constituição, me pareceu excessivo. Apresentei então emenda que pretendia limitar esse arbitrio.

A expressão "matéria financeira", como "segurança nacional" — e, para lembrar uma expressão de Rui Barbosa — se me afigura um "surrão sem fundo", onde caberão todas as arbitrariedades que o Governo pretender cometer.

Quando se votava a Constituição, sugeri emenda que mais se aproximava da fonte em que se pretendeu inspirar o próprio Governo. Foi buscar na Constituição Francesa a inspiração para a emenda, que pretendia estabelecer limitações a essa delegação constitucional, permanente, que se conferiria ao Governo, para legislar.

Entendia eu que, desde que o Executivo tem o privilégio de pedir prazos os mais urgentes ao Congresso, para a tramitação das suas proposições, nada justificava lhe fosse conferido o poder de legislar paralelamente ao Congresso, de vez que essa competência seria, como eu entendi à época, como se continua atualmente, uma fonte permanente de conflito, de atrito, de indisposição entre o Legislativo e o Executivo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — A conveniência de melhor fixação de limites a esse respeito já hoje repercute até em textos constitucionais de outros países. A Constituição da Índia, por exemplo, para dar tratamento especial à matéria de caráter financeiro, define-se em termos precisos no próprio texto.

O SR. EDMUNDO LEVI — Certo, eminente Senador Josaphat Marinho. E o mesmo faz a Constituição Francesa, delimitando o que deve ser entendido como matéria financeira.

Mas tal foi a repercussão dessa emenda, no momento em que se votava a Constituição, que a própria organização partidária governamental, que apoiou maciçamente a tramitação do projeto, compreendendo depois o perigo que dispositivo tão amplo representava — não só para a própria segurança do Executivo, nos seus trabalhos, na sua orientação, como para o prestígio e para a estabilidade do Legislativo — apresentou, através de um dos seus líderes, uma declaração, assinada por cento e cinco Srs. Deputados, de que teria concordado, como tal dispositivo unicamente por disciplina partidária, em virtude da exposição feita pelos líderes governamentais; mas que advocava a si, desde logo, o direito de tão oportunamente quanto possível, apresentar emenda à Constituição corrigindo este lapso que teria cometido.

Sr. Presidente, de qualquer forma, a Constituição conserva ao Congresso aquelas prerrogativas, que se firmam e se afirmam cada vez mais na evolução dos parlamentos do mundo.

Ha cerca de trinta anos, já um estudioso das Constituições vigentes e dos sistemas de governo traçava uma espécie de programa que deveria orientar os parlamentos modernos. Se acompanharmos a exposição daquele estudioso e investigarmos a evolução da vida social e política de todo o mundo, seremos forçados a concluir que, tremendas têm sido as transformações dos problemas, das sociedades, em todo o mundo.

Possivelmente, de todos os ramos do poder público, aquele que mais evoluiu, acompanhando esse evoluir das sociedades e dos seus problemas, tem sido o Executivo. Os parlamentos, porque não dispõem dos recursos, da presteza de ação e de informações de que se podem valer os executivos, não evoluem, paralelamente ao desenvolvimento dos problemas de que tratam. Daí a necessidade que sentimos de um estudo profundo, meditado, e, vamos dizer, global, da ação do Parlamento Brasileiro, para podermos colocá-lo em situação de poder, em igualdade de condições, influir sobre todos os assuntos que interessam à vida pública nacional.

A estruturação das duas Casas do Congresso, a reformulação da sua maneira de trabalhar e a compreensão mais ampla de suas atribuições, devem nortear um programa administrativo e funcional das duas Casas. A esta Casa, sobretudo, Srs. Senadores, compete o exercício de funções de mais alta significação para a vida pública. E somente a sua modernização, o seu aperfeiçoamento e a sua reestruturação, tanto na sua parte administrativa, como na sua parte institucional, poderá colocar o Senado em condições de exercer os poderes, contidos implícita e explicitamente na própria Constituição, que nós temos obrigação de fazer valer.

Inicialmente, compete-nos, como o qualquer Parlamento do mundo, a função precípua de legislar. Mas para podermos legislar, convenientemente, dentro de um mínimo de satisfação para a nossa função e a nossa dignidade, precisamos de uma organização, através da qual o Senado possa dispor de todas as informações, de

todos os recursos indispensáveis à perfeita elaboração legislativa.

Mas, tão importante com a função de legislar é, para o Congresso Brasileiro e em particular para o Senado Federal, o poder, a atribuição e o dever de fiscalizar a ação do Executivo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Dentro da linha de pensamento que V. Exa. esta expondo, acredito que a ampliação do Serviço de Informação Legislativa, já existente, poderá prestar relevantes serviços ao nosso trabalho. A estrutura inicial desse Serviço, a competência com que ele está sendo dirigido e, os valiosos subsídios que já vem colhendo, poderão proporcionar, ao Senado, subsídios da maior valia quer para a tarefa legislativa quer para a função de controle. Tudo dependerá da organização definitiva que se der a este Serviço e do prestígio, cada vez mais crescente, que lhe pode ser conferido para ser, efetivamente, órgão de elaboração técnica de dados e de reunião de subsídios para a informação pronta e segura aos Senadores e à Instituição, no seu conjunto.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exatamente, eminente Senador Josaphat Marinho, o ponto, alto, talvez o coração do Senado, para o exercício amplo, completo, satisfatório das funções, será o aperfeiçoamento do Serviço de Informação Legislativa, a fim de propiciar subsídios ou permitir a preparação de trabalhos que justifiquem, que esclareçam o povo da verdadeira função de um Parlamento e de uma Casa como esta, numa organização democrática.

Mas, Srs. Senadores, em decorrência da vida moderna, o Senado tem um papel preponderante, no concluir, no formar, no formular e no reformular a opinião nacional. Essa Casa é, em verdade, um fórum onde se debatem todos os problemas e para a qual devem convergir todas as opiniões, todos os interesses que promovem das mais variadas opiniões e convergem das mais distantes regiões da Pátria brasileira.

E, em consequência mesmo dessa função de fórum de debate, o Senado necessita da complementação da sua organização para, em todas as oportunidades em que tiver de debater os problemas que interessam ao povo, dispor dos elementos indispensáveis ao esclarecimento, ao equacionamento e à solução desses diversos problemas.

Dentro do que se pode extrair da Constituição e do que já vem daquelas que a precederam, o Senado ainda tem, também, atividade administrativa, interna e externa. Os atos complementares a que ele deve dar o seu consentimento têm a mais alta significação para a segurança e a reafirmação na conduta da coisa pública.

Não nos compete aqui, apenas, dar o beneplácito a qualquer proposta do Executivo para a nomeação de determinados titulares. Incumbe-nos fiscalizar, examinar a conduta, o passado e o presente daqueles que são propostos na complementação do ato do Executivo, para que a Nação tenha segurança de que o cidadão escolhido para, determinado posto e, tanto quanto possível, um cidadão à altura dos encargos que vai receber.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Outro o nobre Senador com muito prazer. O Sr. José Guimard — Querá apenas lembrar ao nobre Senador, que, nesse ponto, a atual Constituição aumentou, de muito, a facilidade do Senado em tomar parte nessa ratificação, ampliando, sobretudo, essa possibilidade de o Senado influir e ajudar o Poder Executivo.



O SR. EDMUNDO LEVI — Exato, eminente Senador José Guimard.

Ainda ontem tivemos, aqui a confirmação desse desdobramento de responsabilidade do Senado na seleção de homens para a direção de determinados postos. Ainda ontem examinamos, aqui, a indicação de um Governador de Território.

O Sr. José Guimard — O que, antes, não dependia de pronunciamento do Senado.

O SR. EDMUNDO LEVI — Anteriormente não dependia do beneplácito, da concordância do Senado Federal.

Em último lugar, ocorre-me citar, mantida nesta Constituição, aquela função judicante que tem o Senado, na ocorrência de determinados fatos, o julgamento de determinados detentores de certos postos.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, numa análise perfunctória das incumbências que temos nesta Casa, na execução de uma Carta Política que começou a dar os primeiros passos, quero assinalar, reafirmando o início das idéias que venho expondo, que cabe ao Senado Federal uma vigilância cada vez mais atenta, mais rigorosa, no exercício das nossas próprias atribuições e na fiscalização dos atos do Executivo.

E aí entra, como força preponderante e de ação insubstituível, o papel da oposição.

Sabemos que as autocracias não toleram oposições. Os governos que se entendem providências vêm sempre, na Oposição, um estorvo à sua missão salvadora e procuram, por todos os meios e modos, calar a voz daqueles que analisam os atos governamentais, que procuram corrigir, evitar, amenizar erros, buscando que a coisa pública seja dirigida, o mais acertadamente possível.

Sentimos como que um desejo de esmagamento da Oposição. Tudo se tem feito, no sentido de deixar uma Oposição meramente nominal. Mas, a Maioria deve compreender que o próprio conceito de maioria envolve o conceito de minoria. A sobrevivência da Minoria é de fundamental importância para a própria sobrevivência da maioria.

Um parlamento sem minoria, um parlamento sem Oposição, não exerce aquelas funções inerentes a todos os parlamentos do mundo e, muito menos, pode colaborar para o aperfeiçoamento das instituições e para evitar os erros, que, porventura, pratique o Executivo.

O Sr. José Guimard — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. José Guimard — Em teoria concordamos, perfeitamente, com V. Ex.<sup>a</sup> que fala de maneira certa e adequada. Mas os atos concretos, diria melhor, na prática, não vejo exemplos que V. Ex.<sup>a</sup> possa citar, que confirmem ou não o que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo. Não tenho notícias, pelo menos, de que a Minoria esteja sendo tão pressionada como V. Ex.<sup>a</sup> afirma.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador José Guimard, não fora o propósito que me traci, ao iniciar esta despretensiosa exposição, eu atenderia à provocação de V. Ex.<sup>a</sup> e me desviaria do meu rumo. Desculpe-me, portanto, eminente Senador, se não posso corresponder ao seu desejo.

Mas a existência da minoria é tão fundamental que um País como o México, que desfruta de uma estabilidade política invejável, sentiu a necessidade de reformular a sua Câmara, dando oportunidade a que a voz da Oposição pudesse ser ouvida a fim de que o debate se travasse entre aqueles que concordam com o Governo e aqueles que de qualquer forma têm restrições.

É essencial, na democracia, a discussão, a oposição, as divergências entre Oposição e Governo. Já se disse, mesmo, que democracia é discussão, e um Parlamento em que a oposição não se faz ouvir representa apenas um ovil que marca para o rumo traçado pelo cado do pastor.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não querendo mais me alongar nessa análise pessoal do que tem sido a ação do Congresso e do que poderá vir a ser, quero, conchamar a todos os homens deste País, para que nos oponhamos, a todas as medidas que imponham restrições às garantias e às liberdades dos cidadãos e a todos os atos que impliquem em desconsideração, em desmoralização, em abastardamento das instituições nacionais.

Ao terminar, Sr. Presidente, quero dirigir um abraço muito afetuosos aos seus ilustres pares nesta Casa, desejando a todos e às suas famílias, como aos funcionários desta Casa, feliz Natal, de bênçãos e de congratulamento e um Ano Novo que nos proporcione mais satisfações do que insatisfações, mais esperanças confirmadas do que desenganos. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Filinto Müller por sessão do Sr. Senador Cattete Pinheiro.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vou tecer breves considerações, somente para dar conhecimento ao Senado de fatos relacionados com um projeto que teve andamento no Congresso, finalmente, foi sancionado, transformado em lei, e que vem favorecer grandemente aos lavradores e criadores brasileiros das zonas de menor desenvolvimento do País.

Este projeto Sr. Presidente, foi sancionado graças à alta compreensão que teve o Presidente da República do problema da terra e da situação grave que vêm travessando os homens que, no interior do Brasil, com esforço, com sacrifícios, com lutas ingentes concorrem para o nosso progresso e desenvolvimento.

Deveu-se a sanção da lei votada pelo Congresso igualmente, à compreensão inteligente do Ministro Ivo Arzuza, que, enfrentando — sei do fato e o transmito ao Senado — objeções partidas de elementos de peso, não teve dúvidas em sustentar a necessidade da transformação do projeto em lei, pondo abaixo, com este seu gesto de compreensão, os pareceres que opinavam pelo veto da medida.

Refiro-me, Sr. Presidente, à Lei nº 5.360, de 23 de novembro de 1967, que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial de 27 de novembro. Numa rápida exposição direi da tramitação desse projeto no Legislativo.

O Presidente da República, atendendo às solicitações que lhe foram levadas, em que eram demonstradas as dificuldades ingentes com que lutam os nossos homens da agricultura no interior, enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 12 através da qual pedia que fosse reduzida, no primeiro ano, a contribuição de 5% que devia ser paga ao INDA e no segundo ano de 25%. Tratava-se de medida que já traria algum benefício aos nossos rurícolas. Mas vindo esse projeto ao Senado coincidia exatamente com a época do pagamento da contribuição pagamento que teria de ser feito de acordo com os lançamentos anteriores.

Recebi da Associação dos Agricultores do sul de Mato Grosso e do Sindicato Rural de Campo Grande um apelo veemente no sentido de que conseguíssemos nós da bancada de Mato Grosso do Presidente da Repu-

blica o adiamento da cobrança desses impostos já que o próprio Governo entendia de reduzi-los neste ano em 50%.

A bancada de Mato Grosso procurou as autoridades da agricultura e esteve com o próprio Presidente da República com o próprio Presidente da República para transmitir a S. Exa. esse apelo. Desde o início, compreendendo a situação difícil que atravessavam os nossos lavradores e pecuaristas, o Sr. Presidente da República concordou com o adiamento da cobrança para o dia 31 de janeiro. E, quando o projeto tinha tramitação no Congresso, o nobre Senador João Cleofas, ex Ministro da Agricultura, conhecedor do problema, homem de grande inteligência e vasta cultura, entendeu de propor medidas à Comissão Mista e aceitar outras, encaminhadas por Deputados e Senadores, de forma a se chegar a um substitutivo que ampliava de muito as medidas propostas pelo Poder Executivo.

Este substitutivo em vez de reduzir em 50% a cobrança das contribuições do INDA no primeiro ano e em 25% no segundo, estendia o prazo de redução para seis anos, reduzindo nos três primeiros anos, em 50%, e em 30%, nos três anos seguintes, e dando prorrogação para o pagamento das contribuições devidas neste ano até 31 de janeiro.

Este substitutivo foi aceito pela Comissão Mista, foi levado a Plenário e teve oportunidade de reivindicar junto ao Líder da Maioria, nobre Deputado Geraldo Freire, no sentido de que fosse aceito pela maioria e aprovado, o que foi feito.

Fui informado depois, de que havia mensagens enviadas ao Chefe do Governo solicitando o veto da matéria. Procurei o Sr. Presidente da República, levei-lhe exposição sobre as circunstâncias difíceis de nossa agricultura, levei-lhe exposição minuciosa formulada pela Associação de Criadores do Sul de Mato Grosso e do Sindicato Rural de Campo Grande na qual, em mapa de fácil percepção e manejo, vinha demonstrado acréscimo incalculável de impostos, de contribuições que devem pagar os proprietários de terras das zonas 3 e 4 da lei que criou o INDA. Pedi ao Sr. Presidente que atentasse para as dificuldades que sofre a nossa agricultura. E S. Exa. mandou chamar, nesse mesmo dia, ao seu Gabinete, o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzuza, e pediu a S. Exa. que fizesse um acurado exame do problema. O Ministro Ivo Arzuza já havia estudado o assunto e estava de acordo com a sanção. Basta citar esse fato para demonstrar o conhecimento que tem S. Exa. dos problemas da sua pasta, e a compreensão das dificuldades por que passam os lavradores.

No mesmo dia, o Sr. Ministro Ivo Arzuza enviou-nos a seguinte carta:

"Caro Senador

Filinto Müller

Está em meu poder a carta que Vossa Excelência dirigiu a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, cujo assunto foi objeto da melhor atenção.

Depois que tive a honra de transmitir ao preclaro Presidente a sugestão de pleno acolhimento ao Substitutivo do Congresso Nacional ao Projeto de Lei nº 12, que concede deduções da contribuição devida ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Sua Excelência manifestou seu contentamento ante a favorável solução ao importante assunto.

Valho-me do ensejo para renovar-lhe os meus protestos de estima e consideração. — As.) Ivo Arzuza Pereira"

E, segundo me declarou, o Ministro Ivo Arzuza naquele momento, através de Telex ao Sr. Presidente da República, dava por escrito sua manifestação

tação pessoal favorável à sanção. Enviarei a S. Exa. cópia do telex, que é a seguinte:

"Considerando as prioridades estabelecidas pela agropecuária nacional no programa do honrado Governo de Vossa Excelência, além dos estímulos fiscais previstos na Carta de Brasília, com a devida vênia, sugiro ao incluído Presidente da República pleno acolhimento do substitutivo do Congresso Nacional ao Projeto de Lei nº 12, que concede deduções da contribuição devida ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Respeitosamente. Ivo Arzuza Pereira, Ministro da Agricultura"

Em face do ocorrido, o Presidente sancionou, como acabo de declarar, o substitutivo do Congresso, transformando-o em lei, e com essa transformação em lei vem de beneficiar grandemente as atividades agropecuárias do país, que, apesar disso, continuam sofrendo impactos pesados. A situação deverá ser examinada em vagar no início do próximo ano, em janeiro, para que a atividade agropecuária, tão importante para a vida nacional não sofra um colapso perigoso para o Brasil.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Ouço V. Exa. com prazer.

O Sr. Flávio Brito — Sr. Senador Filinto Müller, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, congratulo-me com V. Exa. que representante nesta Casa, de um dos Estados agrícolas da Federação, nos dá hoje, no fim desta legislatura, com esta notícia, um grande presente de Natal. A agricultura, como bem disse V. Exa. não aguentará mais por muito tempo, se medidas como essa não forem tomadas. Há poucos dias tive oportunidade de mostrar aqui a eminentes colegas entre eles o Sr. Senador Fernando Corrêa, um gráfico dos impostos que recaem sobre a agricultura num total de 18 impostos. Sobretudo o ICM, que está sufocando aquela atividade. Na qualidade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, apelo a V. Exa. para que nos ajude a respeito do ICM, porquanto estamos informados de que, na reunião de Secretários da Agricultura, no Estado da Guanabara, alguns, notadamente o Secretário da Agricultura do Estado do Rio, estão contrários a um pronunciamento que fiz nesta Casa, com autorização do Sr. Presidente da República, e no Sindicato da Federação Agrícola do Estado de Minas Gerais, de que a primeira oração do produtor à indústria seria isenta de tributação. Assim, meu prezado Senador Filinto Müller, é com satisfação e em nome da agricultura brasileira, com a responsabilidade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que me congratulo com V. Exa. para agradecer, em nome de todos os agricultores do Brasil, a ajuda que V. Exa. nos deu, conforme acaba de noticiar. Reiterei meu pedido ao prezado amigo para que nos ajude também nesse caso, do ICM, que se não for reduzido, e atendida a pretensão da lavoura, não sabemos o que será da pecuária e da agricultura do Brasil.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito grato ao eminente Senador Flávio Brito, pelo aparte que empresta maior autoridade às poucas palavras que aqui estou pronunciando. V. Exa. figura do mais alto relevo na agricultura nacional, exerce, além do mandato de Senador que desempenha com eficiência e brilho, a função de líder máximo da agricultura em nosso País, pois que presidente da Confederação Nacional da Agricultura. De modo que as palavras de V. Exa. têm força muito grande. V. Exa. representa milhões de brasileiros que labutam na terra, construindo a grandeza da nos-

sa Pátria e que não podem ficar abandonados, esquecidos dos poderes públicos, para evitar que o problema seja tratado por pessoas, embora de alto valor e capacidade, mas que não tendo conhecimento prático da aplicação das leis podem conduzir a agricultura e a pecuária a caminhos errados. Agradeço o aparte, e declaro que estou inteiramente às ordens de V. Exa. para colaborar neste trabalho de cuidar em todos os aspectos do povo do interior do País. Quero ainda dizer a V. Exa. que o agradecimento não deve ser feito a mim mas à alta compreensão do problema por parte do Sr. Presidente da República e do seu Ministro da Agricultura, o Dr. Ivo Arzuza Pereira.

Finalizando este meu agradecimento quero declarar a V. Exa. que a bancada de Mato Grosso tem-se unido para resolver esse problema, lutando por uma solução que venha a favorecer, em grande parte, os nossos homens da agricultura.

Concedo o aparte ao nobre Senador Fernando Corrêa.

O Sr. Fernando Corrêa — Senador Filinto Müller, citado nominalmente pelo Senador Flávio Brito, quero trazer uma pequena contribuição ao magnífico discurso de V. Exa. dizendo que a pecuária de Mato Grosso também está sofrendo. Tenho um discurso preparado, para ser pronunciado provavelmente na continuação do Congresso, sobre a situação verdadeiramente calamitosa que o IBRA e o INDA estão trazendo ao nosso Estado no que diz respeito ao seu principal produto — o boi. Basta dizer que uma fazenda de 40.000 hectares — considerada média — vai ter setecentos a oitocentos módulos, obrigando-a a ter setecentos a oitocentos empregados. O proprietário será obrigado, então, a ter uma verdadeira cidade na sede da sua fazenda e no seu retiro para poder agasalhar esses peões, esses trabalhadores. Vê V. Exa. que a lei é completamente distorcida, fora da realidade local de Mato Grosso.

Isto é um absurdo, é um desestímulo à nossa produção pecuária e o Brasil precisa tanto de carne, precisa tanto de divisas que a exportação de carne nos pode fornecer. Há, pois, necessidade de reformular essas leis para que entremos na realidade da política pecuária do Brasil.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço o aparte do nobre Senador Fernando Corrêa. S. Exa., adiantando o criador no meu Estado, grande médico, grande administrador e grande pecuarista em Mato Grosso, tem autoridade bastante para abordar o problema com eficiência, como acaba de fazê-lo.

Devo, entretanto, declarar que divirjo, em parte, do eminente colega por Mato Grosso. As leis não são más as leis são boas, são tão perfeitas quanto perfeita permite a falibilidade dos que a elaboram e votam. A aplicação da lei é que precisa ser feita com compreensão e objetividade.

O Brasil é um continente. O nobre Senador Fernando Corrêa citou, por exemplo, uma das suas propriedades com 40.000 hectares. Dizendo-se isso, na Europa ou na América do Norte, ninguém acredita que estejam em perfeitas condições mentais. Mas 40.000 hectares no pantanal equivalem talvez a 10.000 hectares numa zona onde não haja inundações.

Este é o aspecto fundamental: a lei é boa, mas ao ser aplicada, ela precisa ser feita por quem conhece as peculiaridades locais. A extensão de uma fazenda não é suficiente para possibilitar o julgamento de um módulo. Por exemplo em 2/3 de zona do pantanal, cobertas de água, não é possível criar-se uma quantidade de gado igual ao que se cria, por exemplo, nos campos de Araçatuba,

no Estado de São Paulo, que contém campos de primeiríssima ordem plantados com capim Colonial, Pângola ou outra forragem de primeira qualidade e que pode conter até dois bois por hectares para engorda enquanto temos de ter uma área de 10 hectares por boi, na zona do pantanal ou na zona dos campos livres.

O Sr. José Feliciano — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Pois não.

O Sr. José Feliciano — Nobre Senador, o Governo Federal atendeu prontamente às considerações dos agricultores, na parte referente ao lançamento do Imposto do INDA, cobrado através do IBRA. Mas fazemos um apelo no sentido de emprestar o seu inteiro apoio, a sua colaboração a todos os pontos mais importantes da vida econômica nacional. Sabemos que a política agrária está sendo implantada no Brasil há poucos anos e, portanto, a reforma agrária está sendo experimentada nos seus primeiros passos. Mas, acreditamos que esses passos já sejam suficientes para que nos permitamos um diálogo intenso, de técnicos e fazendeiros nacionais com os técnicos e dirigentes do IBRA, para a implantação da reforma agrária brasileira. Sabemos que alguns técnicos daquela instituição ofereceram novidades no setor rural nacional. Partiram de uma premissa, incontestavelmente falsa, de premissas, vamos dizer, que podemos admitir seja o conhecimento da Direção Nacional do nosso país. O IBRA faz o lançamento indiscriminado de todos os tipos de solo do País sob apenas um único aspecto: o da superfície. Tanto faz ser terreno de primeiríssima qualidade, riquíssimo em potencialidade agrícola, como o pior terreno, a pior qualidade — o IBRA tributa, indistintamente, pelo mesmo valor e nas mesmas condições. Isto vai levar o País a um verdadeiro caos, tanto no setor agrícola quanto no pecuário. Basta dizer a V. Exa. que o criador de gado usa somente a terra de pequena fertilidade, porque necessita de área enorme para o manejo do seu rebanho. Mas, com a tributação elevadíssima, terá de afastar-se dessa atividade. Por outro lado, o agricultor não tem condições de dar qualidades químicas a esse terreno, através do adubo e do fertilizante, para obtenção de produção agrícola. Então, vemos que o agricultor que já não tem condições de explorar economicamente o campo e o cerrado será acompanhado também pelo fazendeiro, porque o rendimento econômico da área explorada não corresponderá à altura do Imposto Territorial Rural que o IBRA tributa sobre ele. Além disto, nobre Senador Filinto Müller, o IBRA ficou em coeficiente econômico e um coeficiente social a essas terras do interior do Brasil nas mesmas condições daquelas próximas aos grandes centros. Deste modo, temos na área do interior brasileiro — suponhamos — um coeficiente de exploração rural, qual seja, o de que um hectare comporta perfeitamente meia cabeça de gado bovino. É um absurdo. Devemos dar cerca de 100 hectares desses terrenos de campo, na área de Brasília, para suportarem meia cabeça de gado — esta a realidade nacional — quando o que vemos é que o IBRA desconhece totalmente essa peculiaridade do território brasileiro. Outro ponto, nobre Senador, é aquele das condições econômicas. Tanto faz o fazendeiro apresentar condições sociais de saúde, de educação, numa cidade servida por trem, por ônibus, por bonde, por vários meios de transporte — quanto o outro, lá no sertão, que não

consegue, sequer, dar instrução, alfabetizar os próprios filhos — as condições são as mesmas. Diante do que se vê, há necessidade imediata de uma revisão de critérios e conceitos nos pontos básicos do IBRA. Não é mais a reclamação de lançamento tributário errado, de lançamento tributário que tanto coincide sobre a terra de primeira, como de última qualidade. É conceito, é definição, é ponto de partida. E estamos certos de que o apelo que V. Exa. irá dirigir ao Presidente da República, nesse sentido, será atendido e será de maior repercussão no futuro da Nação brasileira.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço ao eminente Senador José Feliciano o seu aparte. A S. Exa. traz argumentos que fortalecem a declaração por mim feita. Realmente, Sr. Presidente, temos leis básicas; não sabemos é aplicá-las, ou, por outra quem as aplica não tem noção exata do problema, na sua aplicação objetiva. Os técnicos que aplicam a legislação são de alto valor mas, são teóricos; não conhecem o problema da terra, na terra.

Dai esses resultados que estão sendo apontados e o perigo que paira sobre a nossa agricultura.

Sr. Presidente, eu não vim à tribuna para debater esses assuntos que são vastos, que outros Senadores de muito maior conhecimento do problema poderão esclarecer.

Quero declarar, atendendo ao aparte do nobre Senador José Feliciano, como já disse ao nobre Senador Flávio Brito, que estarei inteiramente solidário com os eminentes colegas para uma ação conjunta no sentido de conseguir providências que venham por cobro, por parâmetro as coisas irregulares que estão ocorrendo; irregulares no sentido de que não correspondem à realidade, não que estejam em desacordo com as leis.

O meu objetivo, ao vir à tribuna, era somente, o de exaltar a alta compreensão do problema por parte do Presidente da República e do Ministro Ivo Arzuza. Basta isso para infundir também uma certa dose de tranquilidade aos eminentes Senadores que me apartearam, Fernando Corrêa, Flávio Brito e José Feliciano, apresentando aspectos outros do problema, realmente merecedores de toda atenção.

Eu poderia antes de encerrar estas considerações, trazer aqui o exemplo do que ocorre em uma das regiões de Mato Grosso no Município de Bela Vista, temos campos nativos de primeira qualidade, que possibilitam a criação e engorda de um boi em cada dois hectares.

Recebi carta de um adiantado fazendeiro de Bela Vista Sr. Peri de Almeida Melo de tradicional família nato-grossense, homem que nasceu no campo, que vive no campo e que encaminha seus netos para as atividades agrícolas. Ele me declara que em Bela Vista até começo de novembro — quando me escreveu — não tinha chovido uma vez e em consequência, perda de gado era imensa. Inúmeros fazendeiros, diante desse fenômeno que não depende dos homens mas da natureza e em face das contribuições que teriam de pagar, estavam caminhando para a falência.

Sr. Presidente, este é um aspecto que o Senado deve estudar, que o Congresso deve estudar. Mas como disse, vou encerrar minhas considerações, fazendo uma declaração pública de apreço ao Congresso Nacional, ao Sr. Relator João Cleophas ausente do Brasil hoje, mas que deixou nas minhas mãos uma carta dirigida ao Sr. Presidente da República, cuja entrega eu fiz na qual esclarecia as razões por que se batia por esse substitutivo.

Presto homenagem ao Congresso Nacional, que compreendeu o problema, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura, que também souberam atender a uma justa aspiração dos nossos agricultores e evitaram que os males apontados, que são graves, fossem acrescidos dos decorrentes do pagamento imediato e elevado das contribuições do IBRA.

Tenho a certeza de que o Senhor Presidente da República e o Senhor Ministro Ivo Arzuza estarão vigilantes e atentos para resolver esse problema, do homem do campo porque é uma das condições fundamentais do seu Governo o amparo as atividades agropecuárias.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Queria apenas sugerir a V. Exa. que, com a sua intervenção, conseguisse, a vinda do Doutor Cesar Cantanhede, Presidente do IBRA à Comissão de Agricultura, na nova fase de trabalhos do Congresso Nacional para um diálogo com os Senhores Senadores.

O SR. FILINTO MÜLLER — A sugestão do nobre Senador Ruy Carneiro é muito boa, porque fazendo é que os homens se entendem. Se nós, que temos alguma vinculação no campo — seu descendente de família de agricultores e há alguns colegas que são agricultores de alto gabarito, como os nobres Senadores José Feliciano, Flávio Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura e outros tivemos muitos embates com os técnicos do IBRA, certamente os esclarecedores sobre aspectos da aplicação da lei, que estão realmente prejudicando a agricultura nacional. Foi atendendo a uma dessas exposições que o Presidente Costa e Silva enviou ao Congresso a Mensagem nº 12. Isto mostra que podemos confiar na ação esclarecida do Presidente Costa e Silva e do Senhor Ministro da Agricultura.

É o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem). — (Palmas).

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard  
Milton Trindade  
Moura Palha  
Clodomir Millet  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Menezes Pimentel  
Paulo Saracate  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
Pessoa de Queiroz  
Teotônio Vilela  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josephat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Raul Giuberti  
Vasconcelos Torres  
Marcello de Alencar  
Benedito Valladares  
Celso Ramos  
Antônio Carlos

#### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mensagem de resolução que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, de 1967

Art. 1º. — O art. 245 da Constituição Nacional, de 1960, acrescido do item IV.

Art. 245 —

IV — o tempo de serviço prestado como extranumerário ou sob qualquer

outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O art. 243 da Resolução nº 6, de 1960, estabelece:

"Computar-se-á integralmente, para os efeitos previstos neste Regulamento:

I — o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado em órgão de administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, e fundações instituídas pelo Poder Público;

II — o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante o paz, computando-se pelo dobro somente para o efeito de aposentadoria, o tempo em operação de guerra;

III — o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público".

2. Por outro lado, a egrégia Câmara dos Deputados, através do artigo 140 da Resolução nº 67, de 1962, dispõe:

"Computar-se-á integralmente:

I — o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal;

II — o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestadas durante a paz, computando-se pelo dobro em operações de guerra;

III — o tempo de serviço prestado como extranumerário ou sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos;

IV — o tempo de serviço prestado em autarquia;

V — o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público".

(O grifo é nosso).

3. Procedendo-se ao confronto dos dispositivos invocados infere-se que os direitos assegurados aos funcionários das duas Casas do Congresso Nacional, no tocante ao computo do tempo de serviço para os efeitos previstos nos Regulamentos de ambas as Secretarias, seriam idênticos, não fora o item III da citada Resolução da Câmara dos Deputados. E é justamente essa norma que, atendendo ao princípio de equidade, pretendese aplicar ao funcionalismo desta Casa.

4. O Projeto tem, assim, um alto objetivo. Pois não se pode compreender que servidores das duas Casas, integrantes do mesmo Poder, ocupantes de cargos de igual denominação e atribuições, sujeitos ao mesmo sistema de trabalho, não estejam submetidos a idêntico regime jurídico.

5. Aliás, vale ressaltar: o princípio consubstanciado nesta Proposição não constitui inovação no Senado Federal. Esta mesma Comissão Diretora, em sua 6ª Reunião, realizada em 16 de junho de 1966, já deliberou, am parit, sobre a matéria da seguinte forma:

"... tendo em vista que o Regulamento da Secretaria do Senado Federal é omissivo no que tange à contagem de tempo de serviço do regime de *pro labore*, resolve aplicar aos seus servidores o princípio constante do artigo 140, item 3, da Resolução nº 67, de 1962, da Câmara dos Deputados, mandando, entretanto, computar integralmente, apenas o tempo de serviço prestado ao Senado como extranumerário ou sob qualquer outra forma de admissão".

(Diário do Congresso Nacional Seção II, de 17 de setembro de 1967, pág. 2.648).

(O grifo é nosso)

6. Não se trata, pois — como já foi dito —, de nenhuma inovação nem de qualquer privilégio. Ao contrário, o que pretendemos, agora, é formalizar através de Resolução, uma deliberação já tomada por esta Comissão Diretora, ampliando um direito que assegurou a um reduzido grupo desta Casa, ao apreciar solicitação da classe interessada.

7. Estas as razões que nos levam a subscrever a presente Proposição, que visa a estabelecer identidade de tratamento para os servidores do Senado, assegurando, ao mesmo tempo, interpretação consentânea com a tradição administrativa, expressa na doutrina e na jurisprudência de nossos tribunais, os quais, literalmente, têm entendido que o fundamento do tempo de serviço público é a prestação de serviço remunerado a instituição de direito público interno.

8. Assim, para que cassem, de vez, as dúvidas arguidas pelo órgão do pessoal desta Casa, no que tange a contagem de tempo de serviço público prestado em consequência de variadas formas de admissão, impõe-se a apresentação do presente Projeto, como instrumento de justiça administrativa.

Sala da Comissão Diretora, em 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade. — Camillo Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Catete Pinheiro. — Edmundo Levi. — Atílio Fontana. — Guido Mondim. — Sebastião Archer.

A Comissão de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Nos termos do Regimento, este projeto, sendo de autoria da Comissão Diretora, não depende de parecer. Será publicado e, oportunamente, incluído na Ordem do Dia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.182, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967, que aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Aprovado o requerimento, passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

#### Parecer nº 951, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967 (nº 34-A-67, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967 (nº 34-A-67, na Casa de origem), aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado, na

Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite. — Filinto Müller.

#### ANEXO AO PARECER Nº 951, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967 (nº 34-A, de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967

Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado pelo Brasil, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.183, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967 (nº 310-B-67, na Casa de origem), que aprova o Acordo de Cooperação para a utilização da Energia Atômica para fins Pacíficos, entre o Brasil e a Confederação da Suíça.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Aprovado o requerimento, passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovada a Redação Final.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

#### Parecer nº 952, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967 (número 310-B-67, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967 (nº 310-B-67, na Casa de origem), que aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite. — Filinto Müller

#### ANEXO AO PARECER Nº 952 DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967 (número 310-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Outro requerimento, de dispensa de publicação para imediata discussão, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.184, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1967 (nº 48-A-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1967. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

#### Parecer nº 953, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1967 (número 48-A-67 na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1967 (nº 48-A-67 na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite. — Filinto Müller



ANEXO AO PARECER N.º 953,  
DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1967 (n.º 48-A-67 na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º ...  
DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Decreto-lei n.º 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, o último requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO  
N.º 1.185, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 1967 (n.º 19-B de 1967, na Casa de origem), que aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 58-67. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## Parecer n.º 954, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 1967 (n.º 19-B de 1967, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 1967 (n.º 19-B-67, na Casa de origem), que aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — José Feliciano — Presidente. — Bezerra Neto — Relator. — José Leite — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER N.º 954,  
DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 53, de 1937 (n.º 19-B de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º DE 1937

Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1935.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO  
N.º 1.186, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra d, e 309, n.º I, do Regimento Interno, requerio preferência para o Requerimento de urgência n.º 1.178 de 1967, a fim de ser votado antes da matéria constante do item n.º 1 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — Mello Braga.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência vai examinar se pode aceitar este requerimento.

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, lembro a V. Exa. que, salvo engano, na sessão noturna de ontem, a Mesa deferiu requerimento da mesma natureza.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Exa. informa que houve precedente para requerimento de preferência ser votado antes da matéria da Ordem do Dia?

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Pode ser que eu esteja enganado. Sr. Presidente, mas me descuido muito pouco.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sei disso. Estou estranhando que o fato se haja verificado.

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Devo dizer a V. Exa. que, a esta altura da sessão, depois de termos ouvidos tantos discursos que poderiam perfeitamente ser adiados, com a devida vênia dos Srs. Senadores, estou comprometido para votar o contrato do Estado do Paraná, com preferência.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou examinar o fato da preferência, como V. Exa. que é muito atento, informa que se deu, o que é absolutamente estranho,

porque não tinha ocorrido anteriormente, em todos esses anos. (Pausa.)

O Secretário da Presidência informa que, realmente, ocorreu o inusitado fato. Em sessão de ontem, foi votada preferência para um requerimento de urgência, que, nos termos do Regimento Interno, deve ter apreciação ao fim da Ordem do Dia, e não preterir a Ordem do Dia.

E' um precedente contra disposição expressa do Regimento Interno.

## O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

## O SR. AURELIO VIANNA:

(Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo de V. Exa. eu, que não sou exigente assim em questões regimentais, em questão de número para votação, e deveria sê-lo, eu desejo de V. Exa. que faça cumprir o Regimento. Se houve uma exceção contra o Regimento, não se justifica um erro com outro erro, principalmente para nós, que não somos tão exatistas assim no cumprimento de princípios regimentais. Mas, como líder de partido, desejo que V. Exa. cumpra o Regimento, como é de seu hábito.

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

## O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não estou pedindo que V. Exa. desobedeça ao Regimento. Não fiz nenhuma observação a esse respeito, não pedi a V. Exa. que assim se comportasse. Lembrei um precedente ocorrido na sessão de ontem. Não me referi se o precedente era regimental ou anti-regimental.

Reconheço e afirmo que os precedentes não fazem lei contra o Regimento. V. Exa. verificou, entretanto, que eu não tinha mantido — há diferença — e insisto sempre em dizer nesta Casa e neste Plenário, e até para que o Sr. Senador Aurélio Vianna ouça sempre — há diferença entre mentira e exagero.

## O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente, para outra questão de ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

## O SR. AURELIO VIANNA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, fui convocado. Não citei nome. Fui convocado para uma explicação.

Quem foi que disse nesta Casa que o Senador Aloysio de Carvalho havia mentido? Por que S. Exa. colocou este barrete na sua cabeça? Quem ousaria fazê-lo, principalmente em se tratando de um brasileiro, particularmente um nobre, de vida ilustre e conhecida? Faço um ponto aqui, Sr. Presidente.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Aloysio de Carvalho apontou com exatidão, a ocorrência de um fato idêntico ao que hoje foi requerido, em sessão havida ontem.

Esta Presidência não tinha tomado conhecimento efetivo e surpreendeu-se com a informação que foi, entretanto, imediatamente confirmada pelo Sr. Secretário da Presidência

de que, realmente, no dia de ontem isto ocorrera. A Presidência declarou que o fato de ter acontecido tinha representado, entretanto, uma violação regimental.

Assim, a Presidência não aceita o requerimento e vai passar a Ordem do Dia votando o requerimento de urgência ao fim dela conforme determina o Regimento.

## Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 872, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1967, que aprova o Acórdão Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.

Em discussão a redação final. Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Vai à promulgação

É a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER N.º 872, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1967.

Relator: Sr. Filinto Müller.

A redação final constou da Ordem do Dia de 9 do corrente mês, sendo dela retirada em virtude de requerimento do Sr. Senador Adalberto Sena, a fim de ser novamente ouvida esta Comissão. Tendo como precedentes as alegações do referido Senador, a Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1967 (n.º 11-B de 1967, na Casa de origem), que aprova o Acórdão Cultural, celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — Carlos Lindenberg. — José Leite.

## ANEXO AO PARECER N.º 872-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1967.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º ..., DE 1967

Aprova o Acórdão Cultural, celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.

Art. 1.º É aprovado o Acórdão Cultural, celebrado entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, em 12 de outubro de 1966.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 2.

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 905, de 1967), do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967 (nº 25-A-67 na Câmara), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras.*

Em discussão a redação final. Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada:*

PARECER Nº 915, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967*

Relator: Sr. Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967 (nº 25-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outros.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 915-67

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967 (nº 25-A-67, na Casa de origem)*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº ... DE 1967

*Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras.*

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União interposto pelo Ofício número 424-67, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras, tornando-se definitivo o ato praticado em 24 de fevereiro de 1967, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 44, de 24 de fevereiro de 1966, do Senhor Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 3:

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 916, de 1967), do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1967 (nº 20-A-67, na Câmara), que denega provimento a recurso*

*do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.*

Em discussão a redação final. Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada:*

PARECER Nº 916, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1967, (número 20-A-67, na Casa de origem).*

Relator: Sr. Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1967 (nº 20-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 916-67

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1967 (número 20-A-67, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº ..., DE 1967

*Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.*

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto pelo Ofício nº 235-68, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes, tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 020-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 4:

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 912, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1967 (nº 10-B-67 na Câmara), que aprova a emenda ao artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1964, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.*

Em discussão a redação final. Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada:*

PARECER Nº 912, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1967 (número 10-B-67, na Casa de origem).*

Relator: Sr. Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1967 (nº 10-B-67, na Casa de origem), que aprova a emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1964, pela Conferência-Geral daquela agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 912-67

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1967 (número 10-B-67, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº .....  
DE 1967

*Aprova a emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1964, pela Conferência-Geral daquela agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1964, pela Conferência-Geral daquela agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 5:

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 911, de 1967), do Projeto de Resolução nº 92, de 1967, que suspende a execução da Lei do Estado de Pernambuco de número 4.950, de 20 de dezembro de 1963 declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.*

Em discussão a redação final.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada:*

PARECER Nº 911, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1967.*

Relator: Sr. Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1967, que suspende a execução da Lei do Estado de Pernambuco de número 4.950, de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 911-67

*Redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1967.*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº .... DE 1967

*Suspende a execução da Lei do Estado de Pernambuco de nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.*

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963, do Estado de Pernambuco, que criou o Município de Pontas de Pedras, desmembrado de Goiana, com fundamento no art. 45, inciso II, da Constituição Federal, tudo nos termos do acórdão, em sessão plenária de 5 de abril de 1967, do Supremo Tribunal Federal, que julgou procedente a representação incidente oferecida pela Procuradoria-Geral da República, nos autos do Recurso Extraordinário nº 59.979.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 6:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967 (nº 7-B-67 na Câmara), que aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 918 e 919, de 1967, das Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.*

Em discussão o projeto.

**O SR. AURELIO VIANNA:**

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, é de importância reconhecida e excepcional. O que nos admira, — e a culpa não é do Senado Federal — é que, só agora, estejamos discutindo e votando proposição de tal magnitude e de tamanha importância.

O Relator que apreciou a matéria revela o interesse do Governo pelo aproveitamento desse trato internacional.

Temos votado, nos últimos dias, acordos internacionais da maior importância, inclusive o principal dentre eles — e que marca a política do atual Governo — o acordo do México que revela o ponto alto da política exterior do País, através de um Ministro que vem honrando o seu cargo — o Sr. Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores.

O acordo que votamos ontem, e em redação final, hoje, é daqueles que merecem todo o nosso apoio. A soberania nacional é ali mantida.

As grandes potências nucleares rebelaram-se contra o Acordo do México. Os representantes do Brasil, os nossos Embaixadores, mantiveram atitude firme, na luta contra o uso de armas atômicas, contra a fabricação de novas armas atômicas, e no direito de as potências não alinhadas, não nucleares de construírem os próprios reatores, de praticarem explosões atômicas, para fins pacíficos, para fins de desenvolvimento, para que todos alcancem, no mundo conturbado,

que cresce desordenadamente, assistindo a explosões demográficas extraordinárias, uma tranquilidade de vida, que é o objetivo final de todos os homens e de todas as nações.

Pelo relatório que lemos sobre esse Acordo, sobre essa Convenção Internacional de Telecomunicações, verificamos que a versão da Conferência da UIT (União Internacional de Telecomunicações) entraria.

"em vigor a 1º de janeiro de 1967, para os países cujos instrumentos de adesão hajam sido depositados até aquela data, ficando, pelo artigo 18, assegurado um prazo de dois anos para os que não tenham depositado o mencionado instrumento. Fimdo esse período, o país que não houver ratificado a Convenção perderá o direito de votar nas reuniões de quaisquer órgãos da UIT."

Já estamos em fins de 67. Dai a nossa estranheza por que um acordo desse tipo, que nos daria certas vantagens, reconhecidas internacionalmente, não foi votado, pelo Congresso Nacional, antes da data a que nos referimos.

Não temos o Acordo em mãos. O processo está sobre a mesa. Inaugurou-se, aqui, creio que por iniciativa do nobre Senador Josaphat Marinho, uma prática que deve continuar na próxima Sessão legislativa, qual seja a de os acordos internacionais serem publicados, em avulsos, distribuídos pelos Senadores, a fim de que o nosso voto continue consciente, porém, agora, com o conhecimento perfeito da causa, sabendo, cada qual o que está votando, não apenas por informações, as mais sucintas, de uma Comissão que merece todo a nossa consideração, mas que se pode equivocar.

Nós vimos como dois Acordos importantíssimos foram retirados da Ordem do Dia por não terem sido cumpridas aquelas formalidades de sua publicação em avulso para conhecimento pleno de todos os Senadores.

Em discutir esse assunto, numa sessão convocada para isto mesmo, não estou ferindo a sensibilidade de ninguém, muito menos dispositivos regimentais.

Pelo menos, em falando sobre matéria em discussão, estou confirmando o que se diz de nós — fato daqueles que observam honestamente a vida do Senado — de positivo sobre a nossa responsabilidade e o conceito de responsabilidade que nós temos.

Esse Convênio vem atender, inclusive, aos países em desenvolvimento, a referência que se faz no Parecer do Relator ao art. 4º do Convênio Internacional e nós, Brasil, não alcançamos ainda o desenvolvimento desejado. Infelizmente, no global, ainda somos considerados um país subdesenvolvido, embora alguns, por certo e natural crescimento, substituam subdesenvolvimento por país em desenvolvimento.

Seria ocioso contrarmos a tese de que ainda somos, no global, um país subdesenvolvido, porque um país, como as nossas estatísticas revelam, em que 50% da sua população vive marginalizada, sem poder adquirir no mercado sequer produtos industrializados de massa, não pode ser considerado senão como país subdesenvolvido.

Que visa esta Convenção?

Ve o art. 4º:

"Estimulará a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das instalações e das redes de telecomunicações nos países novos ou em fase de desenvolvimento."

Se fôssemos fazer uma análise sobre o problema das telecomunicações no Brasil, ficaríamos horrorizados e revoltados. O nosso subdesenvolvi-

mento é o espelho das nossas comunicações.

Todos os nossos governos vêm apresentando as deficiências das telecomunicações no Brasil, e, até hoje, não vi um só que pudesse resolver esse problema, que é um sinal de classificação dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento lento ou acelerado, e desenvolvidos.

Infelizmente, acordamos sempre tarde, um tanto quanto atrasados, sempre estamos fora de tempo, quando se clama pelo aproveitamento dos minerais atômicos para que os usássemos para a criação do complexo industrial atômico no Brasil, há quem responda que ainda temos algumas cachoeiras a aproveitar.

Quanto países já desenvolvidos industrialmente, já desenvolvidos no campo da agricultura, declaram-se hoje, porque não alinhados no grupo das potências atômicas, que, dentro em pouco, estarão classificados como os proletários do átomo! E nós ainda nos colocamos com a cabeça enterrada na terra, como que não querendo que vejamos, nós mesmos, a grande realidade de que há uma explosão demográfica neste País que solicita cuidado especial dos nossos homens públicos através de medidas imediatas que resolvam os nossos problemas que aí já se encontram e aqueles outros que hão de surgir em virtude deste crescimento populacional que entusiasma e, ao mesmo tempo, preocupa.

Acordamos sempre tardiamente. Este Acordo é a prova disto. Há quanto tempo deveria ter sido votado?

"V. Ex.ª está atrapalhando a votação do Acordo" — estou ouvindo esta voz que parte de mim mesmo.

Votado hoje, votado na sessão extraordinária que vem aí o ano vindouro, eu não estarei atrapalhando coisa alguma nenhuma porque está escrito em letras de de forma:

Prossegue, ainda, o Sr. Ministro, esclarecendo que a presente versão da Conferência da UIT entrará em vigor a 1 de janeiro de 1967, para os países cujos instrumentos de adesão hajam sido depositados até aquela data, ficando, pelo art. 18, assegurado um prazo de dois anos para os que não tenham depositado o mencionado instrumento. Fimdo esse período, o país que não houver ratificado a Convenção perderá o direito de votar nas reuniões de quaisquer órgãos da UIT.

Então nós não estamos prejudicando de maneira nenhuma a possibilidade do Brasil, de se integrar, porque o texto mencionado pelo relator é de clareza meridiana.

Assim, Sr. Presidente, dizemos algumas palavras a respeito de um assunto que vem merecendo todo o nosso cuidado e para que os inimigos da democracia não venham a dizer que, sem qualquer debate, sem qualquer discussão, de aliadinho, no dia do encerramento dos nossos trabalhos legislativos, votamos em massa, não apenas matérias em redação final, mas outras matérias que requerem um estudo mais circunstanciado e uma atenção mais profunda.

Agora estou em condições de votar a favor do acordo, pela citada daqueles artigos que me revelam da sua grande importância. Eu não declaro a mim mesmo, pelo menos, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, depáro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1967

(Nº 7-B-67, na Casa de origem)

Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º É aprovada a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 54-67 (nº 14-B-67, na Câmara), que aprova o Instrumento de emenda (nº 1), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, a 6 de julho de 1964, sobre a aplicação universal das convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que sejam administradas por si próprias, tendo Pareceres favoráveis, sob números 920 e 921, de 1967, das Comissões: de Relações Exteriores e de Legislação Social.

Em discussão.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurelio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, alguém me falava — isto é corrente no Brasil — que este país tem excesso de leis, excesso de tratados e que só haveria necessidade de mais uma: "passam a vigorar, a partir da data da publicação desta lei — da que falta — todas as leis existentes." Com uma lei assim, teríamos quase todos os nossos problemas resolvidos...

Eu estava lendo um relatório suíço das atividades da outra Casa do Congresso Nacional. Num ano foram apresentados cerca de cinco mil proposições! Então leis não nos faltam: falta a sua execução.

Na Organização Internacional do Trabalho, OIT, temos revelado sempre a preocupação do Brasil em equacionar e resolver todos os problemas dos trabalhadores de todas as nações. É este acordo, este tratado, este instrumento internacional aplica as convenções da OIT universalmente. Isto é, a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias, aqueles territórios que não têm autonomia, que não tem soberania própria. As suas populações são administradas por este instrumento.

Não sei se estou lendo bem mas, se não estou equivocando se os meus órgãos visuais não me enganam: o instrumento de que estamos tratando — emenda da Constituição, da Organização Internacional do Trabalho — foi adotado em Genebra a 6 de julho de 1964. Estamos nos fins de 1967 e as populações dos territórios não autônomos estão esperando a ratificação desse tratado pelo Brasil, um dos signatários.

A tese continua de pé: chegamos sempre com certo atraso no cumprimento dos nossos deveres e obrigações internacionais.

Felizmente, ainda temos uma hora para o tempo da sessão!... (Riso.) Podemos apreciar calmamente esse notável serviço prestado através do convênio aos povos mais infelizes, que são aqueles que não se administram a si mesmos, que não têm autonomia para decidirem do seu próprio destino.

Ainda há no mundo países e potências que não adotam a política da velha Inglaterra, que agora mesmo, antes do prazo estipulado em lei, deu autonomia e independência a uma região a ela subordinada. O mundo árabe, a partir da semana próxima passada, não sei em que dia, tem mais um país independente, de quase dois milhões de habitantes, independência conquistada sem lutas, porque a luta que se feriu em Aden era entre grupos rivais que desejavam, quando a independência viesse, exercer o poder, dirigindo o país recém-independente.

Sr. Presidente, também é de lembrar-se o nosso cuidado em não deixarmos para a próxima sessão legislativa tratados com parecer favorável das nossas comissões competentes. Este processo completo o anterior, revelado naquele relatório irrespondível do nosso Presidente, o Senador Auro de Moura Andrade. Relatório que, nas minhas viagens, sempre me acompanhará para que eu possa, nas conferências que pronuncio, particularmente para estudantes, justificar a existência do Poder Legislativo pelos fatos concretos, fatos que ali estão esculpidos por mão de mestre.

Se a imprensa tivesse dado — e fra de seu dever fizê-lo — o realce devido, o necessário realce — eu falo no conjunto, porque alguns jornais o fizeram — ao texto daquele relatório, não tenho a impressão porque tenho a certeza, de que o movimento de opinião pública se formaria na defesa desta instituição, toda vez que atacada. Portanto, se o povo não acreditasse mais, em palavras, acredita e crê em fatos, e os fatos apresentados são irrespondíveis.

Ausente ontem, tive a substituir-me, na apreciação do relatório, essa figura de todos nós estimada, do Senador paraibano Argemiro de Figueiredo, que supriu a lacuna de modo tal que esta desapareceu, sobressaindo num conceito merecido a palavra fácil, objetiva, e clara do nosso companheiro de representação.

E assim, Sr. Presidente, encerro as minhas considerações acerca de uma convenção que favorece os mais subdesenvolvidos do que nós.

Aquele princípio constitucional que obriga o Presidente da República a enviar as convenções acordadas entre governos doutros países e o Brasil, num tempo determinado, que aquele princípio seja um exemplo para todo o Congresso Nacional, que também num curto prazo — não digo tão curto quanto, mas num curto prazo possa em recebendo o texto da convenção, do tratado, do convênio ou do instrumento internacional, também votar essas importantíssimas proposições, que votadas em tempo só fazem atrair para nós o respeito e a consideração dos outros países. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1967

(Nº 14-B-67, na Casa de origem)

Aprova o Instrumento de emenda (nº 1), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, a 6 de julho de 1964, sobre a aplicação universal das convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Instrumento de emenda (nº 1), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, a 6 de julho de 1964, sobre a aplicação universal das convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 101, de 1967 (de iniciativa da Comissão Diretora), que aposenta, por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101, de 1967

Aposenta, por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com os arts. 100, item I e 101, item I, inciso "b", da Constituição Federal, combinados com os de números 341, item III, da Resolução número 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, o Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, André Avelino Filho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 9º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1967 (de iniciativa da Comissão Diretora), que aposenta, por invalidez, o Oficial-Legislativo, PL-5, Ruy Ribeiro Cardoso, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O projeto de resolução é retirado da Ordem do Dia, pela ocorrência, nesta data, do falecimento deste funcionário, o que a Presidência comunica com o mais profundo pesar.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de que formule a proposição legislativa adequada diante deste triste fato.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 10:

Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 1967

(Nº 526-A-67, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orgamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

O parecer é favorável à proposição. Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 1967

(Nº 526-A-67, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orgamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Orgamentária número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, passa a ter a seguinte redação:

3.04.22 — T. R. E. de São Paulo. Onde se lê: — (Cr\$ antigos 1.000) 3.1.3.0 — Serviços de terceiros 10.00 — Locação de bens móveis e imóveis etc. — 26.612.

Leia-se:

3.1.3.0 — Serviços de terceiros. 10.00 — Locação de bens móveis e imóveis etc. — 191.224.

Onde se lê:

4.2.0.0 — Inversões financeiras. 4.2.1.0 — Aquisições de imóveis — 1.218.000.

Leia-se:

4.2.0.0 — Inversões financeiras 4.2.1.0 — Aquisições de imóveis — 1.053.000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Na hora do Expediente foi lido requerimento de urgência, cuja oportunidade de votação é neste instante. Este requerimento de urgência, nos termos do artigo 326, V, "b", do Regimento Interno é para o Ofício nº S-15, de 1967 do Governo do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado para ser fiador no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná junto a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos.

Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência passa-se à matéria a que diz respeito.

Tem a palavra o nobre Senador Fernando Corrêa, para dar parecer pela Comissão de Finanças ao Ofício nº S-15, de 1967, do Governo do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO CORRÊA:

(Para emitir parecer) — Senhor Presidente, o presente projeto autoriza o Governo do Paraná a ser fiador no contrato que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná junto a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos, para financiamento do material a ser adquirido, no Brasil, para a citada Companhia de Telecomunicações. O parecer da Comissão é favorável. Trata-se, realmente, de matéria de suma importância para a TELEPAR, e que contribuirá para o desenvolvimento do grande Estado do Centro-Sul.

E' o parecer da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende, para dar parecer sobre o ofício e sobre o projeto de resolução, com o qual a Comissão de Finanças concluiu o seu parecer.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer) — Senhor Presidente, verificamos que ocorreu o atendimento de todas as formalidades legais e regimentais, de vez que constam ofício do Sr. Ministro da Fazenda, informando que aquele Ministério nada tem a opor à transação pretendida.

Existe ato legislativo do Paraná, concedendo autorização ao respectivo Governador para pleitear o empréstimo.

Nessas condições e no ângulo da sua competência, a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pelo deferimento do ofício nº S-15-67, do governo do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado para ser fiador no contrato que faz a companhia de Telecomunicações do Paraná junto a Manufactures Hanover Company, dos Estados Unidos.

O ofício havia vindo em termos de telex, mas, em seguida foi juntado ao processo um ofício regular, com o timbre do Governo do Estado do Paraná e a assinatura do Governador Paulo Pimentel.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável.

Em discussão o projeto de Resolução de autoria da Comissão de Finanças que aprova o pedido de autorização do Senado para ser o Governo do Estado do Paraná fiador do contrato de financiamento. (Pausa.)

Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou — a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado vai à redação final.

É o seguinte o projeto de Resolução aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104, de 1967

Autoriza o Governo do Paraná a ser fiador no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná, junto a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos.

Art. 1º E' o Governo do Estado do Paraná autorizado a funcionar como fiador no contrato de financiamento firmado entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná e a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos, no valor de US\$

6.000.000,00 (seis milhões de dólares) para fins de implantação do Sistema Estadual de Telecomunicações no Estado.

Art. 2º A dívida será amortizada no prazo de seis (6) anos, sendo dois (2) de carência, aos juros de 6% — (seis por cento) ao ano.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa Redações Finais que deverão ser apreciadas pela Casa.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do requerimento.

É lido e aprovado o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 1.187, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 101-67 que aposenta, por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14 do Quadro da Secretaria do Senado.

Sala das Sessões em 30 de novembro de 1967. — Guido Mendin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

## REQUERIMENTO

Parecer nº 955, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 101, de 1967, que aposenta, por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 101, de 1967, nos seguintes termos:

## RESOLUÇÃO Nº 101, DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com os artigos 100, item I e 101, item I, inciso "b", da Constituição Federal, combinados com os de nº 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, o Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, André Avelino Filho.

Sala da Comissão Diretora, 30 de novembro de 1967. — Aurino Moura Andrade. — Camillo Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Victorino Freire. — Edmundo Levy. — Cattane Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento da mesma natureza que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 1.188, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967, que aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em Montreux, Suíça a 12 de novembro de 1965.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.



**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final.

(Pausa).  
Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa).  
Está encerrada.  
Em votação a redação final.

(Pausa).  
Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.  
Está aprovado. O projeto vai à promulgação.

*E' a seguinte a redação final aprovada:*

**Parecer nº 957, de 1967**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967 (número 7-B-67, na Casa de origem).*

Relator: Senador Bezerra Netto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967 (nº 7-B-67, na Casa de origem), que aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações firmada pelo Brasil em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Netto, Relator. — José Leite. — Filinto Müller.

**ANEXO AO PARECER Nº 957, DE 1967**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967 (nº 7-B-67, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1967**

*Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovada a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965 por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

*E' lido e aprovado o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 1.189, de 1967**

Nos termos dos arts. 211, letra "p" e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 54, de 1967 (nº 14-B-67, na Casa de origem), que aprova o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964 adotada pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava reunião, realizada em Genebra.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — José Feliciano.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final do Decreto Legislativo nº 54-67. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação a redação final.  
Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa).  
Está aprovada.  
O projeto vai à promulgação.

*E' a seguinte a redação final aprovada:*

**Parecer nº 958, de 1967**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1967 (número 14-B-67, na Casa de origem).*

Relator: Senador Bezerra Netto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1967 (nº 14-B-67), na Casa de origem, que aprova o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964, adotada, pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Netto, Relator. — José Leite. — Filinto Müller

**ANEXO AO PARECER Nº 959 DE 1967**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1967 (número 14-B-67, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº..... DE 1967**

*Aprova o Instrumento de Emenda nº 1, de 1964, adotada, pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava sessão realizada, em Genebra a 17 de junho de 1964.*

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º E' aprovado o Instrumento de Emenda nº 1, de 1964, adotado pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964, sobre a aplicação universal das Convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Sobre a mesa redação final de matéria que está em regime de urgência. E' a redação final do Projeto de Resolução nº 104-67

Em discussão. (Pausa).  
Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.  
Os Senhores Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.  
O projeto vai à promulgação.

*E' a seguinte a redação final aprovada:*

**Parecer nº 959, de 1967**

*Redação final do Projeto de Resolução nº 104, de 1967, que autoriza o Governo do Paraná a ser fiador no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná, junto à Manufactures Hanover Trust.*

Relator: Senador José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 104, de 1967, que autoriza o Governo do Paraná a ser fiador no contrato de financiamento que faz a Companhia

de Telecomunicações do Paraná, junto à Manufactures Hanover Trust. Sala das Sessões, 30 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente; José Leite, Relator; Carlos Lindenberg.

**ANEXO AO PARECER Nº 959, DE 1967**

*Redação final do Projeto de Resolução nº 104, de 1967*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº .. DE 1967**

*Autoriza o Governo do Paraná a ser fiador no contrato de financiamento que faz a Companhia de Telecomunicações do Paraná, junto à Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos.*

Art. 1º E' o Governo do Estado do Paraná autorizado a funcionar como fiador no contrato de financiamento firmado entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná e a Manufactures Hanover Trust Company, dos Estados Unidos, no valor de US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) para fins de implantação do Sistema Estadual de Telecomunicações no Estado.

Art. 2º A dívida será amortizada no prazo de 6 (seis) anos, sendo 2 (dois) de carência, aos juros de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

**O SR. EURICO REZENDE:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, apenas algumas palavras inspiradas pelo dever e ditadas pelo prazer.

No instante em que iremos deixar, por algum tempo, os trabalhos desta Casa e ao fim da presente sessão legislativa, a bancada do Governo deseja render a sinceridade das suas homenagens à Comissão Diretora que testou a sua lucidez e a sua dedicação num período afanoso e de importantes e decisivas atividades.

Mas desejo, nesta oportunidade, dar um depoimento de quem, nestes últimos dias, vem mantendo contato com todos os Senadores, indistintamente. Desde o dia em que a imprensa, em termos de informação segura, divulgou o fato de o Presidente Moura Andrade não mais desejar a sua recondução, posso garantir a S. Exa. e a Nação que esta notícia realizou, em todos nós, um misto de surpresa e também de tristeza. E' que nos habituamos à Presidência Moura Andrade que realmente, tem dignificado a cátedra que ocupa, há longos anos, e enaltecido esta intervenção cativante que deve existir entre o Plenário e a cúpula Diretora da Casa.

E' se trata de uma pertinácia presidencial de vários anos em termos de rotina. Trata-se, efetivamente, de uma Presidência que participou ativa, íntima e decisivamente da alternância de acontecimentos nacionais de natureza efetiva e, sobretudo, de raro poder de decisão diante de repetidas crises que ameaçavam colocar este País na etapa e na maldição de consequências imprevisíveis.

Trata-se, portanto, de uma Presidência que pode não apenas dizer que entregou a sua mensagem a Garcia, com a comprovação de relatórios sucessivos como este, mas sobretudo de uma Presidência que está em condições — e com absoluta fidelidade — de escrever um longo capítulo da história política deste jovem País.

Assim, no instante em que o Presidente Auro de Moura Andrade se despede da cátedra que tanto honrou e dignificou, queremos significar a S. Exa., de envolta com um profundo,

arraigado e sincero sentimento de estima pessoal, a gratidão de caráter cívico, o reconhecimento de natureza parlamentar, pela eloquência e pela constância dos serviços prestados ao Senado, ao Congresso Nacional e à Nação. E dizer a S. Exa., em decorrência de uma profunda observação e de uma irreversível convicção, que ocorre aqui um pesar generalizado pelo afastamento voluntário de Sua Excelência da direção dos nossos trabalhos.

Mas, diante desse impacto e dessa urgência de tristeza, queremos acentuar que duas circunstâncias realçam em nós o remédio de uma espécie de consolação. A primeira é a circunstância de S. Exa. regressar a este Plenário, na certeza de que o Senado continuará a ter, no seu esforço, na sua tenacidade, na sua lucidez e no seu espírito público, sempre aplaudido e proclamado, um instrumento vigoroso da eficiência dos nossos trabalhos e no cumprimento dos nossos deveres. E o fato auspicioso é que já notamos que o sucessor de S. Exa., futuro batonier desta Casa, será um colega nosso vocacionado para a liderança administrativa desta Casa, superavitariamente experiente em assuntos de organização parlamentar e de atividade legislativa e, também, com a característica de ser elemento sentimentalmente identificado com V. Exa.

Desejo ainda render, nesta hora, a efusão da nossa homenagem ao corpo taquígrafico desta Casa, à bancada da imprensa, a todos os funcionários, desde o altiplano administrativo, passando pelas linhas intermediárias da administração, até seus servidores de menor posição funcional, agradecendo a eles pela relevância e pela constância do bom serviço prestado.

E aos meus colegas da honrada Oposição, nesta Casa, dirijo, em nome da bancada do Governo, sincera e efusivamente, o preito do nosso agradecimento pela sua participação vigorosa e indormida no cumprimento da grande tarefa de nos fiscalizar e de fiscalizar também a condução dos negócios públicos por parte do Executivo.

Com este agradecimento, formulamos a todos os melhores votos de bem-estar, de felicidade, no ano de 1968, pedindo a Deus que abençoe o recesso cristão dos seus lares e as frentes do seu trabalho em favor da civilização cristã e eterna. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. AURÉLIO VIANNA:**

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

**O SR. AURÉLIO VIANNA:**

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, não estaria completa a cerimônia de encerramento dos nossos trabalhos legislativos sem esse tipo de formalidade que caracteriza as sessões últimas de cada sessão legislativa.

Procuramos, na medida do possível, executar as nossas tarefas e cumprir com o nosso dever. A Oposição, nesta Casa, foi sempre oposição. Reconhecendo que não há sistema democrático de Governo autêntico sem a existência dos contrários, o nosso Partido colocou-se, desde a primeira hora, na posição que todo o Brasil conhece.

Se a tese a ARENA a antítese o MDB, a grande síntese o esforço conjugado dos homens públicos deste País, para, que, emergindo do subdesenvolvimento, pudesse e possa cumprir a sua missão histórica, o seu destino entre as nações.

Contesto, Senhor Presidente, a opinião daqueles que acham que o Poder Legislativo, por se um poder desarmado, é um poder fraco. O Po-

der Legislativo brasileiro é tão forte que, resistindo às procelas, às paixões às emoções políticas, sociais e econômicas, ainda se mantém neste país.

Temos visto, durante esses anos, o surgir de verdadeira revelações no Parlamento nacional, políticos que vêm congregando em torno da sua personalidade elementos de todas as correntes políticas-partidárias, que neles reconhecem valores afirmativos e necessários à consolidação e ao aperfeiçoamento das instituições democráticas.

E Vossa Excelência é um deles, Senador Moura Andrade. Só os complexados, os despeitados, os frustrados não reconhecem o valor dos homens. Como não somos despeitados, nem frustrados, nem complexados, reconhecemos o seu.

O homem é o bem e o mal, é o acerto e o erro. Quando o bem e o acerto se sobrepõem ao mal e ao erro, eis um homem bom, eis um homem de valor.

Os acertos de Vossa Excelência, no campo político, vêm sobrepunhando os pequeninos erros, os pequeninos senões. O bem está muito acima do mal.

Nunca compreendia Vossa Excelência as alturas; Vossa Excelência nunca sofreu da vertigem das alturas. — Aplica-se a Vossa Excelência aquela frase lapidar de Antônio de Sá:

"A terra que se encontra no dume dos morros não é superior, em substância, àquela que se encontra no fundo dos valados".

Lá, nas alturas, Vossa Excelência como que tinha essa realidade.

Nunca as Minoras no Congresso Nacional e no Senado da República sofreram a mínima coação de Vossa Excelência. Havia um Regimento. Sustentava-o um homem. Esse homem: o Senador Moura Andrade. (Muito bem. Palmas)

Naquelas entreveras, naquelas lutas, naquelas momentos de dificuldades, quando parecia a nós outros que as instituições democráticas sobriariam, enfrentando a tudo e a todos, as incompreensões de todas as áreas, um homem — o homem para o momento — reagia, sempre naquela constante de que estava impregnada a sua personalidade — a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo.

E isto ate funcionários humildes desta Casa o reconheceram, naquele documento que, hoje, se encontra nos Anais do Congresso Nacional, e, ontem, lido desta tribuna.

Fomos oposição, e somos oposição. Os nossos adversários foram e permanecem situação. E os pequeninos atritos nunca toldaram o espírito de fraternidade, de compreensão, com que nos houvevamos durante todos estes anos. E repito: para que essa convivência pacífica fosse reconhecida, tínhamos um garantidor — Vossa Excelência na Presidência.

Nobres Colegas, felizmente as reservas desta Casa são como que inesgotáveis. Quanto mais ouro tiramos de mina, mais ouro a mina tem. Todos são necessários, ninguém dispensável. Por isto, normalmente, naturalmente, sem comoções Vossa Excelência foi como que preparando a sua sucessão. E quando o ouro substitui o ouro e o ouro é substituído pelo duro não há solução de continuidade.

Esperamos que Vossa Excelência tenha à frente do Senado — já que do Senado foi tirada a prerrogativa de presidir o Congresso Nacional — um sucessor à altura, um continuador da sua obra, um aperfeiçoador dos trabalhos que foram iniciados.

A maioria das nossas atividades está marcada nos nossos trabalhos de plenário e das Comissões. Quanto aos meus colegas de Bancada, se, aqui, no plenário, tivemos alguns que se revezavam, como que permanecem

do na tribuna, dia após dia, nas Comissões, tivemos outros, que variavam as madrugadas num trabalho anônimo, cumprindo o seu dever. Nós nos completávamos — se no Plenário, se na Comissões, se na Mesa — num trabalho harmonioso.

O mesmo diga-se da Bancada dos nossos adversários. Cito como exemplo, — porque o exemplo não distingue — aquele varão que, com mais de 80 anos de idade ou cerca de 80, pelas madrugadas, nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional permanecia firme, dando o seu voto para que as proposições pudessem tramitar.

Citei o caso perante uma duas ou três centenas de universitários da Brasília, e vi aquela mocidade comover-se quando eu apresentava, como um exemplo para o Brasil inteiro, o Senador Menezes Pimentel, do Estado do Ceará. (Palmas)

No trabalho de elaboração Constitucional marcamos a nossa presença e, quantas vezes, o Líder do Governo, Presidente da ARENA batia-se por algumas das nossas proposições, como se fossem apresentadas por elementos do seu partido. E aquele capítulo dos direitos individuais não estaria, hoje, na Constituição de 1967, não fosse a compreensão, o entendimento democrático desse homem extraordinário, desse liberal democrata por convicção, que é o Senador Daniel Krieger. (Palmas)

Para preservar a autonomia do Legislativo num dos assuntos mais importantes do mundo moderno, que é a organização dos planos nacionais e dos Orçamentos Plurianuais, tivemos aquela ideia genial, surgida do cérebro daquele discípulo amigo e predileto de Otávio Mangabeira e, filosófica e ideologicamente, de João Mangabeira, que colocou, na Constituição, um dispositivo sem o qual, iniciativa teriam sido postergados, reduzidos a nada — o Senador Josphat Marinho, que conseguiu, através de emenda por ele apresentada e por ele defendida, com aquele entusiasmo e cultura com que já nos acostumamos, incluir, na Constituição de 1967, o princípio da elaboração, por lei, dos planos e programas nacionais de orçamento plurianuais, de tal modo que, hoje, temos votado pelo Congresso o reconhecimento dessa tese, na lei que honra o Congresso Nacional, talvez a maior de tantas quantas foram votadas neste plenário.

E tarde. Como uma família, em que os seus membros discordam, mas não se tornam inimigos — são adversários, mas amigos — e que cada qual respeita o pensamento de cada qual, somos bem o retrato deste País, particularmente do futuro deste povo; por excelência somos justos, cristãos nos entendimentos que esse processo.

Senhor Presidente, defendemos o nosso programa, não falhámos, naquele estilo que é nosso, talvez, porque, sejamos mais velhos e porque mais velhos mais experientes. Firmávamos, sempre, a nossa posição; não podíamos proceder senão como procedíamos e como procederemos, desde que haja reconhecimento, da parte da Mesa e da liderança da maioria, dos nossos direitos.

Um requerimento de urgência-urgente nunca nos foi negado pela maioria: "poderemos votar contra, mas reconhecemos o direito que os Senhores têm de pedir essa urgência".

E, em contrapartida, os debates em termos altos firmavam as nossas convicções, dentro daquele respeito, embora não concordando com o seu pensamento, com a sua ideologia, com os seus princípios, com o seu programa, com os seus argumentos, defendendo-os por princípio que a todos nos une, o princípio democrático.

Senhor Presidente, aqui, quando a nosso ver os jornalistas, os estudan-

tes, os sacerdotes eram feridos no seu direito de ir e vir, de ouvir e de dizer, a nossa voz estava presente.

Reconhecendo, às vezes, a agressividade da imprensa, lutávamos, como lutamos hoje e lutaremos amanhã, por que, esta liberdade seja sempre reconhecida e aceita por todos.

Senhor Presidente, nobres colegas, esperamos que as cassandras não sejam ouvidas, que não haja descontinuidade, no processo para a institucionalização de um sistema democrático de Governo cada vez mais autêntico e cada vez mais bravo.

Voltaremos, se Deus quiser, com o mesmo intuito e as mesmas convicções, com a mesma certeza e a mesma fé, neste País, que todos nós amamos para cuja integração e integridade temos dedicado toda a nossa vida.

Voltaremos na certeza de que todos os óbices ao aperfeiçoamento das instituições democráticas serão afastados pelo consenso unânime daqueles que lutam pelo que está no nosso programa, pela implantação e consolidação da forma democrática de governo, condenado qualquer tipo de ditadura, mesmo institucionalizada, para vigorar a liberdade dos povos e não colocar em risco a paz interna e universal. Voltaremos para defender sempre e em conjunto este grande princípio que honra o nosso programa e que está no coração de todos os democratas deste País, quaisquer sejam as convicções ideológicas, políticas e partidárias.

Senhor Presidente, nobres colegas, voltemos com a mesma fé na Pátria, comum, com a mesma disposição de luta, para entregarmos aos nossos descendentes o patrimônio que recebemos dos nossos antepassados, incólume, sempre defendendo aquela divisa de um Brasil para nós, dirigido por nós para o progresso nosso, para o bem comum e também da humanidade. (Muito bem. Muito bem. Palmas)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Srs. Senadores, agradeço, sensibilizado, as palavras com que me distinguiram dois eminentes líderes desta Casa. O Senhor Senador Eurico Rezende e o Senhor Senador Aurélio Vianna, falando em nome de suas respectivas Bancadas.

Este ano foi de intenso trabalho e esta sessão não gör uma sessão de encerramento. Ela se apresentou à opinião pública do País que dela terá notícias em seguida através da imprensa, das estações de rádio e da "Hora do Brasil", como mais uma etapa de grande trabalho do Senado. Não realizamos uma sessão festiva. Realizamos uma sessão muito trabalhosa. Iniciamo-la pela manhã; são 15 horas e ainda não a terminamos. E' bom que assim seja. Permita Deus que assim seja, no futuro, e que, em cada dia em que estivermos encerrando os nossos trabalhos, estejamos vendo que, apenas temos que trabalhar mais, porque eles começam a cada instante.

Foi isto o que quiseram dizer os dois eminentes Senadores. Nas palavras calorosas com que afirmaram sua esperança, no futuro do Brasil, nas palavras calorosas com que apresentaram os princípios programáticos e expuseram os pontos filosóficos de suas vidas públicas. Foi isso, em resumo, o que busquer fazer na Presidência do Senado, durante sete anos, no ideal de, no ano seguinte, recomençar sempre a tarefa do ano anterior.

E' o que tem que fazer eternamente quem de fato tem consciência das suas responsabilidades perante a sua Nação e quer servir o seu povo, e sabe que as nossas vidas são transitórias que é a soma delas que estabelece a perenidade da Pátria.

Agradeço aos Srs. Senadores por suas manifestações e, principalmente,

pelo trabalho, pelo apoio, pela solidariedade e pelo engrandecimento que trouxeram a esta Casa através das suas condutas, realmente exemplares, de homens altamente responsáveis diante de seus Estados, diante de seu povo e altamente respeitáveis, entre si e por todos, no exercício de tão elevado mandato.

Agradeço, mais uma vez, aos nossos funcionários, a esses funcionários dos quais temos exigido tanto e que ainda agora, na sessão de hoje tanto exigimos, a esses funcionários que nos acompanharam em qualquer transição e que tanto fizeram para permitir que nós suprissemos as deficiências da própria administração e, às vezes, até a exiguidade do tempo.

Finalmente, vou encerrar esta sessão, desejando a todos os Srs. Senadores e aos Srs. Funcionários um Feliz Natal, um feliz Ano Novo. Que Deus a todos cubra de bênçãos proteção e defenda seus filhos, ampare seus lares e, principalmente, oriente seus passos e ilumine os nossos corações, para que nós possamos bem julgar e compreender quais são os nossos deveres, a cada instante.

A última palavra eu reservo para dizer ao Senado que, ainda hoje, não me conformo, sinto profunda falta de um homem que entre nós, não está mas a cuja memória devemos sempre e sempre, render nosso preito — o Dr. Isaac Brown.

Que estas palavras sejam — embora ele não as ouça, hoje, como cuviu em outras sessões, em outros dias de encerramento — a mais ardorosa demonstração do nosso agradecimento a ele, pelo que fez em vida, pelo exemplo que deixou depois de sua morte e, principalmente, para que sirva de paradigma aos nossos funcionários, dos quais tanto dependemos e sempre temos tanto exigido.

Muito obrigado aos Srs. Senadores e que, com suas famílias e filhos, netos e amigos possam gozar instantes de extrema felicidade no dia do Natal e começar o Ano Novo com o coração cheio de esperanças.

Obrigado. (Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou suspender a sessão por alguns instantes enquanto aguardamos a feitura da Ata desta sessão, que deve ser aprovada ainda agora.

A sessão é suspensa por 10 minutos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Vai ser lida a Ata pelo Sr. 2º Secretário.

E' lida e aprovada a Ata.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.)

**Matéria que se publica nos termos do Requerimento número 1.081, de 1967, de autoria do Sr. Filinto Müller, aprovado na sessão extraordinária das 18,00 horas, do dia 29-11-1967.**

Em uma de suas maravilhosas Orações à Bandeira, assim falou Francisco Campos:

"A pátria não é mais, como nas épocas felizes, um dom do acaso, da natureza ou da história. Ela tem de ser conquistada todos os dias pelo trabalho perseverante e ininterrupta vigilância e a disciplina da inteligência e da vontade. A hora não é apenas a do trabalhador, mas também, e principalmente, a do soldado, a hora da ordem, da atenção e do silêncio, a hora da vigília, a hora em que a sentinela escuta, vigia e espera."

O grande pensador brasileiro, como sempre, tocou o fundo da questão. Diante da Bandeira todos devem, realmente, ser soldados, apenas soldados, porque, frente a ela, todos os corações devem converter-se num templo de fé e todas as vontades devem unir-se em busca de um destino comum, sob o comando de um só pensamento, destino que havemos de perseguir, sem tibiezas, sem acomodações, olhos postos no alto.

A Bandeira é um símbolo, e, como símbolo, tem um conteúdo e um sentido.

Ela nos fala, a nossa Bandeira, no índio que aqui habitava e que um dia assim respondeu ao intruso: "Esta terra tem dono".

Ela nos lembra o bandeirante intrépido em suas marchas incomparáveis pelo sertão desbravando caminhos, descobrindo riquezas, fundando cidades, dilatando fronteiras, ocupando e fecundando a terra.

Ela nos recorda os moços das lutas pela liberdade, inundados de idealismo, plantando, com o seu sangue generoso, a semente de nossa independência.

Ela nos evoca a abolição da escravidão e a proclamação da República e está toda condensada nos primórdios ainda, da era republicana, nas palavras de fogo com que Floriano Peixoto retrucou a cavilosa proposta estrangeira.

Ela está, toda inteira, no movimento revolucionário de 1930, quando o Brasil começou a tomar plena consciência de si mesmo, iniciando o processo histórico de sua auto-conquista.

Ela está em Goiânia e está em Brasília, cidades em cujas origens sentimos a marca do gênio nacional.

Ela está em todas essas realidades passadas, presentes e futuras, onde palpita o nosso sangue, a nossa alma, os nossos sonhos, e nessas realidades estão os pilares de uma civilização jovem que há de se impor ao mundo como exemplo de ordem, de paz, amor e de progresso.

Ela, a nossa Bandeira, é tudo isso, e por isso vale citar de novo o grande Francisco Campos, quando diz: "Não basta hastear a bandeira e prestar-lhe reverência e juramento. A bandeira é um sinal. Ela representa realidades e valores, e os valores e as realidades que ela representa não estão inscritos no seu quadrilátero, mas no espírito, na vontade e no coração dos homens. Basta de cerimônia e de comemorações se nelas não se contém a vontade e a fé. Não se hasteie a bandeira, se com ela não se eleva o espírito e não sobe no coração o canto de amor e de fidelidade às realidades e aos valores que representa."

Em verdade, precisamos saber sentir verdadeiramente, precisamos saber ouvir verdadeiramente, precisamos saber compreender verdadeiramente, precisamos saber querer verdadeiramente. Precisamos ter a bandeira como uma constante de nossas vidas. Ela deve ser o nosso sentimento, a nossa compreensão, a nossa vontade. Deve estar presente em nossas letras, em nossas artes, em nossa ciência; deve estar presente em nosso trabalho, em nossas riquezas, em nossas idéias; deve estar presente no lar, nas escolas, nas oficinas, nos escritórios, nos templos; deve estar sempre vibrante e altaneira em nossos corações e em nosso pensamento.

O mundo está dividido e sofrendo. Um mundo novo está em gestação e nesse mundo novo o Brasil há de estar numa posição de vanguarda, pois será um mundo mais igual, mais justo, mais cristão. A grande hora se aproxima. Dia virá em que teremos de tomar posição e caminhar para a batalha definitiva. A opção, fatal e decisiva, marginalizará os povos fracos e marcará o destino e a grandeza dos povos fortes.

Pensando na grande hora, devemos todos, neste momento, mãos em con-

tinência, corações ao alto, pensamento voltado para a pátria, fazer o juramento de sermos sempre fiéis, gloriosa bandeira do Brasil.

(Discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Pigueiredo, Vice-Diretor-Geral Legislativo do Senado, em nome dos funcionários do Congresso Nacional, nas solenidades comemorativas do Dia da Bandeira.)

**Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Petrólio Portella na sessão ordinária do dia 28 de novembro, último, que se publica por ter ficado em poder do orador para revisão.**

O subdesenvolvimento não traz em si, apenas, temas e pretextos, para que os donos da verdade anunciem os remédios infalíveis, os demagogos apresentem os caminhos salvadores ou os falsos homens de Estado, impressionados com a miséria e sem capacidade de lutar contra ela, entreguem-se a atos de força, temerosos da perda das posições, que antes de serem fontes de usufruto pessoal, devem ser sua trincheira de luta, compromisso de trabalho pela solução dos problemas.

Muito tempo se perdeu entre teorias que o interesse criou, para confundir nações e indivíduos afastando-os dos dados incontestáveis que demonstram, ao lado da existência da miséria, a algemar povos e indivíduos, a força atuante de sistemas e instituições com que poucos se enriquecem afogando muitos na sub-humanidade, sem escola, sem saúde, sem horizontes. Se uns se conformam, a propaganda alimenta o fatalismo tranquilizador; se a revolta marca a vida do escravo, do desgraçado surge a expedição salvadora, a cruzada sacrossanta, em defesa dos valores da civilização, como se o grito de desespero pudesse abalar as estruturas, elas sim, a negação da Justiça.

E quem não tem ao seu alcance os frutos do desenvolvimento e não sabe como buscá-los, dão gritos que não são de destruição são de protesto, são restos de vida na luta contra a injustiça.

Surgem, então, os aproveitadores, figuras sempre presentes onde a ignorância vive e a autenticidade da luta pela sobrevivência desfigura-se.

E quando as ideologias não têm mais alento para abafar a pungente realidade feita de injustiças e explorações, a fraqueza das instituições minadas pelas contradições abaladas, caducas, mortas, recebem o auxílio da força que faz mártires procrastina um processo, mas não mata o que de novo deva nascer sob as inspirações da Justiça.

A miséria, seja do homem ou de nações, tem quase sempre fundamento na injustiça.

E muitos buscam confundir essa verdade, com a ostentação de um assistencialismo, que frustra o homem, na humildade do agradecimento mas não o ergue, com instrumentos na mão para ganhar os frutos que a vida proporciona e concede.

Este o quadro válido para os indivíduos e nações, ou, simplesmente, para regiões do mesmo País denunciado, em palavras candentes, por quem tem os títulos para falar em defesa dos valores da civilização cristã: o Santo Padre, o Papa Paulo VI.

Impunha-se que a adversidade não proviesse da paixão das polemicas entre grupos manipulados pelo interesse e nascesse, sim da serenidade insuspeita dos que defendem a dignidade humana e repelem seu ultraje, pela miséria.

Esta autoridade a tem a Igreja, em sua luta de 20 séculos, enriquecida pelo martírio de multidões, em exem-

plos que, por si mesmos, demonstram o sentido, acima de nós divino, de sua missão evangelizadora.

Pouco importam os evidentes excessos de alguns sacerdotes que, tocados pela violência de quadros terríveis a brutalizarem legiões de homens, a quem a sociedade não dá nada, senão miséria, entregam-se a pregações não raro bem menos virulentas que a subversão que as inspiram. Dizem, muitas vezes, o que não devem, mas o não dever ser melhor se aplica aos dramas implacáveis do pauperismo.

Por sobre os exageros episódicos de alguns membros da Igreja se eleva a palavra responsável do Papa, que é a da própria Igreja:

"Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo."

Em meio aos interesses que mal se escondem sob o manto protetor da civilização cristã, eis a palavra do Pontífice, a restabelecer a verdade, que está nos próprios caminhos de Cristo.

E Sua Santidade que não conhece a submissão a grupos que institucionalizam o lucro, recebe também os ataques tão violentos quanto a ambição dos que desumanizaram o mundo.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho — Desejo felicitar a V. Ex<sup>a</sup> pela magistral oração que está proferindo. Realmente, a Igreja, pela sua milenar experiência e com a infinita sabedoria que recebe do seu Mestre, tem nítida consciência de que as luzes do bem e do espírito não podem brilhar em sua plenitude, no seio de povos ecossados pelas privações e pela miséria.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Meu discurso, nobre Senador Gilberto Marinho, já agora se enuncia das palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que não são de hoje, mas fazem parte de uma pregação de longa e admirável vida parlamentar.

O Sr. Gilberto Marinho — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — (Retomando a leitura:)

A *Populorum Progressum*, mensagem da espiritualidade e fé, convida os homens e as nações para o regresso à doutrina de Cristo, abominando o que pode significar escravidão, desde a que resulta dos destroços das guerras, à que se consoma no dia a dia das transações iníquas que os fortes os poderosos impõem aos que se submetem para sobreviver.

O que é um grito contra o materialismo dos nossos dias foi cognominado de "marxismo requentado".

Mas, as diatribes se vão e há de ficar a consciência de que é preciso lutar pelo desenvolvimento de todos, pois é o único caminho da paz.

A divisão do mundo entre dois polos alimentada pelas ideologias, vai cedendo à evidência de que falsa é a alternativa. Há pobres e ricos.

Há desenvolvidos e subdesenvolvidos, e, estes, conscientes, mobilizam-se na defesa de direitos que já não podem ser negados.

Setenta e sete países, há pouco, na Argélia, mostraram ao mundo a necessidade de que sejam reformuladas as relações internacionais, não para que os ricos deem o que lhes cabe mas para que não tomem o que é dos outros, subtraído por uma política alheia a tudo, porque entregue apenas à voracidade do lucro.

E o que os países reivindicaram na Argélia é o que Paulo VI reclama para que povos e indivíduos tenham condições de superar o atraso.

Os setenta e sete países não leram à Conferência o peso de suas vinculações ideológicas a tumultuarem o Plenário nas eternas fórmulas de alienações nacionais; levaram, sim, voltados para realidades que têm de ser modificadas, clamor pelo mínimo que é oportuno para que se tornem justas as relações internacionais, por onde se tem esvaído o resultado de tantas lutas, de sacrifícios enormes de todos os povos subdesenvolvidos do Mundo.

O Brasil, sob o Governo Costa e Silva, marcou sua posição, que não é contra ninguém, mas de intransigente defesa dos interesses nacionais. Não temos por que mal dizer qualquer país, notadamente os que se nos ligam por tradição. Nas suas relações conosco, defendem seus interesses.

De nossa parte, sem ressentimentos, mas com altivez, cabe nos colocarmos na posição de defensores do que é nosso.

Não temos por que vacilar entre formas de vida ou de Governo, que já escolhemos o nosso caminho — o da liberdade. Não transacionamos, em troca do ideal de sermos livres.

Mas a liberdade não pode ficar na superfície dando uma ilusão a esconder a bruta e destruidora realidade, da fome, da doença, do analfabetismo.

Na plena consciência de que urge uma mobilização de homens e povos é que 77 Países, alheios à gravitação em torno dos chamados Grandes, des preocupados com as lutas ideológicas, como dissemos, firmaram documentos pedindo e reclamando justiça no comércio internacional.

Quanto a nós, não bastará o sacrifício de um combate difícil contra a inflação, se, no âmbito externo, prevalecerem normas que representem verdadeiras e permanentes sangrias na economia nacional.

Se ante a desigualdade entre os países o Brasil defende os pobres, entre os quais se inclui, é indispensável que, olhando para si, veja as disparidades entre regiões e Estados, a fim de que os desenvolvidos possam prosperar ainda mais, ajudando os marginalizados e os incluindo no intercâmbio de um mercado verdadeiramente nacional.

Durante muito tempo o Nordeste foi necessariamente fonte de ilustração do subdesenvolvimento brasileiro.

Para lá se deslocaram as atenções dos órgãos de Segurança Nacional, temerosos do trabalho dos agentes subversivos que tinham em mãos a melhor das matérias-primas para agitar, manipulando o desespero, como fermento da guerra revolucionária.

Para corrigir as distorções de uma política que agravava dia a dia a situação, criou-se a SUDENE.

Seria ela o órgão de desenvolvimento harmonico do Nordeste. Partindo de um diagnóstico socio-econômico da área, supervisionária e coordenaria todos os investimentos do Governo Federal na região, promovendo o desenvolvimento agrícola e o seu ingresso na era industrial.

Não cabe, nestas ligeiras considerações, o exame das perplexidades da SUDENE e as dificuldades que teve de enfrentar, inovando os métodos de ação estatal que largara de ser precedido de planejamento.

O Centro-Sul iniciou o processo de industrialização após a primeira Grande Guerra abrindo perspectiva para a economia, sustentada, primordialmente, pelo café.

O Nordeste, salvo iniciativa pontual de experiência industrial, viaja do açúcar, algodão, babaçu e cera de carnaúba. A atividade agropecuária não dava à região a abastança e o levava ao desespero, quando atingido pela calamidade da seca que destruiu tudo, inclusive a vida humana, afogada na miséria.

E, em caráter permanente, a insegurança minava a economia de resultados aleatórios, pois tudo iria de



pendar das chuvas — animais, plantações, trabalho, lutas, vidas humanas. Surgiram, então, as primeiras providências do Governo Federal, antes, apenas, entregue a expedientes de emergência, sem cuidar de uma política de prevenção contra a calamidade.

Construíram-se os primeiros açudes e surgiu a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, transformada, depois, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sob a administração desse órgão federal, grandes trabalhos se fizeram no Nordeste, sem um planejamento adequado, capaz de evitar que o homem não ficasse à mercê das chuvas. Não se deu consequência maior às grandes reservas d'água acumuladas, sendo irrisório o serviço de irrigação.

Quêscia de forma assustadora a disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul, que, após a Segunda Grande Guerra, consolidou seu parque industrial e, em consequência, mobilizou a técnica para o melhor rendimento da agricultura.

A região, nordestina multiplicava a densidade demográfica, sem o correspondente aumento do produto bruto. Vale dizer, caía, sem apelo, no despenhadeiro do pauperismo.

É o pouco de poupança acumulada num regime desumano de relações de trabalho, ficava em mãos de poucos, agravando o espetáculo degradante da miséria a desfigurar legiões, brutalizando-as.

O Nordeste passou a ser assunto das manchetes e com problemas a ameaçarem a Segurança Nacional. Alguns de seus produtos de exportação sofriam o confisco cambial e eram reservas seguras para a industrialização do País.

A cêra de canaúba do Piauí foi receita certa, até que a voracidade de grupos internacionais, lhe aviltasse o preço, ao ponto de valer, hoje, menos que o produto agrícola, a que faltam o preço mínimo a segurança do armazenamento, a certeza do transporte e a liberdade de comércio.

O Nordeste, sem ressentimento, contribuía, com seus produtos de exportação a sofrerem o confisco cambial, para a industrialização de parte do País, e cumpria seu destino. A prosperidade do Centro-Sul — seria fator condicionante da economia de todo o País, e as poupanças não ficariam presas a fronteiras de Estados, fecundados pelo progresso.

O crescimento econômico do Sul era em do duas vezes superior ao do Nordeste que, fornecedor de matéria-prima já não tinha como consumir as manufaturas da outra parte da Nação.

Nessa ambiência, sem alternativa tudo ajudava a aumentar o pauperismo, e as frágeis poupanças do Nordeste, concentradas nas mãos de poucos, eram carregadas para onde o desenvolvimento dava segurança de rentabilidade. Um elenco de diplomas legais favorecia o parque industrial, caindo o peso da tributação na economia agropastoril.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. José Ermírio — O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> serve de lema e de direção para os que trabalham pelo bem do Brasil. Nenhuma empresa brasileira — não posso excluir as estrangeiras, muitas delas vêm para o Brasil com favôres exagerados — devem pedir à Nação favôres porque, uma empresa que não quer pagar impostos, não serve nem para o Estado, nem para o País, nem para quem está montando a empresa. Este o sistema. Desde 1924 dizíamos, em nosso relatório de 1960, que não pedimos favôres à governos; pagamos todos os nossos impostos, respeitamos a lei do País e auxiliamos o Governo nas boas causas. Este lema deve ser ditado,

escrito em todos os periódicos do Brasil para que entre em toda a região, não só nordestina, como a sulina. Assim, a Nação através de trabalho, de dignidade, de patriotismo e de realização conseguirá a respectiva renda necessária a sua sobrevivência, já que os investimentos dos estrangeiros não vêm para o Brasil com menos de 20% ao ano. Nós nos devemos sujeitar a muito menos, para que a Nação cresça e se desenvolva, e tome o seu rumo definitivo entre as nações civilizadas.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Senador, em sua atuação parlamentar, simplesmente, dá continuação brilhante a trajetória extraordinária do plano privado, particular onde V. Ex.<sup>a</sup> é um dos modelos.

Precisamos, em verdade, de capitalizarmos as regiões subdesenvolvidas sem o que não teremos um progresso harmônico e, consequentemente, uma Pátria capaz de assegurar a todos a justiça social.

(Lendo)

A era industrial assegurava os meios de revolucionar a agricultura no Centro-Sul, e esta ameaçava a economia do Nordeste entregue às práticas obsoletas, sem condições de concorrer.

A intervenção estatal se fez sentir, não para resolver o problema em termos definitivos, mas visando a evitar o massacre do fraco contra o forte. Não seria possível a economia açucareira do Nordeste ficar de pé, sem proteção do Governo, ante a ação da agroindústria açucareira do Sul.

Esse o impasse. Esta, a síntese de uma história que determinou, no Governo Juscelino Kubitschek, a criação da Comissão do Desenvolvimento do Nordeste — CODENO — depois Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Nasceu o órgão da necessidade de congregar esforços e recursos dentro de um planejamento que abrisse horizontes a uma região estrangulada pelo pauperismo.

Seria fastidioso o exame de todos os setores constantes do Plano Diretor da SUDENE. Cinto-me apenas, ao exame do trabalho da SUDENE, sob dois aspectos: do planejamento e da aplicação dos incentivos fiscais.

Se as críticas possa merecer a ação do criador da SUDENE, Celso Furtado, há de ressaltar-se a seriedade com que implantou, na SUDENE, e, através dela no Nordeste, uma mentalidade nova de crença na técnica e na indispensabilidade do planejamento.

Para tanto, prepararam-se técnicos, às vezes, alheados da realidade ambiente, mas convencidos até o fanatismo, da missão de mudar o destino do Nordeste.

Erros se praticaram em abundância, mas, por sobre eles, se criou uma consciência e se implantaram estruturas, em todos os Estados, dirigidas ao planejamento.

É bem certo que os Estados de economia mais desenvolvida contaram com extraordinária assistência técnica e outros ficaram quase marginalizados. Mas todos receberam influências e despertaram para a luta.

Hoje, no mais longínquo município piauiense o Prefeito pensa nos problemas e pede a assistência do Conselho de Desenvolvimento do Estado.

O outro aspecto diz respeito aos incentivos ensejados pelos arts. 34-18.

Os incentivos fiscais deram repercussão mais profunda à ação da SUDENE. Ao lado dos investimentos de infra-estrutura a ser feito pelo Estado, cabia, no plano particular, carrear recursos de fora, e não seria fácil buscá-los sob forma de empréstimos. Os horizontes ficariam limitados e os juros pesariam muito ao parque industrial incipiente.

Era preciso criar novas fórmulas, buscando, nos centros onde as indústrias prosperavam, os meios materiais, num trabalho de intercâmbio sólido,

sem sacrifícios maiores para as empresas e a sociedade.

E parte do imposto a ser recolhido ao Ffário foi encaminhado à Região, ganhando, assim, todos: o Nordeste, ao dispor de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, o Capitalista que, ao invés de entregar ao Estado uma percentagem sobre a renda, cede a disposição de uma renda e a mobiliza para ampliar o mercado consumidor de manufaturas. E a União, comprindo sua missão pioneira, integra em sua economia uma região antes estagnada, e faz multiplicar suas rendas, através dos frutos de novos investimentos.

Os que tentam contestar tal política, que se volta para o Nordeste, não vêem em termos nacionais os problemas econômicos e esquecem que, ontem, os que tinham pouco davam o de que dispunham, sem restrições e sem protestos, para a formação do grande parque industrial do Centro-Sul. Hoje os que muito têm não estão a dar o que é seu, apenas se fazem partícipes de novos empreendimentos. O que lhes cabia entregar ao Estado, dos lucros auferidos, continua a integrar-lhes o patrimônio, através da participação societária em novas unidades industriais implantadas no Nordeste do País.

O Sr. Ruy Carneiro — Pe mite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador). Este discurso magnífico que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo nesta tarde, é uma destas peças que os Srs. Senadores não deviam interromper, nem mesmo para aplaudir, como nós estamos fazendo e outros colegas já o fizeram. Mas V. Ex.<sup>a</sup> que é um dos jovens líderes da nossa Região acaba de falar num ponto nevrálgico para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso que é a SUDENE. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que vejo, com certa apreensão, movimentos no sentido de se esvaziar os benefícios, os incentivos dados através dos arts. 18 e 34

que, mentidos, como devem ser, e para tanto — nós teremos de lutar — levarão ao Norte e ao Nordeste — através da SUDENE e da SUDAM — tais melhoramentos que a situação daquela gente miserável, era bastante minorada. V. Ex.<sup>a</sup> com este discurso, no fim desta sessão legislativa — porque hoje é um dos últimos dias de nossos trabalhos de 1967 — demonstra o brilho da sua inteligência a sua coragem, sua responsabilidade de homem que já governou o seu Estado — o Piauí. Deve V. Ex.<sup>a</sup> ficar atento, como todos nós, da Bahia ao Acre, a fim de não permitir, de maneira alguma, que os incentivos levados para a SUDENE através dos artigos 18 e 34, sejam esvaziados, o que seria um crime contra a nossa região, ou mesmo modificados. Tem, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> os meus aplausos por sua brilhante oração. E pode o nobre colega observar que todos estão atentos à sua palavra. Esperamos que V. Ex.<sup>a</sup> fique dentro desse ponto de vista, lutando para que, como todos nós, sentinelas avançadas não se modifique a atual situação do Norte e do Nordeste negativamente, porque na verdade, eles precisam é de melhorar. Se nosso povo tiver condições de adquirir essas utilidades, não serão as nossas fábricas que irão bastar ao povo da nossa região. Continuaremos a ser mercado do Centro-Sul, do glorioso São Paulo, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e dos Estados que estão em desenvolvimento, como Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo e Estado do Rio. Se tivermos meios de melhorar as condições de nosso povo, lá permanecerá o velho mercado que sempre compra no Sul do País. Perdê-lo V. Ex.<sup>a</sup> pela extensão do aparte.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Estou muito honrado com o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. E acrescento que o Nordeste não perderá a batalha do desen-

volvimento, exatamente porque tem a seu serviço figuras bravas, líderes extraordinários como o preclaro representante da Paraíba.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Não queria interromper o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>. Ouvia as suas palavras com grande atenção, embecido pela exposição que V. Ex.<sup>a</sup> vinha fazendo. Mas, já que V. Ex.<sup>a</sup> foi interrompido, aproveito o ensejo para felicitar V. Ex.<sup>a</sup>, pela magnífica exposição que está fazendo de um problema sociológico de maior importância para o Brasil qual seja aquela referente ao Nordeste, a nossa Pátria e à necessidade de não se desviar os incentivos fiscais para ali já canalizados, a fim de desenvolver regiões já desenvolvidas, em detrimento daqueles que precisam de maior amparo da Nação. Meus cumprimentos, nobre Senador, pela magnífica peça oratória que V. Ex.<sup>a</sup> está pronunciando com elevado patriotismo e rara inteligência.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Muito obrigado ao meu nobre Líder a quem digo, nesta oportunidade, que minhas despretenciosas palavras ganham densidade e avultam em força, com a contribuição daquele que, nos liderando, tem além do mais uma palavra sempre esclarecida e esclarecedora neste plenário.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com muito prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, estou ouvindo o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> e os apartes com que os nobres Senadores vêm contribuindo para maior desenvolvimento da tese dos incentivos fiscais, como o do Imposto de Renda, para o Norte e o Nordeste. De fato, como empresário dos Estados do Centro-Sul e do Sul, interpretar o pensamento daquela laboriosa elite que, sem dúvida nenhuma, é a que contribui com maior parcela do Imposto de Renda para aplicação nos Estados do Norte e do Nordeste, para ser aplicado nos Estados do Norte e Nordeste. Acredito que todos nós desejamos o desenvolvimento do Norte e Nordeste. O que nos preocupa é apenas que o desenvolvimento não se limite aos centros urbanos mas a todo o interior, porque sabemos que a grande população dessas regiões está disseminada pelo interior. Desejamos que não apenas essa contribuição do Sul e do Centro-Sul se destine às indústrias dos centros urbanos, mas principalmente ao desenvolvimento do setor agropastoril, a fim de que possamos ouvir, no futuro, que aqueles incentivos fiscais contribuíram para melhorar o padrão de vida daqueles povos e, consequentemente, consumir os produtos manufaturados das indústrias. Esta é a nossa preocupação. Somente assim teremos um Brasil que se desenvolve simultaneamente em todos os setores, elevando o padrão de vida do povo brasileiro porque, elevando o padrão de vida do povo brasileiro, estaremos, sem dúvida, fortalecendo o regime democrático e fazendo com que este grande país se projete cada vez mais no cenário das nações.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Muito me apraz, Sr. Senador Atílio Fontana, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, pois se há alguém neste país que possa ser paradigma da livre iniciativa da iniciativa particular, há de ser V. Ex.<sup>a</sup>.

Recolhemos o seu aparte e, através dele, temos certeza de que recolhemos também a manifestação de quantos já são prósperos e felizes do Centro-Sul e do Sul do país.

(Lendo)

São recursos que normalmente seriam deslocados da órbita particular

para o domínio do Estado, que permanecem, como sementes, a multiplicarem os recursos das forças vivas de uma parte da Nação.

Os que contestam a validade dessa política não vêem senão o que imediatamente está sob seus domínios e esquecem o muito que receberam, concedido pela Nação.

Há os que, fora do mundo que não seja o do lucro, querem que a alternativa de dedução do imposto se estenda a qualquer iniciativa, em qualquer parte do País.

Esquecem que o destino dos tributos são os cofres públicos, e só motivo de interesse público ensinaria outra destinação para o imposto sobre a renda.

Os parques industriais não se formam por acaso. São decorrências de uma política de estímulos, proteção e incentivos, ontem voltados para outros Estados, hoje também dirigidos ao sofrido Nordeste. Vale assinalar, ainda que os equipamentos e maquinárias necessários à industrialização da nossa Região são adquiridos no Centro-Sul, o que significa a volta dos recursos às origens.

E amanhã, sob nova realidade econômica, o Nordeste será um mercado de poder aquisitivo multiplicado. E desse intercâmbio, há de surgir o Brasil desenvolvido.

Há ainda os que, pretendendo amparar outras regiões pobres, querem a extensão dos incentivos fiscais.

Não somos contra ninguém. Julgamos justo que a União se entregue à boa política de eliminação das disparidades regionais. Mas crie novas fórmulas.

Se o Nordeste se levanta sob o impulso dos arts. 34-18, isso não deve servir de estímulo para destruir, no limiar, uma política que deve interessar a todos os brasileiros.

Fragmentados os recursos, toda uma estrutura ainda não amadurecida poder desabar, aí sim, criando dificuldades, de toda ordem e em todos os domínios, para a Nação.

A confiança — que é clima no Nordeste — seria destruída ao impacto da mais terrível frustração.

O outro argumento articulado pelos adeptos do lucro sem limites, é o de que recursos vultosos se imobilizam no Banco do Nordeste e a região não dá aplicação.

Os fatos são bem outros. Os recursos estão sendo utilizados, mobilizando ainda poupanças da região e a SUDENE trabalha, noite e dia, estudando os projetos providos de todos os Estados da região.

Se, no início, houve perplexidade, elas teriam de ser removidas à medida que se organizassem, no Nordeste, as empresas técnicas destinadas ao preparo dos projetos, e a SUDENE pudesse, no âmbito interno, preparar suas equipes, para análise dos pedidos, e, no setor externo, levar sua palavra de estímulo à iniciativa particular, ainda perplexa diante da realidade nova a surgir.

Mas, ontem como hoje os recursos ficam no Banco do Brasil, que deles dispõe para movimentá-los em todas as direções, até mesmo no financiamento de capital de giro das empresas.

Essa, a realidade sem distorções. Os recursos públicos entregues à SUDENE representam pouco no conjunto geral de sua ação em favor do Nordeste.

Neste ano, de corte em corte, aquele órgão dispôs apenas de 60 milhões de cruzeiros novos, o que é irrisório para o trabalho a seu cargo.

Que deixem o Nordeste trabalhar em paz, substituindo a triste e desumana estrutura por outra mais humana e dinâmica.

O que ontem parecia a miséria em marcha de ódio a clamar por justiça, sob as insinuações de demagogos, hoje é o trabalho confiante, mobilizado para mudar estruturas e dar ao País

contribuição efetiva ao seu desenvolvimento.

E temos certeza de que, atingida a meta, novas relações de trabalho se criem, sob a égide da justiça social, sem a qual o progresso é conquista de poucos e destruição dos que o fizeram.

O Nordeste cresce, e o ritmo da produção industrial ganhou dinamismo. Não obstante a recessão de 1963-1966, que diminuiu a taxa de expansão do parque industrial brasileiro. Antes, os dados eram alarmantes. Enquanto a produção industrial do Brasil aumentou do índice 100, em 1948, para 366, em 1964, o Nordeste, em igual período, crescia de 100 para 195, pouco mais de 50% do crescimento do País.

Mas o Nordeste não apenas recebe, também dá, retribui. Se antes mais não deu ao País é porque dele não recebia, em oportunidades.

Mas teve compreensão para, através de seus produtos de exportação, dar sua parte na formação do parque industrial brasileiro.

Hoje, em índices de 62 a 65, o aumento "per capita" do imposto de renda no Nordeste foi maior, em termos relativos, que o de qualquer outra região do País.

Estamos no limiar de uma nova era. O processo de industrialização ainda é incipiente e, como tal, frágil.

Aos poucos se forma nova mentalidade, crescendo, em todos, a confiança no desenvolvimento da região.

As poupanças são mobilizadas e já não há quem não creia no planejamento e não conceda à técnica a importância que lhe cabe.

A tardança no preparo das pré-condições criou um mito de ceticismo, e não foi rápida e deflagrar da ação desenvolvimentista.

Poucos os projetos, no início, aprovados.

Mas hoje, a SUDENE examina um projeto por dia, o que não significa pressa no produzir, mas equipe em trabalho incessante, visando à aceleração do processo.

A SUDENE, até 30-6-67, apresentou projetos no valor de 1.005,7 milhões, comprometendo R\$ 496,1 milhões de recursos de incentivos.

291 projetos industriais de pesca e de telecomunicações .....	416,0	903,0
41 projetos agrícolas .....	39,9	60,5
177 projetos de capital de giro .....	496,1	40,2
	496,1	1.005,7

Cabe acrescentar que o valor dos projetos em estudo, para efeito de utilização dos incentivos fiscais, montavam, até junho, em 259 milhões, que acrescidos dos recursos já comprometidos, atingem a 755 milhões, e há previsão de que no próximo ano, os recursos atingirão 350 milhões.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Com prazer!

O Sr. Teotônio Vilela — Apenas para dar minha modesta colaboração ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>. O nobre colega vem de referir o lucro como elemento, hoje, de pensamento. Seria interessante dizermos, nós do Nordeste, que há um erro fundamental no pensamento maior da República em todos os tempos, ao se colocar todo o problema em termos de lucro, quando a forma dominante em todo o mundo é a Economia. Para ilustrar o discurso de V. Ex<sup>a</sup> relato o que está ocorrendo no meu Estado. Fêz-se agora, o primeiro furo pioneiro de sal-gema. Atingimos, em extensão completa, 85 metros de lençol desse mineral. Uma região que possui sal-gema, potássio, petróleo, tório, gás, e que tem no solo cacau café inclusive enfim todas as culturas essenciais à subsistência do homem; que tem água suficiente porque temos o São Fran-

cisco o Coruripe e tantos outros rios; que tem homens desejosos de trabalhar é uma região que não conhece receio. Receio temos nós do nordeste, do que ora acontece, com essa apoplexia do sul pensando e falando em termos de "lucro" quando devíamos pensar e falar em termos de "economia". Nós não temos o menor receio e temos o futuro, através de nossos filhos. Afirmamos que a grandeza desse País vai retornar aos seus primórdios, ou seja a região norte-nordeste e extremo norte que é onde reside todo o grande potencial do País. O restante está vivendo de bancos, da invasão dos bancos, da invasão dos lucros, da invasão daquilo que outros já fizeram, e hoje fazem modestamente. Então, vamos ficar tranqüilos, e eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>. Não temos receio do futuro. Vamos apenas assegurar que, no presente, não se façam reparos, como se têm feito, no sentido de que esses incentivos até agora levados ao Nordeste — que são apenas uma pequena retribuição às imensas contribuições que temos dado, por outros modos — têm que ser orientados como se fôssemos crianças ou, então, como se fôssemos uma região desorientada e faltosa de liderança. Este, o meu aparte a V. Ex<sup>a</sup> que pretendo engrandecer o seu discurso com a minha modesta experiência e a minha pequena visão das coisas, dos homens e da terra nordestina.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Sr. Senador Teotônio Vilela, os pronunciamentos ocorridos em plenário demonstram que o assunto não está colocado em termos polêmicos. Há, de fato, um denominador comum entre nós, sulistas, nordestinos, nortistas: todos caminhamos de braços dados, e quando os saltamos é para o trabalho profícuo e fecundo.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> aproveitar o embalo dos apertes?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Eu gostaria muito de alongar esta conversa, mas os olhares do Sr. Presidente são uma sugestão como que significando uma ordem terminante de cessação da palavra.

O Sr. Marcello de Alencar — São de tolerância! Mas V. Ex<sup>a</sup> vai-me permitir. V. Ex<sup>a</sup> não foi sincero comigo quando me alertou de que hoje, faria um pronunciamento a respeito de incentivos fiscais. Porque, na realidade, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> não tem o sentido de ferir apenas esse problema tão significativo para a Região que V. Ex<sup>a</sup> representa, e importante para nós, que mantemos uma posição sempre afirmada em termos da nossa preocupação a respeito do problema mais grave brasileiro, situado na área das nossas relações comerciais. V. Ex<sup>a</sup> iniciou o seu discurso, falando como um homem do terceiro mundo, e falando bem. V. Ex<sup>a</sup> situou com rara felicidade a posição hoje predominante no mundo, da divisão dos interesses entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. E no esquema do discurso que elaborou cuidou de trazer também à colação o argumento consistente na necessidade da demolição das velhas estruturas arcaicas, de que o Nordeste é realmente o exemplo mais nítido de sofrimento, em fase dessas estruturas. Para isso V. Ex<sup>a</sup> recorreu, e ocorreu bem à nova posição da Igreja, da chamada Igreja Nova, atraindo a atenção para o fato de que essa organização milenar já hoje não aceita fazer a cortina de fumaça para proteção dos interesses dos privilégios. Também neste ponto estava em irrecusável acerto V. Ex<sup>a</sup>. A obra de ho-diername, da Igreja, é obra que revela a sua tendência de vida perene. V. Ex<sup>a</sup> ainda destacou na apre- ciação dessa conjuntura internacional, intimamente ligada aos interesses do Brasil como país subdesenvolvido que é, o processo de espoliação das nações

desenvolvidas sobre as nações subdesenvolvidas. Trago, na minha colaboração ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, um dado que para mim é da maior significação. Nos últimos quatro anos, os países que compõem o "Clube de Paris", ou seja, todos eles incluídos na área dos países desenvolvidos, tiveram as suas reservas de capital aumentadas em 279%; enquanto que os países da América Latina tiveram estas reservas, no mesmo período, reduzidas a 24%. Esse é um dado que vem dar consistência às arguições de V. Ex<sup>a</sup> em seu discurso também significativo no que diz respeito à deterioração da luta ideológica no mundo. Essa luta ideológica está em decadência, e, hoje, o mundo se desperta em torno da filosofia dos interesses, finalmente, cabe-me, então, ponderar sobre a única ressalva que faço ao discurso. É quando V. Ex<sup>a</sup> argumenta que o atual Governo realiza a prática de uma política capaz de levar o desenvolvimento ao Nordeste. Não vejo como V. Ex<sup>a</sup> possa conciliar o preâmbulo do seu discurso, as premissas, com a conclusão que está tirando. Não me parece que o Governo se engaje na política de V. Ex<sup>a</sup>, à qual faço minha adesão, e não me parece que o Governo possa realmente realizar uma obra em profundidade. Não parece que o mero incentivo fiscal descolado, desligado de uma filosofia integral de Governo, capaz de resistir a essas pressões internacionais, à política do GATT, à política, enfim que os países desenvolvidos nos impõem, para gerar as consequências que V. Ex<sup>a</sup> destaca como obra do Governo. O nosso Governo terá, e até aí terá o nosso apoio, quando se desvincular, e por inteiro, da política que nos está sendo imposta por uma organização internacional que faz parte de um esquema de força que nos pressiona a nós países subdesenvolvidos, para manter, muitas vezes, a sua política guerrreira.

O SR. PRESIDENTE: (Cattete Pinheiro) — Lembro ao nobre orador que o tempo de S. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Vou concluir, Sr. Presidente, ao obstante o desejo de receber aparte, já agora proibidos por S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente, peço que me ajudem a cumprir o Regimento embora para profundo pesar do modesto orador que lhes fala a V. Exas.

Senhor Presidente, quero em ligeiras palavras contraditar meu ilustre colega, Senador Marcello de Alencar. Antes de mais nada não sou do terceiro mundo. Sou partidário de um mundo só.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem!

O SR. PETRONIO PORTELLA — A minha pregação é exatamente esta: não devemos ser do primeiro, do segundo ou do terceiro mundo. Devemos sim pregar uma filosofia em que os homens, os povos e as nações não se degradam na luta de interesses e possam, guiados e orientados pela solidariedade humana, integrar o mundo de concórdia e de paz.

O Sr. Marcello de Alencar — V. Ex<sup>a</sup> está corrigindo a sua tese. V. Ex<sup>a</sup> falou no terceiro mundo.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Talvez minha deficiência intelectual não tenha dado a V. Ex<sup>a</sup> o sentido de unidade que prestei a meu discurso.

Frisar que os incentivos fiscais dirigidos ao Nordeste constituem uma parcela da ação global do Governo Federal que, no plano internacional, lá em Argel defendem intransigentemente a melhoria dos padrões de vendas de nossos produtos. Não é preciso dizer que estamos enfiados nesta ou naquela política. O nosso engajamento há-de ser engajamento aos interesses nacionais.

O Sr. Filinto Müller — Claro.

O SR. PETRONIO PORTELLA — (Reclamando a leitura).

O que o Governo Costa e Silva defende, na palavra do Ministro Albuquerque Lima, é uma política de interesse nacional, que já começa, no plano financeiro, a receber a resposta do Nordeste, através do pagamento do imposto de renda e em termos políticos, com o clima de confiança e otimismo em que vivemos.

O barril de pólvora foi transformado em campo de experiências fecundas, patenteadas em índices de desenvolvimento incontestáveis. Assim, haverá campo para que a justiça social destrua iníqua relações de trabalho.

Ha, e haverá ainda mais o de que participar o trabalhador, em termos de lucros.

E, portanto, uma só política. Quando o Governo Federal defende os produtos primários, em aviltamento constante no mercado internacional, enfatizando a importância do café, cu, ao lado de 77 países, em Argel, pede a revisão da política de fretes, está a exigir novas fórmulas de convívio e comércio internacionais, em que os ricos não se alimentem e prosperem sempre, à custa do empobrecimento constante dos subdesenvolvidos.

Crê, assim, o nosso Governo em que, por sobre as corporações entregues apenas à voracidade dos lucros, há valores maiores a que se têm de, necessariamente, curvar os governos de todas as Nações ricas.

O assistencialismo, dentro mesmas fronteiras, ou além dela, não satisfazem e nem enganam.

Há uma consciência de direitos que corresponde a um dever impostergável de luta, em sua defesa.

Os interesses dos desenvolvidos levam o esquecimento os antagonismos de todos os matizes, para uma frente única de imposição de condições aos fracos, no domínio econômico.

Sem desprezar os valores em que cremos, as tradições que preservamos, o Brasil defende, no Governo Costa e Silva, o de que necessitamos, para que não seja em vão o esforço de soerguimento nacional. Não quer muito, impeça o justo nas relações externas, a fim de que o esforço dos nossos compatriotas não seja para eles a eternização da pobreza enquanto se transforma em lucro crescente de povos industrializados.

Sómente em ambiente solidário em que o lucro haja, mas não afogue tudo mais, é que poderemos alcançar a paz, pelo desenvolvimento.

A mesma ordem de idéia, no plano nacional. O Nordeste não quer a escola que humilha, quer a ajuda que promove o desenvolvimento. Quer receber para restituir, depois, à Nação. Quer integrar-se na economia nacional, deixando de ser fator de intranquilidade, para transformar-se em mercado certo de uma economia, harmoniosamente desenvolvida.

Deseja a colaboração de uma parte do País que, oferecendo melhores condições, teve do todo, da Nação, a precedência para o deflagrar do processo desenvolvimentista.

E o Governo Federal, compreendendo o dever de situar-se no plano que se superpõe ao imediatismo de grupos há de colocar-se a serviço da Nação. Eis uma só política coerente e firme.

No âmbito internacional, longe da suspeição dos alinhamentos que valham como submissão ou subserviência, a defesa dos interesses nacionais, representados por questões comuns a todos os povos subdesenvolvidos.

Assim não estamos a negar a nossa tradição. Queremos, antes, vê-la consolidada, em relações e intercâmbios que não importem em desigualdades e imposições.

Vemos, pois, na afirmação de teses válidas para o comércio internacional e na garantia dos incentivos governamentais, no Nordeste, aspectos

de uma mesma orientação, voltada para os interesses do Brasil.

Essa a política que interessa aos brasileiros. As teses de sentido meramente político não sensibilizam nem comovem a opinião pública, quando há um esforço de afirmação nacional, do qual depende o desenvolvimento, e, através dele, a paz dos brasileiros.

E quando já notáveis se apresentavam os frutos da ação da SUDENE, no Nordeste, o Piauí continuava marginalizado sem os benefícios de um trabalho que devia ser corretivo das disparidades regionais.

Nenhuma prospecção de vulto, a não ser o estudo dos lençóis de águas subterrâneas, sem técnicos, sem poupança, sem infra-estrutura, o Piauí não conheceu, nos primeiros anos da SUDENE, um trabalho sério, que lhe oferecesse perspectiva nova ao impasse de sua economia.

Os recursos dos artigos 34-18 não podiam ser utilizados pois, sem energia em qualquer das cidades, sem rede de abastecimento de água e com sistema de transporte deficiente, não tinha o que oferecer, no grande jogo de concorrência com os demais Estados do Nordeste.

Teresina — a Capital — vivia as escuras, com a usina a vapor produzindo um terço de sua capacidade, o que representava um sexto da demanda — e quando funcionava... — era o que a SUDENE tinha a apresentar, de sua administração, no meu Estado.

A Barragem de Boa Esperança não passava de pequenas verbas, no Orçamento da União, sem possibilidades de realização a médio prazo condenada pela SUDENE, que preferia ignorar todos os outros fatores, considerando, apenas, a falta, na época, de mercado consumidor de uma oferta tão grande de energia. Boa Esperança não apresentava possibilidade de rentabilidade imediata, era um sonho de um Estado pobre — diziam.

Enquanto isso, multiplicavam-se, em todas as direções, as linhas de transmissão de CHESF, levando ao Nordeste a energia e, com ela, os recursos dos arts. 34-18 para a industrialização.

Graças à ação obstinada dos homens públicos do Piauí, à Governador e à Bancada Federal, junto ao Presidente João Goulart, é que foi possível a inclusão da Barragem no Plano Trienal do Governo. Já então publicado, com o que, não houve muito, foi autorizada e criada a COHEBE.

E a obra prosseguiu, cumprindo seus cronogramas. E' que, assumindo o Governo da República um homem ligado ao Estado, Presidente Castello Branco, foi inextinguível na vigilância e na determinação de assegurar todos os recursos à hidrelétrica. Agora, a justiça de um decreto lhe deu o nome certo: Hidrelétrica Castello Branco.

A partir de então a profunda e justificada desconfiança do Piauí na ação da SUDENE cedeu lugar a maior aproximação, através de um entendimento em torno de objetivos comuns.

Mas foi em razão de uma luta difícil, em que se afirmou a vontade férrea dos piauienses de vencer a batalha do desenvolvimento, que a SUDENE passou a considerar o Piauí, sob sua jurisdição e a vê-lo, sem o pessimismo, que provocava em todos nós a mais viva das revoltas.

Mas o Estado não ficou no mobilismo.

E o Governo do Piauí organizou o seu Banco de Desenvolvimento, hoje um dos maiores do Nordeste. Criado para suporte de uma economia agônica, o Banco do Estado não sofreu influências da política partidária. Foi e é um organismo a serviço do Estado.

Criou-se e se implantou a entidade de economia mista AGEPIA — Água e Esgoto do Piauí S. A. — com recursos do Estado, SUDENE (DNOCS) e empréstimos ao BID, que estão sendo

religiosamente pagos. E assim Teresina viu resolvido outro dos seus grandes problemas — o do abastecimento d'água.

Organizaram-se as Centrais Elétricas do Piauí — CEPISA — hoje instituição modelar que, através de um corpo técnico da melhor categoria, prepara, nas principais cidades, as redes de distribuição de energia para Boa Esperança. Os serviços de energia de Teresina foram normalizados, após 10 anos de racionamento.

Os serviços telefônicos, restaurados e ampliados se estendem pelo interior, sendo de fazer-se notar o ambicioso Plano de Telecomunicações do Governo do Estado.

Criou-se o Fundo de Fomento Industrial do Piauí — FORMIP — e já se iniciaram os primeiros trabalhos visando à instalação do Distrito Industrial de Teresina.

Por iniciativa do Governo do Estado que é seu maior acionista, instalou-se o FRIPISA — Frigorífico do Piauí S. A., o melhor empreendimento, no gênero, do Nordeste, o melhor e mais adequado instrumento de aperfeiçoamento e melhoria dos nossos rebanhos, desassistidos e abandonados a uma criação extensiva.

Quando ainda não se fazia presente a ação do Banco de Habitação, no Piauí, o seu Governo construía, com suas frágeis poupanças, casas populares nos subúrbios de Teresina, o que, ao tempo, provocou, da ilustre Presidente Sandra Cavalcanti, expressões do maior entusiasmo pelo pioneirismo, sem paralelo, no País.

Poderíamos ilustrar ainda, nosso esforço com os hospitais e postos médicos construídos, ginásios e colégios edificadas.

Vale todavia seja assinalado o quadro do ensino superior em nosso Estado. Até hoje, só funcionam uma escola superior federal no Piauí. Só recentemente, há menos de quatro anos, o Conselho Federal de Educação reconheceu, em definitivo, a Faculdade de Filosofia, notável iniciativa e esforço da Arquidiocese de Teresina.

Após ingente trabalho de uma equipe de professores que fundaram a Faculdade de Odontologia, esta não logrou aprovação pelo Conselho Federal fazendo-se necessária a encampação, pelo Governo do Estado, já, então, preocupado com a criação da Universidade.

Agora, Sr. Presidente, o Estado luta pela instalação da Faculdade de Medicina, e Faculdade de Enfermagem. O patrimônio da primeira já soma alguns bilhões e todo o trabalho sério e metódico que deve preceder à instalação da Universidade, a começar pelo treinamento de professores tudo tem sido feito às expensas do Governo do pobre Estado do Piauí.

Há dois anos, exatamente, nos dava a honra de sua visita o ilustre Presidente do Conselho Federal de Educação — Professor Deolindo Couto, que não conteve sua admiração ante obra que se realizava silenciosa, mas obstinadamente, no meu Estado, em favor da Universidade. E nos vem dando a força do seu estímulo que nos vale muito para vencer os obstáculos que, não raro, encontramos em nosso caminho.

Dentro em pouco tramitará nesta Casa pedido do Governo do Estado para contrair empréstimo à Alemanha, com o fim de equipar as Cadeiras básicas da Faculdade de Medicina.

Eis um pouco de nosso luta pela Universidade. Ela expressa bem um estado de espírito de um povo, habituado à adversidade, sem a ela entregar-se, antes tentando vencê-la.

Senhor Presidente: Este o Piauí, pobre, mas lutador humilde, mas ativo; justificado e triste diante da dura realidade a enfrentar dia a dia, mas forte, porque cheio de fé no resultado de sua luta heróica.

Muito fácil é dizer que o Piauí é pobre e ilustrar a pobreza com espetáculos de mendicância que lá se apresentam — como em plena Cidade Maravilhosa.

Não escondemos nosso pauperismo. Ele desgraçadamente existe, mas há um esforço hercúleo, visando a destruí-lo as causas.

Há miséria no mundo material, mas há riquezas inesgotáveis no coração dos homens, e essas não se prostram, antes, se agigantam no trabalho e na luta.

Negaram-nos, por tanto tempo, a Universidade, e nós, com um esforço que poucos conhecem, a construímos.

O Governo Helvídio Nunes, através do Conselho de Desenvolvimento, prepara técnicos de todos os níveis para a batalha do Desenvolvimento.

O Governo, pelo Banco do Estado, financia os projetos que darão, de logo, consequências econômicas à energia da Boa Esperança.

As classes produtoras ganham alento e encetam trabalho de mudança de mentalidade, mobilizando-se, em esforço e poupança, para o ingresso na era da industrialização.

Há um otimismo generalizado em todos os setores e uma procura febril de novas fórmulas de trabalho e de iniciativa, visando à criação de uma estrutura que assegure o desenvolvimento.

E um povo que se arregimenta nesse trabalho, lastreado de tantos resultados revolta-se quando o sensacionalismo de certa imprensa explora a pobreza, como um escândalo, como se estivéssemos ainda no tempo de resolver problemas, tocados pelo sentimentalismo.

Não dizem do trabalho profícuo que se desenvolve, e, lamentando o quadro, pintam-no, numa caricatura, como se nada de sério e proveitoso se fizesse vitoriosamente, para melhorá-lo, como se muito já não houvesse a demonstrar que o Piauí se levanta e oferece ao País um exemplo de extraordinária capacidade realizadora.

Todos os Estados do Nordeste se arregimentam num fecundo trabalho de atração das poupanças do Centro-Sul do País, cada um buscando oferecer facilidades e atrativos. Se, até ontem, não tínhamos a infra-estrutura, sem a qual a industrialização de uma região se faz impossível, hoje já podemos oferecê-la; e estamos habilitados a concorrer com os demais Estados. Não nos faltam recursos naturais; temos estradas e energia; temos os principais Serviços Públicos nas cidades do vale, escolas, hospitais abastecimento d'água e estamos empenhados na luta para mostrar ao País a nova imagem do Piauí, deformada por uns, ironizada por outros e, por muitos, desconhecida.

O meu Estado é pobre, mas crê no trabalho que realiza em favor do desenvolvimento.

Sabe, entretanto, que precisa de ajuda. Não tendo recursos materiais, precisa buscá-los junto ao Governo, para as obras públicas indispensáveis, e, no seio das grandes entidades privadas, cuida de obter os recursos dos incentivos fiscais, com o que implantará seu parque industrial.

E' com a autoridade formada na luta, no trabalho intenso, a que não faltou, em meio a todas as adversidades, a fé, é que continuaremos a relutar, a solicitar o que baste ao desenvolvimento econômico e social. A frente desta luta está o Governador Helvídio Nunes.

E, nela, a Universidade tem o seu lugar de precedência.

Podemos afirmar que, dificilmente, se há de encontrar uma região subdesenvolvida que, se majudas, tenha dado tanto ao ensino superior quanto o Piauí.

Compreendemos a impossibilidade do ingresso na era industrial, se não contarmos com um organismo que, sintetizado com a nossa realidade, não



apenas assegure a formação dos técnicos, mas seja também fonte de irradiação de estudos, dos quais resultará uma compreensão segura dos nossos problemas.

Temos perto de nós um exemplo. Difícilmente os cearenses poderão avaliar, em toda sua extensão, a repercussão do trabalho, da ação da Universidade. E se não esteve ao nosso alcance preparar as unidades técnicas de que, dentro em pouco, haveremos de necessitar para a construção do nosso futuro, que o Governo Federal aproveite o esforço realizado e nos dê a Universidade. Ela será, com as poucas unidades, o embrião do qual surgirão os demais organismos que as necessidades impuseram.

Contamos com o Governo Federal. A palavra do Presidente Costa e Silva é a segurança maior de que venceremos já as dificuldades burocráticas. E, no mesmo sentido, temos, também, o pronunciamento do Ilustre Ministro Tarso Dutra.

Há pouco esteve em Teresina a nobre comitiva do Governador do Piauí, o Diretor Epifânio de Campos, que disse do seu entusiasmo com o já feito pelo Estado, em favor da Universidade.

E a Comissão de Verificação, examinando, *in loco*, as condições locais, favoravelmente ao nosso pleito.

Cabe, agora, o exame técnico do Conselho Federal, que, pelos dados e fatos, compreenderá, por certo, a importância do muito que se tem feito, junto, construído, pelo ideal de ter a Universidade. E uma sociedade pobre e desajudada que oferece um patrimônio, que se é grande no plano material, avulta ainda mais no esforço de aprimoramento de quanto, foram recrutados para as tarefas, desistidas.

Creio em que perto está a vitória. O Conselho Federal, presidido por um insigne Mestre — Deolindo Couto, dará sua palavra indispensável.

E nos cabe dizer que continuaremos no trabalho silencioso e persistente junto ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Educação, até o dia em que a lei disser que o Governo Federal recebe o que é seu: o ensino superior no Piauí.

Nosso Estado pede pouco. Pede que a União encampe que ele não podia normalmente fazer, se não fora o impeto criador que lhe revolucionou a vida.

No setor de estradas, impõe-se a obtenção de recursos para a construção em ritmo acelerado, da BR-316 — Teresina-Picos, já delegada em parte ao 2º B.E.C.

Essa estrada tem prioridade número um para a economia piauiense e, ligada à 403, dará solução a nossa comunicação com o Nordeste e o Sul do País.

Apesar de já incluída no Plano Prioritário da SUDENE e, agora, do DNER, precisará de vultosos recursos para que possa ser construída dentro de 3 a 4 anos.

Tentamos obter, há dois anos, empréstimo internacional. Não logramos êxito, mas, nem por isso, devemos desistirmos do intento de construí-la o mais cedo possível. Que a SUDENE, hoje tão sensível aos problemas do nosso Estado, estude o assunto, fazendo-a incluir entre os próximos financiamentos a serem negociados.

Outro problema que há muito vem arrastando, sem um equacionamento adequado e fora dos esquemas prioritários do Governo Federal, é o Porto de Luiz Correia. Não se pode levar avante um plano sério de desenvolvimento do Estado sem que se considere o Porto, como assunto de importância inegável.

Não valerá o argumento de que o principal não se encontra no Piauí. Parnaíba, já objeto de contrato. Esse não pesou ao ser concedido, com justiça, o porto de Itaqui, no Maranhão.

E não é justo que para a mesma região e no momento em que os dois Estados se mobilizam para assegurar

mercado para Bca Esperança, criemos diversos se adotem, relegando-se, um pleito que muito significa e vale para a economia do Piauí.

E essa importância não nasce do nosso justificado propósito de desenvolver o que julgamos do nosso dever, mas de conclusões abalizadas do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, para fixar as diretrizes para o aproveitamento integrado do Vale do Parnaíba, trabalho de fevereiro deste ano.

No mesmo sentido, pronunciaram-se a SUDENE Grupo da Universidade do Ceará e COHEBE — em alentado estudo de três volumes, há poucos dias publicado: "Diagnóstico Socio-Econômico da Zona de Influência da Bca Esperança".

E a palavra, portanto, do Governo Federal que aponta, entre as medidas a serem tomadas a construção do Porto de Luiz Correia.

Amplas perspectivas abrem-se para todo o Estado, notadamente para o norte e a zona mais desenvolvida onde se encontram as principais indústrias, em nome da SUDENE.

Parnaíba, a Capital da Zona, com mais de 70 mil habitantes, foi a cidade onde melhor se afirmou no Nordeste o espírito pioneiro do nosso povo, quer no tocante ao movimento comercial e à criação de um embrião industrial quer na construção de um centro urbano de considerável importância.

Ganhará impulso e não falta dúvida em afirmar, oferecidas as condições mínimas, a cidade constituirá uma das alianças do desenvolvimento do Estado.

Habituado ao trabalho pioneiro, a iniciativa privada foi convida pela falta de estímulo dos governos. Com um serviço de abastecimento de água, em construção que, inevitavelmente, se arrasta há dois anos, pretendemos eliminar Parnaíba da primeira etapa da Hidrelétrica da Bca Esperança.

Gracias à ação pronta do Governador Helvídio Nunes, em defesa da região, que contou com o necessário e decisivo apoio do Superintendente da SUDENE, General Euler, Parnaíba terá energia em 1969.

Enquanto nos restar forças, haveremos de lutar no sentido de que não falem os recursos para que as linhas de transmissão cheguem à nossa principal cidade.

O Piauí não pode faltar àquela região, certo de que à frente Parnaíba, saberá ela retribuir tudo que receber do Estado e da Nação.

Ao lado da energia, impõe-se a construção do porto, recomendada pelos órgãos técnicos do Governo Federal que estudaram a região. Lutaremos por que sejam incluídos os recursos no Orçamento Plurianual a ser enviado ao Congresso, no próximo mês de março, bem como ao asfaltamento da BR-343, de Piripiri a Buriti dos Lopes.

O Porto de Luiz Correia faz parte do conjunto de medidas que se ligam e interdependem sem as quais dificilmente ganharemos o tempo perdido, integrando-nos no concerto desenvolvimentista do Nordeste, frustrando, assim, as esperanças de um povo que acredita na ação do Governo Federal.

No setor agropecuário, dois acontecimentos, de maior relevância poderão constituir impacto forte capaz de revolucionar-lhe as estruturas e assegurar ao setor primário, antes entregue aos meios de produção os mais rudimentares, perspectivas de melhor rentabilidade.

O Frigorífico do Piauí S. A. encará medidas de proteção e melhoria do gado — principalmente bovino — desenvolverá uma economia, até agora, em completo abandono.

Impõe-se, então, um trabalho de entrosamento entre os estabelecimentos de crédito, o Conselho do Desenvolvimento do Estado e a SUDENE a fim

de que, da criação extensiva, para as cidades para a criação de empresas rurais.

Além do FRIPISA, fator condicionante da produção, pelo auspicioso apoio do Conselho DBOCS, em convênio com o Governo de Israel, parte para um trabalho de irrigação de grande área, aproveitando pegos artesianos. E particularmente feliz, Senhor Presidente, que acompanhamos este trabalho.

Iniciou-se quando chegávamos à frente do Governo do Estado. O Convênio para perfuração de poços era entre a SUDENE e Israel. Ouvimos, na época, de jovens técnicos brasileiros debates de indignação entre a indiferença de setores da SUDENE, não animados em dar consequências ao manancial água a jorrar.

Indignamente lutamos para que a SUDENE iniciasse a experiência agrícola que, na opinião dos técnicos de Israel, deveria dar os resultados mais abastecedores.

Na, a SUDENE tinha abrir nova frente, no setor agrícola, já marcado por outros. Agora, a ação do DBOCS ganha força e, sob o maior estímulo, o Piauí vai dar ampla utilização ao manancial água a jorrar.

Isso não será dizer o muito que — temos certeza — resultará do trabalho do DBOCS.

A agricultura do Piauí buscará nele as inspirações, os exemplos e a ajuda técnica para renovar-se. Novos tipos de cultura nascerão, adaptados às condições ecológicas locais, e diversificada teremos a produção agrícola.

O Governo Federal marca, assim, em termos positivos, sua presença no Piauí.

Antes, não implantou sequer uma estação experimental nos solos representativos da área. Dêla lembrou-se o IBRA para aplicar a lei de taxação, como se o Paraná e São Paulo fossem iguais ao Piauí, levando o pânico à zona rural, agravando a miséria de uma economia de subsistência.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, como vimos, há dois Nordeste. O Nordeste que, já há alguns anos, se industrializa e progride, e um outro que, até há pouco, estava marginalizado, sem os instrumentos que abrem caminho ao desenvolvimento.

Há o Nordeste que cresce mais que o restante do País, mas há regiões a que não foram dadas as mesmas oportunidades de progresso e desenvolvimento.

As disparidades ainda não desapareceram, e o Piauí apresenta uma renda per-capita que representa 62% da do Nordeste e 38% da renda do País.

Hoje, quando o problema do subdesenvolvimento é visualizado, sob novas perspectivas, e o País toma a consciência da defesa dos seus direitos, no campo das relações internacionais, resistindo às pressões dos fortes, é hora de dar continuidade à política do Presidente Costa e Silva, de defesa intrínseca da economia do Nordeste, que há de devolver à Nação o que dela recebeu de estímulo à sua economia.

E, dentro do Nordeste, um povo se organiza e luta, na certeza de que terá o que já foi concedido aos outros Estados da Região.

Para tanto, tem um Governador sintonizado com o povo, entregue à política do desenvolvimento — Helvídio Nunes.

Seu trabalho silencioso abre novos horizontes à vida do Estado e condicionar, com certeza, a escolha dos futuros governantes, a fim de que não desfaleça a luta.

O Piauí se renova em todos os setores. E trabalhando e lutando, haveremos de dar as novas gerações muito mais do que recebemos, em legado.

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Carvalho Pinto na sessão de 27 de novembro de 1967, que seria publicado posteriormente.

#### O SR. CARVALEO PINTO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ainda na poucos meses, detendo-me nesta tribuna na análise da política econômica-financeira do País, ao lutar a seriedade e a espírito objetivo com que a remuneração do trabalho passara a ser considerada pela família, tinha eu oportunidade de ponderar a delicadeza das questões salariais num país subdesenvolvido, sobretudo quando o processo de elevação monetária atingira fase galopante e extenuada se encontrava a capacidade de resistência do operariado. Resumindo, então, — com a correlência natural da orientação da política, da lealdade e de regularidade com que o governo viria enfrentando o problema — a oportunidade de colocar a reposição da política salarial, dentro dos princípios por ela originariamente adotados. E observava que, da mesma forma, na política cambial para atender a problemas de nossas relações exteriores fora conscientemente adotado o êxito inflacionário decorrente da maior aquisição de divisas; da mesma forma pela qual, na política creditícia — e poder-se-ia acrescentar também na fiscal e na habitacional — foram admitidos, por vezes, transigências, para que se evitassem inconvenientes econômicos ou financeiros, não se poderia agora, se outra alternativa não restasse, deixar de suportar na política salarial, o êxito de algumas adaptações práticas reclamadas, tanto por imposição de justiça, como, no interesse da nossa normalização econômica, em obediência aos próprios princípios do Plano de Ação Econômica do Governo (1).

#### RELEVÂNCIA DA MATÉRIA

2. — O problema, envolve valores fundamentais da nossa civilização — pois diz respeito à dignidade do trabalho, à justa distribuição do seu produto e à própria subsistência da criatura humana — não podendo, portanto, permitir o alheamento, a complacência ou o desinteresse de quem quer que seja, e, muito menos, daqueles que, investidos dos deveres de representação, são co-responsáveis diretos pela condução dos negócios sociais e econômicos do País.

Por isso mesmo, sem embargo da desvalia da minha contribuição, não me furto, neste instante, ao dever de trazê-la à esclarecida apreciação de meus pares e das superiores autoridades do País. Não o faço sem antes ter procurado levar pessoalmente àquelas autoridades o testemunho das minhas apreensões e o subsídios dos meus modestos alvites, no empenho de não faltar com a colaboração devida aos esforços do governo na sua luta, com dignidade e patriotismo, pela normalização econômica do País e que ainda há pouco, em Belo Horizonte, exatamente a propósito do assunto que ora nos ocupa, declarava pela palavra de seu eminente Chefe, estar "considerando com atenção as diversas sugestões de aperfeiçoamento da política salarial, tendo em vista suas implicações na política de desenvolvimento e no controle da inflação" (2).

#### ORIENTAÇÃO ACERTADA

3. — Posta a questão nestes termos altos e propícios a um tratamento construtivo, aprez-me ressaltar, antes de mais nada, a acertada orientação do governo revolucionário, ao inserir a política salarial como capítulo indissociável da própria política econômica da Nação.

Tendo lutado, no Ministério da Fazenda, pela organicidade das medidas salariais e promovido, nesse sentido, a criação do Conselho Nacional de Política Salarial não poderia deixar de aplaudir a orientação que, negando ao salário um interesse exclusivo às relações entre capital e trabalho, passa a concebê-lo como fator dinâmico de todo o processo econômico (3).

De fato, recomenda o Programa de Ação Econômica do Governo para 1964 — 1966:

*“A adoção de uma política ajustada aos objetivos do programa desinflationário e consentâneo com o esforço de poupança necessária para acelerar o crescimento do produto” (4).*

Procurava-se, dessa forma, subtrair matéria de inegável complexidade e intimamente ligada aos direitos fundamentais do homem, ao terreno traçador da especulação sentimental e das explorações políticas, onde as soluções, originariamente sedutoras, se revelavam, com freqüência, contraproducentes e lesivas aos próprios interesses coletivos a que se destinavam. Não foi pequeno, de fato, o preço pago pelo povo brasileiro pela falta da técnica e objetividade a que, por vezes, se sujeitou o encaminhamento de problema de profundo sentido social e econômico. E os próprios assalariados — através de amarga experiência pessoal — verificaram que os aumentos desordenados geralmente importavam na propulsão do processo inflacionário, vantajoso, sem dúvida, aos especuladores e aos favorecidos, mas terrivelmente asfixiante para aqueles cuja subsistência depende do salário.

Pode-se, é certo, discordar da política salarial vigente ou apontar erros e falhas na sua execução, como, com lealdade, chega a reconhecer o emittente e digno titular da pasta do Trabalho. Mas indiscutivelmente essa política hoje se enquadra numa formulação global, vinculada à orientação da política econômica e onde, fora de pressões demagógicas e critérios casuísticos, se erigem objetivamente, regras fundadas no custo de vida, na projeção inflacionária e no incremento da produtividade. São, aliás, de órgão absolutamente insuspeito e justificadamente conceituado o “Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos”, estas observações: “Na verdade, pode ser dito: foi a primeira vez que se tomou no Brasil iniciativa no sentido de instituir política salarial sistematizada e entrosada na política econômica, tendo sido elaborada sob a égide do Ministério do Planejamento” (5).

Cabe-nos, portanto, neste momento, diante de apreciáveis conquistas, ao lado de imperfeições plenamente reparáveis, procurar a correção dessas falhas ou ajustar criteriosamente a execução da política adotada às novas realidades econômicas, sem a primária ou suspeita intenção de apenas destruí-la, a pretexto de deficiências que podem e devem ser regularmente enfrentadas e superadas.

#### EVOLUÇÃO DO REGIME SALARIAL

4 — Para melhor compreensão da nossa situação salarial justificável se torna breve retrospecto histórico.

É reduzida a experiência da disputa salarial no Brasil. Há menos de um século estávamos ainda sob o regime de trabalho escravo, resumindo-se a remuneração direta a pequenos núcleos urbanos, onde predominava o artesão, com inexistência prática do operário, tal como é hoje concebido. A fórmula clássica da contratação irrestrita, consagrada pelo Código Civil, entregava o salário, pelo menos teoricamente, ao livre jogo do mercado. Mas enquanto no campo, as restrições legais ao aliciamento do trabalho, agrícola (6) reduziam sensivelmente a mobilidade do trabalha-

dor, nas cidades, a limitação das atividades produtivas mutilava fundamentalmente a possibilidade das conquistas salariais. Basta lembrar-se: ao findar o Império, numa população de 14 milhões de habitantes, calculava-se em 60 mil o número de operários industriais; em 1920 já ascendia esse número a 50 mil, muito pouco ainda, para uma população de 30 milhões de almas. E o resultado dessas deficiências e limitações de mercado viria explicita: o sentido já então depressivo das condições de vida do operário industrial, conforme evidência Roberto Simonsen (7), ao mostrar, com base no índice 100 em 1914, evolução, já no ano seguinte, de 163 para o custo de vida e apenas 143 para o salário, ou, no ano de 1920, de 236 para o custo de vida e apenas 211 para o salário, numa época em que o trabalho fabril, sem férias obrigatórias nem outras vantagens, atingia a cerca de 11 horas diárias (8). Os conflitos trabalhistas então suscitados, notadamente no final da grande guerra, não poderiam naturalmente encontrar condições favoráveis a um alargamento do poder de barganha dos trabalhadores. Foi só mais tarde, a partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho e edição de leis organizadoras do mercado de mão-de-obra, da Justiça do Trabalho, do salário-mínimo (em 1940), do sindicalismo sob controle do Estado e da contenção artificial de preços, se caracterizou regime de mais efetiva presença do Estado nas competições entre o capital e o trabalho. Segue-se, de 1945 a 1964, período de longa disputa entre empregadores e empregados, dentro embora das limitações herdadas da fase anterior. E, afinal, com a revolução de 1964, reassume o Estado posição de ativa participação na solução dos problemas salariais, através de legislação disciplinadora dos conflitos, atenta à evolução econômica do País e outorgante de amplos poderes oficiais de orientação e decisão.

Premido por dificuldades de toda espécie, enfrentando o desafio de um violento processo inflacionário que lhe não abria muitas alternativas e com as responsabilidades de consolidação de nova ordem política, enfrentou o governo revolucionário a questão salarial dentro das perspectivas mais amplas ditadas pela problemática nacional. O salário passa a ser conceituado como um dos elementos fundamentais da política econômica, e sendo irreversíveis os seus efeitos diretos sobre os custos e a demanda, deixa de ser livremente negociado, para submeter-se a um dirigismo estatal de que participam, dominantemente, as autoridades financeiras.

O Sr. José Ermirio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Pois não, com prazer.

O Sr. José Ermirio — A justiça salarial é uma verdade que se impõe. Vejamos os últimos dois anos: enquanto o custo de vida subiu 52%, em 1966, os salários subiram apenas 80%. Em 1967, o custo de vida atingiu a 30% e o salário está na base de 20%, ou 25%. Portanto, tomando-se por base os dois últimos anos, verifica-se a situação em que vive não só o operário nacional, como todo o servidor do País. Querida citar o exemplo de países onde existe certo equilíbrio, como os Estados Unidos, em que, nos últimos cinco anos, houve um aumento do custo de vida da ordem de 3,2%, porém os salários subiram 3,5%. O mesmo ocorreu com o México durante os últimos anos: houve um aumento de custo de vida de 2%, ao ano, e a poupança nacional é de 15%. Num discurso que proferi, há alguns meses, disse que, tirando a parte correspondente à habitação, ao aluguel e a energia elétrica — ficaria para transporte, medicamentos, calçados e vestuários apenas 20% do salário. Veja V. Exa. a situação em

que se encontram o operariado nacional e os servidores deste País. Não possuem os recursos mínimos para atender suas necessidades. Assim, o Brasil, que teve uma melhoria entre a situação agrícola e a situação industrial, que não sei se vai a 6% este ano, já está em condições de premiar o trabalho e de fazer, também, uma justificativa melhor de como pagar o trabalhador brasileiro o trabalho o trabalhador brasileiro. Ao mesmo tempo devíamos premiar o trabalho eficiente dos seus colaboradores. São estas as considerações que trago ao magnífico discurso de V. Exa. sobre salários nacionais.

O Sr. CARVALHO PINTO — Agradeço a fundamentada colaboração que V. Exa. traz à análise desta matéria. Suas observações realçam a magnitude do problema e a necessidade de o enfrentarmos com decisão firme e patriótica.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Incontestavelmente, nós aqui do Senado colocamos, numa atitude bem significativa, os problemas econômicos e financeiros do País, acima das nossas divergências partidárias. Vossa Excelência está produzindo mais um dos seus brilhantes discursos, notável.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ... pela sua estruturação pela sua profundidade, pelo seu pensamento ideológico, pela segurança dos argumentos e, sobretudo, partindo como parte de um homem da experiência, da inteligência e da respeitabilidade de V. Exa. O problema salarial, sobre Senador Carvalho Pinto, é dos mais complexos deste País, a meu ver, dada a influência de várias circunstâncias que atuam nesse ângulo da economia nacional, incontestavelmente a realidade brasileira é esta: a fome está campeando, o operário está percebendo menos do que o necessário para manter uma vida digna para si e sua família. Esta a verdade irrefutável: a fome e a insuficiência salarial. Mas devemos compreender que esse fenômeno, esse fato está ligado a outros fatores complexos. Não é apenas o aumento do salário que vem resolver um problema dessa magnitude, porque vimos, em governos anteriores, ao aumento constante de salários e, em consequência desses aumentos constantes de salários, os constantes aumentos do custo de vida. Era sempre a repetição: aumento de salário e aumento do custo de vida. Observamos mesmo, no próprio Governo do meu eminente amigo e Chefe do Partido Trabalhista Brasileiro, Dr. João Goulart, que bastava falar em aumento de salários e somente este fator de ordem psicológica determinava o primeiro aumento do custo de vida. Quando vinha, na verdade, o aumento salarial, o custo de vida já estava em altitude muito maior do que aquele que primitivamente estava causando o desequilíbrio. Era uma verdadeira petição de princípios. O Governo tem necessidade de olhar a classe trabalhadora, erradicar a fome que está no seio das classes pobres, mas precisa tomar, ao mesmo tempo, medidas eficazes, no sentido de evitar aquilo que já ocorreu em governos anteriores. Ora é o proprietário, o patrão que ganha demais e não quer pagar ao operário aquilo que lhe é devido. A medida que sobre o salário o industrial, o comerciante, enfim, todos os homens de negócios aumentam o valor de seus produtos expostos ao consumo, uns por ambição e outros por necessidade decorrente do preço da mão-de-obra do aumento de salário. Vê V. Exa. que é um problema que, na verdade, deve ocupar a atenção de todos os técnicos no

assunto. Falo como leigo, apenas olhando a realidade nacional. V. Exa. é um técnico, economista, financista e, ao lado dos outros que montam, aqui no Senado, ajude a salvar a Nação e a resolver problema de milhões de brasileiros que passam fome num país que se diz civilizado, posto que subdesenvolvido como é o Brasil. Perdoe-me V. Exa. a extensão do aparte.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço as expressões extremamente generosas com que V. Exa. me distingue e aprecio, neste instante, registrar, uma vez mais a colaboração sempre nobre, impessoal e construtiva com que V. Exa. vem enriquecer o estudo dessa matéria, assinalando, sobretudo, a complexidade de um problema que não pode ser examinado apenas sob o ângulo do poder aquisitivo do assalariado, porque tem evidentes implicações econômicas igualmente merecedoras da nossa melhor atenção.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com satisfação.

O Sr. Arthur Virgílio — Os laços do Senado registram aparte meu dado a discurso do eminente Senador Mém de Sá, no qual eu aplaudia a orientação dada por V. Exa. em negócios econômicos e financeiros do País, quando Ministro da Fazenda. E aquelas que privam comigo e que me têm ouvido fazer a análise do Governo deposto em abril de 1964, tem incontáveis vezes ouvido que entre outros erros que considero que aquele Governo praticou está o de ter permitido a criação de condições que determinaram a saída de V. Exa. do Ministério da Fazenda, uma vez que V. Exa. era o elo mais direto e autêntico que aquele Governo tinha com o empresariado nacional. Veja V. Exa., portanto, o conceito em que eu o tinha e a justiça que faço aos seus dotes intelectuais e conhecimentos de estadista e de homem público que já tem um nome admirado em todo este país. Então, V. Exa. não tome este meu aparte como qualquer restrição à tese que possa estar defendendo, mas como uma discordância, que considero normal e natural, entre homens que pensam e sentem e procuram expressar com sinceridade aquilo que pensam e sentem. V. Exa., como técnico, sabe melhor do que eu, que sou apenas curioso, que a política que este Governo está executando, é a política do Fundo Monetário Internacional, a política monetarista que faz desabar sobre os ombros do assalariado brasileiro, em geral, sobre os funcionários e operários, o peso das medidas antinflationárias. Daí essa realidade que acaba de ser citada pelo Senador Argemiro de Figueiredo, essa realidade que vemos no país e que é a fome em milhões de lares brasileiros que estão suportando o peso de uma política econômico-financeira já comprovadamente errada, já comprovadamente falha, já comprovadamente fracassada. É política que não deu resultado nenhum em país algum onde tenha sido aplicada até hoje e que, teimosamente, se quer aplicar em nosso país. Veja V. Exa. que três medidas efetivas foram realmente tomadas, visando a contenção inflacionária: primeiro, o congelamento salarial; segundo, a contenção do déficit orçamentário, muitas vezes impedindo a continuidade ou o início de obras reprodutivas que iriam determinar benefícios futuros, embora inflacionários; e terceiro, a contenção de crédito já amenizada. Nenhuma outra medida, a não ser essas três, foi adotada visando a contenção inflacionária. Vê V. Exa., portanto, que foi apenas uma política monetarista a executada pelo Gover-

no até hoje, política que está desabando, como disse, danosamente, terrivelmente, sobre aqueles que vivem de salários e vencimentos.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço, nobre Senador, as palavras bondosas com que a mim se referiu neste instante. Quero servir-me da oportunidade para agradecer também as palavras generosamente proferidas por V. Exa. no instante em que eu deixava o Ministério da Fazenda; e que muito me desvaneceram.

V. Exa. fez considerações mais extensas a respeito da matéria que me traz à tribuna, envolvendo capítulos referentes à própria política econômica, cuja discussão, se a fôssemos fazer agora, nos poderia desviar do roteiro indispensável à exposição, tornando tempo transbordando das nossas disponibilidades. Mas no tocante ao problema salarial, suas observações estão em parte contidas nas observações que estou desenvolvendo, tendo mesmo a impressão de que mais adiante encontrarão considerações mais específicas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exa. vai me perdoar porque a sua autoridade política — e mais do que a autoridade política — a sua autoridade moral, de homem que passou por vários postos na administração pública deste País, praticamente faria com que todos nós o ouvissemos. Mas justamente por essa condição é que V. Exa. está vendo o interesse que desperta, em todo o plenário, a tese de V. Exa. que já conheço. Estou solidário com ela em gênero, número e caso. Mas, já que V. Exa. falou no Ministério da Fazenda, quero dar um testemunho ao Senador e ao Brasil: pouco antes de V. Exa. deixar o Ministério, eu estive no seu gabinete. V. Exa. ainda não me conhecia bem, mas eu conhecia bem V. Exa., pela projeção de seu nome em todo o território nacional. Falava-se na subdivisão do Ministério da Fazenda. E V. Exa. disse, diante de líderes sindicais do Estado do Rio de Janeiro, que, se isso fosse feito, não ficaria um minuto sequer à testa da pasta mais importante deste País. Quero dizer isto porque é verdade. V. Exa. se conduziu com patriotismo impecável e o meu aparte é para dizer que no momento em que V. Exa. sentiu que sua política não estava sendo seguida abandonou o Ministério, e que se V. Exa. tivesse sido ouvido, muitos dos nossos males econômicos e financeiros não estariam tendo a repercussão que têm hoje. Permita V. Exa. que este aparte se transforme numa homenagem ao grande ministro, ao digno representante do Estado de São Paulo, cuja conduta foi julgada, porque a terra bandeirante o mandou para cá com uma votação espetacular. E, quando se tiver que fazer a história, V. Exa. vai me permitir que eu dê maior dimensão ao aparte que estou dando neste instante, pois foi V. Exa. quem reagiu contra a anarquia salarial, porque queria um salário real, um salário verdadeiro, em que a política não interferisse e, paralelamente ao custo de vida, desse ao trabalhador o que ele necessita para a manutenção de sua família.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado, Senador Vasconcelos Torres pelo seu aparte e pelo insuspeito testemunho que traz acerca da posição por mim tomada no Ministério da Fazenda. Só mesmo a generosidade de V. Exa. poderia qualificar como mérito meu o que, no desempenho daquela minha atribuição, correspondeu apenas a um estrito e rigoroso cumprimento do dever. Apraz-me tudo verificar que

homens como V. Exa., que bem de perto acompanharam os acontecimentos, compreenderam a minha atitude de isenção de ânimo, independência e respeito à dignidade da função pública.

Sua fixação não pode abstrair de sua representação à comunidade da economia nacional" (art. 2º, "a" da Lei nº 4.725, de 13.7.65) e os dados sobre que se assenta, são de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional, do Ministério do Planejamento (em substituição ao Conselho Nacional de Economia) e, ainda, da Presidência da República (9).

5. Não obstante esses rigores administrativos e econômicos, reafirma a política salarial a todo instante, no texto de seus diplomas e na manifestação de seus responsáveis, o pensamento de manter a participação dos assalariados no produto nacional. E o que consta, por exemplo do "Plano de Ação Econômica do Governo, de 1964-1965" (10). E o que declara circular de junho de 1964, do Gabinete Civil da Presidência da República, aprovatória do Relatório Inter-ministerial, e onde se traçavam as normas de política salarial do novo governo, objetivando "principalmente a ajustar-se a contenção da inflação e conservar a participação da remuneração do trabalho no produto nacional" (11). E o que consagram ainda as recentes "Diretrizes de Governo" — "Visando a assegurar o bem-estar do trabalhador, sem prejuízo de luta contra a inflação, os assalariados terão garantida a sua participação justa nos resultados do desenvolvimento econômico. A política salarial norteia-se pelo princípio de que a remuneração global do trabalho deverá crescer, em termos reais, na medida do crescimento da renda nacional" (12).

#### ATUAL SISTEMÁTICA

6. No desenvolvimento da nova política promulgaram-se as Leis números 4.725 e 4.933, ambas de 1965, e os Decretos-leis ns. 15 e 17, de 1966, face aos quais, em resumo, se estabeleceu a seguinte sistemática:

1º) o reajustamento tem por base a média aritmética dos salários reais dos últimos 24 meses, obtida pela aplicação de índices oficiais aprovados mensalmente sobre o salário vigente em cada um desses meses;

2º) ao salário real médio assim obtido se soma o chamado resíduo inflacionário, que corresponde à metade da taxa de inflação prevista pelo Conselho Monetário Nacional para os 12 meses subsequentes;

3º) esse valor é ainda acrescido de um percentual relativo ao aumento de produtividade nacional e, finalmente, de percentual concernente à perda do poder aquisitivo médio real ocorrida entre a instauração e o julgamento do distrito.

Estabelece-se, como se vê, processo objetivo para a recomposição salarial e atenta não só ao custo de vida e à depreciação monetária, como ainda ao incremento de produtividade e à projeção inflacionária para o período de vigência do salário.

Resta saber, apenas, se a fórmula abriga critérios eficientes e fiéis à política salarial enunciada e se os dados em que se apoia têm correspondência à realidade econômica, pois, de outra forma, poderia se transformar num instrumento subversivo da própria orientação oficial.

7. — A apuração do valor médio atualizado dos últimos 24 meses merece desde logo alguns reparos. Tive o sistema como objetivo evitar o tradicional critério de cômputo exclusivo do aumento do custo de vida, sob o fundamento de que qualquer data-base para avaliação dessa elevação, seria arbitrária e conducente a distorções (13).

Entretanto, como os reajustes salariais, nesse período, não cobriam a

progressão inflacionária, na verdade o critério do valor médio, desde logo se viajava, pelas distorções decorrentes da perda de substância econômica do salário.

Por outro lado, o estabelecimento de coeficiente único para todo o País não se harmoniza com nossas realidades, bastando citar apenas, como exemplo nesse sentido, o próprio Estado de São Paulo, onde a elevação do custo de vida no último biênio foi de 85,5% contra 78,7% na Guanabara, ou seja, com diferença para mais, de 8,61%.

8. — Já no tocante ao chamado resíduo inflacionário o mais complexo e inseguro se torna o cálculo. De fato, e impraticável previsão exata do curso inflacionário em 12 meses; e assim como estimativa pessimista onera desnecessariamente o custo de produção e se converte num estímulo psicológico ao agravamento da inflação, prognóstico otimista dos preços pode constituir injusto instrumento de mutação salarial, gerando também, pela redução do poder aquisitivo e consequente ociosidade econômica, uma nova inflação, tipicamente de custos.

E diante dessas dificuldades, provocadas pelo sistema, acaba o Governo sendo levado, sob a natural inspiração da prudência e do ânimo antiflacionário, ao erro das fixações insuficientes e redutivas do poder de compra do salário.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Exa. está realmente enfrentando o problema com a responsabilidade de ex-Ministro da Fazenda e homem público dos mais eminentes do País.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Exa. focaliza, agora, o problema da composição do salário, conforme a orientação do Conselho Nacional de Política Salarial. Vê V. Exa. que a política salarial adotada no Governo atual, contraria diametralmente a orientação anterior. Fazendo-se o contraste com a política anterior, seguida em processos de dissídio coletivo de trabalho, o saldo é certamente favorável à primeira posição. Isto é quando as decisões eram consentes as determinações da Justiça do Trabalho. Atualmente, não, de vez que o Governo Costa e Silva tirou praticamente a autonomia da Justiça do Trabalho. Esta é um simples referendo, em matéria de processo de dissídio coletivo, e a política salarial governamental não pode fugir daqueles cálculos rígidos, estritos, fixados, mas a nós, pelo Conselho Nacional de Política Salarial. Antigamente, não. Quando se processava um pedido de aumento de salário, caso o processo não fosse terminado amigavelmente entre as partes, de vez que a conciliação é o objetivo máximo em processo de qualquer natureza — individual ou coletivo — a Justiça do Trabalho examinava cada caso de per si e dava seu veredito, que era, então, acatado pela empresa. E muitas vezes a Justiça do Trabalho, inclusive, absolvía empresas que previam seu déficit, evidenciando a impossibilidade de pagamento. A Justiça do Trabalho absolvía essas empresas de qualquer reajustamento salarial. Agora, não. A situação é diversa. A Justiça do Trabalho perdeu sua autonomia e é obrigada a aplicar aqueles cálculos que são levantados pelo Governo. Nos sindicatos, por uma ironia que não compreendemos os seus sindicalizados são obrigados a votar nas eleições sindicais e perderam o grande instrumento de preservação salarial, qual seja, a questionabilidade dos aumentos de salário. Na atual sistemática do Direito Sindical brasileiro, as convenções coletivas de

trabalho desapareceram, não têm mais sua razão de ser, porque, se o sindicato pretende fazer um acordo com a empresa, e esta, espontaneamente, garante, determinando aumento salarial, esse aumento é anulado pela Justiça do Trabalho em razão da interferência do próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em matéria salarial. Portanto, está de parabéns V. Exa. quando pretende, nessa matéria, fazer prevalecer o antigo sistema que sempre, neste aspecto, era vitorioso na Justiça do Trabalho e o que mais atendia à população brasileira.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado pela valiosa colaboração trazida por V. Exa.

Prosseguindo, assinalava eu o erro das fixações insuficientes e redutivas do poder aquisitivo. E lembro, nesse instante, (Lendo) que bastante expressivo a esse respeito é o nosso exemplo recente, quando a fixação antecipada, do resíduo para 1966 não chegou sequer a 25% de inflação efetiva e para o ano corrente provavelmente não irá além de 50% da taxa de inflação esperada.

Ora, as deficiências decorrentes desse irrealismo de dados, não só sacrificam os salários do exercício, como se projetam acumuladamente nos reajustamentos subsequentes, fundados que foram em média já falsada pela insuficiência de parcelas constitutivas.

9. — As observações anteriores não infirmam, a meu ver, a validade do sistema, pois o desvio dos seus resultados decorre menos da estrutura que de erros de formulação e execução, ambos perfeitamente sanáveis ou corrigíveis. Exame mais atento ao custo de vida do operário, uma fixação mais realista e regionalizada dos coeficientes de correção monetária, e a introdução de um mecanismo de rápida e periódica revisão da taxa de resíduo inflacionário — são algumas das providências capazes de reabilitar inteiramente o processo. Mas, adotadas agora elas apenas operariam para o futuro. E o passado? E as insuficiências já acumuladas nos salários sobre os quais se iria basear o processo retificado, — como as poderíamos corrigir?

Essa indagação na verdade, se coloca para quem, reconhecendo méritos na política salarial e arduidade na sistemática adotada, deseja, entretanto, vê-la esmolada dos vícios determinantes desse continuado enfraquecimento do poder aquisitivo dos assalariados. Não bastariam as indeclináveis conclusões desta análise objetiva dos textos aqui enunciados com os apartes dos nobres colegas, a realidade econômica e o real reconhecimento das autoridades financeiras, estariam evidenciando esse efeito indeclinado de uma orientação paradoxalmente inspirada na recuperação econômica do país e na melhoria da participação dos trabalhadores na renda nacional.

#### A DETERIORAÇÃO SALARIAL

10. — Analisando essa situação anômala, o próprio documento oficial da atual política econômica — "Diretrizes de Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento", lealmente reconhece "a redução de níveis de salários reais médios" (14). E reiteração, aliás, de dizeres constantes do diagnóstico oficial, integrante desse documento: "As projeções da inflação que se verificariam nos períodos subsequentes aos reajustes foram subestimadas, o que tornou o reajuste inferior ao necessário para a manutenção do poder aquisitivo dos assalariados. Com isso constatou-se uma queda dos níveis de salários reais, provocando uma diminuição da demanda global de bens e serviços" (15).

Da mesma convicção participa o Sr. Ministro do Trabalho, quando explica: "houve uma queda do salário



real por força de um cálculo errado" (16). E correspondem ainda, a essa manifestação, as palavras proferidas em maio-deste ano, pelo Ministro da Fazenda: "Um dos componentes da fórmula salarial, que é o resíduo inflacionário, ou seja a previsão da taxa inflacionária para o ano vindouro, que o governo anterior calculou em 10% quando atingiu a 40, esse ano será estimado em 20%" (17).

Infelizmente, a queda indissociável do salário médio no país, notadamente sensível para o operariado, não encontra facilidades para uma precisa quantificação, dada a precariedade das nossas estatísticas.

Estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIEESE) acusam para os metalúrgicos redução da ordem de 15,3% em 1965 e 15,6% em 1966, caindo o salário real a níveis inferiores aos apurados em 1958 (18).

Levantamentos feitos pelo Sindicato dos Metalúrgicos, com base nos índices de agosto de 1964, constata, nos últimos 35 meses, perda salarial correspondente, para os operários de salário mínimo, ao trabalho gratuito de 124,5 dias e para os trabalhadores da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, de 237 dias (19).

Outros dados revelam ainda: o salário mínimo real, isto é, em termos de mbeida de valor constante de 1964, baixou de março desse ano a março de 1967, na ordem de 100 para 74.

Adicione-se a esse quadro o decréscimo na proporção das horas extraordinárias, assim como a situação de subemprego reinante em certas regiões do país, e chegar-se-á à inquestionável constatação de uma acentuada queda de poder aquisitivo dos assalariados, com efeitos obviamente desastrosos, tanto no terreno econômico, como no social. Quanto a este último, não me furto à citação de judiciosa advertência do abalizado economista Dias Leite, sem embargo de minha discordância, relativamente a outros conceitos seus: "Exemplo da dificuldade da simples transposição da política ortodoxa para o ambiente subdesenvolvido se encontra nitidamente na arca salarial. Basta, para isso, que se comparem os efeitos da redução do nível de salários reais da classe trabalhadora de um país, cuja renda média é de 1.000 dólares, e de outro, onde esta renda é de 200 dólares. Em ambos os casos, provocar-se-á uma redução de demanda real e se estará por essa via, reduzindo a pressão inflacionária. No primeiro caso, à custa de uma redução no consumo superfluo. No segundo, à custa da própria alimentação da classe trabalhadora que já era, certamente, inferior ao mínimo requerido para a simples sobrevivência" (20).

11 — No tocante ao aspecto econômico, vejo ainda a redução salarial a constituir um dos mais sérios percalços para a execução do programa governamental. E ainda o documento oficial dessa política que o reconhece, apontando em primeiro lugar, entre os fatores da queda da demanda ocorrida, exatamente "a redução dos níveis de salários reais médios" (21). Admitindo embora a ação concomitante dos outros fatores apontados nesse documento, não podemos deixar de proclamar que, com exceção da queda de produção agrícola e do aumento da carga tributária, todos os demais se prendem, direta ou indiretamente, ao abaixamento do poder aquisitivo.

O próprio Ministro do Planejamento, o tortuoso patente essa correlação, quando, ao se referir à "elevação do custo médio da produção ligada à queda da demanda em vários setores", assinalou com sua reconhecida lealdade e lucidez: "A medida que as empresas vão lutando contra a falta de liquidez e a queda da demanda, vai naturalmente diminuindo a produção. Sem dinheiro a empresa não compra; se não compra não fabrica e se não

fabrica não vende. Quem produz pouco acaba produzindo caro; quem produz caro vende caro; e quem vende caro está causando inflação" (22).

#### NOVA TOMADA DE POSIÇÃO

12 — Constatada, assim, substancial transformação da conjuntura econômica, não se poderá fugir à conclusão da necessidade de um paralelo reexame das prescrições corretivas do processo inflacionário. Por isso, na sequência de observações que tivera a honra de fazer neste Plenário, manifestava eu, há poucos dias, em entrevista à imprensa, a convicção da necessidade de nova tomada de posição no setor de salários, sem fugir embora às superiores diretrizes da política econômica e no ininterrupto prosseguimento da luta antinflacionária a que deve o País se haver salvo do caos e da anarquia.

"A política de contenção salarial desassombradamente adotada pelo Governo", dizia eu, "fundando-se na necessidade de combate a uma inflação caracterizada como de excesso de demanda, objetiva, não só reprimir essa demanda, como ainda sustar a elevação dos custos de produção. E é de justiça assinalar-se que essas e outras medidas produziram notáveis efeitos antinflacionários, fazendo com que o aumento do custo de vida de 91,0% em 1964 se reduzisse, nos anos seguintes, a 65,7%, 41,3% e, segundo previsões, a 30% no corrente ano".

"Entretanto se é verdade que a redução de consumo, em dadas circunstâncias, se revela apta a sanear o mercado, não é menos verdade que, além de certo limite, pela crescente ociosidade dos fatores de produção, passa, ao efeito oposto, de subversão econômica, pela elevação de preços".

"E que a retração da demanda provoca diminuição de produção; esta acarreta aumento dos preços unitários; este, por sua vez, reduz o poder de compra da população, e, por consequência, passa a ser novo fator contensivo da produção, no retorno de uma espiral depressiva da economia. Caimos, então, no período da chamada inflação de custos, denunciada pelo atual Governo, e que, ao contrário do estágio inflacionário da demanda, se alimenta do baixo poder aquisitivo do povo" (23).

Mas conviria se ouvisse no diagnóstico da nova situação o próprio Ministro da Fazenda, Prof. Delfim Neto, o qual, em maio deste ano, com sua comprovada competência técnica, observando a natureza essencialmente dinâmica do processo econômico, assinalava a permanência da característica de inflação de demanda, "até agosto — setembro do ano passado, quando o quadro sofreu modificações sensíveis, refletidas, sem contestação possível, na linguagem impessoal das estatísticas. Uma análise objetiva da conjuntura indicava que as pressões sobre os preços não decorriam mais apenas do excesso da demanda, mas de fatores que influíam diretamente sobre o custo da produção" (24).

Com maior precisão, iria oficialmente afirmar o próprio Governo no seu "Programa Estratégico de Desenvolvimento":

"A política de combate à inflação posta em prática provocou uma violenta redução de demanda, que foi mais intensa em certas fases de sua execução. Primeiramente porque os reajustes salariais comprimiram a folha de salários em termos reais. Em segundo lugar, porque os aumentos de arrecadação provocaram quedas na renda disponível, reduzindo ainda mais o consumo privado, sendo que os dispêndios governamentais não cresceram na mesma proporção. Finalmente porque a estagnação da demanda, a falta de liquidez das empresas e a redução nas taxas de lucros desestimularam ainda mais os investimentos, cujo volume já estava estagnado nos últimos três anos".

"A observação do comportamento recente dos preços e da produção su-

gere que a natureza do processo inflacionário se alterou profundamente nos últimos dois anos. É preciso que se analise com uma visão mais crítica a inflação recente, a fim de obter um diagnóstico mais próximo da realidade atual e que fundamente uma estratégia visando ao crescimento dos níveis de produção e emprego, sem simultaneamente reduzir o controle do processo inflacionário". (25).

Ora, diante desse novo quadro e atentando a que constitui hoje a política salarial capítulo indissociável e vital da política econômica, a subsistência por mais tempo, de uma orientação compressiva do salário viria convertê-la num instrumento lesivo à obra de recuperação nacional, em que patrioticamente se empenha o Governo.

13 — Sem alterar propriamente, a política financeira — ao contrário, até mesmo para guardar fidelidade aos seus objetivos e às diretrizes — impõe-se um natural reajuste da terapêutica às realidades transformadas. Não se suponha pudesse constituir a caracterização mais recente do processo inflacionário surpresa para a política financeira em curso, pois o próprio PAEG previa a eventualidade de um estágio com predominância das pressões de custo. Nem remanesceu inativo o Governo ante as elevações de custo de produção e deficiências do mercado consumidor, pois aí estão — a atestar sua vigilante atuação — as medidas referentes à redução de juros, à elevação do nível de renda tributável, e à própria revisão operada no resíduo inflacionário. São, entretanto, a meu ver, providências ainda tímidas. A gravidade da matéria, tanto pelo aspecto econômico como social, impõe ação corretiva que não se detenha nesse terreno e passe a enfrentar, resolutamente, o problema do debilitamento salarial, como, aliás, recente noticiário faz crer já seja o pensamento vigilante e esclarecido do Sr. Ministro Jarbas Passarinho.

Ainda aqui, tendo em vista as perspectivas do nosso desenvolvimento sirvo-me das palavras insuspeitas e altamente credenciadas do digno Ministro da Fazenda:

"O Brasil não tem condições para suportar um longo período de estagnação, pois somos um país de crescimento demográfico dos maiores do mundo".

E mais adiante:

"Um governo precisa estar atento ao desenvolvimento, ao progresso, à felicidade do povo. Não emitir, não elevar salários, dificultar o crédito, são medidas corriqueiras para o combate à inflação, que se encontram em qualquer manual para iniciantes na ciência das finanças. A competência e habilidade de um governo pode ser medida, precisamente, pela solução que ele encontrar na conciliação do que parece conflitante". (26).

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com prazer.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. sempre é ouvido nesta Casa com maior atenção pelo respeito que o seu passado, mais o seu presente...

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado.

O Sr. Aurélio Vianna — ... merecem nesta Casa. Está tratando V. Exa. e versando um dos assuntos mais sérios dos abordados no Parlamento Nacional. Não tínhamos, antes da Revolução, contenção ou redução salarial e observávamos um surto inflacionário tremendo, um aumento de preços das utilidades que causava espanto. Com a nova política de redução, contenção ou arrocho salarial verificou-se o mesmo fato. Inflação, aumento dos preços das utilidades, inclusive dos alugueiros de casas. V. Exa. chama-nos atenção para o processo do subdesemprego que é apreciado neste País, advogando a tese de uma

participação melhor do trabalhador na renda nacional. Perguntamos, qual a renda nacional? Por que o subdesemprego? Aumento vertiginoso da taxa demográfica brasileira? Por que um trilhão de cruzeiros se constitui no déficit de caixa do Tesouro Nacional? Crescem as despesas de custeio da União e não aumentam, proporcionalmente, as despesas de capital. O café solúvel, que seria uma das soluções encontradas pelo Governo brasileiro, encontra uma oposição tremenda dos nossos aliados norte-americanos. Os preços dos minérios são ditados de fora para dentro. Afinal de contas, como V. Exa. explica e apresenta uma saída, quando inúmeras empresas brasileiras estão cerrando suas portas, à falta de mercado? Como V. Exa. explica esse fenômeno e apresenta saída: nós estamos sendo pressionados internamente, ou de fora para dentro? Quem impede o aumento de comercialização no Brasil? Não só quem impede, mas como encontramos uma saída, dentro dessa conjuntura terrível? A tese é certa: o poder de compra do assalariado está se tornando quase que nulo, inclusive porque inúmeros assalariados têm o nome de assalariados mas, não tendo emprego, não têm salário. Então apelamos para a argúcia de V. Exa., a fim de que nos esclareça sobre esses problemas, esses assuntos que propomos, diante de uma conjuntura terrível que ninguém pode mais desconhecer; conjuntura em que vive atualmente a Nação Brasileira, e que é a continuação de erros do passado.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado pelo aparte com que V. Exa. contribui para o esclarecimento desse problema, e pelas palavras, tão atenciosas com que me distingue. V. Exa., com precisão e síntese realmente abordou vários aspectos da nossa economia, que refletem bem a complexidade da matéria, evidenciando a necessidade de a equacionarmos à vista de seus aspectos globais, sem nos pendermos no confinamento dos setores mais limitados. Neste instante, no entanto, tenho como objetivo da minha exposição cuidar do problema salarial, que já nos ocuparia por longo tempo e a respeito do qual V. Exa. tem trazido sempre colaboração preciosa, como há pouco teve ocasião de fazer neste plenário.

Acredito que, evidentemente, o simples acréscimo do poder aquisitivo do assalariado não seja solução definitiva para o totalidade desses problemas, mas espero que venha a constituir instrumento poderoso para que se desfaga essa escassez artificial de demanda e absorva a ociosidade das empresas e se promova a propulsão econômica capaz de caracterizar aquela decolagem para o desenvolvimento, tão apregoado, tão desejado, mas infelizmente obstado por dificuldades de toda ordem, expressivas, nos relatórios mensais que os boletins econômicos nos apresenta, em progressos e regressos, demonstrando intranquilidade, uma falta de segurança que estão a reclamar, a meu ver, medidas corajosas, medidas decisivas, medidas de profundidade, quer no terreno econômico, quer no terreno social, quer no próprio comércio exterior, a respeito do qual V. Exa. fez também oportunas alusões. Muito obrigado a V. Exa.

#### RETROCESSO INADMISSÍVEL

(Retomando a leitura.)

14 — Se em verdade o quadro descrito nos conduz à inelutável contingência de recuperação do poder aquisitivo do salário, não é menos verdade que operá-la através dos fáceis e habituais processos do passado, sem a necessária harmonização com os interesses globais de uma economia ainda debilitada importaria na destruição de apreciáveis conquistas, e

até certo ponto, na recomposição inflacionária e meramente nominal de valores, a serem desfeitos pela própria revivescência inflacionária.

Muito embora já sejam bastante animadores os índices da restauração em curso, com o equilíbrio do balanço de pagamentos, a reconquista do crédito externo, a eliminação de preços subsidiados, a recuperação das empresas estatais, a melhoria organizacional, a redução substancial das emissões, o fortalecimento da infraestrutura econômica, a apreciável contenção do custo de vida, a profunda diminuição do ritmo inflacionário, — forçoso é reconhecer que, nesta altura, qualquer atitude de vacilação ou fraqueza nos poderia conduzir, por conseguinte, a um retrocesso de imprevisíveis consequências.

Já mais próximos do limiar da normalidade, atitudes, sem dúvida, um estágio decisivo, em que, sanada a nossa estrutura econômica, está a reclamar vigoroso e generalizado impulso capaz, ao mesmo tempo, de atender aos reclamos da subsistência humana e de deflagrar a definitiva retomada do desenvolvimento. E o instrumento propulsor desta última etapa de nossa recuperação, desde que cercado das necessárias garantias e sem prejuízo das outras medidas paralelas a que há pouco me referia, na oportuna observação do Senador Aurélio Viana, poderá ser encontrado a meu ver, exatamente no fortalecimento do poder aquisitivo do povo, dadas as circunstâncias todas sumariamente expostas.

#### TERAPÊUTICA DE EMERGÊNCIA

15 — O difícil, entretanto, é encontrar-se a fórmula capaz de atender a esse objetivo, sem o efeito reverso da elevação dos custos de produção e de vida. A majoração do adicional de produtividade e sua vinculação a áreas, setores ou mesmo empresas; a correção de erros anteriores relativos ao resíduo inflacionário, ou a adoção de sistema de taxa correção periódica, são algumas das medidas que, tecnicamente justificadas, se revelam aptas a promover a recuperação do poder aquisitivo perdido. Mas todas elas importariam agora em acréscimo de encargos para a produção, criando problemas adicionais de capital de giro, elevando o custo dos produtos e repercutindo, conseqüentemente, no encarecimento de vida.

Dai o entender que na medida do possível, deverá a solução ser preferentemente encontrada através de processos incapazes de agravar o custo de vida e prejudicar o combate à inflação, ainda que, para tanto, se tornem necessárias medidas excepcionais e transitórias. É por demais agudo o problema na atualidade, para nos determos em esquemas clássicos, sobretudo quando as contingências nos proporcionem útil instrumentação de emergência.

#### OS ENCARGOS TRABALHISTAS

16 — Dentro dessa orientação, é, a meu ver, no campo dos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a produção, onde se poderá mais facilmente encontrar um caminho anti-inflacionário.

Ninguém ignora a forma irregular e casuística pela qual, ao longo de uma luta inerte pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas, se vieram institucionalizando as garantias e prerrogativas, que hoje, humanizam as relações entre o capital e o trabalho no Brasil. Mas por força dessas inevitáveis circunstâncias, os respectivos encargos se foram gerando desordenadamente, e muitas vezes, sem o rigor técnico indispensável à economia e racionalização dos serviços, assumindo a justa limitação dos sacrificios impostos ao empregador e ao empregado. E o resultado se traduz, presentemente num pesado ônus à produção, absorvendo disponibilidades

cujas liberações poderia facilitar melhor remuneração direta ao trabalho. Bastante expressivo a respeito, é o seguinte quadro de encargos sociais do empregador, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas:

#### DISCRIMINAÇÃO

##### 1º GRUPO

I — IAPS	8,0
II — SESP ou SESC	1,5
III — SENAI ou SENAC	1,0
IV — INDA	0,4
V — IAPS, relativo ao 13º salário	0,6
VI — salário-família	4,3
VII — salário-educação	1,4
VIII — seguro	3,0
IX — FGTS	8,0
	23,2

##### 2º GRUPO

X — repouso semanal remunerado	18,4
XI — férias	7,1
XII — feriados	3,5
XIII — aviso-prévio	2,2
XIV — auxílio-enfermidade	1,9
	33,1

##### 3º GRUPO

XV — 13º salário	10,6
XVI — depósito por rescisão sem justa causa	1,1
	11,7

#### INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS

1º Grupo x 2º Grupo	9,3
TOTAL	82,3

Adicione-se a essa cifra final a contribuição de 8% devida pelo empregador (Lei nº 3.897, de 26 de agosto de 1960) e fer-se-á, num tipo normal de empresa, um total de 90,3% de encargos, sem considerar fatores de alteração (variáveis conforme as empresas) tais como o número de faltas ao serviço (aumentando a percentagem de incidência dos encargos que independem da assiduidade), os gravames das horas extraordinárias, da insalubridade, etc.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Estou ouvindo o judicioso discurso de V. Exa. com toda atenção, sobretudo quando se referiu aos encargos sociais que as empresas têm. É uma realidade e é, muitas vezes, a razão pela qual as empresas não melhoram os salários dos seus funcionários convenientemente. No caso de um trabalhador ganhar NCr\$ 100,00 por mês, se a empresa quiser aumentá-lo, por exemplo em NCr\$ 50,00, o que seria justo, no final seriam NCr\$ 80,00 ou NCr\$ 90,00 que teria de acrescentar a esse salário por causa dos encargos sociais. Dai por que muitas vezes os empresários se recusam a fazer um reajustamento razoável. Mas a verdade é que, nobre Senador, com a nova legislação trabalhista, a produtividade das empresas vem melhorando gradativamente e os empresários têm manifestado, de livre e espontânea vontade, o desejo de reajustar os salários de seus funcionários. Esperamos, pois, que a idéia de V. Exa., inspirada em muito boa hora seja aproveitada e que se encontre essa solução para poder melhorar os ordenados dos trabalhadores em todos os setores. Existe o problema agrário, que é mais grave, mas também aí esperamos que possa haver uma fórmula capaz de fazer aumentar, como V. Exa. bem afirma, os ordenados dos empregados, porque assim poderão também passar a consumir mais e, conseqüentemente, oferecer maior mercado de trabalho junto às indústrias. Muito grato pela oportunidade que me concedeu.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado, Senador. V. Exa. com grande conhecimento de causa, traz um valioso testemunho à ilustração desta matéria, mostrando realmente que o peso dos encargos sociais e trabalhistas, nem sempre retribuído na mesma proporção e com a desejada eficiência, constitui fator redutível dos salários, em nossa terra. Dizia eu:

(Retomando a leitura.)

Calculem-se ainda os ônus administrativos da contabilização, controle e recolhimento dessas obrigações e ter-se-á a idéia de sua extensão financeira, que em algumas empresas, chega, seguramente, a exceder a 100% do valor do salário. Quer isto dizer: cada parcela adicional do salário, corresponde, aproximadamente, a outro tanto de encargos; ou seja o gravame travado à produção, nos aumentos de salário, está equivalendo em nosso país, a cerca de duas vezes o seu valor.

#### FÓRMULA ALVITRADA

17 — Ora, são evidentes os entraves causados por essa situação vem trazendo à nossa economia, operando pesadamente empresas já debilitadas pelas deficiências de capital de giro, observando recursos do que se primam operários já desprovidos do poder aquisitivo, elevando os custos operacionais e, conseqüentemente, gravando o custo de vida de toda a população.

A matéria, sem dúvida, está a reclamar estudo de profundidade — nunca no sentido de reduzir as atuais regras e direitos trabalhistas — mas com o objetivo de racionalização, eficiência e economia dos encargos com melhor aproveitamento dos respectivos benefícios ou serviços, pelos trabalhadores a que se destinam. Mas esse é outro problema, a que apenas incidentalmente me refiro, pois comportaria estudo mais pormenorizado, com vistas, até mesmo à elaboração de um "Código Salarial".

Para efeito da matéria em exame basta constatar a extensão que atingem esses encargos, para se aquilatar dos recursos que sua parcial e momentânea supressão poderia liberar, em favor de suplementação salarial de emergência. E é nisso, apenas, que consiste a sugestão: isentar-se excepcionalmente o reajustamento salarial deste ano de determinados encargos, fazendo reverter os recursos a eles correspondentes, em benefício direto do trabalhador, sob a forma de parcela adicional de salário.

Noutros termos, a revisão deste ano corresponderia à parcela normalmente devida, acrescida de outra, até o limite dos encargos a serem suspensos. E o reajustamento assim concedido, de caráter emergencial, estaria livre da incidência de determinados encargos sociais até que, em prazo já regularmente previsto, viesse a se incorporar ao salário normal. Sem qualquer aumento de despesas para a empresa, sem os consequentes problemas de capital de giro, sem qualquer elevação do custo de produção, se contribuiria, então, para a inadiável melhoria de condições de vida do assalariado e oportuna projeção do seu poder de compra acrescido, na vitalização da nossa vida econômica.

18 — Rápido exame do referido quadro da "Conjuntura Econômica" permite verificar que só o valor das obrigações incidentes sobre a folha de pagamento (28,2%), acrescido ao da contribuição devida pelo empregado (8%), perfaz 36,2% proporcionando apreciável disponibilidade para aplicação do sistema alvitado. Considerando-se, entretanto, que outras responsabilidades (tais como as relativas a aviso-prévio e indenizações), embora de efeito potencial, consti-

tuem ônus efetivos das empresas a cujo temporária suspensão também importa em liberação de recursos; e, computando-se, ainda, o valor das incidências cumulativas previstas no referido quadro, chegar-se-ia, ao todo, a percentagem de 48,8%, permissiva de mais ampla aplicação do sistema.

Note-se: não foram excluídas as obrigações patronais relativas ao repouso remunerado, férias, feriados e 13º salário porque se traduzindo em pagamentos regulares e direitos aos assalariados, a estes não traria maior vantagem o simples pagamento mensal, a título diverso. E também foram mantidos os encargos atinentes ao auxílio-enfermidade, por se tratar, igualmente, de pagamento direto, embora eventual e constitutivo de responsabilidade potencial da empresa.

Desse modo procurou-se limitar aproximadamente 40% o valor dos encargos a serem suspensos, tornando possível, com a isenção outorgada ao assalariado no tocante à previdência social (8%) — extensiva tanto à parcela normal de reajustamento como ao suplemento de emergência — acréscimo salarial superior a 50% daquele normalmente obtido nas condições atuais.

Suponhamos, para maior clareza, um acréscimo atual do valor 100. Corresponderia a um aumento líquido, para o assalariado, de 92 deduzida a sua contribuição de previdência. Ora, pelo novo sistema ele perceberia os 100 normais, acrescidos de 40 (40%), num total de 140 e sem dedução alguma, dada a isenção da taxa de previdência. Tendo-se em vista o reajuste normal, na base de 92, a solução importaria num acréscimo de 48 (140 menos 92), o que significa 52% sobre aquela base.

Cumpra assinalar, na consideração das percentagens indicadas pela revista de Fundação Getúlio Vargas, que a despesa das mesmas resultantes pode comportar algumas variações, em função das fótores e circunstâncias peculiares aos vários tipos e condições de empresa, sendo que alguns dos índices correspondem a estimativas genéricas, fundadas na experiência empresarial. A idoneidade da fonte entretanto, assim como a moderação dessas estimativas face a outros estudos, nos sugere a adoção de seus níveis em caráter global, evitando a insegurança de uma formulação com base na situação individual de cada empresa.

19 — A simplicidade da fórmula proposta daria ainda margem a adaptações eventualmente consideradas úteis, uma vez que o acréscimo proposto:

1º) poderia ter sua extensão dosada na conformidade dos encargos julgados passíveis de suspensão;

2º) poderia ter sua vigência também convenientemente fixada, com a escolha da data do início (desde logo ou a curto prazo) e da época de incorporação ao salário normal (na totalidade, ou por etapas);

3º) poderia se entrosar ou até mesmo instrumentar outras medidas corretivas e de caráter permanente, o que, consoante noticiário recente já se encontram nas cogitações do Sr. Ministro do Trabalho.

E' como se vê, uma sugestão despretenciosa, em parte semelhante à medida de emergência, sem maiores cautelas já adotada durante a última guerra, e que destituída de quaisquer intuídos miraculosos, procura atender, com realismo, a prementes necessidades sociais e econômicas deste instante.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. CARVALHO PINTO — Com satisfação, Senador.

O Sr. Marcello de Alencar — E para satisfazer nossa curiosidade em relação à fórmula proposta por V. Exa. Não estudo a que o nobre Senador procedeu, indago se verificou as repercussões que a suspensão dos encargos acarretaria nos organismos que deles se valem para execução de suas finalidades. Sei que V. Exa. propõe uma solução de emergência, segundo me parece. Ainda mais porque não sei se V. Exa. fixou o prazo de vigência da suspensão. Mas indago de V. Exa. se nos estudos a que procedeu, examinou os aspectos da repercussão da sua suspensão dos encargos.

O SR. CARVALHO PINTO — Perfeitamente, Senador. V. Exa. abordou um ponto que me facilita maior esclarecimento da matéria.

Como o suplemento de emergência se refere apenas ao reajustamento deste ano, ele em nada afeta a situação anterior. Nessas condições, os encargos e contribuições correspondentes e devidas sobre os níveis anteriores de salários, se mantêm integros, e, em retribuição a essas contribuições, continuam as instituições seguradoras ou previdenciárias a cumprir os deveres e desempenhar as tarefas correspondentes. Elas não têm qualquer responsabilidade relativamente ao acréscimo deste ano, uma vez que não percebem as respectivas contribuições; apenas quando esse acréscimo salarial de emergência vier a se incorporar ao salário básico, dentro de um a dois anos — essa é a sugestão do meu projeto — nesse instante se inicia a incidência das contribuições e, paralelamente, se efetiva o desempenho das responsabilidades dessas entidades.

As instituições previdenciárias ou seguradoras, pois, não têm prejuízo de espécie alguma.

Mas, dizia eu:

(Retomando a leitura):

Apresenta, também, seus aspectos menos convenientes — sobretudo quando refoge a uma sistemática tradicional, à qual, contudo, não hostiliza, à vista de sua transitoriedade e caráter de emergência. Mas é, a meu ver, o menos nocivo e, talvez mesmo, o único não inflacionário de todos os processos disponíveis. Eis porque não hesito em propô-lo, sobretudo ante a contranadora situação atual, em que um prolongado e já insuperável sacrifício salarial, não chega a estancar o encarecimento da vida, nem a proporcionar o poder aquisitivo indispensável à retomada segura do nosso desenvolvimento.

#### PROJETO DE LEI

Srs. Senadores dar sentido construtivo à sugestão procurei submetê-la, em suas linhas gerais, à prévia consideração dos eminentes titulares das pastas da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho. E honrado pelo interesse com que examinaram a matéria — ainda há pouco tempo objeto de atenciosas referências do Ministro Hélio Beltrão, na Câmara dos Deputados — entendi oportuna sua mais precisa caracterização, através do projeto de lei, apto a evitar incompreensões e equívocos de interpretação e, sobretudo, destinado a provar a inestimável e necessária colaboração dos meus doutos colegas.

E' proposição que, a meu ver, não refoge às detritzes econômicas e à sistemática salarial vigente e cujos objetivos de emergência não colidem, naturalmente, a adoção de legítimas medidas de caráter permanente, a qualquer momento admitidas pela economia do país, e com as quais poderá até vantajosamente se conjugar, como, por exemplo, a racionalização do critério da produtividade, ou a correção do residuo inflacionário.

O Sr. Marcello de Alencar — Antes de terminar o seu discurso dese-

java que V. Exa. me concedesse um aparte. (Assentimento do orador). É bom que V. Exa. apresente à Nação uma solução original para enfrentar o problema que a todos preocupa, relativamente ao salário dos trabalhadores brasileiros. Acho até que o Brasil carece, exatamente, de homens com a força de pensamento de V. Exa. e que técnicos, exigidos de V. Exa. e que conjuga os conhecimentos técnicos, exigidos à formulação de qualquer projeto nacional, no terreno da economia e das finanças, a os de uma grande experiência política, uma grande vivência política. Cabe, portanto, louvar a iniciativa de V. Exa. como sendo indicativa de uma fórmula que pode, pelo menos, reduzir ou minicar o caos que se anuncia, para breve, em face da manutenção desses esquemas. Se bem compreendi o discurso de V. Exa., o nobre colega alerta o Governo para o fato de que a manutenção da política salarial, sobre a qual incidiram todos os ônus do combate à inflação, pode gerar medidas inflacionárias nos termos que V. Exa. chama de inflação. As medidas anti-inflacionárias já agora, atingem um nível que pode gerar inflação. Outro aspecto que V. Exa. censura — e o faz bem — é no tocante aos índices oficiais que inspiram as correções. A esse respeito, gostaria de acrescentar denúncia relativa à falsificação desses dados. Veja V. Exa. que os dados oficiais, que inspiram tais índices, têm dois critérios, embora as fontes sejam as mesmas. O Governo, com meu aplauso, alás, prevê, nos contratos de obras públicas, um critério de correção monetária à vista do incremento de custo de vida, corrigíveis de 3 em 3 meses. Os índices oficiais oferecidos para as cláusulas desses contratos são completamente diversos dos índices oferecidos para correção do salário do trabalhador. Veja V. Exa. que, só neste fato, há uma profunda distorção, há uma injustiça flagrante que não pôde conduzir o País ao processo do seu desenvolvimento. Também, V. Exa. faz acentuar a má impressão da taxa da inflação, quando calcula, para o trabalhador, aquilo que vem a ser o residuo inflacionário. A esta crítica ou censura de V. Exa. se alia o argumento utilizado por mim para mostrar, realmente que a dubiedade dos critérios adotados, em relação aos contratos de obras públicas, cujos índices não previstos em bases diferentes para corrigir o salário do trabalhador. Temo eu que a solução de V. Exa. seja conciliatória, demais, porque ela é de emergência. Não sei se, no projeto de V. Exa., foi fixado um prazo. Ainda o não ouvi ler.

Mas acho que V. Exa. empunharia bem a bandeira da revogação das leis do arrocho. Compreendo que V. Exa., como homem partidário, caracterizado por comportamento ético que todos admiramos, tenha procurado, no seu Gabinete, uma solução conciliatória. Há, realmente, da parte do Governo teimosia em manter uma política econômica-financeira que não está dando certo para o nosso país. Então, vai aqui o nosso apelo a um dos poucos homens públicos, deste país, que têm condições de assumir essa posição: que V. Exa. progrida nos seus atos; que a solução de inteligência, que provavelmente vai ser aceita, por muitos de nós, seja o início, seja o marco inicial de uma bandeira que cabe a V. Exa. empunhar, que é a de programar a política econômico-financeira do nosso país, dentro das soluções da realidade nacional. Este apelo que faço a V. Exa. avance mais, se descondicione, e terá o apoio de toda a Nação brasileira, do povo brasileiro. V. Exa. tem autoridade para tanto. No

momento, vivemos uma crise de nomes nacionais. E' V. Exa. um dos poucos homens que sobram, que têm um saldo a oferecer à Nação. O que desejo é encorajar V. Exa. a se adiantar mais porque estamos convencidos, pelo preâmbulo de seu discurso de que V. Exa. está convencido, como nós estamos, de que a atual política econômico-financeira merece revisão, para que seja equacionada em termos nacionais. Faço este apelo sinceramente a V. Exa. Está na hora de V. Exa. seguir por este caminho, porque, toda a Nação dará apoio às medidas de sentido nacional, que o projeto de V. Exa. enseja. Valente meu aparte um apelo a V. Exa. para que se descondicione — como já disse — e parta para a frente sem recear coisíssima alguma. Parta para as soluções que V. Exa. pode encontrar, como homem experimentado quer no campo político, quer no campo técnico. Não acredito que a fórmula de V. Exa. vá solucionar o problema do trabalhador brasileiro. Entretanto, é colaboração que, a meu ver, V. Exa. presta ao Governo, no sentido de conciliar tensões sociais, que já se iniciam, em face do fracasso desta política econômico-financeira. Parta para o segundo capítulo. Quero ver V. Exa., desta tribuna, sustentar a revogação da lei do arrocho. Tenho certeza de que V. Exa. terá equação para isto. Não queremos, realmente, a indisciplina. Os trabalhadores estão aí convencidos — e o confessam da necessidade do sacrifício deles. Mas eles querem que alguém, neste País, como V. Exa., homem de responsabilidade, os compreenda, lhes dê a mão. De sorte que a minha palavra é para encorajar V. Exa. a escrever o segundo capítulo da história que V. Exa. começou hoje.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado Senador Marcello de Alencar, pelas palavras de confiança e apreço com que me sensibiliza. Desejo, a respeito de suas considerações, observar que, realmente, esta proposição se caracteriza como de emergência. Visa exatamente, pela premência do problema, pela necessidade de uma solução urgente, a encontrar, dentro da formulação salarial presente, um caminho mais rápido ao amparo aos assalariados, hoje, em situação realmente difícil e desprovida do poder aquisitivo necessário, não só à tranquilidade de suas famílias, como à própria retomada do desenvolvimento nacional.

Nas considerações que venho fazendo, tive oportunidade de me referir a vários aspectos passíveis de atenção do legislador. Por exemplo, a correção do critério de produtividade, hoje baseado em termos genéricos nacionais, que não permitem alcançar o verdadeiro sentido estimulante fundamental a mecanismos dessa natureza. Bem assim, referi-me a correção do residuo inflacionário, cuja consideração é indispensável quando não a dominar inteiramente a inflação, mas cuja sistemática para alcançar autenticidade e não retornar instrumento espoliativo, justifica um processo de revisão periódica.

Essas e outras, são medidas paralelas, que a meu ver, longe de informarem a política salarial vigente, poderão, ao contrário, dar-lhe plena validade. Mas o indispensável é a adoção, sem mais delongas, de medidas de emergência, aptas — sem infringir as diretrizes fundamentais da política em curso — a proporcionar acréscimo de poder aquisitivo à massa consumidora. E' evidente, já o assinalai, que elas não contrariam nem impedem as de caráter permanente. O efeito da medida preconizada, entretanto, poderá ter mais apreciável significação na tranquilidade social

e na normalização econômica do país. Atente V. Exa. para a média atual dos decisões proferidas em dissídios coletivos, da ordem de 25%, e verificará que a proposição permitirá se atinja, com o acréscimo de emergência, a 38%, percentagem representativa de inequívoca conquista. E como, nos termos do projeto que V. Exa. terá oportunidade de examinar, esse reajuste se incorpora ao cálculo do salário médio para efeito de revisões futuras, seu efeito, na verdade, passará a se projetar em caráter estável, na remuneração do assalariado. A medida, conquanto de emergência, terá, pois, efeitos duradouros e definitivos quer para o assalariado, quer para a economia do país, reclamante de impulso especial neste momento.

Esse o sentido da minha proposição. Dentro dessa orientação entrego o respectivo texto à Egrégia Mesa, para os devidos fins regimentais, na certeza de traduzir esta iniciativa não só o cumprimento de meus deveres para com o povo, como ainda, por desvaliosa que possa ser, a colaboração ao meu alcance junto aos Poderes da República, para solução de um problema de singular magnitude e indistarcável premência. — (Muito bem — Muito bem — Palmas, O orador é cumprimentado).

1) Política Econômico-Financeira — Senador Carvalho Pinto, 1937 — pág. 30.

2) Declaração do Presidente Costa e Silva em Belo Horizonte — "O Estado de São Paulo".

3) Decreto nº 52.275 de 17-3-63.

4) PAEG — 1.964-1966 — Ministério do Planejamento — 1.964 — pág. 26.

5) DIESE — Boletim nº 4, de 1966.

6) Código Civil — art. 1.235.

7) Evolução Industrial do Brasil — Roberto Simonsen — 1.939 — pág. 40.

8) História Sinsera da República — Leônicio Basbaum — Vol. II, página 233.

9) Ver por exemplo, § 1º do art. 2º da Lei nº 4.723-65 art. 1º da Lei número 4.903-65 e art. 1º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 15, de 1966.

10) PAEG — 1.964-1966 — Ministério do Planejamento — 1.964 — página 83.

11) Circular nº 10 da Secretaria da Presidência da República de 19 de junho de 1964 (Diário Oficial de 23 de junho de 1964).

12) Diretrizes de Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento — Ministério do Planejamento — 1.967 — pág. 112.

13) Política Salarial — Conselho Nacional de Política Salarial — página 122-123.

14) Diretrizes de Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento — Ministério do Planejamento — 1967 — pág. 20.

15) Ob. Cit. — pág. 150.

16) Declarações do Ministro Jarbas Passarinho, reproduzidas no discurso do Deputado Mário Covas (DCN — I — 21-10-67).

17) Entrevista do Ministro Delfino Neto a "O Estado de São Paulo" — 6-5-67.

18) Boletim nº 4-66 do ESEE — São Paulo e Memorial do Sindicato dos Metalúrgicos ao Ministro do Trabalho, de 31-8-67.

19) Entrevista do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos ao jornal "Última Hora" — Aio — ed. 20-8-67.



20) Caminhos do Desenvolvimento — Dias Leite — Zahar — 1.965 — pág. 402.

21) PAEG — 1964-1966 — Ministério do Planejamento — 1964 — página 20.

22) Discurso do Ministro Hélio Beltrão na Câmara dos Deputados no dia 11-10-67 (DCN — I — 21-10-67).

23) Declarações do Senador Carvalho Pinto — "O Estado de São Paulo" de 23-9-67.

24) Declarações do Ministro Delfim Neto — "O Estado de São Paulo" — ed. 6-5-67.

25) Diretrizes de Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento — 1967 — pág. 151.

26) Declarações do Ministro Delfim Neto — "O Estado de São Paulo" — ed. de 6-5-67.

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Júlio Leite na sessão de 28 de novembro de 1967, que seria publicado posteriormente.

#### O SR. JULIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso) Senhor Presidente, Senhores Senadores, cumprindo a honrosa designação de Presidência do Senado, participei, como Observador Parlamentar, em companhia dos ilustres Senadores Arnon de Mello, Pedro Ludovico e Sigefredo Pacheco, da XIª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, realizada em Viena, entre 26 de setembro e 2 de outubro.

Tendo em vista ser esta a primeira vez que o Congresso Nacional designa Observadores a uma Conferência desse Organismo das Nações Unidas, e considerando que a Agência acaba de encerrar seu primeiro decênio de atividades, parece-me oportuno abordar, ainda que de maneira sucinta, os princípios relativos à sua organização, funcionamento e finalidades.

A origem remota da Agência encontra-se nas propostas formuladas pelo ex-Presidente Eisenhower, perante a VIII Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 8 de dezembro de 1953, oportunidade em que o primeiro mandatário americano lançou o programa conhecido sob a denominação de — "Átomos Para a Paz". Nesse discurso, em que estigmatizava os perigos da corrida atômica e chamava a atenção para os benefícios que a nova energia poderia trazer para a Humanidade, o Presidente dos Estados Unidos sugeriu duas importantes iniciativas: a criação de um organismo internacional para facilitar a cooperação no campo da energia nuclear, para fins pacíficos, e a convocação de uma conferência especial sobre energia atômica, no âmbito das Nações Unidas, objetivando a troca de informações sobre os progressos já atingidos nesse setor e as perspectivas de seu desenvolvimento.

Cerca de um ano depois, em 4 de dezembro de 1954, a Assembleia-Geral consagrava a sugestão do ex-Presidente Eisenhower, ao aprovar o texto da Resolução nº 810, através da qual foi o Secretário Dag Hammarskjöld encarregado de organizar uma conferência sobre os usos civis da energia atômica. Com essa finalidade, constituiu-se um Comitê de representantes de sete países (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França, Canadá, Índia e Brasil), mais tarde denominado Comitê Científico Consultivo (SAC — Scientific Advisory Committee), ainda hoje existente para o desempenho de tarefas idênticas às que lhe foram cometidas em seu primeiro mandato.

A Conferência Atômica reuniu-se de 8 a 20 de agosto de 1955 em Genebra, sob a presidência do Dr. Homi J. Bhabha, representante indiano, e se constituiu no dizer do Delegado brasileiro, Prof. Luiz Cintra do Prado, "num autêntico sucesso, rompendo as barreiras do sigilo em numerosos setores, tais como os métodos de prospecção e tratamento dos minérios atômicos, a extração do plutônio, a física e a tecnologia dos reatores nucleares". Frisa ainda essa autoridade que,

como esperado, verificou-se na Conferência, que estudiosos de países diferentes, sem se comunicarem, haviam seguido caminhos paralelos no exame de muitos problemas técnicos, alcançando soluções iguais ou bastante similares, o que, segundo ele demonstra que "também no campo nuclear o intercâmbio de informações poderia evitar ou atenuar demoras e despesas na consecução dos objetivos de ordem prática."

O Estatuto do novo organismo — que passou a designar-se Agência Internacional de Energia Atômica — foi aprovado em 26 de outubro de 1956 pelos 81 países que então compunham as Nações Unidas. Segundo o art. II desse documento, a Agência tem por objetivos "acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade em todo o mundo". Prescrevendo medidas acauteladoras para obstar o emprego bélico dessa energia, dispõe ainda o Estatuto que a Agência terá que "assegurar, na medida do possível, que a assistência prestada por ela própria, por solicitação sua, ou sob sua direção ou controle, não seja utilizada de modo a servir a fins militares."

Aceitando o oferecimento do governo austríaco, que lhe facilitou os meios materiais de funcionamento, a AIEA instalou-se em Viena, onde tem sua sede, tendo entrado em funcionamento em 2 de outubro de 1957, com a participação de 53 Estados-Membros, número que atualmente se eleva a 97. Compõem a estrutura de sua organização o Secretariado, a Junta de Governadores e a Conferência Geral.

Segundo o art. VII do Estatuto, o Secretariado é o conjunto de funcionários aos quais incumbe executar as atividades operacionais da Agência. É superintendido por um Diretor-Geral, que é o mais alto funcionário da Agência, responsável perante a Junta de Governadores. Esta, por sua vez, é um órgão colegiado com funções deliberativas, constituído por representantes de 25 Estados-Membros, sendo 12 eleitos e 13 designados, não havendo, quanto a ambos os tipos, distinção no que se refere ao direito de voto.

A Conferência Geral é a assembleia constituída pelos representantes de todos os Estados-Membros, especialmente credenciados como Delegados. Sendo o órgão detentor da mais alta autoridade, a Conferência Geral tem atribuições para resolver qualquer assunto da Agência que lhe for submetido. Reúne-se a Conferência Geral, ordinariamente, na segunda quinzena de setembro. Nove das reuniões realizaram-se em Viena e uma em Tóquio.

As atividades da Agência Internacional de Energia Atômica são custeadas por contribuições dos Estados-Membros, através de um orçamento chamado "regular" e um orçamento denominado "operacional", além de uma quota proveniente do Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU. A escala de contribuições obrigatórias dos Estados-Membros tem por fundamento os mesmos princípios pela ONU para as suas contri-

buições, competindo ao Brasil, no Orçamento de 1967, 0,86%. No Orçamento para 1968, em decorrência da admissão de Singapura e Serra Leoa e da retirada de Honduras, o índice foi reduzido para 0,85%. Em termos absolutos isto representará uma contribuição de 80 mil 678 dólares como quota voluntária.

Em virtude da decisão da X Conferência Geral, realizada em 1966, os programas do organismo passaram a ser bienais, principiando nos anos ímpares, como vem de ocorrer agora. Esses programas incluem não só as atividades desenvolvidas por seus próprios Departamentos, cuja estrutura consta do Anexo I, como também de entidades, instituições e comitês criados pela Agência, ou por ela mantidos ou coordenados. Entre esses, cumpre ressaltar por sua importância:

— os Laboratórios Experimentais e de Pesquisa, de Viena e de Selbersdorf;

— o Centro Internacional de Física Teórica, em Trieste;

— o Laboratório Internacional de Radioatividade Marinha, em Mônaco, e

— a Divisão Conjunto FAO-Agência, de utilização da energia atômica na Alimentação e na Agricultura, além de Comitês e Programas Multi ou Bi-Laterais de pesquisa e desenvolvimento da energia nuclear, a que adiante nos referimos.

Os recursos provenientes da contribuição do Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU, que em 1967 somaram 3 milhões, 83 mil 260 dólares, estão sendo estimados para 1968, segundo o Orçamento da Agência, em 2 milhões 896 mil 815 dólares.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, feitas essas referências, permito-me abordar, ainda que ligeiramente, alguns aspectos do trabalho operativo da Agência, em sua maioria do imediato e do mais alto interesse para o progresso e a aceleração do desenvolvimento econômico e social das chamadas "áreas subdesenvolvidas".

Sabemos hoje que a aplicação para fins pacíficos da energia atômica abriu perspectivas imensas à Humanidade. O emprego da energia nuclear não se cinge atualmente à produção de eletricidade. Abrange uma gama cada vez mais extensa de atividades. Os progressos ultimamente conseguidos colocam ao alcance do homem processos tecnológicos que há alguns anos só eram previsíveis para as próximas décadas, notadamente a partir de 1990. A conservação de alimentos, a dessalinização da água, a eliminação dos transmissores de moléstias e de pragas, o crescimento acelerado de produtos agrícolas, a fertilidade do solo, a erradicação de epidemias e dos efeitos da desnutrição, são apenas algumas das realidades que a utilização dos modernos processos e avanços científicos no campo da energia nuclear estão disseminando pelo mundo. Isto foi possível, em grande parte, pela troca livre de informações entre os cientistas de todo o mundo, proporcionado e estimulado pela Agência. São instrumentos que estão, paulatinamente, sendo colocados à disposição das Nações, para acelerar o seu desenvolvimento. É um sinal de vitalidade e clarividência dos governos, o esforço que muitos deles vêm fazendo para que seus países sejam admitidos à era atômica, sem o que estarão condenados à aplicação de processos convencionais de desenvolvimento que a fissão do átomo, e a sua futura fusão, vão tornando obsoletos, e, em alguns casos, antieconômicos.

Para que possamos ter acesso aos benefícios dessa nova fonte de ener-

gia que vai se revelando inesgotável, é preciso, no entanto, formular planos objetivos e realistas, dentro de uma política nuclear perfeitamente definida; adequadamente prudente, mas suficientemente audaz. E, no contexto de qualquer política atômica, a assistência técnica torna-se essencial, não só para a formação de quadros, como para a aquisição de "know-how" e a disseminação da tecnologia nuclear. Mormente em se tratando de países em vias de desenvolvimento, que só por esse meio podem obter o que as nações desenvolvidas conseguiram à custa de maciças inversões em pesquisas e em experimentações. A Agência Internacional de Energia Atômica ajustou-se a essa realidade, tornando oportuno ressaltar aqui o que disse esse respeito o Dr. Sigvard Eklund, Diretor-Geral da Agência, no discurso com que, abrindo os trabalhos da XIª Conferência Geral, frisou a importância da Assistência Técnica:

A última Conferência Geral determinou uma revisão nas atividades da Agência, com o objetivo de encontrar meios de aumentar a assistência técnica às nações em desenvolvimento.

Um número crescente de países nessas condições está se capacitando da necessidade de continuar seus esforços em busca das aplicações práticas da energia atômica no campo da eletricificação, da agricultura, da hidrologia, e do aprimoramento de matérias-primas, entre outros. Como consequência, mais da metade dos assuntos submetidos à Junta de Governadores, relacionava-se diretamente com os programas assistenciais da Agência. A situação em 1968 tende a se tornar ainda mais grave, uma vez que — a não ser que sejam aumentadas as contribuições voluntárias — a Agência não poderá atender a não ser cerca de 30% dos pedidos.

É trágico — ironia por fim a dr. Eklund — que o progresso proporcionado pelo aproveitamento da energia atômica nos países desenvolvidos, tenda a aumentar o fosso que os separa dos países em vias de desenvolvimento.

Sobre este assunto, diz o Relatório da Junta de Governadores que a Agência conseguiu progressos expressivos com a programação integrada dos projetos de assistência submetidos pelos Estados-Membros, utilizando critérios que consideram os 3 elementos básicos sob os quais a ajuda pode ser concedida: especialistas, equipamentos e bolsas de estudos o que lhe permite uma avaliação mais adequada e efetiva dos benefícios resultantes da assistência, no desenvolvimento dos programas nacionais dos países assistidos.

No período abrangido pelo Relatório (junho 66 a setembro 67) o programa de assistência técnica administrado pela Agência proporcionou a mobilização dos serviços de 136 especialistas, que somaram 847 homens meses e proporcionaram a distribuição de equipamentos no valor de 631 mil 954 dólares, beneficiando 42 países. O total dos pedidos submetidos à Junta atingiu o valor de 2 milhões e 600 mil dólares, mas o montante aprovado foi de 975 mil dólares somente, abrangendo os seguintes campos, segundo discriminação em anexos: desenvolvimento da energia nuclear; prospecção, mineração e processamento de materiais nucleares; engenharia e tecnologia nucleares; química nuclear; aplicação de isótopos e de radiação na agricultura na medicina na biologia e normas de segurança no uso de materiais e equipamentos. Distribuiu a Agência 283 bolsas, 46 das quais prorrogadas e 237 novas concessões, constando os "eti-

Sexta-feira 1

lhes da tabela que estou anexando a este pronunciamento.

O Sr. Sigefredo Pacheco — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com prazer.

O Sr. Sigefredo Pacheco — Quero felicitar V. Exa. pelo brilhante discurso que está proferindo, da tribuna do Senado porque tendo comparecido à Conferência para o Emprego da Energia Nuclear para fins pacíficos, estou inteiramente de acordo com o esclarecido pronunciamento de Vossa Excellência.

Em Madrid, estive em contacto com o nosso encarregado de Negócios, o Sr. Conselheiro Manuel Aliaga, que, além de Matemático formado pela Universidade de Madrid é uma grande autoridade em Física Nuclear. Depois desse contacto, pelo que pude observar, naquela Conferência, fiquei mais convicto de que o Brasil terá que enfrentar, o mais cedo possível, esse problema, e com decisão. Segundo ouvi, a energia consumida no mundo atual provém das seguintes fontes: 80% do petróleo e carvão de pedra; e apenas 15% da energia hidrelétrica. Sabendo-se que essas minas de carvão e os depósitos de petróleo estarão extintos, dentro de uns 15 anos, somente a utilização da energia nuclear resolverá essa cruciente carência, provendo o mundo inteiro, de suas necessidades. Se o Brasil ficar indiferente ao movimento de aproveitamento de energia nuclear, teremos, inevitavelmente, de fechar nossas fábricas e parar nosso desenvolvimento econômico. Portanto, é indispensável que o Brasil enfrente, imediatamente esse problema, não para possuir bombas nucleares para efeito de guerra, mas para ter os conhecimentos e os materiais que lhe permitam usufruir os benefícios da energia nuclear para fins pacíficos. De forma que, segundo os cálculos do próprio Embaixador do Brasil, em Madrid, só as despesas que faremos, com o aproveitamento de Sete Quedas, darão para o Brasil resolver todos os problemas de produção de energia nuclear para fins pacíficos. Quero, assim, felicitar V. Exa. pela sua brilhante exposição e dizer que nós, no Brasil, temos que encarar o problema, com a maior energia, com a maior vontade e com a maior presteza.

O SR. JULIO LEITE — Agradeço a intervenção de V. Exa. (Retomando a leitura).

De acordo com a Resolução nº 213, sobre educação e treinamento no campo da energia nuclear, adotada pela XI Conferência, manteve a Agência comitês conjuntos de trabalho com a UNESCO e a OIT, visando, respectivamente, a ampliar o ensino de ciências nucleares nos países em desenvolvimento, e estimular o treinamento técnico de profissionais. Como resultado desse trabalho, realizou a Agência 11 cursos internacionais ou regionais, em igual número de países, com a participação de 209 assistentes. Os detalhes relativos a esse item encontram-se também em anexo, sendo de se ressaltar que um dos cursos teve lugar no Rio de Janeiro, versando sobre a manutenção e a reparação de equipamento nuclear e eletrônico. Técnicos e cientistas brasileiros participaram não só desse curso, como também dos que foram levados a efeito no México — sobre aplicação dos radioisótopos na indústria — e nos Estados Unidos — de treinamento na tecnologia e técnicas de irradiação em alimentos.

Pela primeira vez a Agência realizou cursos com alunos itinerantes, modalidades, através da qual participantes de 15 Estados-Membros visitaram a União Soviética, o Reino Unido, a França e a Alemanha Ocidental,

durante 8 semanas, a fim de se aperfeiçoarem nas técnicas em uso nesses países, sobre a aplicação de radioisótopos na indústria. Isto permitiu a esse grupo de bolsistas observar "in loco" a utilização de processos cujos resultados e princípios estão sendo editados pela Agência, para distribuição aos Estados-Membros, tendo em vista a soma de úteis informações que devem ser disseminadas. Ainda dentro do programa de assistência a Agência proporcionou viagens de 10 cientistas em visitas de caráter técnico a diversos países, enquanto um iniciou treinamento em trabalhos de pesquisa, com fundos proporcionados pelos recursos destinados à assistência. O programa permitiu ainda que 21 professores visitantes fossem estagiar e ministuições e universidades de países em vias de desenvolvimento.

Sob o seu patrocínio continuou em funcionamento o Centro Regional de Rádio-isótopos do Oriente Médio, para países árabes, no Cairo. Concluíram-se em 1966 os trabalhos custeados por dois fundos especiais, para os quais a Agência atuou como órgão executivo: um sobre pesquisas e treinamento para aplicação da energia nuclear na agricultura, na Iugoslávia, e outro um estudo de pré-investimento em energia, inclusive energia nuclear, em Luzon, nas Filipinas. Dois outros encontram-se atualmente em curso, sendo um na América Central, sobre erradicação da Mosca do Mediterrâneo, de grande interesse para o Brasil, dados os processos experimentais de esterilização dos insetos que estão sendo postos em prática, e outro na Turquia, sobre radiação e desinfecção de cereais, igualmente de grande utilidade.

A Agência contribuiu ainda para a manutenção de quatro projetos multilaterais de grande importância. O primeiro é o chamado Projeto "IPA", que consiste num programa conjunto regional, entre a Agência e os governos da Índia e das Filipinas, de pesquisa e treinamento no uso de um espectrômetro de cristal-nêutron, que tem sido útil para a avaliação do emprego de materiais e equipamentos disponíveis naquela área, e que está contribuindo para um substancial progresso no desenvolvimento da pesquisa avançada e no treinamento de pessoal, no campo da pesquisa nuclear nos dois países.

O segundo é o Projeto "NORA", que é um programa conjunto de pesquisa entre a Agência e o Governo da Noruega sobre o reator NORA, que vem sendo desenvolvido desde 1962. Originalmente, destinava-se a estimular a pesquisa no campo da física da água leve e água moderadamente pesada, assim como de urânio levemente enriquecido, para aplicação em reatores. A unidade crítica NORA e a unidade sub-crítica JEEPNIK estão sendo empregadas para desenvolver técnicas experimentais e compilar os dados resultantes dessas experiências, empregando-se na análise desses dados um computador 3.600 CDC.

O terceiro projeto é o "NPY", que consiste num programa cooperativo para pesquisa física no campo dos reatores, entre os governos da Noruega, Polónia e Iugoslávia, iniciado em 1963. Trata-se de um projeto de ajuda mútua, desenvolvido sob os auspícios da Agência, através do qual os países participantes objetivam uma coordenação conjunta na troca de técnicos e informações de seus respectivos laboratórios nucleares, e no desenvolvimento de seus programas de energia atômica. Esse projeto tem beneficiado não só os países participantes, mas sobretudo 30 outros Estados-Membros da Agência, cujos cientistas, em número de 91, tomaram parte no curso avançado de reatores levado a efeito na Noruega, em agosto de 1966.

O último desses projetos é um programa de pesquisa aplicada à conservação de frutas e sucos cítricos, de grande interesse para os países produtores e exportadores. É um programa cooperativo de pesquisas entre a AIEA, a Agência Europeia Atômica e a Organização Austríaca de Energia Atômica, que está sendo levado a efeito no Centro de Reatores da organização, em Seibersdorf, incluindo investigação microbiológica sobre a conservação de frutas e de sucos, através da irradiação.

Embora tenha me detido mais de perto nesse setor de trabalho da Agência, por ser de grande interesse para os países em desenvolvimento, há outros de importância vital em que ela igualmente atua, evidenciando a variedade das atribuições que lhe foi cometida. Não posso deixar de referir-me ao papel por ela desempenhado no desenvolvimento dos reatores de potência, campo de atividades em que a contribuição da Agência é também relevante, especialmente no que diz respeito às pesquisas para o desenvolvimento dos reatores super-regeneradores (breeders), vital para a definição futura dos programas de produção de energia nuclear-elétrica. Para que se tenha uma idéia da evolução mundial em programas de eletrificação à base de energia atômica, basta dizer que a capacidade em operação dos reatores atômicos era, em fins de 1966, de 8.700 megawatts-elétricos. Os aumentos verificados, desde então, indicam estar programado o aumento desse potencial para 23.000 megawatts-elétricos. Tendo em vista a atualidade dos dados divulgados durante XI Conferência, julguei conveniente anexar a este relatório a lista completa, com breves especificações, dos reatores instalados e em construção, em todos os Estados-Membros da Agência.

É interessante notar a rápida evolução que se verifica nesse particular. Os estudos completos sobre o problema de eletrificação nas ilhas de Luzon, nas Filipinas, realizados como um dos programas da Agência, indicam que a construção de um reator de 300 megawatts, já será competitiva, dadas as condições locais, recomendando-se um programa global de 1.000 megawatts-elétricos, através de 3 unidades geradoras, prevendo-se que em 1979 o alto custo inicial do investimento será recompensado, proporcionando uma economia anual de 14 milhões de dólares.

De importância transcendental para o Brasil, neste setor, é o estudo conjunto dos "Recursos Minerais de urânio e Tório", publicado sob esse título, em trabalho conjunto da AIEA e da Agência Europeia de Energia Atômica, em 1965, que está sendo atualizado. Um grupo de trabalho da Agência, que se reuniu pela primeira vez em dezembro de 1966, concluiu que a queda no custo da geração de energia nuclear-elétrica e o desenvolvimento da eficiência dos reatores avançados com o emprego de tório, asseguram, a esse material, um lugar de destaque nos futuros programas nucleares.

A Agência estima ainda em seu Relatório que, em breve, novas informações estarão disponíveis sobre o custo da dessalinização da água e sobre os problemas práticos relativos a operação simultânea de um reator de potência empregado também para dessalinização, tendo em vista a decisão dos Estados Unidos de construir na Califórnia um conjunto de finalidade dupla, que deverá produzir 1.600 megawatts de eletricidade e 190.000 m³ de água potável por dia. A União Soviética, por sua vez, anunciou igualmente os planos para a construção de dois reatores nucleares de potência igual a 350 megawatts cada um, combinados com uma unidade de dessali-

nização na área do Don, com a capacidade de 380.000 m³ por dia. Por outro lado, encontra-se em fase final a construção de um reator rápido-regenerador de finalidade dupla em Chechenko, no mar Cáspio, na União Soviética, que proporciona a produção de 150 megawatts de eletricidade e 120.000 m³ por dia de água dessalinizada. A Agência continuou a acompanhar os estudos que, com esta mesma finalidade estão sendo feitos na Grécia, na Tunísia e na República Árabe Unida, tendo tomado parte no Comitê Conjunto Agência-México-Estados Unidos para a instalação de conjunto idêntico no Golfo da Califórnia, além da cooperação que emprestou à missão que examinou os problemas de suprimento de água e energia no Peru e na região de Antofagasta, no Chile.

O Sr. Vasconcellos Torres — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não, O Sr. Vasconcellos Torres — V. Exa. está cumprindo com seu dever, e é justamente o que o Senado faz. Todos os Senadores que integram delegações no Exterior, invariavelmente, apresentam relatórios sobre as missões que lhes são incumbidas. Perguntaria ao nobre Senador Julio Leite se a Delegação Brasileira se afora esses dados, destacou-se nos debates e o que falou sobre o chamado "Clube Atômico" — V. Exa. sabe que a energia atômica praticamente está nas mãos de quatro países. Nós lutamos, desesperadamente, para que tenhamos direito não só à energia nuclear mas à utilização dos aceleradores atômicos, alguns deles no país e que estão paralisados. Afora o Estado de São Paulo, que é o pioneiro nesse setor, a energia nuclear, realmente, é debatida — vê V. Exa. com um pouco de passionalismo. A delegação brasileira, de uma feita, inclusive recuou de um ponto de vista estabelecido pelo nosso próprio Governo. Fiz até um requerimento de informações, recentemente, a respeito. Então perguntaria a V. Exa., o que de positivo — e só me abalanco a apartar o brilhante orador porque outros Senadores o interpelaram — o que de prático conseguiu a delegação brasileira. Ouvindo o trabalho de V. Exa., daqui para a frente nós, Senadores ou Deputados Federais, não poderemos comparecer a essas conferências simplesmente como expectadores e não — me permita a linguagem vulgar mas vernácula porque não fere o Regimento — como simples "olheiros". Temos sido "olheiros". Poderíamos pelo menos debater esse problema de energia nuclear. V. Exa. sabe que o país se arrasta, nesse momento, num debate cruciente, entre os países desse grupo atômico que não querem, de maneira alguma — refiro-me à Rússia e aos Estados Unidos — que o Brasil ingresse na era nuclear. Pergunto a V. Exa. se alguma voz verde e amarela se ergueu nesta conferência para fazer valer a tese do Sr. Ministro Magalhães Pinto, se conseguimos para o Brasil o direito de tratar da energia atômica, inclusive realizando explorações para fins pacíficos.

Se V. Exa. pudesse responder, muito agradeceria. Felicito o Senado por ter indicado V. Exa. e felicito a mim por ser seu amigo, no dia de hoje em que está procedendo à leitura deste relatório.

O SR. JULIO LEITE — No decorrer de meu discurso V. Exa. terá a resposta às minhas dúvidas.

Um estudo detalhado da viabilidade técnica do emprego desses reatores será necessário, segundo a Agência, para que se possam estabelecer as bases econômicas das alternativas

possíveis nesse campo. Sob esse aspecto, um seminário foi realizado em novembro de 1956, para estudar a viabilidade de vários tipos de reatores para finalidades simples ou duplas, e a proporcionalidade de equilíbrio dos elementos água-energia. Uma breve reflexão sobre esse tema nos permitia prever as perspectivas incomensuráveis do Nordeste com a instalação de um reator de dupla finalidade naquela região.

O simpósio ampliado sobre geração magneto-hidrodinâmica, levado a efeito conjuntamente com a Agência Europeia, em Salzburgo, em julho de 1956, reviu os progressos alcançados no desenvolvimento dos reatores MHD. Tendo em vista o interesse mundial desse problema, o Grupo de ligação do MHD, originariamente estabelecido pela Agência Europeia, foi reorganizado como um Grupo Conjunto Agência-ENEA, em abril de 1957. É outro dos campos em que a pesquisa tende a abrir extensas possibilidades no aproveitamento da energia térmica dos fluidos.

Ainda que seja como uma breve referência, devo aludir ao trabalho do Comitê Conjunto Agência-FAO, que inclui pesquisas no campo da produção e no uso de mutações induzidas no crescimento das plantas; emprego de isótopos e radiação no controle das doenças parasitárias e aspectos micro-biológicos na preservação de alimentos por irradiação, relacionados com maiores detalhes em Anexo. Os programas de fertilidade do solo e de irrigação, e o uso de isótopos para o estudo das necessidades nutritivas das plantas, ora em desenvolvimento, juntam-se a outros da maior relevância sobre o emprego de rádio-isótopos e da irradiação na produção animal e no controle de suas doenças, além de trabalhos específicos no campo da imunologia e da patologia animal.

A medicina nuclear, por sua vez, está igualmente contemplada no âmbito operacional da Agência, especialmente no que diz respeito a pesquisas de doenças que afetam as áreas tropical e subtropical do globo, e que incluem programas específicos sobre anemia, parasitologia e desnutrição, incluem pesquisas em nosso país.

Há, por fim, Senhor Presidente, outras áreas de crescente e ativa dedicação dos órgãos técnicos da AIEA, que estão devidamente relacionados nos Anexos a este relatório, e que incluem a aplicação da energia nuclear na hidrologia, na indústria, na geofísica e na meteorologia, e que são objeto de publicações específicas da Agência.

No que diz respeito à participação brasileira nesses programas, cumpre assinalar a presença de pesquisadores, técnicos e cientistas de nosso país, no curso avançado de 2 meses e meio de física nuclear, em 1956 e 1957, realizado anualmente na Escola de Física Avançada, mantido conjuntamente pela Agência, pela UNESCO e pela Universidade de Trieste.

Antes de encerrar essas considerações, devo fazer uma referência especial à participação brasileira na XII Conferência da AIEA. O trabalho de observação da Delegação Parlamentar designada pelo Presidente do Senado Federal está sendo complementado, de maneira particularmente minuciosa e atualizada, pelo eminente Senador Arnon de Mello, que, ao encerrarem-se os trabalhos em Viena, iniciou uma visita programada aos principais reatores de potência existentes em diversos países do mundo. Sua Excelência, que ainda se encontra cumprindo o extenso progra-

ma que se impôs, deverá deter-se particularmente nos aspectos técnicos e econômicos dos reatores de dupla finalidade, para a produção de energia e a dessalgação da água, aos quais dará conhecimento ao Senado, com a dedicação que patrioticamente põe em todas as suas tarefas.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Vejo que V. Exa. chega ao fim de seu discurso. Não pretendo interromper as considerações de V. Exa., a fim de que pudesse desenvolver e abordar todos os aspectos do trabalho realmente precioso da Agência Internacional de Energia Atômica. Como V. Exa. se referiu ao Dr. Sigvard Eklund, renomado especialista sueco em questões nucleares, e Diretor-Geral da AIEA, seria conveniente lembrar aqui que, por oportuna sugestão do nosso colega, Senador Arnon de Mello, os integrantes da Delegação de Observadores Parlamentares, acompanhados do Chefe e do Subchefe da Delegação brasileira, fizeram uma visita de cortesia a esse alto funcionário da Agência. Nessa oportunidade, tivemos o ensejo de fazer sentir ao Diretor-Geral o interesse e o empenho do Governo brasileiro nas questões atômicas, com o objetivo de acelerar por todos os meios disponíveis na moderna tecnologia nuclear, o processo de desenvolvimento brasileiro, o que se evidenciava pela presença, pela primeira vez, como ressaltou V. Exa., de uma Delegação Parlamentar de nosso país, a uma Conferência daquele organismo internacional. Gostaria ainda de chamar a atenção do Poder Executivo para a atenção que está sendo dada, em todo o mundo, às possibilidades potenciais e praticamente inesgotáveis do aproveitamento pacífico da energia nuclear. Neste particular, cumpre citar os países da Europa Oriental e Ocidental, que estão encontrando na energia atômica aplicações substitutivas para os processos convencionais em quase todos os campos da atividade humana. É indispensável ressaltar também as formas cooperativas postas em prática, especialmente no âmbito da Agência Europeia de Energia Atômica, para a concretização de projetos de alto custo que não podem ser desenvolvidos por um só país. Parece-me indispensável que o Brasil concentre esforços no sentido de que a Comissão Inter-Americana de Energia Atômica adote idéntico critério na América Latina, aproveitando os precedentes já constatados, a fim de que se desenvolva, em nossos países, a tecnologia de reatores de potência e a exploração de nossos recursos em materiais "férteis".

O SR. JULIO LEITE — Muito obrigado a V. Exa.

(Reclamando a palavra):

A Delegação designada pelo Poder Executivo e que representou o Brasil, foi chefiada pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, General Uriel de Costa Ribeiro, tendo como Subchefe o Embaixador Aloysio de Almeida Bittencourt, nosso representante em Viena. Interferiam na ainda o Professor Luiz Cintra do Prado, o Professor Paulo Ribeiro de Arruda e o Brigadeiro Rafael Leopoldo dos Santos, todos da CNEA, além dos secretários Fernando Buarque Franco Netto, ex-Representante Residente do Brasil junto à AIEA, Hélio da Fonseca e Silva Bittencourt, atual Representante-Residente, Luiz Antônio Gagliardi Residente-Substituto e Roberto Gasparry Torres.

O professor Luiz Cintra do Prado, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, foi, durante o biênio 66-67, Governador pelo Brasil na Junta de Governadores da Agência, e membro, também pelo Brasil, do Comitê Consultivo Científico das Nações Unidas e da própria Agência. Trata-se, Senhor Presidente, de Professor emérito, possuidor dos mais altos títulos e graus universitários, além de engenheiro-civil e doutor em Ciências Físicas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Integrou a Delegação do Brasil à Comissão Preparatória da Agência Internacional de Energia Atômica, tendo tomado parte em 8 das 10 Conferências Gerais da AIEA, o que lhe dá, inevitavelmente, indiscutível autoridade no trato e no conhecimento dos assuntos a ela inerentes, sendo, portanto, um técnico altamente credenciado para coordenar o trabalho brasileiro e suas relações com a Agência.

O Professor Paulo Ribeiro de Arruda, que é formado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola de Engenharia Mackenzie, é também doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Catedrático de Eletrotécnica Geral dessa mesma Faculdade. Alia a seus altos méritos, o de ter sido Diretor da Divisão de Intercâmbio e Treinamento de Cientistas e "Experts" da própria Agência.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Folgo imenso em ouvir o relatório de V. Exa. referente à reunião da Agência Internacional de Energia Nuclear, realizada em Viena. Energia nuclear, conforme V. Exa. citou, não é somente para a eletricidade; é para calor, para aplicação de rádio-isótopos, para medicina, para a agricultura e para a pecuária. O importante é que a Europa, que é um centro de alto padrão de educação, tem as organizações, conforme citarei daqui a pouco. Entretanto, nenhum dos países da Europa tem depósitos de tório como tem o Brasil, que equivalem 300.000 toneladas — só as reservas conhecidas. A Índia é quem possui mais que o Brasil.

O Sr. Vasconcelos Torres — Peço a V. Exa. que não esqueça de citar o nióbio.

O Sr. José Ermírio — A própria Índia já está construindo um reator nuclear à base de tório. Citarei um resumo do que é a Europa no momento, em fins de 1956: Países membros: 23; número internacional de organizações nucleares: 6; cooperação de governos: 63; investimento de capital de Energia nuclear: 4.039.000.000 de dólares; renda parcial: 967.000 de dólares — isto em princípio de 1953; homens empregados nesse campo de ação de trabalho: 220.000; capacidade instalada: 328.000 MWE; produção de energia elétrica por ano: Deparamento de Pesquisas Nucleares: 92; número de reatores funcionando: 23; número de reatores em construção: 23; número de reatores planejados: 17; capacidade instalada no fim de 1953: 3.290.000 KW ou 3.003 MWE; capacidade instalada em 1970: 14.373.000 KW ou 14.723 MWE. Vejo V. Exa. a que ponto chegou a Europa. E nós, no Brasil, com todo esse potencial que temos, não dispomos de reatores Breeders. Na Alemanha já existe um funcionando desde o princípio do ano, e nós, aqui, na expectativa de nada fazer ou talvez de aproveitar o dos outros. E vamos pagar uma fortuna para aproveitar esse conhecimento.

O SR. JULIO LEITE — V. Exa. tem inteira razão, nobre Senador.

O Sr. Filinto Müller — Há a assinalar o aproveitamento do tório, na Alemanha, em seus reatores.

O Sr. José Ermírio — Exato. Há um outro em Peach Bottom, na Pensilvânia, nos Estados Unidos.

O SR. JULIO LEITE — Devo-se notar que a Argentina, nesse particular, está à frente do Brasil.

O Sr. José Ermírio — Terminando meu aparte, nobre Senador, tenho a assinalar que, nos Estados Unidos desde fevereiro deste ano, há um reator funcionando à base do tório, em Peach Bottom. Lá também, na Alemanha, um outro reator funcionando, também desde o início do ano e, também, na base do tório. Se não tivermos a coragem de enfrentar o problema com decisão não conseguiremos acompanhar a evolução das demais nações, e, o que é importante, não devemos esperar a doação de quem quer que seja porque a nação que espera doação de outras nações não tem futuro.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero, neste ponto, exaltar a atitude do Presidente da República, no discurso proferido na Ilha Solteira, quando disse, com uma precisão que empolgou todo o povo brasileiro: "Nós perdemos a era do carvão estamos sendo ultrapassados pela energia hidrelétrica, mas não ficaremos para trás, de maneira nenhuma, no aproveitamento da energia nuclear". A bem da verdade queria, neste instante, dizer que essa bandeira, lançada pelo Presidente Costa e Silva, empolgou a todos nós, brasileiros independentemente de sigla, partidária, e é justamente a perspectiva que se abre, o caminho que nos foi apontado a percorrer. A Comissão de Energia Nuclear começa a desenvolver os seus esforços, e V. Exa., sabe que, na Região Centro-Sul, será montada, brevemente, uma usina pioneira para produção de energia nuclear. Uma vez que V. Exa. no dia de hoje, pronuncia discurso que desperta a atenção de todo o Senado, entendo que se deve fazer justiça ao Governo. As críticas porventura formuladas, e o foram de modo suave pelo eminente Senador José Ermírio, devem receber resposta por parte do Governo, com uma diretriz que há de ser tomada em benefício do engajamento do Brasil naquele tipo de energia que podemos produzir, já que possuímos os minerais atômicos indispensáveis e a nossa própria Constituição consagra o monopólio da sua extração e utilização. Temos certeza de que os estudos feitos, dentro em breve, serão transformados em realidade. O nobre Senador José Ermírio tocou o aspecto da existência de vários tipos de minérios geradores de energia nuclear. S. Exa. é um homem que todos nós respeitamos, pelos seus conhecimentos, capacidade de trabalho patriótico e desprendimento. Mas eu me permitiria acrescentar aos minerais já relacionados por S. Exa., o nióbio de que Araxá é riquíssimo. Este valiosíssimo elemento natural é abundante em Araxá, poderá dar ao Brasil, senão a porção de vanguarda, pelo menos a de que não fiquemos marginalizados nesse importante setor de progresso de um país. E isso vem em abono da tese que sustentamos, e faço questão de declarar — porque há muito nacionalismo em torno do problema da energia nuclear — que o Presidente da República, Marshal Costa e Silva o encarcou frontalmente.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador Julio Leite, colaborando com o aparte do Senador Vasconcelos Torres, informo a V. Exa. que os depósitos de nióbio ou de colúmbio (são a mesma coisa) de Araxá equivalem a 60 por cento das reservas mundiais conhecidas.



O Sr. Marcello de Alencar — Permite-me V. Exa. um aparte, Senador Júlio Leite?

O SR. JULIO LEITE — Pois não!

O Sr. Marcello de Alencar — O Senador Vasconcelos Torres é um otimista em relação a tudo-quanto diz respeito aos problemas nacionais. Não podemos, entretanto, concordar com S. Exa., quando destaca que o Governo brasileiro revela, com relação à política do átomo uma posição positiva, afirmativa. Ouvi de S. Exa. a informação de que o Presidente da República, a curto prazo, nos mandaria, ao Congresso a lei da ATOMOBRA. Surpreendi-me, dois dias após, com a afirmação do Ministro das Minas e Energia, negando a hipótese. S. Exa., o Ministro das Minas e Energia, pertence ao grupo pessimista do Governo, grupo daqueles que entendem que a nossa deve ser de interdependência, e que outras nações podem cuidar do problema por nós. Mas a política do M.D.B. é no sentido de levar o Governo para uma posição de afirmação no campo da política atômica. Entre o que afirma S. Exa. o Presidente da República e o que faz, o envio da mensagem orientatória, não prevê a inclusão de recursos suficientes, para dar, sequer, os mínimos passos nesse campo — nos leva à descrença, à incerteza de que venhamos a empreender a política adequada para entrarmos na era atômica. Vale assinalar que V. Exa. engrossa, com a experiência da viagem que fez, as vozes dos brasileiros convencidos da nossa realidade, da nossa capacidade. Cabe, aqui, depois de V. Exa. haver destacado o campo de aplicação da energia atômica, dizer que aqueles que se opõem à nossa posição de independência com relação à iniciativa de desenvolver a energia nuclear, estão lançando a descrença no País, sob o fundamento de que somos um País subdesenvolvido, sem possibilidades financeiras para empreender investimentos que se anunciavam mirabolantes nessa área, sobretudo quando temos problemas prioritários a tratar. Aproveito a oportunidade para lembrar, diante do relatório técnico, de V. Exa. que nós brasileiros, não temos as dificuldades que tiveram outros países, ao iniciar as pesquisas atômicas. Teremos de pagar o bonde andando, partir de onde os outros países já estão e isso nos revela a experiência francesa, a experiência chinesa, a experiência soviética — porque os Estados Unidos, pioneiros neste campo, foram obrigados a fazer investimentos que os outros países já não terão de fazer. De sorte que faz bem V. Exa. em trazer ao conhecimento da Casa e da Nação o resultado das conferências internacionais e da troca de informações entre os países, possibilitando a nós que ainda não exploramos este campo, a que possamos evitar os investimentos das pesquisas preliminares. Hoje quem se introduzir nesta área, não será forçado, como os Estados Unidos, em termos de investimentos, a pesquisas primárias. Partiremos de onde o campo da energia atômica se encontra. Acredito que esses investimentos que nos assustam e levam a descrença a muitos brasileiros responsáveis, sejam mais aparentes do que reais. O pronunciamento de V. Exa. nos dá a certeza de que o Governo deve dar maior atenção à iniciativa no sentido de promover uma política atômica capaz de nos levar ao progresso e ao desenvolvimento. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JULIO LEITE — Agradeço a colaboração de V. Exa. (retornando à leitura.)

Verifica-se, portanto, que, além de criteriosamente organizada, a Delegação brasileira estava em condições de desempenhar, honrosamente, seus elevados encargos. Pelas referências que acabo de fazer, constata-se ainda que, embora não seja do conhecimento geral, o Brasil tem participado ativa e constantemente do trabalho e do desenvolvimento da Agência, beneficiando-se, inclusive, da assistência por ela proporcionada.

E' bem verdade que, segundo a opinião expressa pelo Professor Luiz Cintra do Prado, no Curso Sobre Assuntos de Energia Nuclear, realizado pelo Itamarati em 1966, o Brasil tem se beneficiado dos serviços da Agência em escala um pouco inferior ao montante de suas contribuições, justificando-se, segundo esse ilustre técnico brasileiro, uma política de maiores reivindicações que, felizmente, parece estar sendo aplicada desde o ano passado.

Assim é que constatamos com satisfação que o Brasil figurou em 1967, em segundo lugar, na relação dos países que recebem assistência técnica, colocando-se logo depois da Argentina, que se beneficiou com uma quota de cerca de US\$ 400.00 a mais sobre o montante de US\$ 185.000.00 atribuído ao Brasil.

Entre outros projetos que nos beneficiam, posso citar o contrato de pesquisa no valor de 6 mil dólares, aproximadamente, com o Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para estudos de corpo inteiro, em áreas de alta rádio-atividade natural, que é um dos 19 novos instrumentos de cooperação a serem firmados ainda este ano pela Agência, com os Estados-Membros.

Penso, Senhor Presidente, que o Congresso Nacional e esta Casa em particular, terão interesse em conhecer o Relatório apresentado ao Governo, pelo Chefe de nossa Delegação. Há, na intervenção do Delegado brasileiro na XI Conferência, a informação de que, de acordo com os estudos de uma Comissão do Ministério das Minas e Energia, pretende o Poder Executivo instalar na região centro-sul do País um reator de potência com a capacidade nominal de 500 megawatts. Creio, em decorrência dessa informação, que o programa de implantação de centrais núcleo-elétricas do País esteja já definido, embora o Congresso não tenha dele conhecimento.

A douta Comissão de Relações Exteriores, por sua vez, permite-me sugerir um estudo sobre o novo organismo da ONU instalado também em Viena — a Organização das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) — que, segundo o Dr. Sigverd Eklund, cria novas oportunidades para a cooperação da ONU, com os países em desenvolvimento, e a própria Agência.

Refiro-me também ao projeto INIS (Sistema Internacional de Informações Nucleares), que é dos mais relevantes, e que por isso mesmo mereceu o apoio da Delegação brasileira, já que se constitui num dos meios mais eficazes para a disseminação do emprego da energia nuclear para fins pacíficos, permitindo o acesso dos países em desenvolvimento, aos progressos obtidos em cada um dos Estados-Membros da Agência, cujos dados serão codificados no Centro em fase de instalação pela AIEA.

O Senado Federal conhece de perto a importância do trabalho, no âmbito parlamentar, em desenvol-

vendo em caráter verdadeiramente pioneiro o Senador José Ermirio de Moraes que, com a constância e a ênfase que todos lhe reconhecemos, tem chamado a atenção desta Casa para a importância do aproveitamento da energia nuclear. No âmbito do Poder Executivo, Senhor Presidente, o mesmo se pode dizer do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, ex-Secretário Adjunto Para Organismos Internacionais, e atual Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Os resultados da ação desse ilustre Diplomata estão se fazendo sentir, com uma crescente mobilização em torno desse problema. Isto revela a visão e o des-cortínio desse alto funcionário do Itamarati, que tanto o recomendam à nossa admiração, e que tem feito com que o Chanceler Magalhães Pinto endosse, entusiasticamente, a orientação ativa que, nesse campo, está sendo impressa à política exterior brasileira da qual só podem resultar incomensuráveis benefícios ao País.

E' indispensável ressaltar perante Vossa Excelência, Senhor Presidente, a assistência e a constante ajuda que nos foi dispensada, não só pessoalmente pelo nosso Embaixador em Viena, Dr. Aluísio Régis Bittencourt, e por todos os integrantes de nossa representação diplomática naquela Capital como por todos os titulares das demais missões em outros países incluídos em nosso roteiro, entre os quais não posso deixar de citar o Conselheiro Manoel Fernández-Alcazar, em Madrid, a que o eminente Senador Pedro Ludovico já fez referência em seu discurso, e o Cônsul Substituto em Frankfurt, José Itamar Pôrto de Aragão Pereira.

Ao encerrar minhas considerações, Senhores Senadores, deixo fazer duas observações de caráter pessoal, que me parecem indispensáveis e oportunas. Muitas referências — algumas depreciativas — têm sido feitas à designação de Observadores Parlamentares às conferências internacionais de que o Brasil participa. Trata-se de uma praxe que deve ser mantida e incentivada, pois ela integra, forçosamente, a mecânica do regime democrático. E' tal a soma de informações atualizadas que se divulgam nas reuniões internacionais, que delas não pode prescindir o Congresso, se deseja desempenhar eficientemente sua função legislativa e a de órgão fiscalizador do Poder Executivo. O conhecimento perfeito e adequado dos progressos e dos esforços de outras nações precisa ser difundido e aproveitado, se pretendemos apurar as medidas tendentes a acelerar o nosso desenvolvimento. O que ocorreu com a energia atômica é típico. Enquanto estiveram suspensas as fontes de contatos e a divulgação sobre o poder da energia atômica, o mundo estacionou em volta dos esforços individuais dos cientistas que trabalhavam isoladamente, sem possibilidade de cotejar os resultados obtidos por seus colegas. Isto representou, naturalmente, a perda de uma fabulosa energia potencial, muitas vezes em busca de soluções que em outras partes do Universo já tinham sido encontradas. Com o advento do sistema de livre troca de informações, mormente depois da fundação da AIEA, multiplicaram-se os canais de comunicações entre técnicos e cientistas, dando origem ao esforço conjunto de milhares de pesquisadores, em dezenas de nações, gerando um aceleramento no avanço da tecnologia nuclear que há vinte anos era considerado impossível.

Por isso mesmo, o Congresso dos Estados Unidos adotou a praxe de se fazer representar nos conclaves internacionais de que seu País participa, onde tem a oportunidade de colher valiosos subsídios, para a formulação da política exterior de seu País. Nessa última Conferência da AIEA, tivemos o prazer de encontrar, como representantes do Congresso americano, os Senadores Burke Hickenlooper e John Pastori, e os Deputados Craig Hosner e John Anderson.

E' indispensável, no entanto, que os relatórios trazidos a esta Casa não sirvam apenas de trabalho de referência, mas que, formalizados, se transformem em proposições com tramitação regimental, onde se preveja o seu exame e discussão nas Comissões Técnicas competentes que, mediante a adoção de diretrizes específicas sobre a matéria versada, poderá extrapolar o sentido das nossas observações, através de conclusões em que manifeste ao Poder Executivo sua preocupação a respeito de cada um dos problemas examinados, que sejam do interesse do País.

Com esse objetivo, estou submetendo à Mesa, indicação devidamente formalizada, para que a Comissão Especial de Reforma Regimental examine a possibilidade de adotar a sugestão em seu trabalho.

O Congresso Nacional, Senhor Presidente, nem sempre é convenientemente informado da atuação e da participação brasileira, não só nos organismos internacionais, como nas conferências e seminários a que o País comparece, alguns de maior relevância para a Nação. Neste capítulo, o exemplo da energia atômica é ainda ilustrativo, pois muito pouco se conhece sobre o uso e o emprego da energia atômica para fins pacíficos. Permite-me, por isso sugerir à douta Comissão de Minas e Energia, que examine a possibilidade de constituir em seu seio um Grupo de Trabalho que possa realizar um levantamento não só sobre o uso e a utilidade dos reatores de pesquisa no Brasil, mas sobretudo, sobre a eficiência e a utilidade da nossa política atômica.

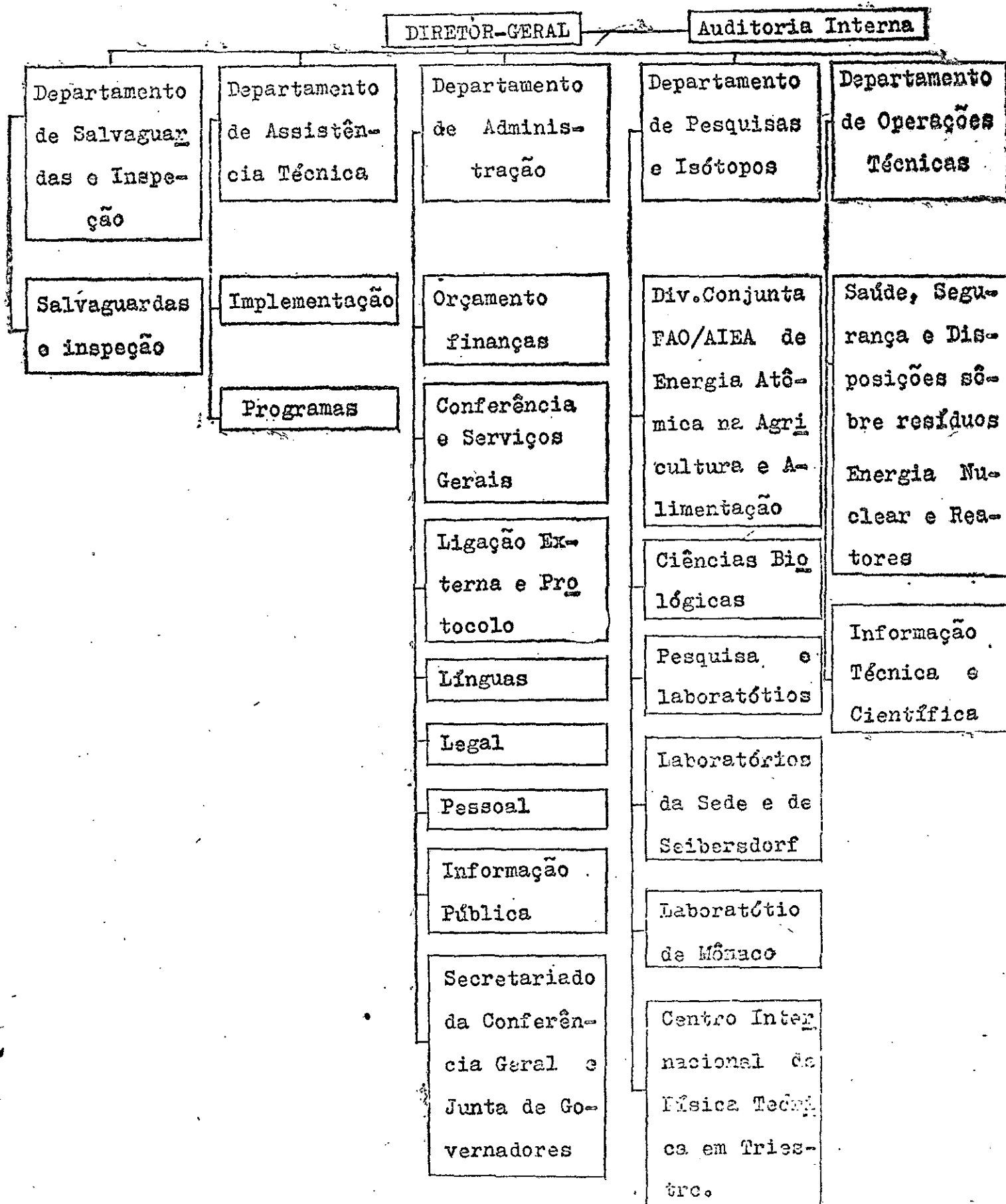
Desejo lembrar, por fim, que seria muito útil para o Senado, tendo em vista a nossa responsabilidade na formulação da política externa do País, acompanhar através de um processo rotineiro, a participação brasileira nos organismos internacionais e nos conclaves, reuniões e seminários em que o Brasil esteja presente, não só convocando seus membros para reuniões de caráter informativo, mas também requisitando ao Poder Executivo os relatórios apresentados, sempre que não for possível ou conveniente a designação de observadores parlamentares.

Encerro minhas considerações, Senhor Presidente, ressaltando, ainda uma vez, o meu entusiasmo pelo trabalho da Agência Internacional da Energia Atômica. A soma de informações e dados divulgados por esse organismo da ONU, e colocados à disposição dos Estados-Membros, é da maior utilidade e grandemente proveitosa para o Brasil, se realmente estivermos empenhados em mobilizar todos os recursos disponíveis, com o fim de acelerar o nosso desenvolvimento e diminuir, comp é imperioso, o fosso que nos separa das nações desenvolvidas do mundo. (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas.)

ANEXOS A QUE SE REFERE O SENADOR JÚLIO LEITE, EM SEU DISCURSO:

## ANEXO I

ORGANOGRAMA DA  
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA



## ANEXO II

Assistência Técnica Durante o Ano de 1966

Campo de Atividade	Equipa- mento %	Especia- listas %	Bolsas %
Desenvolvimento geral em energia nuclear ..	2	13	8
Física Nuclear .....	7	17	24
Química nuclear .....	9	5	4
Prospecção, mineração e processamento de material nuclear .....	3	3	2
Engenharia nuclear e tecnologia .....	22	17	17
Aplicação de isótopos e radiação na agricultura .....	14	12	11
Aplicação de isótopos e radiação na medicina .....	21	15	13
Aplicação de isótopos e radiação na biologia .....	8	5	7
Aplicação de isótopos e radiação em outros campos .....	9	8	10
Medidas de Segurança no campo da energia nuclear .....	5	5	4

## ANEXO III

Distribuição das Bolsas de Estudo — 1966

Campo de Atividade	Número	Homens/ meses
Desenvolvimento geral da energia atômica Física Nuclear ..	40	27
Física Nuclear .....	119	726
Química Nuclear .....	21	175
Prospecção, mineração e processamento de material nuclear .....	8	70
Engenharia nuclear e tecnologia .....	84	862
Aplicação de isótopos e radiação na agricultura .....	53	334
Aplicação de isótopos e radiação da medicina .....	66	337
Aplicação de isótopos e radiação na biologia .....	35	222
Outros Campos de aplicação de isótopos .....	51	147
Normas de segurança em energia nuclear .....	22	171
Total .....	499	3.071

## COMISSÃO DIRETORA

PORTARIA N.º 8, DE 1967

A Comissão Diretora tendo em vista necessidades de administração da Secretaria do Senado, resolve:

1º que a Diretoria da Assessoria Legislativa passa a ter a estrutura administrativa provisória descrita no quadro anexo.

2º que as designações para as Chefias dos Setores e Subsetores serão feitas pelo Diretor-Geral da Secretaria, por indicação do Diretor da Assessoria Legislativa.

3º que, em termos genéricos, são as seguintes as atribuições dos Setores e Subsetores da Diretoria da Assessoria Legislativa, sob a supervisão, coordenação e fiscalização do Diretor da Assessoria Legislativa:

a) Setor de Planejamento: controlar a tarefa de elaboração orçamentária e financeira e fiscalizar a sua execução prestando aos Senadores quando solicitadas, a necessária assistência técnica;

b) Subsetor de Subvencões: executar as tarefas de elaboração orçamentária, principalmente na parte relativa às subvencões ordinárias e extraordinárias;

c) Subsetor de Tetos: executar as tarefas de elaboração orçamentária, principalmente as referentes às emen-

das compreendidas nos critérios de tetos; e

c) Subsetor do Programas Plurianuais: executar as tarefas de elaboração orçamentária principalmente no que tange aos programas plurianuais de investimentos.

II Setor de Estudos Técnicos e Jurídicos: controlar a tarefa de elaboração de estudos técnicos e jurídicos compreendidos nas atribuições da Diretoria da Assessoria Legislativa, planejando a fiscalização a sua execução.

a) Subsetor de Pesquisas: executar as tarefas de pesquisas necessárias a instrução dos projetos e processos em estudo;

b) Subsetor de Controle e Distribuição: executar as tarefas de registro dos projetos em estudo, controlando o seu andamento no que respeita aos prazos de tramitação;

c) Subsetor de Mecanografia: executar as tarefas de mecanografia necessárias ao atendimento dos serviços da Diretoria;

4º — O Diretor-Geral da Secretaria providenciará no sentido de dotar a Diretoria da Assessoria Legislativa do material e do pessoal necessários ao funcionamento da estrutura administrativa instituída pelo presente Ato.

Selo da Comissão Diretora, 29 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente.

## ANEXO VI

Programas Coordenados de Pesquisas na Alimentação e Agricultura

Programa de Pesquisa	Países em que os Programas estão sendo Desenvolvidos
Produção e uso de mutações induzidas no crescimento das plantas	Argentina, França, República Federal da Alemanha (2), Índia, Itália, Japão, Noruega, Suécia (2), Estados Unidos da América (4), Iugoslávia
Isótopos e controle por radiação de doenças parasíticas	Tchecoslováquia, Dinamarca, Hungria, Itália, Reino Unido (2), Estados Unidos da América, Iugoslávia
Aspectos microbiológicos da preservação de alimentos por irradiação	Austrália, Hungria, Japão (2) e Suécia
Suprimento nutritivo de plantas	Austrália, Bélgica, Dinamarca, Hungria, Índia, Japão, Holanda, Polónia

Nota — Os números entre parênteses indicam o número de pesquisas em andamento.

## ANEXO VII

Distribuição de Contratos de Pesquisas de Aplicações de Isótopos na Medicina

Pesquisa	Países em que a Pesquisa está sendo conduzida com o auxílio financeiro da Agência
Anemia	Equador, Ghana, Grécia, Iraque, Japão, Madagascar, República da Coreia (2), Líbano, Nigéria, Rumania, África do Sul, República Árabe Unida
Bócio	Austria, Bélgica, República Democrática do Congo, Bolívia, Bulgária, Iraque, Japão, Nova Zelândia, Espanha, Turquia, República Árabe Unida
Parasitologia	Iraque, Japão, Filipinas, República Árabe Unida
Desnutrição	Argentina, Brasil, Chile, República Democrática do Congo, Guatemala, Índia, Israel, Jamaica, Nigéria, Paquistão, Filipinas, África do Sul, República Árabe Unida

## ANEXO VIII

Distribuição dos Contratos de Pesquisa sobre Radiação na Biologia

Pesquisa	Países em que a Pesquisa está sendo conduzida com o auxílio financeiro da Agência
Mecanismo dos efeitos da radiação (somáticos e genéticos)	Argentina (2), Austrália, Bélgica, Bulgária (2), Tchecoslováquia, Equador, Hungria (2), República da Coreia, Holanda (3), Polónia e Turquia
Modificação dos efeitos da irradiação	Bélgica, Itália, Japão, Espanha, Reino Unido
Aplicações radiobiológicas	Bélgica, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Hungria (2), República da Coreia, (2) Turquia



## ANEXO IV

## Cursos Internacionais e Regionais de Treinamento

Título	Local e Data	Países Participantes (1)
Curso internacional avançado de verão na física de reações	Sandefjord, Noruega 22 de agosto a 2 de setembro de 1966	40 (Austria, Bélgica, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Canadá, China, República Socialista da Tchecoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, República Federal da Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Israel, Itália, Japão, Paquistão, Polónia, România, Suécia, Suíça, Turquia, República Socialista Soviética da Ucrânia, Venezuela e Iugoslávia)
Grupo de Estudo do uso de radioisótopos e radiação na indústria (2)	Tchecoslováquia, França, Reino Unido, e União Soviética 28 de agosto a 3 de novembro de 1966	15 (Argentina, Bulgária, Colômbia, Grécia, Hungria, Índia, Iraque, Israel, México, Paquistão, Filipinas, Polónia, Tailândia, República Árabe Unida e Iugoslávia)
Curso internacional de análise dos aspectos técnicos e econômicos da energia nuclear	Sede da Agência Viena — Áustria 5 a 17 de setembro de 1966	40 (Argentina, Bélgica, Bulgária, Chile, China, República Socialista da Tchecoslováquia, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Japão, República da Coreia, Kuwait, México, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Filipinas, România, África do Sul, Espanha, Suíça, República Árabe da Síria, Tailândia, Tunísia, Turquia e Iugoslávia)
Curso internacional de treinamento em radiobiologia	Vinca, Iugoslávia 12 de setembro a 4 de novembro de 1966	18 (Austria, Bulgária, Chile, Cuba, República Socialista da Tchecoslováquia, Hungria, Índia, Itália, Japão, Espanha, Suécia, Suíça, República Árabe da Síria, Turquia e Venezuela)
Curso regional de treinamento nas técnicas dos radioisótopos (2)	Kinshasa, República Democrática do Congo 21 de novembro a 16 de dezembro de 1966	12 (Etiópia, Costa do Marfim, Kenya, Madagascar, Maurícios, Nigéria, Serra Leoa, Uganda e Zâmbia)
Curso inter-regional de treinamento no uso de radioisótopos no solo e na investigação de plantas (2)	Manilha, Filipinas 3 de outubro a 25 de novembro de 1966	12 (Gambódia, China, Índia, Iran, Israel, Paquistão, República Árabe Síria, Tailândia e República Árabe Unida)
Curso de treinamento e reparação de equipamento nuclear e eletrônico (2)	Rio de Janeiro, Brasil 3 de outubro a 23 de dezembro de 1966	9 (Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela)
Curso regional de treinamento no uso de radioisótopos na indústria (2)	Cidade do México, México 7 de novembro a 3 de dezembro de 1966	11 (Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Venezuela)
Curso inter-regional de treinamento na aplicação das técnicas de radioisótopos na hidrologia (2)	Turquia 18 de abril a 26 de maio de 1967	12 (Bulgária, China, República Democrática do Congo, Índia, Indonésia, Filipinas, Polónia, Arábia Saudita, Sudão, Tailândia)
Curso internacional de treinamento sobre radiação na biologia	Israel 22 de maio a 30 de junho de 1967	20 (Austria, Bulgária, Chile, China, República Socialista da Tchecoslováquia, Guatemala, Hungria, Índia, Japão, Kênia, México, Peru, Filipinas, România, Espanha, Tailândia, Turquia, Venezuela, Viet-Nam, Iugoslávia)
Curso internacional de treinamento nas técnicas e na tecnologia da irradiação de alimentos	Estados Unidos da América 18 de junho a 11 de agosto de 1967	20 (Argentina, Austrália, Brasil, Bulgária, Chile, China, República Socialista da Tchecoslováquia, Grécia, Índia, Iran, Israel, Itália, Nova Zelândia, Peru, Filipinas, România, Espanha, Tailândia, Turquia e Venezuela)

(1) — Os participantes locais não estão incluídos

(2) — Financiado com os recursos do Fundo de Assistência Técnica da ONU

## ANEXO V

## Centrais Nucleares nos Estados-Membros (1)

## 1. Reatores de Potência Experimentais

(Capacidade abaixo de 20MW (e))

## A. Em Operação

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME (e)	Data da Criticalidade
<i>Bélgica</i>				
BRI-3	Mol	PWR	10,5	Agosto 1962
<i>França</i>				
G-1	Marcoule	GCR	2	Janeiro 1956
<i>República Federal da Alemanha</i>				
KAHL (VAK)	Grosswelzheim-Kahl	BWR	15	Novembro 1960
AVR	Jülich	HTGR	15	Agosto 1966
<i>Japão</i>				
JPDR	Tokai-mura	BWR	11,25	Agosto 1963
<i>Suécia</i>				
AGESTA	Agesta	PHWR	9	Julho 1953
<i>Reino Unido</i>				
DFR	Dounreay	FBR	14	Novembro 1959
<i>Estados Unidos</i>				
EBWR	Lemont	BWR	4	Dezembro 1959
SAXTON	Saxton	PWR	3	Julho 1962
CVTR	Parr	PHWR	17	Março 1963
PNPF	Piqua	OMR	11,4	Junho 1963
EBR-2	Idaho Falls	FBR	16,5	Novembro 1963
BONUS	Punta Higuera	BWR + Super-aquecimento nuclear	16,5	Abril 1964
<i>União Soviética</i>				
APS	Obrunsk	LWGR	5	Maior 1954
TES-3	Obninsk	PWR	1,5	1951
ARBUS	Melckess	OMR	0,50	Junho 1963

## B. Em Construção

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal Mw (e)	Data da Criticalidade
<i>Suíça</i>				
LUCENS	Lucens	HWGCR	7,5	Dezembro 1966
<i>União Soviética</i>				
BILBIN	Bilbin — Região de Chukota (Sibéria)		4 x 10	1970

II. Reatores de Potência Média  
(Capacidade nominal entre 20 MW(e) e 100 MW(e))  
A. Em Operação

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME (e)	Data da Criticalidade
<i>Canadá</i>				
NDP .....	Rollanton .....	PHWR	22,5	Abril 1962
<i>França</i>				
G-2 (G-3) .....	Mauoule .....	GCR	2 x 36	Julho 1958
CHINON-1 (EDF-1) .....	Chinon .....	GCR	60	Setembro 1962
EL-4 .....	Brenilis .....	HWGCR	70	Dezembro 1966
<i>República Federal da Alemanha</i>				
MZFR .....	Karlsruhe .....	PHWR	56	Setembro 1964
<i>Reino Unido</i>				
CALDER HALL .....	Calder Hall .....	GCR	3 x 51	Maio 1956
CHAPELCROSS .....	Chapelcross .....	GCR	3 x 47	Novembro 1958
AGR .....	Windscale .....	AGR	34	Agosto 1962
<i>Estados Unidos</i>				
SHIPPINGPORT .....	Shippingport .....	PWR	90	Dezembro 1957
BIG ROCK POINT .....	Charlevoix .....	BWR	70,4	Setembro 1962
ERR .....	Elk River .....	BWR	22	Novembro 1962
HUMBOLDT BAY .....	Humboldt Bay .....	BWR	68,5	Fevereiro 1963
ENRICO FERMI .....	Lagoona Beach .....	FBR	60,9	Agosto 1963
PATHFINDER .....	Sioux Falls .....	BWR + Super-aquecimento nuclear	58,5	Março 1964
PEACH BOTTOM (HGTR) .....	Peach Bottom .....	HTGR	40	Março 1966
<i>União Soviética</i>				
URAL 1 .....	Beloyarsk .....	BWR + Super-aquecimento nuclear	94	Setembro 1963
VK-50 (Ulyanovsk) .....	Melckess .....	BWR	70	Abril 1965

## B. Em Construção

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME (e)	Data da Criticalidade
<i>República Federal da Alemanha</i>				
HDR .....	Grosswelzheim/Kahl .....	BWR Super-aquecimento nuclear	25	1968
KNK .....	Kalllsruhe .....	SZR	20	1968
<i>Holanda</i>				
DODEWAARD .....	Dodewaard .....	BWR	47	1968
<i>Reino Unido</i>				
SGHWR .....	Winfrith .....	SGHWR	93	1967
<i>Estados Unidos</i>				
LACBWR .....	Genoa .....	BWR	50	1967



III. Reatores de Grande Potência  
(Capacidade nominal acima de 100 MW(e))  
A. Em Operação

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME (e)	Data da Criticalidade
<i>Canadá</i>				
CANDU-PHW-200 .....	Douglas Point .....	PHWR	203	Novembro 1966
<i>França</i>				
CHINON-2 (EDF-2) .....	Chinon .....	GCR	200	Agosto 1964
CHINON-3 (EDF-3) .....	Chinon .....	GCR	475	Março 1966
CHOOZ (SENA) .....	Chooz .....	PWR	266	Outubro 1966
<i>República Federal da Alemanha</i>				
KRB .....	Grundremmingen .....	BWR	237	Agosto 1966
<i>Itália</i>				
LATINA (Sime) .....	Latina (Foce Verde) .....	GCR	200	Dezembro 1962
GARIGLIANO (Senn) .....	Garigliano .....	BWR	247	Junho 1963
ENRICO FERMI .....	Trino Vercellese .....	PWR	247	Junho 1964
<i>Japão</i>				
JAPCO .....	Tokai-mura .....	GCR	158,4	Maio 1965
<i>Reino Unido</i>				
BERKELEY .....	Berkeley .....	GCR	2 x 138	Agosto 1961 Março 1962
BRADWELL .....	Bradwell .....	GCR	2 x 150	Agosto 1961 Abril 1962
HUNTERSTON-A .....	Hunterston .....	GCR	2 x 161	Setembro 1963
HINKLEY POINT-A .....	Hinkley Point .....	GCR	2 x 150	Março 1964
TRAWSFYNYDD .....	Trawsfynydd .....	GCR	2 x 150	Maio 1964 Outubro 1964
SIZEWELL .....	Sizewell .....	GCR	2 x 250	Setembro 1964
DUNGENESS A .....	Dungeness .....	GCR	2 x 290	Dezembro 1964
<i>Estados Unidos</i>				
DRESDEN - 1 .....	Morris .....	BWR	2 x 275	Junho 1965
YANKEE .....	Rowe .....	PWR	2 x 275	Dezembro 1965
INDIAN POINT - 1 .....	Indian Point .....	PWR	200	Junho 1965
NPR .....	Richland .....	LWGR	175	Setembro 1965
<i>União Soviética</i>				
Siberian .....	Troitsk .....	LWGR	270	Outubro 1959
WWER .....	Novo Voronezh .....	PWR	786	Agosto 1960
			6 x 100	Agosto 1962
			196	Dezembro 1966
				Set. 1958/Dez. 1962
				Dezembro 1963

## B. Em Construção

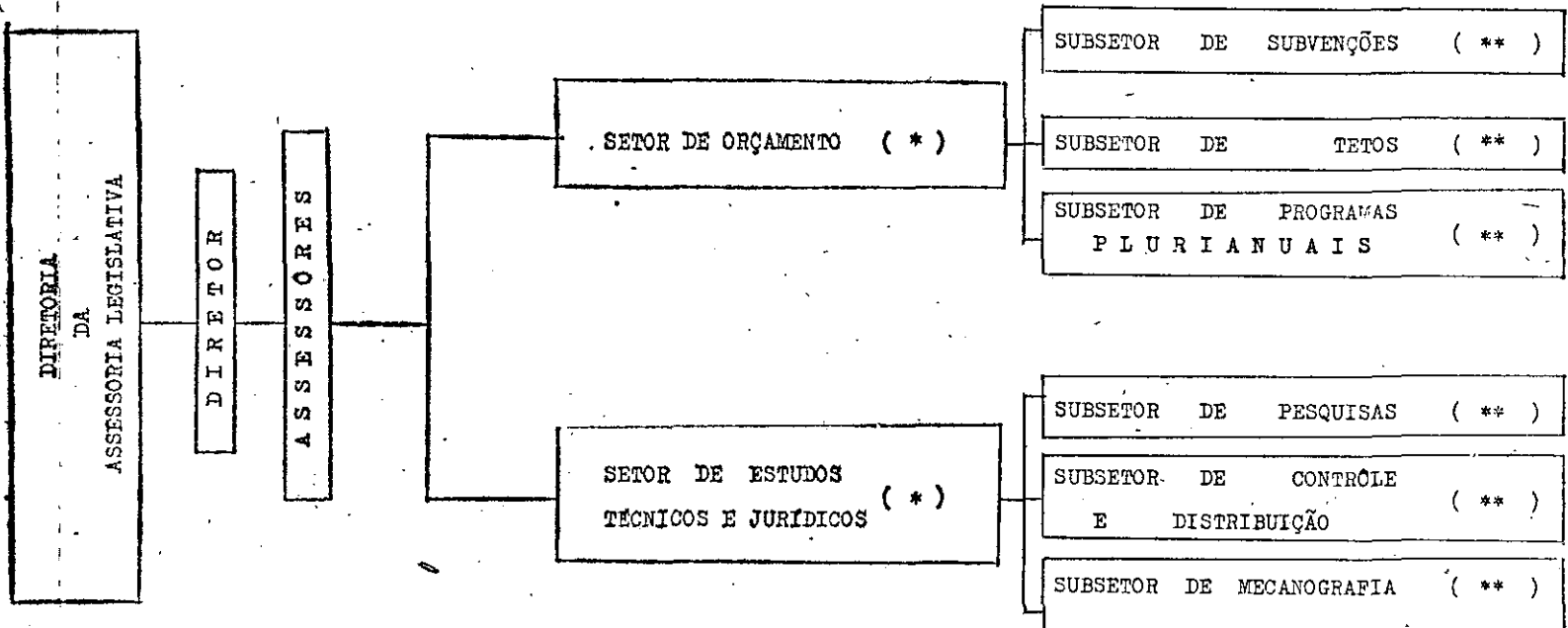
Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME (e)	Data da Criticalidade
<i>Canadá</i>				
CANDU-PHW-500 (1º e 2º reatores) .....	Pickering Township .....	PHWR	4 x 505	1970/71
<i>República Socialista da Tchecoslováquia</i>				
HWGCR .....	Behunice .....	HWGCR	150	1968
<i>França</i>				
SAINT LAURENT DES EAUX (EDF-4) .....	Saint Laurent des Eaux .....	GCR	487	1969/70
BUGEY-1 (EDF-5) .....	Bugey .....	GCR	487	1970/71

Nome	Localização	Tipo	Capacidade Nominal ME(e)	Data da Criticalidade
<i>República Federal da Alemanha</i>				
KWL .....	Lingen .....	BWR (óleo fossil super-aquecido)	240	1968
KWO .....	Obrigheim .....	PWR	282,7	1968
KKN .....	Niederaichbach .....	HWGCR	100	1968/69
<i>Índia</i>				
TARAPUR .....	Tarapur .....	BWR	2 x 190	1968
RAJASTHAN-1 .....	Rana Pratap Sagar .....	PHWR	2 x 200	1969
<i>Japão</i>				
TSURUGA .....	Tsuruga .....	BWR	307	1969
KANSAI ELECTRIC POWER CO. (HOMA-1) .....	Niu Tsuruga .....	PWR	340	1970
FLUSHIMA .....	Okuma-Cho .....	BWR	380	1970
<i>Pakistão</i>				
KANUPP .....	Paradise Point .....	PHWR	125	1971
<i>Espanha</i>				
ZORITA-1 .....	Zorita de los Canes .....	PWR	153,2	1968
SANTA MARIA DE LA GARONA .....	Santa Maria de La Garona .....	BWR	400	1969
<i>Suécia</i>				
MARVIKEN (R-4/EVA) .....	Marviken .....	BHWR	140	1968
OKG .....	Oskarshamn .....	BWR	400	1970
<i>Suíça</i>				
NOK .....	Beznau .....	PWR	350	1969
BKW .....	Mühleberg .....	BWR	306	1971
<i>Reino Unido</i>				
OLDBURY .....	Oldbury .....	GCR	2 x 300	1967
WYLFA .....	Wylfa .....	GCR	2 x 590	1968/9
DUNGENESS B .....	Dungeness .....	AGR	2 x 600	1969/70
PFR .....	Dounreay .....	FBR	250	1970
<i>Estados Unidos</i>				
SAN ONOFRE .....	San Clemente .....	PWR	430	1967
CONNECTICUT-YANKEE .....	Haddam Neck .....	PWR	462	1967
OYSTER CREEK .....	Oyster Creek .....	BWR	515	1968
NINE MILE POINT .....	Oswego - N. Y. ....	BWR	500	1967
INDIAN POINT II .....	Indian Point .....	PWR	873	1969
DRESDEN-2 .....	Morris .....	BWR	715	1969
MILLSTONE POINT .....	Waterford, Con. ....	BWR	549,2	1969
CONSUMERS POWER CO. ....	Palisades Park .....	PWR	710	1970
DRESDEN-3 .....	Morris .....	BWR	715	1970
R.E. GINNA-1 .....	New York .....	PWR	420	1969
TURKEY POINT-3 .....	Florida .....	PWR	721,5	1971
TURKEY POINT-4 .....	Florida .....	PWR	721,5	1972
H.B. ROBINSON .....	South Carolina .....	PWR	663	1970
QUAD-CITIES-1 .....	Illinois .....	BWR	715	1970
QUAD-CITIES-2 .....	Illinois .....	BWR	715	1971
BROWN'S FERRY-1 .....	Alabama .....	BWR	1.064,5	1970
BROWN'S FERRY-2 .....	Alabama .....	BWR	1.064,5	1971
<i>União Soviética</i>				
URAL-II .....	Beloyarsk .....	BWR Super-aque- cimento nuclear	200	1967
WWER-II .....	Novo-Voronezh .....	PWR	365	1967
BN-350 .....	Shevchenko (Mar Cáspio) .....	FBR	150	

## Explicação das Abreviações (1)

AGR — Advanced gas-cooled, graphite-moderated reactor  
 BHWR — Boiling heavy-water-moderated and cooled reactor  
 BWR — Boiling light-water-moderated and cooled reactor  
 FBR — Fast breeder reactor  
 GCR — Gas cooled, graphite-moderated reactor  
 HTGR — High-temperature gas cooled, graphite-moderated reactor  
 HWGCR — Heavy-water-moderated, gas cooled reactor

HWLWR — Heavy-water-moderated, light-water-cooled reactor  
 HWOR — Heavy-water-moderated, organic-cooled reactor  
 LWGR — Light-water-cooled, graphite-moderated reactor  
 OMR — Organic-moderated and cooled reactor  
 PHWR — Pressurized heavy-water-moderated and cooled reactor  
 PWR — Pressurized light-water-moderated and cooled reactor  
 SGHWR — Steam-generating heavy-water reactor  
 SGR — Sodium-cooled, graphite-moderated reactor  
 SZR — Sodium-cooled, zirconium hydride-moderated reactor



\* — Pro-labore mensal correspondente ao símbolo FG-3.

\*\* — Pro-labore mensal correspondente ao símbolo FG-4.

## ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

O Sr. Primeiro Secretário deferiu, nos termos do art. 88 da Resolução nº 6-60, os seguintes requerimentos de prorrogação de prazo para posse:

PD-980-67 de Maria Inilta Pessoa, nomeada para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, por 30 dias;

DP-938-67 de Lionea de Almeida Castro, nomeado para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4, por mais 30 dias;

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

DP-939-67 de Carlota Barrionuevo Martin, nomeada para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4, por mais trinta dias.

Deferiu, no uso de suas atribuições o Requerimento DP-960-67, em que Ary Feliciano de Araujo, Oficial Legislativo, PL-6, e outros servidores solicitam Certidão do despacho exarado no Requerimento DP-698-67.

Concedeu, nos termos do art. 270, item II da Resolução nº 6-60, e de

acôrdo com o respectivo Laudo Médico, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Edson Ferreira Affonso, Diretor, PL-1, no período de 20 a 30-11-67, num total de 11 dias em prorrogação (DP-1.000-67);

Stênio Correia Lima, Motorista, PL-10, no período de 24-11 a 8-12-67, num total de 15 dias em prorrogação.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de novembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

POETARIA Nº 143 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Maria Inilta Pessoa, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de novembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, Deferiu os seguintes requerimentos: de Salário-Família, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Dependente(s)	Grau de Parentesco	Início
DP-1006-67	Hermés Franco dos Santos .....	Aux. Leg.	PL-10	Rita Tereza Braga Ribeiro dos Santos	Espósa
DP- 927-67	Célio Ribeiro Barbosa Silva .....	Aux. Leg.	PL-10	Vicente e Andre	Filhos
DP- 992-67	Maria de Maracajá Daltro .....	Of. Leg. (aposentada)		Pedro José	Filho
DP- 978-67	Francimá Alves de Queiroz .....	Guarda Seg.	PL- 9	Maria José Cruz de Medeiros Alves	Espósa
DP- 990-67	José Pedro de Araujo .....	Linotipista	FT- 2	Kleber	Filho
DP-1004-67	Francisco Ramalho .....	Aux. Limpeza	PL-15	Zenilda	Filha
DP- 975-67	Newton Araujo Silva .....	Aux. Leg.	PL-10	Fábio	Filho
DP- 988-67	João Azevedo da Silveira .....	Contínuo	PL-12	Edson	Filho
					Fevereiro-67
					Novembro-67
					Outubro-67
					Junho-67
					Outubro 67.



De Averbção de Tempo de Serviço, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Repartição	Total de Dias	Observações
DP-1042-67	Célio Ribeiro Barbosa Silva .....	Aux. Leg.	PL-10 Caixa Econômica Federal de Brasília	3.151	Todos efeitos legais
DP-1002-67	Amélia Figueiredo de Mello Vianna	Of. Leg.	PL-4 Contadoria Geral de Transportes	23	Todos efeitos legais
DP-691-62	Wakir Silveira de Almeida .....	Taq. Debates	PL-3 Assembléia Leg. — ES.	—	Indeferido por falta de amparo legal
DP-1003-67	Amélia Figueiredo de Mello Vianna	Of. Leg.	PL-4 T.R.E. — BG.	32	Todos efeitos legais
DP-464-67	Walter Braga .....	Aux. Portaria	PL-9 E.F.C.B.	788	Todos efeitos legais
DP-584-67	Walter Faria .....	Aux. Leg.	PL-10 Exército	593	Todos efeitos legais
DP-197-67	Salvador Martins de Souza .....	Motorista	PL-10 D.E.R. — Maranhão	2.456	Somente para efeito de aposentadoria
DP-552-67	Carmen Salles Oliveira Arruda ...	Orientador de Pesquisas Leg.	PL-4 Prefeitura do ex-Distrito Federal	2.562	Exceto licença especial
DP-941-67	Oswaldo Cezarino da Rosa .....	Motorista	PL-10 Estado da Guanabara M. da Fazenda	406	Todos efeitos legais
				—	Tempo já averbado através DP-1226-65

De Licenças, na forma dos artigos 160, itens 13, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Período	Total de Dias	Observações
DP-994-67	Artemira Sampaio Leite .....	Aux. Leg.	PL-7 16 a 25-10-67	8 úteis	Nojo — "Art. 158"
DP-986-67	José Mariano Leal Moura .....	Aux. Limpeza	PL-15 9 a 18-10-67	8 úteis	Gala — "Art. 158"
DP-969-67	Maria Delith Caldas Pereira .....	Aux. Leg.	PL-9 30-10 8-11-67	8 úteis	Gala — "Art. 158"
DP-976-67	Maria do Carmo Brandão Cardoso	Of. Leg.	PL-6 13-11-67 a 13-3-63	4 meses	Gestante
DP-999-67	José Anatólio Firmino Ribeiro ...	Operador de Som	PL-12 21 a 30-11-67	10	Tratamento de saúde em prorrogação
DP-985-67	José Anatólio Firmino Ribeiro ...	Operador de Som	PL-12 9 a 20-11-67	12	Tratamento de saúde

Diversos na forma do artigo 160 item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Assunto	Observações
DP-1014-67	Ney Madeira .....	Aux. Leg.	PL-9 Anotação de Certificado	
DP-1019-67	Cláudio Carlos Rodrigues Costa	Aux. Leg.	PL-9 Abono do período de 16 a 21-11-67	Provas na Universidade
DP-1023-67	Humberto Haydt de Souza Mello	Orientador de Pesquisas Leg.	PL-4 Abono dos dias 8, 9, e 10-11-67	Provas na Universidade
DP-1024-67	Tito Mondim .....	Orientador de Pesquisas Leg.	PL-4 Abono do dia 21-11-67	Provas na Universidade
DP-968-67	Maria Delith Caldas Pereira .....	Aux. Leg.	PL-9 Alteração do nome para Maria Delith Belaban	Provas na Universidade
DP-974-67	José Carlos Alves dos Santos .....	Aux. Leg.	PL-10 Abono do dia 10-11-67	Provas na Universidade
DP-2/N-67	Paulo Xavier Bina .....	Aux. Limpeza	PL-14 Abono do dia 23-9-67	

Diretoria do Pessoal, em 20 de novembro de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saratva, Diretora do Pessoal

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE  
AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador José Ermírio de Moraes

Secretário: J. Ney Passos Dantas

## PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão — 1 — Projeto de decreto legislativo nº 58, de 1967, que "Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965". — Senador Júlio Leite. — Parecer favorável, aprovado em 23-11-67.

## DISTRIBUIÇÃO

Em 21-11-67

— Ao Senhor Senador Júlio Leite: Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1967, que "Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965".

COMPARECIMENTO  
DE AUTORIDADES

1 — Dr. José Walmi da Silva Leal, Diretor do Departamento do Trigo da SUNAB, em 8 de novembro de 1967; e 2 — Srs. Yapery Tupiassu de Brito Guerra, Alcebiades G. Grillo e Alberto Durão Coelho, respectivamente, Diretor Comercial, Diretor Jurídico Adjunto e Superintendente de Vendas Industriais da Ultrafertil S. A. (Indústria e Comércio de Fertilizantes), em 23 de novembro de 1967.

## SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias ..... 1  
Reuniões Extraordinárias ..... 1  
Projetos relacionados ..... 1  
Pareceres proferidos ..... 1  
Ofícios expedidos ..... 6  
Ofícios recebidos ..... 4  
Número de publicações recebidas ..... 8  
Senado Federal, em 28 de novembro de 1967 — J. Ney Passos Dantas, Secretário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇARELATÓRIO CORRESPONDENTE  
AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Milton Campos  
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

## PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão — Projeto Decreto Legislativo nº 33-67 — Suspende a execução e efeitos do Decreto Legislativo nº 8, de 18-4-67, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas, por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Ltda. — Senador Carlos Lindenberg RG. — Aprovado parecer favorável com emenda substitutiva. (8-11-67)

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1967 — Institui a Semana da Comunidade. — Senador Carlos Lindenberg RG. — Aprovado parecer favorável com emenda substitutiva. (8-11-67)

Projeto Lei Senado nº 21-67 — Revoca o Decreto-lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade. (8-11-67)

Requerimento nº 918-67 — do Sr. Cattete Pinheiro solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal da oração proferida pelo Professor Otávio Meira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, em homenagem ao centenário do nascimento de Augusto Montenegro. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer favorável. (8-11-67)

Projeto Lei Senado nº 66-67 — Considera de utilidade pública o Touring Club do Brasil. — Senador Carlos

## ATAS DAS COMISSÕES

Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. (8-11-67)

Projeto de Decreto Legislativo número 44-67 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 49-67 — Aprova o Texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a Cédula Industrial Pignoratícia — Senador Wilson Gonçalves — A Comissão deixa de se pronunciar por já ter sido ouvida a CCJ da Câmara e opina pela audiência das Comissões de Economia e de Finanças — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 45-67 — Aprova a emenda ao artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, addatada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua aquilina sessão regular — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer favorável — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 41-67 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outros — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer favorável — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 115-67 — Altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1967, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer por audiência junto ao Conselho da Ordem dos Advogados. — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 31-67 — Dispõe sobre o salário-mínimo dos menores e de outras providências — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 8 de novembro de 1967.

Requerimento DP-357-67 de Marinha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafia de Debates, PL-3 solicita aposentadoria com base no art. 346 da Resolução nº 6, de 1960, combinada com os arts. 100, § 2º, 101, I e § 1º e 177 da Constituição Federal — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer favorável — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 43-67 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 5 de julho de 1966, relativamente a despesa de .... NCR\$ 36.027,32 para pagamento a Valmet do Brasil S. A. — Indústria e Comércio de Tratores — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 8 de novembro de 1967.

Requerimento nº 917-67 — do Sen. Aarão Steinbruch solicitando seja feita transcrição nos Anais da Casa do artigo "Revolução e os Judeus" de autoria do Sr. Paulo de Castro publicado no "Correio da Manhã" de 13 de outubro de 1967 — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer favorável. — 8 de novembro de 1967.

Ofício nº 21-P-MC do Presidente Supremo Tribunal Federal inconstitucionalidade da Lei nº 6.381, de 18 de junho de 1963 do Estado do Ceará — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer favorável com Projeto de Resolução — 8 de novembro de 1967.

Ofício nº 19-P-MC do Presidente do Supremo Tribunal Federal inconstitucionalidade da Lei nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963 do Estado de Pernambuco. — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer favorável.

vel com Projeto de Resolução — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 60-67 — Que dispõe sobre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara número 125-66 — Que autoriza a Fábrica Nacional de Motores a alienar às igrejas que o desejarem as áreas de sua propriedade ocupadas com as construções dos templos daquelas, em Mantiquira, Estado do Rio de Janeiro — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela rejeição — 8 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara número 169-66 — Que cria o Fundo de Ensino Marítimo — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer por audiência junto à Comissão de Marinha Mercante.

Projeto de Lei da Câmara nº 118-67 — Autoriza a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado o parecer pela constitucionalidade das emendas de Plenário mas por suas inconveniências — 16 de novembro de 1967.

Requerimento nº 936-67 — Dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Marcelino de Alencar, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, de memorial endereçado por Confederação de Trabalhadores ao Exmº Sr. Ministro do Trabalho, referente à irregularidade no INPS e na escala política salarial — Senador Bezerra Neto — Aprovado o parecer favorável — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 70-67 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.169, de 8 de dezembro de 1966 que altera a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967 — apres. Sen. Lino de Mattos — Aprovado o parecer pela juridicidade — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 67-67 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de NCR\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil cruzeiros novos), para o reforço de dotações orçamentárias que especifica — Senador Josaphat Marinho — Aprovado o parecer pela inconstitucionalidade e rejeição — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 299-66 — Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército. — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado o parecer pela constitucionalidade e juridicidade do subst. Com. Reg. Nac. — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 41-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de NCR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), destinados a atender às despesas de instalação da sua nova sede e de 8 (seis) Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul — Senador Josaphat Marinho — Aprovado o parecer pela inconstitucionalidade e rejeição — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 50-67 — Aprova o Tratado para a Prescrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1967 — Senador Antônio Carlos — Aprovado o parecer favorável — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 51-67 — Aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização de Energia Atômica para Fins Pacíficos, entre o Brasil e a Suíça, assinado no

Rio de Janeiro a 26 de maio de 1965 — Senador Antônio Carlos — Aprovado o parecer favorável — 16 de novembro de 1967.

Ofício nº 9-GPC de 15 de novembro de 1967 do Sr. Presidente do Congresso Nacional sobre a questão da ordem Recurso do Dep. Mário Covas da decisão proferida em Sessão do Congresso Nacional de 14 de novembro de 1967. — Senador Antônio Carlos — Aprova o parecer pela denegação, com o voto de desempate do Pres. da Com. O Sen. Aloysio de Carvalho vota pela conclusão; vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Eurico Rezende, Aurélio Vianna e Sen. Bezerra Neto — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 291-66 — Dispõe sobre a assistência à família e de outras providências — Senador Bezerra Neto — seu voto em separado. Sen. Aloysio de Carvalho pede vista que é concedida — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 53-67 — Aprova o Dec. lei número 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica — Senador Bezerra Neto — Aprovado o parecer pela constitucionalidade — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara número 130-61 — Que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos empregados e de outras providências — Senador Antônio Carlos — Pela aprovação da emenda nº 1 com subemenda; pela aprovação da emenda nº 2 com subemenda e pela rejeição da de nº 3; pela aprovação da emenda nº 4. — 16 de novembro de 1967.

Requerimento nº 1.000-67 — Que solicita ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre o restabelecimento de cotas de exportação de algodão — Senador Bezerra Neto — Aprovado pelo arquivamento — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 55-67 — Que aprova o Dec. lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho da Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e de outras providências — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado o parecer pela constitucionalidade — 16 de novembro de 1967.

Ofício nº 7-GPC de 13 de novembro de 1967 — encaminhando à apreciação da CCJ o recurso interposto sobre a tramitação dos Projetos de Leis Complementares, nos termos do § 3º do art. 54 da Constituição Federal — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado o parecer pelo não provimento do recurso. Vencidos os Senadores: Josaphat Marinho, Antônio Balbino e Bezerra Neto — 21 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 24-67 — Estabelece normas para requalificação dos direitos políticos e regula a concessão de anistia. — (apres. p Sen. Cattete Pinheiro) — Aprovado o parecer pela inconstitucionalidade e in-juridicidade e pela incompetência e inoportunidade. O Sen. Antônio Carlos vota com o Relator nos termos do voto em separado. Vencidos os Srs. Josaphat Marinho — Antônio Balbino e Bezerra Neto — 23 de novembro de 1967.

Mensagem nº 555-67 — Do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado o nome do Dr. Décio Metrelles de Miranda, para exercer o cargo de Procurador Geral da República — Senador Aloysio de Carvalho — Secreto — 23 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 10-67 — Dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, da Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos".

(apres. p-Sen. Vasconcelos Tôrres) — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado o parecer pela juridicidade — 16 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 54-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas.

(Lei Orgânica do Cooperativismo) — Apres. Sen. Flávio Brito — Senador Josaphat Marinho — Aprovada a proposta do Sen. Antônio Balbino de ser publicado o parecer para es tudo — 29 de novembro de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 76-67 — Altera a redação do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Dec. lei nº 5.452, de 1943.

(Sen. Nogueira da Gama) — Senador Josaphat Marinho — Aprovado o parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 29 de novembro de 1967.

Mensagem nº 560-67 — Submetendo ao Senado Federal o nome do Tte. Coronel do Exército José Campedelli, para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Rondônia — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 29 de novembro de 1967.

Ofício nº 1.081-67 — Requerendo a transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, por ocasião da solenidade do Dia da Bandeira, levada a efeito no dia 19 do corrente, sob a responsabilidade das autoridades desta Casa — Senador Bezerra Neto — Aprovado o parecer favorável — 29 de novembro de 1967.

#### RELATÓRIO

Em 8 de novembro de 1967

Ao Senador Rui Palmeira

Projeto de Lei do Senado nº 69-67 — Regula a instituição de sublegendas e dá outras providências.

Ao Senador Carlos Lindenberg

Requerimento nº 949-67 — Do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado em "Última Hora", edição de 26 de outubro de 1967, sob o título "Carta aos Moços de Minha Terra", de autoria do Pe. Hélder Câmara.

Ao Senador Antônio Carlos

Projeto de Decreto Legislativo número 51-67 — Aprova o Acórdão de Cooperação para a Utilização de Energia Atômica para Fins Pacíficos, entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1965.

Projeto de Decreto Legislativo número 50-67 — Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1965.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Lei da Câmara nº 299-66 — Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército.

Ao Senador Antônio Balbino

Projeto de Lei da Câmara nº 176-61 — Transforma em funcionário do serviço civil do Poder Executivo para os fins da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha.

Em 9 de novembro de 1967

Ao Senador Antônio Balbino

Requerimento nº 978-67 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao nonagésimo aniversário do nascimento do Sr. Luiz Fernandes.

Ao Senador Josaphat Marinho

Projeto de Lei do Senado nº 70-67 — Que retificada, sem ônus, a Lei

nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967.

Ao Senador Bezerra Neto

Requerimento nº 1.09-67 — Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre restabelecimentos de cotas de exportação de algodão.

Em 14 de novembro de 1967

Ao Senador Bezerra Neto

Projeto de Resolução Legislativa número 56-67 — Aprova o Dec. lei número 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica.

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Projeto de Decreto Legislativo número 55-67 — Aprova o Dec. lei número 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Lei da Câmara nº 128-67 — Dispõe sobre a execução do disposto no art. 16, da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos Vereadores.

Ao Senador Antônio Carlos

Ofício nº 7-GPC, de 13 de novembro de 1967 do Sr. Presidente do Congresso Nacional enviando à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça o Recurso Interposto pelo Senador Lino de Mattos sobre a tramitação dos Projetos de Leis Complementares nos termos do § 3º do art. 54 da Constituição Federal.

Ao Senador Antônio Balbino

Projeto de Lei do Senado nº 71-67 — Declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Ao Senador Antônio Carlos

Ofício nº 9-GPC de 15 de novembro de 1967 do Sr. Presidente do Congresso Nacional sobre a questão de ordem Recurso do Dep. Mário Covas da decisão proferida em Sessão do Congresso Nacional de 14 de novembro de 1967.

Em 16 de novembro de 1967

Ao Senador Wilson Gonçalves

Ofício 7-GPC do Sr. Presidente do Congresso Nacional enviando à apreciação da CCJ o Recurso Interposto pelo Sen. Lino de Mattos sobre a tramitação dos Projetos de Leis complementares.

Em 17 de novembro de 1967

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Projeto de Lei da Câmara nº 291-66 — Dispõe sobre a assistência à família e dá outras providências.

Em 21 de novembro de 1967

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Lei da Câmara nº 129-67 — Concede reforma a militares assilados e dá outras providências.

Ao Senador Petrólio Portela

Requerimento nº 67 — Do Senador Eurico Rezende solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre se permanece a eficácia do art. 74 da Lei nº 3.010, quanto ao provimento dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos nas Primeiras Procurações, até que se completem.

Ao Senador Josaphat Marinho

Projeto de Lei da Câmara número 111-67 — Autoriza ao Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros

novos), para ocorrer a despesas com instalação, de órgão criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962 e dá outras providências.

Senador Antônio Balbino

Requerimento nº 934-67 — Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial de "O Globo", sob o título: "No interesse do Brasil", publicado em 23-10-67.

Ao Senador Antônio Carlos

Projeto de Lei do Senado nº 72-67 — Renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antônio Carlos Gomes.

Projeto de Lei do Senado nº 78-67 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

22-11-67

Ao Senador Bezerra Neto

Requerimento nº 1.081-67 Do Senador Flinto Müller, nos termos do art. 212, letra V, do Regimento Interno, para que se transcreva nos Anais do Senado, o discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Vice-Diretor Geral Legislativo, por ocasião da solenidade do Dia da Bandeira, levada a efeito no dia 19 do corrente mês, sob a responsabilidade das autoridades desta Casa.

Ao Senador Petrólio Portela

Projeto de Lei do Senado nº 74-67 — Dispõe sobre a aposentadoria dos Professores da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

Ao Senador Carlos Lindenberg

Projeto de Lei do Senado nº 75-67 — Dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios e dá outras providências.

Em 23-11-67

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Mensagem nº 555-67 — do Sr. Presidente da República submetendo à apreciação do Senado o nome do Dr. Décio Meirelles de Miranda, para exercer o cargo de Procurador Geral da República.

EM 24-11-67

Ao Senador Josaphat Marinho

Projeto de Lei do Senado nº 76-67 — Altera a Redação do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ao Senador Rui Palmeira

Ofício nº 20-67-P-MC, de 16.11.67 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autêntica do acórdão proferido nos autos da Representação n. 727, do Estado do Rio Grande do Sul, o qual declarou inconstitucionais diversos dispositivos da Lei rio-grandense de sul nº 5.256, de 2 de agosto de 1966.

Ao Senador Antônio Balbino

Ofício nº 21-67-P-MC, de 16-11-67, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos da Representação nº 642, do Estado do Rio Grande do Norte, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.942, de 2-0-63.

Ao Senador Bezerra Neto

Ofício nº 22-67-P-MC, de 16.11.67, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário número 1.712, do Estado do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade parcial das leis nºs 651, de 13-9-56 e 657, de 17-9-56, do Município de Pelotas.

#### RESUMO

Reuniões Ordinárias .....	1
Reuniões Extraordinárias .....	2
Projetos Relatados .....	41
Projetos Distribuídos .....	31
Ofícios Expedidos .....	2
Ofícios Recebidos .....	—
Diligências .....	2
Pedidos de Vista .....	1
Publicações para estudo .....	1
Emendas Apresentadas .....	—
Subemendas apresentadas .....	1
Emenda Substitutiva .....	1
Projeto de Resolução .....	1
Projeto Decreto Legislativo .....	—
Declaração de voto .....	13

Brasília, 29 de novembro de 1967. — Maria Helena Bueno Brandão, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

#### COMISSÃO DE ECONOMIA

##### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Carvalho Pinto  
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

##### Pareceres Proferidos

##### Numero e Ementa — Relator Conclusão

Mensagem nº 489, de 1967 — Submete a aprovação do Senado Federal o nome do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) — Senador Leandro Maciel — Votação secreta, em 8-11-67.

Projeto de Decreto Legislativo número 49, de 1967 — Aprova o texto do Decreto-Lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, em virtude do qual se prorroga o início da vigência do Decreto-lei nº 285, de 28 de fevereiro de 1967, relativo à Cédula Industrial Pignoratícia. — Senador Paulo Torres — Favorável, aprovado em 14-11-1967.

Projeto de Decreto Legislativo número 60, de 1967 — Aprova o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967. — Senador Julio Leite — Favorável, aprovado em 29-11-67.

Requerimento nº 997, de 1967 — Do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Poder Executivo — M. Fazenda — Banco Central — informações sobre montante da receita do fundo de Estímulos Financeiros ao Produtor — Furfertil, e outra informação a respeito — Senador Leandro Maciel — Favorável, aprovado em 29-11-67. — Requerimento nº 999 de 1967 — do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando ao Poder Executivo — Banco Central — informações sobre convênio firmado com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro — Senador Paulo Torres — Favorável, aprovado em 29-11-67.

Requerimento nº 995, de 1967 — do Sr. Senador Josaphat Marinho — solicitando ao Poder Executivo — M. Fazenda — informações sobre preço mínimo estabelecido para o cacau em recente reunião dos países produtores e consumidores e outras informações a respeito.

#### DISTRIBUIÇÃO

Em 10-11-67

Ao Senador Paulo Torres

Projeto de Decreto Legislativo número 49, de 1967 — Aprova o texto do Decreto-Lei nº 331, de 21-9-67, que prorroga a vigência do Decreto-Lei nº 285 de 28.2.67, sobre a Cédula Industrial Pignoratícia.



Em 14-11-67

Ao Senador Teotônio Vilela  
Requerimento nº 996, de 1967 — Do Senador Josaphat Marinho — solicitando ao Poder Executivo — M. Fazenda — informações sobre preço mínimo estabelecido para o cacau em recente reunião dos países produtores e consumidores e outras informações a respeito.

Ao Senador Leandro Maciel  
Requerimento nº 997, de 1967, — Do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Poder Executivo — M. Fazenda — Banco Central — informações sobre montante da receita do Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural — Furfertill, e outra informação a respeito.

Ao Senador Pedro Ludovico  
Requerimento nº 999, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Banco Central — informações sobre convênio firmado com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro.

Em 27-11-67

Ao Senador Júlio Leite  
Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1967 — Aprova o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

Em 27-11-67

Ao Senador José Leite  
Projeto de Decreto Legislativo número 61, de 1967 — Rejeita o Decreto-lei nº 335, de 18 de outubro de 1967, que altera o Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967, que regulamenta a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo, redistribui o Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências.

Resumo dos Trabalhos da Comissão  
Reuniões Ordinárias ..... 2  
Reuniões Extraordinárias ..... 1  
Projetos relatados ..... 6  
Projetos distribuídos ..... 6  
Ofícios recebidos ..... 3  
Diligências ..... 1  
Brasília, 30 de novembro de 1967. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL-9 — Secretário da Comissão.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Menezes Pimentel  
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

#### Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967 — Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências — Senador Lino de Matos — Favorável, aprovado em 14-11-67.

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1967 — Estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União — Senador Aloysio de Carvalho — Favorável, aprovado em 24-11-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 288 de 1966 — Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. — Senador Aloysio de Carvalho — Favorável, aprovado em 24-11-67.

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967 — Torna obrigatória a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Senador Adalberto Sena — Favorável, aprovado em 24-11-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1966 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares, e dá outras providências — Senador Josaphat Marinho — Favorável, aprovado em 27-11-67.

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967 — Dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame — Senador Aloysio de Carvalho — Pela aprovação do substitutivo da Comissão de Segurança Nacional, aprovado em 27-11-67.

### REDISTRIBUIÇÃO

Em 6.11.67

Do Sr. Senador Adalberto Sena.  
Projeto de Lei do Senado, nº 48, de 1967 — Torna obrigatória a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias ..... 1  
Reuniões extraordinárias ..... 2  
Projetos relatados ..... 6  
Projetos redistribuídos ..... 1  
Diligências ..... 4  
Substitutivos apresentados ..... 1  
Brasília, 30 de novembro de 1967 — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador João Abrahão  
Secretário: Alexandre Marques de A. Mello

#### Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

PLS nº 36, de 1967. — Fixa o horário do funcionamento do comércio nas Superquadras do Plano Piloto, do Distrito Federal — Senador Petronio Portela — Pela aprovação — Aprovado.

#### Resumo

Reuniões Ordinárias ..... 0  
Reuniões Extraordinárias ..... 1  
Projetos Relatados ..... 1  
Projetos Distribuídos ..... 0  
Emendas Apresentadas ..... 0

Brasília, 21 de novembro de 1967 — Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário da Comissão do Distrito Federal.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Petronio Portela

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

#### Pareceres proferidos

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

Projeto de Lei da Câmara, nº 11, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCrs 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.688, de 12-7-62, e dá outras providências — Senador José Leite — Relatado em 14-11-67 — Parecer favorável ao projeto e à emenda nº 1 — CSPC.

Projeto de Lei do Senado, nº 30, de 1964, que dispõe sobre a unificação e descentralização da Previdência Social e dá outras providências. — Senador Ruy Carneiro — Parecer pelo arquivamento. — Relatado em 21-11-1967. — Projeto de Decreto Legislativo, nº 54, de 1967, que aprova o instrumento de emenda (nº 1), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho adotado em Genebra, a 6 de julho de 1964, sobre a aplicação universal das convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias. — Senador Ruy Carneiro — Parecer favorável. Relatado em 21.11.67.

### PROJETOS DISTRIBUÍDOS

PLS nº 21-67 — Revoga o Decreto-lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967. — Senador Breno Neto — Distribuído em 14.11.67.

PLS. nº 31-67 — Dispõe sobre o salário-mínimo dos menores, e dá outras providências. — Senador Adalberto Sena. — Distribuído em 14.11.67.

PLS. nº 39-67 — Modifica a Redação do parágrafo único do artigo 142 da C.L.T. — Senador Júlio Leite. — Redistribuído em 14 de novembro de 1967.

PLS. nº 60-67 — Dispõe sobre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição no desemprego. — Senador Ruy Carneiro. — Distribuído em 14.11.67.

### SÍNTESE

Reuniões realizadas: 2 (duas)  
Projetos Relatados: 3 (três)  
Projetos Distribuídos: 4 (quatro)  
— Cláudio I. C. Leal Neto — Secretário.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Wilson Gonçalves  
Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a fazer doação à Cruz Vermelha Internacional, para o fim que menciona. — Senador Lino de Matos — Parecer favorável. — Aprovado. — Em 9.11.67.

Projeto de Lei da Câmara número 121-67 — Regula, nos termos do artigo 183 da Constituição, a complementação da mudança de órgãos da Administração Federal para a Capital da União e das outras providências. — Senador Antônio Carlos — Parecer favorável. — Aprovado. — Em 9.11.67.

Projeto de Lei da Câmara número 124-67 — Prorroga, por 180 dias o prazo estabelecido no artigo 11 da Lei nº 5.276, de 24.4.67, que dispõe sobre a profissão de nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências. — Senador Clodomir Milhet. — Parecer favorável. — Aprovado. — Em 23.11.67.

Projeto de Lei da Câmara número 127-67 — Dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o artigo 9º do Decreto-lei nº 83, de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias. — Parecer favorável com uma emenda. — Aprovado. — Em 23. de novembro de 1967.

Projeto de Lei da Câmara número 130-67. — Estende às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasilei-

ras S. A. — ELETROBRAS — o disposto no artigo 16 da Lei nº 3.880-A, de 25 de abril de 1961 e dá outras providências. — Senador Paulo Torres. — Parecer favorável. — Aprovado. — Em 23.11.67.

Projeto de Lei da Câmara número 134-67. — Autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de J. S. A. — UTEFA. — Senador Antônio Balbino. — Parecer favorável. — Aprovado. — Em 23 de novembro de 1967.

### SÍNTESE

Reuniões Realizadas ..... 2  
Projetos Distribuídos ..... 7  
Projetos Relatados ..... 6  
Emendas Apresentadas ..... 1  
— Afrânio Cavalcanti Melo Junior — Secretário.

## COMISSÃO DE SAÚDE

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Sigfredo Pacheco.  
Secretário: Alexandre Marques de A. Mello.

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

PLC. nº 63, de 1967. — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 3º da Lei nº 1.046, de 2.9.63, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senador Duarte Filho — Pela aprovação. — Aprovado.

### RESUMO

Reuniões Ordinárias ..... 0  
Reuniões Extraordinárias ..... 1  
Projetos Relatados ..... 1  
Projetos Distribuídos ..... 0  
Emendas Apresentadas ..... 0  
Brasília, 21 de novembro de 1967. — Alexandre Marques de Albuquerque Mello — Secretário da Comissão de Saúde.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador José Falcão  
Secretário: Mário Kelson Duarte.

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

Redação Final do PDL nº 46-67 — que aprova o processo adicional ao Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1938, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, de 27 de outubro de 1938. — Relator: Senador Filinto Müller — Aprovado. — Em 7 de novembro de 1967.

Redação Final das emendas do Senado ao PLC nº 116-67 — que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 3 de dezembro de 1966 — que estina a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1967. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 7.11.67.

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PDL nº 6-67 — que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro de concessão de pensão a D. Martinha Monteiro da Silveira. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 7.11.67.

Redação Final das emendas do Senado ao PLC 106-67 — que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 7.11.67.

Redação final das emendas do Senado ao PLC 212-66 — que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas. — Relator: Senador Bezerra Neto. — Aprovado. — Em 9.11.67.

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PDL 39-67 — que autoriza o Presidente da República a fazer despositar junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas o instrumento de adesão do Brasil ao texto da Convenção adotada pela Resolução 1.763 (XVIII) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Redação Final do PLC 103-67 — que altera dispositivos da Lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966 — que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) — e cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. — Relator: Senador Bezerra Neto. — Aprovado. — Em 9 de novembro de 1967.

Redação do vencido, para segundo turno, do PLS 31-67 — que dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências. — Relator: Senador Bezerra Neto. — Aprovado. — Em 9.11.67.

Redação final do PDL 52-67 — que altera o Decreto Legislativo número 70, de 1966 — Relator: Senador Teotônio Vilela. — Aprovado. — Em 14.11.67.

Redação substitutiva do Senado ao PLC 107-67 — que dispõe sobre a inscrição, como solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil, e dispensa do estágio profissional e exame da Ordem. — Relator: Senador José Leite. — Aprovado. — Em 14.11.67.

Redação Final do PLC 128-67 — que dispõe sobre a execução do disposto no art. 16, § 2º da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos Vereadores. — Relator: Senador — José Leite. — Aprovado. — Em 15.11.67.

Redação Final do PLC 62-67, que institui o "Dia do Gráfico". — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 20.11.67.

Redação Final do PDL 40-67, que aprova o Acordo Cultural celebrado em Haia, em 12.10.66, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 20.11.67.

Redação Final do PLS 50-67, que declara de utilidade pública o "Circulo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 20.11.67.

Redação Final do PR 91-67, que suspende a execução da Lei nº 6.381, de 18 de junho de 1963, do Estado do Ceará, no que diz respeito à cobrança do tributo por ela instituído. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 21.11.67.

Redação Final da emenda do Senado ao PLC 173-66, que concede amparo do Estado aos cidadãos matriculados em tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas, vitimados na instrução ou em serviço, e dá outras providências. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 21.11.67.

Redação Final do PLC 120-67, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Cruz Vermelha Internacional, 1.000 (mil) sacas de café. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 21.11.67.

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC-107-67, que dispõe sobre a inserção, como solicitador acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e exame da Ordem. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 21.11.67.

Redação Final do PDL 49-67, que aprova o texto do Decreto-lei nº 331, de 21.9.67. — Relator: Senador Duarte Filho. — Aprovado. — Em 22 de novembro de 1967.

Redação final do PDL 44-67, que aprova a Convenção assinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967. — Relator: Senador João Abrahão. — Aprovado. — Em 23.11.67.

Redação final do PDL 59-67, que suspende a execução da Lei do Estado de Pernambuco nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24 de novembro de 1967.

Redação Final do PDL 45-67, que aprova a Emenda ao art. VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1966, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24.11.67.

Redação do vencido, para segundo turno, do PLS 52-67, que estabelece novo prazo para requerimento dos benefícios assegurados pela Lei número 3.841, de 15 de dezembro de 1960. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24 de novembro de 1967.

Redação final do PDL 44.67, que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24.11.67.

Redação final do PDL 41-67, que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves e outros. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24.11.67.

Redação do vencido, para turno suplementar do substitutivo do Senado ao PLC 112-67, que institui a "Semana da Comunidade". — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 24.11.67.

Redação final do PDL 56-67 — que aprova o texto do Decreto-lei número 332, de 12 de outubro de 1967 — que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 27 de novembro de 1967.

Redação final do PR 76-67 — que eleva o número de membros da Comissão do Distrito Federal. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 27.11.67.

Redação Final do PR 97-67 — que autoriza o governo do Estado de Minas a adquirir a FIAT S.p.A. de Turim, Itália, tratores e lâminas desbrazadoras, mediante financiamento. — Relator: Senador Teotônio Vilela. — Aprovado. — Em 27 de novembro de 1967.

Redação Final da emenda do Senado ao PLC 123-67 — que concede isenção de impostos para equipamentos e bens de consumo enviados por "Royal Society" e "Royal Society Geographical", para utilização em sua expedição científica ao interior do Brasil. — Relator: Senador João Abrahão. — Aprovado. — Em 28 de novembro de 1967.

Redação Final do PDL 62-67 — que aprova a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 28 de novembro de 1967.

Redação Final do PLS 66-67 — que considera de utilidade pública o Touring Clube do Brasil. — Relator: Senador Filinto Müller. — Aprovado. — Em 28.11.67.

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC 299-66 — que dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército. — Relator: Senador Bezerra Neto. — Aprovado. — Em 28.11.67.

Redação Final do PR 96-67 — que autoriza o Governo do Estado da Guanabara operação de financiamento com o consórcio brasileiro-alemão, não excedendo o valor global da operação a quantia de DM 10.680.036 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e oitenta e seis marcos alemães), para o fim que especifica. — Relator: Senador Bezerra Neto. — Aprovado. — Em 28.11.67.

#### SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias ..... 2  
Reuniões Extraordinárias ..... 12  
Projetos Distribuídos ..... 34  
Projetos Relatados ..... 34  
Brasília, em 29 de novembro de 1967. — Mário Nelson Duarte. — Secretário.

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

##### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1967

Presidente: Senador Paulo Torres  
Secretário: Carmelita de Sousa

#### PARECERES PROFERIDOS

Numero e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo .... nº 51-67, que aprova o Acordo de Cooperação para Utilização de Energia Atômica para fins Pacíficos entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1963. Senador Paulo Torres p/aprovação.

Aprovado em 14.1.67.

Projeto de Decreto Legislativo .... nº 50-67, que aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina assinado na Cidade do México em 9 de maio de 1967. Senador Paulo Torres p/aprovação.

Aprovado em 14.1.67.

Projeto de Decreto Legislativo .... nº 53-67, que aprova a Convenção

Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, a 12 de novembro de 1965 por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça. Senador Pedro Ludovico p/aprovação.

Aprovado, em 21.1.67.  
Projeto de Lei da Câmara nº 125-67, que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. Senador Oscar Passos p/aprovação.

Aprovado, em 21.1.67.

#### SÍNTESE

Reuniões ..... 2  
Pareceres Proferidos ..... 4  
Projetos Distribuídos ..... 4

Brasília, 30 de novembro de 1967. — Carmelita de Sousa, Secretária.

#### COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Presidente: Senador José Guionard  
Secretário: Alexandre Marques de A. Mello

#### PARECERES PROFERIDOS

Numero e Ementa — Relator — Conclusão

Requerimento nº 775, de 1967, do Senador Desiré Gaurani — que solicita do Poder Executivo — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — informações sobre quais as empresas de fiação ou tecelagem de juta que já receberam empréstimo do BNDE para implantação, aplicação ou renovação do parque industrial e outras indagações a respeito. Senador Clodomir Millet. Pela aprovação.

#### RESUMO

Reuniões Ordinárias ..... 0  
Reuniões Extraordinárias ..... 1  
Requerimento relatado ..... 1  
Projetos Distribuídos ..... 1

Brasília, 21 de novembro de 1967. — Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário da Comissão de Valorização da Amazônia.

Publicada em Suplemento a Comissão Mista incumbida do Estudo do Projeto de Lei nº 18, de 1967 (C.N.) — "Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquotas do Imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências."

Publicada em Suplemento a Comissão Mista para Estudo e Parecer sobre o Projeto de Lei nº 6, de 1967 (C.N.), que "Integra o Seguro de Acidentes do Trabalho na Previdência Social e dá outras providências."

## MESA

Presidente — Moura Andrade — 3º Secretário — Edmundo Levi —  
(ARENA — SP) (MDB — AM)

1º Vice-Presidente — Nogueira da 4º Secretário — Cattete Pinheiro —  
Gama — (MDB — MG) (ARENA — PA)

2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- 1º Suplente — Attilio Fontana —  
rinho — (ARENA — GB) (ARENA — SC)

1º Secretário — Dinarte Mariz — 2º Suplente — Guido Mondim —  
(ARENA — RN) (ARENA — RS)

2º Secretário — Victorino Freire — 3º Suplente — Sebastião Archer —  
(ARENA — MA) (MDB — MA)

4º Suplente — Raul Giuberti —  
(ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

## DO MDB

Líder — Flinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaga — (RN)

Lino de Matos — (SP)

Vasconcellos Tórrès — (RJ)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Vilela

Júlio Leite

Attilio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio

Mários Martins

Secretário: Ney Passos Dantas.

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antonio Carlos

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos

Antonio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petronio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

Vasconcellos Tórrès

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Luiz de Silveira

João Figueiredo

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

## MDB

Antonio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Araújo Steimoruch

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Or. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abranão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## SUPLENTE

SECRETÁRIOS

José Feliciano

Luiz de Silveira

Petronio Portela

Eurico Rezende

Attilio Fontana

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnon de Melo

João Leite

Melo Braga

## MDB

João Abranão

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Adalberto Senna

Lino de Matos

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Júlio Leite

Teotônio Vilela

Domicio Gondim

Leandro Maciel

José Leite

João Cleophas

Daniel Krieger

Sigefredo Pacheco

Flinto Müller

Paulo Torres

## MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Matos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abranão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Menezes Pimentel

Mem de Sa

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Antonio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Vilela

Petronio Portela

## MDB

Adalberto Senna

Lino de Matos

Antonio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

João Cleophas

Mem de Sa

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Vilaga

Clodomir Milet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

Antonio Carlos

João Guimard

Daniel Krieger

Petronio Portela

Attilio Fontana

Júlio Leite

Melo Braga

Carlos Lindenberg

César Ramos

Teotônio Vilela

Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Matos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Ney Braga

Attilio Fontana

Adolpho Franco

Domicio Gondim

João Cleophas

Júlio Leite

João Cândido

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Leandro Maciel

## MDB

Antonio Balbino

José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Or. Leg PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Pessoa de Queiroz

Pedro Ludovico



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Cândido

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
Jose Candido  
Mello Braga  
Julio Leite

Jose Guimaraes  
Jose Leite  
Lobao da Silveira  
Manoel Villaça  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mario Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Domicio Gondim  
Jose Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

Jose Feliciano  
Mello Braga  
Jose Guimaraes  
Vasconcelos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
Jose Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Rui Palmeira  
Manoel Villaça  
Clodomir Milet  
Julio Leite  
Duarte Filho

Menezes Pimentel  
Jose Leite  
Domicio Gondim  
Leonard Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira, às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sa  
Eurico Rezende

Jose Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Milet

## M D B

Jose Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antonio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Teotônio Vilela  
Antonio Carlos  
Jose Feliciano  
Lobao da Silveira

Felinto Muller  
Mem de Sa  
Jose Leite  
Jose Guimaraes  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## TITULARES

## A R E N A

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
Jose Candido  
Arnon de Melo  
Mem de Sa  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
Jose Guimaraes  
Jose Leite  
Clodomir Milet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mario Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaça

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaça

Julio Leite  
Clodomir Milet  
Ney Braga  
Jose Candido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## TITULARES

## A R E N A

## SUPLENTE

Paulo Torres  
Jose Guimaraes  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
Jose Candido

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaça  
Mello Braga  
Julio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mario Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnou de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnou de Melo  
Paulo Torres  
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos  
Aarão SteinbruchArthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite  
Celso Ramos  
Arnou de Melo  
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard  
Petronio Portela  
Domício Gondin  
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(6 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigafredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena  
Secretário: Alexandre Mello

Osuar Frazão

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.